

CÂMARA DOS DEPUTADOS

TVR

N.º 190, DE 2020

(Do Poder Executivo)

MSC 99/2020

OF 113/2020

Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 5.744, de 20 de dezembro de 2017, que renova a autorização outorgada a ASCOG - Associação Comunitária de Guapó a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Guapó, Estado de Goiás.

(ÀS COMISSÕES DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54, RICD).. REGIME DE TRAMITAÇÃO : ART. 223 CFAPRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO CONCLUSIVA(PARECER 09/90 - CCJR))

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, atos que renovam autorizações outorgadas às entidades abaixo relacionadas para executarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

1 - Portaria nº 72, de 1 de fevereiro de 2016 - Associação Comunitária Cultural 03 de Novembro, no município de Quatro Pontes - PR;

2 - Portaria nº 120, de 1 de fevereiro de 2016 - Associação Cultural e Comunitária dos Moradores do Centro da Vitória de Santo Antão, no município de Vitória de Santo Antão - PE;

3 - Portaria nº 154, de 1 de fevereiro de 2016 - Associação Fraternal de Quixadá, no município de Quixadá - CE;

4 - Portaria nº 731, de 9 de maio de 2016 - Associação Comunitária Serrana de Radiodifusão, no município de Serro - MG;

5 - Portaria nº 756, de 9 de maio de 2016, Associação Comunitária de Radiodifusão Souseense, no município de Sousa - PB;

6 - Portaria nº 916, de 9 de maio de 2016 - Associação Comunitária Alternativa de Radiodifusão, no município de São Lourenço - MG;

7 - Portaria nº 1.014, de 9 de maio de 2016 - Associação Cultural de Comunicação Comunitária de Carambéi, no município Carambeí - PR;

8 - Portaria nº 1.819, de 9 de maio de 2016 - Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico Amigos da Cidade de Jacarezinho, no município de Jacarezinho - PR;

9 - Portaria nº 1.937, de 10 de maio de 2016 - Associação de Difusão Comunitária Nossa Senhora D'Abadia, no município de Romaria - MG;

10 - Portaria nº 1.948, de 10 de maio de 2016, - Associação de Desenvolvimento Artístico, Cultural e Social Atividade, no município de Murutinga do Sul - SP;

11 - Portaria nº 1.094, de 7 de junho de 2017 - Instituto de Radiodifusão de Desenvolvimento Comunitário de Mucambo, no município de Mucambo - CE;

12 - Portaria nº 1.446, de 7 de junho de 2017 - Associação Nossa Senhora das Dores de Cândido Mota, no município de Cândido Mota - SP;

13 - Portaria nº 1.898, de 7 de junho de 2017 - Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Santa Maria da Vitória, no município de Santa Maria da Vitória - BA;

14 - Portaria nº 1.909, de 7 de junho de 2017 - Associação Comunitária dos Amigos de Pedras de Fogo, no município de Pedras de Fogo - PB;

15 - Portaria nº 1.949, de 7 de junho de 2017 - Associação de Desenvolvimento Urbano de Tarrafas, no município de Tarrafas - CE;

16 - Portaria nº 1.968, de 7 de junho de 2017 - Associação Beneficente e Cultural Comunitária Erval Seco, no município de Erval Seco - RS;

17 - Portaria nº 1.919, de 7 de junho de 2017 - Associação de Desenvolvimento Artístico Cultural e Social, no município de Valentim Gentil - SP;

18 - Portaria nº 2.190, de 7 de junho de 2017 - Associação de Desenvolvimento Comunitário de Várzea Nova, no município de Várzea Nova - BA;

19 - Portaria nº 2.475, de 7 de junho de 2017 - Associação Comunitária Rádio Perdigão Eventos Comunitários e Culturais da Cidade de Perdigão, no município de Perdigão - MG;

20 - Portaria nº 2.632, de 7 de junho de 2017 - Associação Vale Teles Pires de Comunicação, no município de Sinop - MT;

21 - Portaria nº 5.744, de 20 de dezembro de 2017 - ASCOG - Associação Comunitária de Guapó, no município de Guapó - GO;

22 - Portaria nº 6.158, de 20 de dezembro de 2017 - Associação Comunitária Rádio Transversal, no município de Salto de Pirapora - SP;

23 - Portaria nº 7.228, de 16 de janeiro de 2018 - Associação Rádio Comunitária do Bairro Santo Antonio FM, no município de Cachoeiro de Itapemirim - ES;

24 - Portaria nº 7.244, de 16 de janeiro de 2018 - Associação Acultural de Galiléia, no município de Galiléia - MG;

25 - Portaria nº 7.589, de 9 de fevereiro de 2018 - Associação Cultural do Município de Jandaia, no município de Jandaia - GO;

26 - Portaria nº 708, de 9 de fevereiro de 2018 - Associação Comunitária Padre Landel de Moura, no município de Palmeira das Missões - RS;

27 - Portaria nº 734, de 9 de fevereiro de 2018 - Associação Comunitária Shalon, no município de João Pinheiro - MG;

28 - Portaria nº 1.026, de 14 de março de 2018 - Associação Comunitária Clóvis Manica, no município de Antônio Prado - RS;

29 - Portaria nº 1.360, de 14 de março de 2018 - Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Marialva, no município de Marialva - PR;

30 - Portaria nº 1.434, de 22 de março de 2018 - Associação Comunitária Cultural Coutense de Radiodifusão, no município de Couto de Magalhães de Minas - MG;

31 - Portaria nº 2.175, de 2 de maio de 2018 - Associação Cultural e Comunitária de Cesário Lange, no município de Cesário Lange - SP;

32 - Portaria nº 3.885, de 2 de agosto de 2018 - Associação Comunitária Cultural e de Promoção Social Ludwilg Zankl, no município de Bariri - SP;

33 - Portaria nº 4.181, de 28 de setembro de 2018 - Associação Comunitária e Cultural Porto União, no município de Porto União - SC;

34 - Portaria nº 4.182, de 28 de setembro de 2018 - Associação Paroquial Senhor Bom Jesus de Amparo Social e Cristão, no município de Irineópolis - SC;

35 - Portaria nº 4.188, de 28 de setembro de 2018 - Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico, Cultural, Informativo e Social de Nova Canaã do Norte, no município de Nova Canaã do Norte - MT;

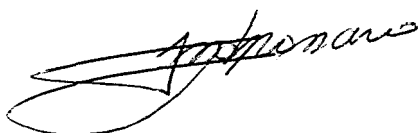
36 - Portaria nº 4.191, de 28 de setembro de 2018 - Associação Comunitária Educativa Cidade FM de Chupinguaia, no município de Chupinguaia - RO;

37 - Portaria nº 7.042, de 16 de janeiro de 2018 - Associação de Desenvolvimento Comunitário e Cultural de Regeneração, no município de Regeneração - PI;

38 - Portaria nº 7.145, de 16 de janeiro de 2018 - Centro de Serviços Socioeducativos e Técnico-Científicos para o Desenvolvimento Comunitário, no município de Solânea - PB;

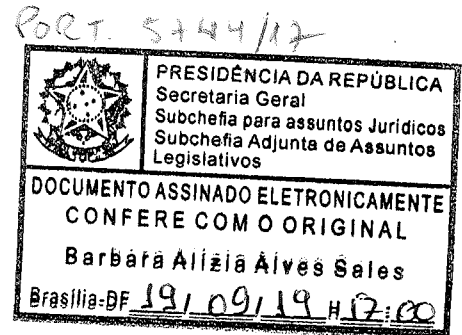
39 - Portaria nº 7.151, de 16 de janeiro de 2018 - Associação de Radiodifusão do Vale do Curu, no município de São Luís do Curu - CE; e

40 - Portaria nº 7.241, de 16 de janeiro de 2018 - Associação e Movimento Comunitário Radio Lebermann FM, no município de Goiabeira - MG.



Brasília, 18 de março de 2020.

EM nº 00248/2019 MCTIC



Brasília, 19 de Setembro de 2019

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53900.018279/2014-12, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade ASCOG - Associação Comunitária de Guapó, inscrita no CNPJ nº 03.676.522/0001-04, explore pelo prazo de dez anos a partir de 9 de novembro de 2014, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Guapó, estado de Goiás, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 20831/2017/SEI-MCTIC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.
3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MCTIC nº 5744, de 20 de dezembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 27 de fevereiro de 2018.
4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Marcos Cesar Pontes

PORTARIA Nº 5744/2017/SEI-MCTIC

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53670.001983/2001 e nº 53900.018279/2014-12, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 9 de novembro de 2014, a autorização outorgada à ASCOG - ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE GUAPÓ, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Guapó / GO.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO KASSAB, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 20/12/2017, às 18:55, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2253116** e o código CRC **F424B043**.



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 37046/2019/CGGM/GM/MCTIC

Ao Senhor
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Renovação de outorga de radiodifusão, Processo nº 53900.018279/2014-12.

Senhor Subchefe,

Conforme disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe processo que trata de renovação de outorga de radiodifusão.

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro**, em 03/10/2019, às 17:42 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4699983** e o código CRC **81C2A0D7**.

INFORME PROCESSUAL

Nº Processo:	53900.018279/2014-12
Interessado:	ASCOG - Associação Comunitária de Guapó
Setor:	Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
CNPJ:	03.676.522/0001-04
Serviço:	Radiodifusão Comunitária
UF:	GO
Localidade:	Guapó
Tipo:	Renovação - Rádio Comunitária
Num_Tipo	427



Documento assinado eletronicamente por **Natalia Froemming, Economista**, em 06/03/2018, às 11:40, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2708625** e o código CRC **F82EFDfB**.

Referência: Processo nº 53900.018279/2014-12

SEI nº 2708625

**REQUERIMENTO PARA RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA EXECUÇÃO DO
SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**

Exmo Sr. Ministro de Estado das Comunicações,

A ASCOG – ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE GUAPÓ, inscrita no CNPJ sob o nº 03.676.522/0001-04, com Sede na Av Cristalina, nº 1082, centro, na cidade de Guapó, Estado Goiás, CEP 75350-000, entidade sem fins lucrativos, legalmente constituída e devidamente autorizada conforme Portaria nº 900 datada de 04 de junho de 2002 e Decreto Legislativo nº 854, de 2004 publicado no Diário Oficial da União datado de 09/11/2004, vem respeitosamente à presença de Va. Exa. requerer a renovação da outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, em atendimento ao subitem 20.2 da Norma nº 1/2011, bem como, apresentar a documentação de que trata o item 20.3 da Norma nº 1/2011 aprovada pela Portaria MC nº 462, de 14 de Outubro de 2011, publicada no Diário Oficial da União.

Guapó, 20 de setembro de 2014.



Nome do representante da entidade: GERALDO HENRIQUE FRANÇA

CPF: 233.315.341-53

MC/PROTOCOLO GERAL
RECEBI O ORIGINAL

Em 23/09/14 As

Nome Legível



DECLARAÇÃO

Declaro, sob as penas da lei, como representante legal da entidade requerente, para fins de instrução do processo de renovação da outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, junto ao Ministério das Comunicações, que toda a documentação descrita neste formulário está sendo apresentada no original ou em cópia autenticada e em conformidade com o subitem 20.3 da Norma nº 1/2011, aprovada pela Portaria MC nº 462, de 14 de Outubro de 2011.


GERALDO HENRIQUE FRANÇA

Endereço para correspondência : Av Cristalina, n. 1082 - centro, na cidade de Guapó,
Goiás CEP 75350 000.

Telefone para contato: 062-355202246-062 96726011.

Correio eletrônico: radoribeiraofm87.9@hotmail.com

03.676.522/0001-047
ASSOC. ASSOC. COMUNITÁRIA DE
GUAPÓ - RADIO RIBEIRÃO - FM 87.9
Av. Cristalina nº 1.032
Centro
CEP: 75.350-000
G U A P Ó - G O

Declaração

Declaro para os devidos fins, que a **ASCOG – Associação Comunitária de Guapó**, encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.

Por ser verdade, firmo o presente.

Guapó-Go., 20 de setembro de 2014.


Geraldo Henrique França
[03.676.522/0001-04]
ASCOG - ASSOC. COMUNITÁRIA DE
GUAPÓ - RADIO RIBEIRÃO - FM 87.9
Av. Cristalina nº 1.032
Centro
CEP: 75.850-000
[GUAPÓ - GO]



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: ASCOG - ASSOCIACAO COMUNITARIA DE GUAPO

CNPJ: 03.676.522/0001-04

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 08:48:39 do dia 11/09/2014 (hora e data de Brasília).

Válida até 11/10/2014.

Certidão expedida gratuitamente.

03.676.522/0001-04
ASCOG - ASSOC COMUNITÁRIA DE
GUAPO - RÁDIO RIBEIRÃO - FM 87.9
Av. Cristalina nº 1.032
Centro
CEP: 75.350-000
GUAPO - GO




Receita Federal

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à SRF a sua atualização cadastral.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
		CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA	
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 03.676.522/0001-04	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 02/07/1999
NOME EMPRESARIAL ASCOG - ASSOCIACAO COMUNITARIA DE GUAPO			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 92.31-2-99 - Outros serviços especializados ligados às atividades artísticas			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 302-6 - ASSOCIACAO			
LOGRADOURO AVENIDA CRISTALINA		NÚMERO 1082	COMPLEMENTO
CEP 75.350-000	BAIRRO/DISTRITO SETOR CENTRO	MUNICÍPIO GUAPO	UF GO
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 04/05/2002	
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa SRF nº 200, de 13 de setembro de 2002.

Emitido no dia 28/05/2003 às 08:35:31 (data e hora de Brasília).

[Voltar](#)

03.676.522/0001-04
ASCOG - ASSOC COMUNITARIA DE
GUAPO - RÁDIO RIBEIRÃO - FM 87.9
Av. Cristalina nº 1.082
Centro
CEP: 75.350-000
GUAPO - GO

Ata da Assembleia Geral

Av. Cristalina nº 1.082

Cepo

CEP: 75.000.000

GUAPÓ - GO

Cita da Assembleia Geral extraordinária da Associação Comunitária de Guapó, realizada no dia dez de janeiro de dois mil e onze, às dez e meia horas, na sede da Associação situada na Avenida Cristalina nº 1082, centro Guapó-GO, com o objetivo de fazer a renovação da diretoria e conselho comunitário da Associação. A reunião foi conduzida pelo atual presidente, o senhor Geraldo Henrique Franca, o mesmo deu ao conhecimento de todos o motivo da reunião e disse que o Edital de renovação, foi publicado e divulgado no dia quinze de dezembro de dois mil e dez, em locais públicos, mercados, etc. Em seguida, pediu que os interessados, a compor as chapas para votação se pronunciassem, deu um tempo para a montagem das mesmas. Findo o tempo estabelecido, pediu as chapas se apresentassem porém, só houve a composição de uma chapa, composta pelas seguintes pessoas: Mirim Cândido da Mata, Ronaldo Pires de Paula, Wozizeth, José de Lima, Poliana Martins Bastos, Borges, Geraldo Henrique Franca, Wilmar Cardoso de Queiroz, Ronaldo de Almeida Guimarães, Weidell Alves Gomes, Rogério Bezerra Sola. A eleição foi marcada para o dia dez de janeiro de dois mil e onze, das 18h (depois horas) às 22h (vinte e duas) horas, na sede da ASCOG, através de cédulas de votação, colocadas na urna onde após as 22h, serão apurados os votos. Não haver de nada mais a tratar, a reunião foi encerrada. E Mirim Cândido da Mata, secretário, lavrei esta ata, que após lida e aprovada, será assinada pelos presentes.

Mirim Cândido da Mata, Rogério Bezerra Sola
 Geraldo Henrique Franca, Ronaldo Pires de Paula, Wilmar Cardoso de Queiroz
 Poliana Martins Bastos, Borges, José de Lima, Weidell Alves Gomes

au Mauro José de Jesus, Plônia Sidiu Santos (Selma)
 eis Dorizete José de Jesus Brenno machelli Cibus nota
 a Wendel A. Gomes.

2º SERVIÇO NOTARIAL
 GUAPÓ - GO
 Isabel Luiza das Dore:
 Tabeliã - Oficial

2º SERVIÇO NOTARIAL - GUAPÓ - GO

AUTENTICAÇÃO

AUTENTICO, para os devidos efeitos, a presente fotocópia, que é reprodução tal do original que me foi apresentado (Dec. Lei nº 2148 de 25/04/1948)

Guapó (GO) 08/06/2011
Isabel B. das D.
 Tabeliã e/ou Substituta

AVERBAÇÃO

Protocolado sob nº 1927
 Livro nº A Fis. 114
 foi averbado nº AV. 03.
57 scanado
 Guapó-GO 08 de 06 de 2011
Isabel B. das D.
 Oficial



03.676.522/0001-04
 ASCOP - ASSOC. COMUNITARIA DE
 GUAPÓ - RÁDIO RIEIÃO - FM 87.9
 Av. Cristalina nº 1.082
 Centro
 CEP: 75.350-000
 GUAPÓ - GO

Av. Cristalina nº 1.082
Centro
CEP: 75.350-000

GUAPÓ - GO

2º SERVIÇO NOTARIAL - GUAPÓ - GO

AUTENTICAÇÃO

AUTENTICO, para os devidos efeitos, a presente fotocópia, que é reprodução fiel do original que me foi apresentado (Dec. Lei nº 2148 de 25/04/1948)

Guapó (GO), 08 / 06 / 2011
Isabel B. da Silva
Tabelião e/ou Substituta



ATA da Eleição da Nova diretoria da ASCOG
 Aos oito dias, oito, de oito dias de mês de janeiro de dois mil e onze às dezoito horas, foi aberta a sessão de votação para eleição da nova diretoria e conselho comunitário da Associação Comunitária de Guapó - ASCOG que estende-se até as vinte e duas horas. Após este momento, será realizada a apuração dos votos. A eleição está sendo realizada na ASCOG, sito a Avenida Cristalina nº 1082, Centro - Guapó, Go. A mesa receptora de votos, foi assim composta: Carlos Roberto Nascimento, Geraldo Olímpio de Carvalho, Ivanês Batista de Medeiros. Está concorrendo apenas uma chapa, pois não houve mais interessados em participar da eleição. A mesa receptora será responsável pela contagem dos votos. Às vinte e duas horas encerra-se a votação e iniciou a contagem dos votos, na qual a chapa única foi vencedora com todos os votos válidos. Terminando a apuração, encerra-se a eleição. Eu Divino Candido da Mota, lavrei esta ata que após lida e aprovada será assinada pelos componentes da mesa e pessoas presentes. Rogério da Silva, Divino Candido da Mota, Geraldo Olímpio de Carvalho, Carlos Roberto Nascimento. (assinaturas)

Handerly Alves, Ronaldo de Almeida Guimarães
 Diana Martins Bastos Borges, João Bosco Abreu Costa Júnior
 Maria Lúcia dos Santos (Selma) Maurício José de Jesus
 Dinizete José de Lima: Bruno Marcelle Guimarães
 Uziel A. Gomes.

2º SERVIÇO NOTARIAL
 GUAPO - GO
 Isabel Luiza das Dores
 Oficial

2º SERVIÇO NOTARIAL - GUAPO - GO

AUTENTICAÇÃO

AUTENTICO, para os devidos efeitos, a presente fotocópia, que é reprodução tal do original que me foi apresentado (Dec. Lei nº 2148 de 25/04/1948)

Guapó (GO) 08 / 08 / 2011

Isabel B. dos Reis
 Tabeliã e/ou Substituta

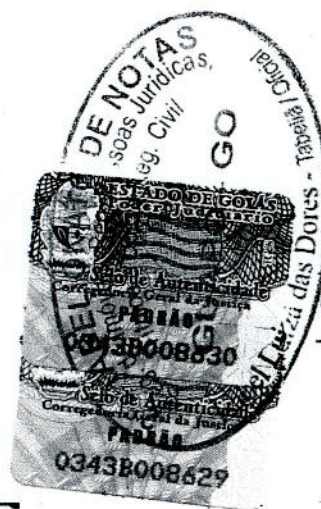


AVERBAÇÃO

Protocolado sob nº 1927
 Livro nº A Fls. 147
 foi averbado nº AV-03-A
 5ª sessão
 Guapó-GO 08 de 08 de 2011
 Isabel B. dos Reis
 Oficial



03.676.522/0001-04
 ASCOG - ASSOC. COMUNITÁRIA DE
 GUAPO - RÁDIO RIBEIRÃO - FM 87.9
 Av. Cristalina nº 1.082
 Centro
 CEP: 75.350-000
 GUAPO - GO



AVERBAÇÃO
Protocolado sob nº 1927
Livro nº A Fls. 147
foi averbado nº AV-03-B
54- 2 unidades
Guapó-GO, 08 de 06 de 2011
Isabel B. dos Anjos
Oficial

2º SERVIÇO NOTARIAL - GUAPÓ - GO
AUTENTICAÇÃO
AUTENTICO, para os devidos efeitos, a presente fotocópia, que é reprodução tal do original que me foi apresentado (Dec. Lei nº 2148 de 25/04/1943)
Guapó (GO) 08 de 06 de 2011
Isabel B. dos Anjos
Tabelião e/ou Substituto



03.676.522/0001-04
ASCOG - ASSOC. COMUNITÁRIA DE
GUAPÓ - RÁDIO RIBELIÃO - FM 87.0

Av. Cristalina, nº 1.082
Centro
CEP: 75.350-000

ATA DA POSSE DA NOVA DIRETORIA DA ASCOG

Das vinte e seis dias do mês de janeiro de dois mil e onze, às dezesseis horas, reuniram-se na sede da Associação Comunitária, os associados eleitos para a posse dos membros que foram eleitos no dia dez de janeiro. Realizada uma votação oral entre os membros eleitos para a designação dos cargos, ficando assim constituída: Presidente: Gerardo Henrique França CT nº 680.481 SSP-GO CPF. 233.315.315-53, residente na Rua Elói Alves s/nº Centro Guapó. Vice-Presidente: Niverno Cândido da Mota CT- 22742 - PM-GO CPF. 866.571.04 - Rua OS Ad. 20 Lte 12 Jardim Imperial. Secretário: Ronaldo Pires de Paula CT- 3812029 - SSP-GO CPF. 693.172.321-91 - R. Profa. Lidéria S. Ramos R. 02 Lte 3º Residencial Itoróia. Tesoureiro: Ronaldo de Almeida Guimarães CT- 152.5553 - SSP-GO CPF. 276.641.804-6 R. Isolina de Jesus Ad 03 Lte 08 JD. Imperial. Conselho Comunitário: Danizeth José de Lima RG- 2819667 SSP-GO CPF. 556926211-34 Rua 04 Ad. 20 Lte 01 Centro - Representante da Igreja Católica: Wilmar Cardoso de Duciôz RG- 142.126. Go - Representante do CREID - Residente na Rua Rodolfo Torres, Centro. Weidel Alves Gomes RG- 3556627 - SSP-GO CPF- 776.761-72 Av. Jacob Rossi Ad 16 Lte 01 Conj. Cidade Nova, Representante da Associação de Merceadores, Rogério Bezerra, L.

CPE 904.935.241-34 End. Rua Guimarães Rd 64 lte 1
 Vila Boa. Representante do Conselho Tutelar. Em tempo: Rui
 Bezerra Sola é representante da área cultural. Após a for-
 mação da diretoria e Conselho Comunitário, o presidente eleit
 empossou os demais eleitos. A palavra ficou aberta para
 quem quizesse fazer uso da mesma. Não havendo no
 mais a tratar, encerra-se a reunião. Eu, Divina Cân-
 dida da Mata, secretária empessada, lavrei a presente ata q
 após lida e apreendida será assinada por todos os mem
 e pessoas presentes. Em tempo: não é secretário e sim, que
 presidente empessado. Rogério Bezerra Sola, Filipe Adria
 da Luota Geraldo de Aguiar, Francisco Carlos
 Roberto Passos, Flávio de Almeida
 Ronaldo Pires de Paula, Guilherme Cardoso da Costa
 Juliana Martins Bastos Borges, João Bosco Abreu Costa Junior,
 Daniel de Jesus Mendes, Humberto Alves Aguiar. Ronaldo de Almeida
 Guimarães.
 Maria Julia dos Santos (sefma)
 Afanidia Jari de Jesus
 Dorizeti Jari de Jesus
 Breno machado Alves mata
 Weidel A. Gomes.

2º SERVIÇO NOTARIAL
 GUAPÓ - GO
 Isabel Luiza das Dores
 Tabeliã Oficial



2º SERVIÇO NOTARIAL - GUAPÓ - GO

AUTENTICAÇÃO

AUTENTICO, para os devidos efeitos, a presente
 fotocópia, que é reprodução fiel do original qua
 me foi apresentado (Dec. Lei nº 2148 de 25/04/1948)

Guapó (GO) 09 06 2011
 Isabel B. Santos
 Tabeliã e/ou Substituta

03.676.522/00-14
 ASCOG - ASSOC COMUNITÁRI
 GUAPÓ - RADIO RIBLAP - FM 97.3

Av. Cristalina - nº 1.082
 Centro
 CEP: 75.350-000

GUAPÓ - GO

Ata da Assembleia Geral

Cita da Assembleia Geral extraordinária da Associação Comunitária de Guapó, realizada no dia dez de janeiro de dois mil e onze, às dez e duas horas, na sede da Associação situada na Avenida Cristalina, nº 1082, centro Guapó-GO, com o objetivo de fazer a renovação da diretoria e Conselho Comunitário da Associação. A reunião foi conduzida pelo atual presidente, o senhor Geraldo Henrique Franca, o mesmo leu o conhecimento de todos o motivo da reunião e disse que o Edital de renovação, foi publicado e divulgado no dia quinze de dezembro de dois mil e dez, em locais públicos, comércio, etc. Em seguida, pediu que os interessados em compor as chapas para votação se pronunciassem e deu um tempo para a montagem das mesmas. Findo o tempo estabelecido, pediu as chapas se apresentassem, porém, só houve a composição de uma chapa, composta pelas seguintes pessoas: Dirino Cândido da Mata, Ronaldo Pires de Paula, Donizeth, José de Lima, Poliana Martins Bastos, Borges, Geraldo Henrique Franca, Wilmar Cardoso de Queiroz, Ronaldo de Almeida Guimarães, Weidell Alves Gomes, Rogério Bezerra Lela. A eleição foi marcada para o dia dez de janeiro de dois mil e onze, das 18h (dezoito horas) às 22h (vinte e duas horas), na sede da ASCOG, através de cédulas de votação, colocadas na urna onde após as 22h, serão apurados os votos. Não havendo mais a tratar, a reunião foi encerrada. Dirino Cândido da Mata, secretário, lavrou esta ata, que após lida e aprovada, será assinada pelos presentes.

Dirino Cândido da Mata, Rogério Bezerra Lela
Geraldo Henrique Franca, Donizeth, José de Lima, Poliana Martins Bastos, Borges, Wilmar Cardoso de Queiroz, Ronaldo de Almeida Guimarães, Weidell Alves Gomes, Ronaldo Pires de Paula, Ronaldo de Almeida Guimarães

Ronaldo Pires de Paula, Wilmar Cardoso de Queiroz
Poliana Martins Bastos, Borges, João Bosco Alves Costa Junior,
Weidell Alves Gomes, Ronaldo de Almeida Guimarães

Younis José de Jesus, Flavia Sidiu Santos (Selma)
 Dorizete José de Lima Brenno mathelel C. dos Santos
 Werdul A. Gomes.

03.876 522/0001-04

ASCOG - ASSOC COMUNITARIA DE
 GUAPÓ - RUA DO RIO SÃO FRANCISCO - FM 8, J

Av. Cristalina nº 1.082
 Centro

CEP: 75.350-000

GUAPÓ - GO

Selo: 06021303120843026008785
 Consulte em: <http://extrajudicial.tjgo.jus.br/selo>

2º SERVIÇO NOTARIAL
 GOIÁS - GO (V)
 Guapó, 28 de fevereiro de 2014.
 Isabel Luiza da Silva
 Tabelião Oficial
 Humberto Alves Sobrinho
 Escrivão e Sub-Oficial
 Controle: 575956505C591570

ATA da Eleição da Nova diretoria da ASCOG

Aos oito dias, oito, Dezoito dias do mês de janeiro de dois mil e onze às dezoito horas, foi aberta a seção de votação para eleição da nova diretoria e conselho comunitário da Associação Comunitária de Guapó - ASCOG - que estende-se até as vinte e duas horas. Após este momento, será realizada a apuração dos votos. A eleição está sendo realizada na ASCOG, sito a Avenida Cristalina nº 1082, Centro - Guapó, Go. A mesa receptora de votos, foi assim composta: Carlos Roberto Nascimento, Geraldo Olímpio de Carvalho, Ivanês Batista de Medeiros. Está concorrendo apenas uma chapa, pois não houve mais interessados em participar da eleição. A mesa receptora será responsável pela contagem dos votos. Às vinte e duas horas encerra-se a votação e iniciou a contagem dos votos, na qual a chapa única foi vencedora com todos os votos válidos. Terminando a apuração, encerra-se a eleição. Eu Divino Candido da Mota, lavrei esta ata que após lida e aprovada será assinada, pelos componentes da mesa e pessoas presentes. Rogei para que fosse lida a ata. Guilherme Azevedo Francisco, Danilo Roberto Nascimento, Guilherme Azevedo Francisco, Ronaldo Cruz de Paulez, WILKINSON CANDIDO DE OLIVEIRA

= Wanderly Alves ~~my~~ et al., Ronaldo de Almeida Guimarães
 - Eliana Martins Bastos Borges, João Bosco Abner Costa / 01/01/01
 - Maria Lúcia dos Santos (Selma) Chavali ~~of~~ ~~son~~ de Jesus
 - Denizete José de Lima Breno Makellê Chaves
 - Weidel A. Gomes

03.676.622/00

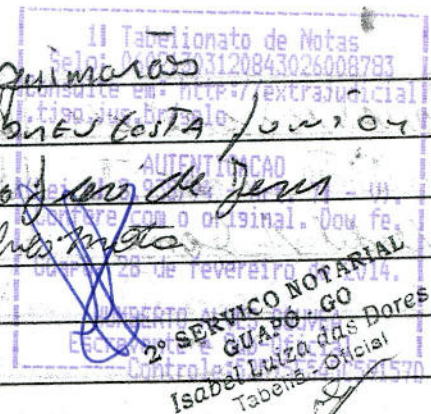
ASCOG - 1.000.000.000.000

GUAPÓ - RADIO BILHÃO - FL 8

Av. Cristalina nº 1.032
Centro

CEP: 75.350-000

GUAPÓ - GO



ATA DA POSSE DA NOVA DIRETORIA DA ASCOG

Os vinte e seis dias do mês de janeiro de dois mil e onze às dez horas, reuniram-se na sede da Associação Comunitária, os associados eleitos, para a posse dos membros que foram eleitos no dia dez de janeiro. Foi realizada uma votação oral entre os membros eleitos para a designação dos cargos, ficando assim constituída: Presidente: Geraldo Henrique Franca CI nº 680.481 SSP-GO CPF 233.315.341-53, residente na Rua Elói Alves s/nº Centro Guapó. Vice presidente: Mirim Cândido da Mota CI- 22742 - PM-GO CPF-402.866.571-04 - Rua OS Ad. 20 Lte 12 Jardim Imperial. Secretário: Ronaldo Pires de Paula CI- 3812029 - SSP-GO CPF 693.172.321-91 - R. Prof. Sódia S. Ramos B. 02 Lte 31, Residencial Itoróia. Tesoureiro: Ronaldo de Almeida Guimarães CI- 152.55.53 - SSP-GO CPF 276.641.804-63 - R. Isolina de Jesus Ad 03 Lte 08 JD. Imperial. Representante da Associação: Denizete José de Lima RG- 2819667 SSP-GO CPF- 5569.26.211-34 Rua 04 Ad. 20 Lte 01 Centro - Representante da Igreja Católica: Wilmar Cardoso de Queiroz RG- 142.1264 SSP-GO - Representante do CREID - Residente na Rua Rodolfo Torres nº 48 - Centro. Weidel Alves Gomes RG- 3556627 - SSP-GO CPF- 776.877.761-72 Av. Jacob Rossi Ad 16 Lte 01 Conj. Cidade Nova, Representante da Associação de Moradores: Rogério Bezerra Lacerda RG- 1733684 SSP-GO CPF- 394.665.151-87 Rua 04 Ad 13 Lte 03 Ad Imperial. Eliana Martins Bastos Borges RG 385612

CPE 904.935.241-34 End. Rua Goianésia dd 64 lte 13
 Vila Boa. Representante do Conselho Tutelar. Em tempo: Roge-
 rio Bezerra Sola é representante da área cultural. Após a for-
 mação da diretoria e Conselho Comunitário, o presidente eleito
 empossou os demais eleitos. A palavra ficou aberta para
 quem quisesse fazer uso da mesma. Não havendo nada
 mais a tratar, encerrou-se a reunião. Eu, Divino Cândi-
 dide da Mota, secretário empossado, lavarei a presente ata que
 após lida e aprovada será assinada por todos os membros
 e pessoas presentes. Em tempo: não é secretário e sim, vice
 presidente empossado. Rogério Bezerra Sola, Divino Cândi-
 dide da Mota, Geraldo de Aguiar, Francisco Carlos
 Roberto Vasconcelos, Paulo Afonso de Almeida,
 Ronaldo Pires de Paula, Wilson Carlos de Oliveira,
 Eliana Martins Bastos Borges, João Bosco Abreu Costa Junior,
 Daniel de Jesus Mendes, Wandely Abreu Neto. Ronaldo de Almeida
 Guimarães.

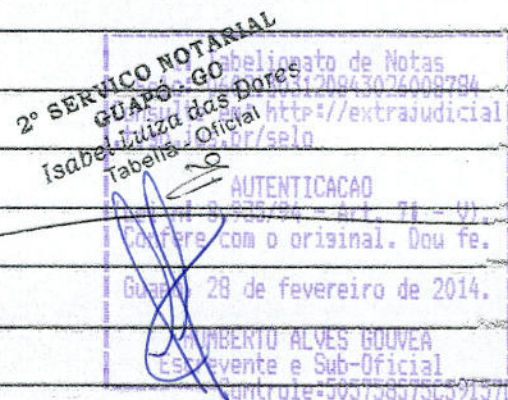
Maria Júlia dos Santos (selma)

Aurelio José de Jesus

Donizete José de Lima

Bruno Maxwell Alves Mota

Weidil A. Gomes.



03.676.522/0001-04

ASCOG - ASSOC. COMUNITÁRIA DE
 GUAPÓ - RÁDIO FIELIRÃO FM 87.0

Av. Cristalina, nº 1.082

Centro

CEP: 75.350-000

GUAPÓ - GO

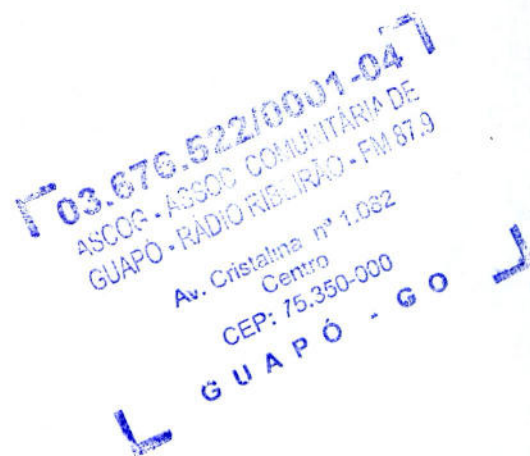


Ofício n. 003/2014

AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

BRÁSÍLIA-DF



A par de cumprimentá-lo, através do presente encaminho a V. Exa o relatório do Conselho Comunitário da ASCOG – Associação Comunitária de Guapó e a descrição da grade de programação da emissora, de acordo com a Portaria nº 197, 1º de julho de 2013, CONFORME SUBITEM 20.3 DA NORMA Nº 1/2011, APROVADA PELA PORTARIA MC Nº 462, DE 14 DE OUTUBRO DE 2011, item 21.4.1.

RELATÓRIO

A Rádio Ribeirão é uma emissora que oferece à comunidade guapoense uma programação satisfatória, ela tem os seus voluntários que prestam serviços como locutores, onde passam para os ouvintes o que a Rádio tem o de melhor. A ASCOG não é diferente de muitas outras associações, ela tem suas limitações de captar recursos para a sua manutenção e vive de Apoio cultural, através das doações de comerciantes locais, tem também, limitações no quadro de voluntários para preencher a grade de programação diária, **não deixando de funcionar em nenhum período do dia**. Todos nós estamos satisfeitos com a programação e entendemos a suas limitações.

Agradecemos a atenção e nos colocamos à disposição.

Atenciosamente,


GERALDO HENRIQUE FRANÇA
Presidente da ASCOG



DONIZETH JOSÉ DE LIMA

Membro do Conselho Comunitário



WILMAR CARDODO DE QUEIROZ

Membro do Conselho Comunitário


RONALDO DE ALMEIDA GUIMARÃES

Membro do Conselho Comunitário


ROGÉRIO BEZERRA LOLA

Membro do Conselho Comunitário

GRADE DE PROGRAMAÇÃO

1. De segunda a Sábado, das 06 as 08 horas – Raízes 87 – Com Maurilho JJ
2. De segunda a Sábado, das 15 as 17 horas – Fim de tarde especial – Com Ivanês Medeiros
3. De segunda a Sábado, das 17 as 19 horas – Aquarela sertaneja – Com Ronaldo Pires
4. De segunda a sexta, das 19 as 20 horas – Transmissão da hora do Brasil
5. De segunda a sexta, das 20 as 22 horas – Vilmondes Ribeiro
6. Aos sábados, das 08 as 11 horas – Programa interativo – Com Divino Eterno
7. Aos sábados, das 19 as 22 horas – Pediu tocou – Com Marcos Antonio
8. Aos domingos, das 06 as 08 horas – fala conosco Senhor – Grupo da Renovação Carismática católica, são três equipes que revezam aos domingo
9. Aos domingos, das 08 as 09 horas – Santa missa em seu lar – transmissão da missa direto da paróquia São Sebastião - Guapó
10. Aos domingos, das 10 as 12 horas – Palavra que liberta – Com Erika Vasconcelos
11. Aos domingos, das 19 as 22 horas – Programa emoções a dois – Divino Cândido

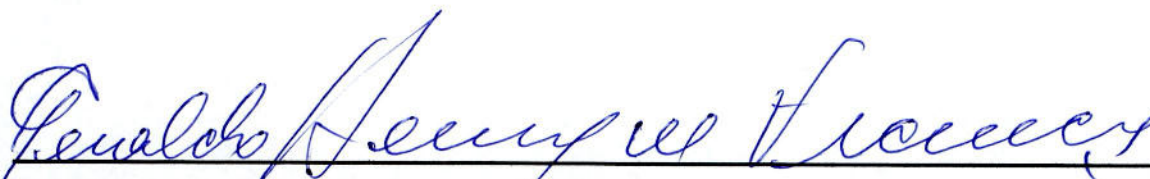
03.676.522/06
ASCOG - ASSOC. COMUNITÁRIA DE
GUAPÓ - RADIO RIBEIRÃO - FM 87.9
Av. Cristalina nº 1.082
Centro
CEP: 75.350-000
GUAPÓ - GO

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica – Departamento e Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica

ASSUNTO: REQUERIMENTO DO LAUDO DE VISTORIA TÉCNICA - RENOVAÇÃO DE OUTORGA

Solicitamos vistoria da Anatel, especificamente para efeitos da renovação da outorga, de acordo com a disponibilidade da Agência; ou Laudo de Vistoria Técnica, elaborado por profissional habilitado (Anexo 13), com sua respectiva Anotação de responsabilidade Técnica – ART, conforme item 12.1.1, da ASCOG – Associação Comunitária de Guapó, inscrita no CNPJ 03.676.522/0001-04 – Rádio Ribeirão FM 87.9



GERALDO HENRIQUE FRANÇA – PRESIDENTE

CPF 233.315.341.53

03.676.522/0001-04

ASCOG - ASSOC. COMUNITÁRIA DE
GUAPÓ - RÁDIO RIBEIRÃO - FM 87.9

Av. Cristalina nº 1.082
Centro

CEP: 75.350-000

GUAPÓ - GO



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

TERMO DE CADASTRO DE INFORMAÇÕES PROCESSUAIS NO ÂMBITO DO SEI

Protocolo nº: **53900.018279/2014-12**

1. Certifico que as informações cadastrais referentes ao processo supracitado foram devidamente inseridas no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), permanecendo com o mesmo número do processo físico.
2. Caberá à unidade de documentação e informação competente, providenciar a digitalização e consequente inserção do seu conteúdo no Sistema, bem como garantir que a partir dessa data, todas as movimentações referentes ao presente processo se darão no âmbito do SEI.

Em 22 de outubro de 2014



Documento assinado eletronicamente por **Natalia Froemming, Chefe de Serviço de Apoio Administrativo**, em 22/10/2014, às 14:09, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0200978** e o código CRC **D1151E35**.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Delegacia Regional em Minas Gerais

NOTA TÉCNICA Nº 22750/2015/SEI-MC

Processo de Renovação nº: **53900.018279/2014-12**

Processo de Outorga nº: **53670.001983/2001**

Assunto: **Exigências relativas ao requerimento de renovação de outorga.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da análise do pedido de renovação de outorga da **ASCOG - Associação Comunitária de Guapó**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Guapó/GO**.

ANÁLISE

2. Tendo em vista a análise realizada no processo, observou-se a necessidade de saneamento de pendências relativas à documentação que instrui o requerimento, devendo a entidade providenciar o envio dos itens dispostos abaixo, na forma dos subitens 8.1 e 20.3 da Norma nº 1/2011:

I. Certidão negativa de débitos das receitas administradas pela Anatel;

II. Cópia atualizada do Estatuto, **conforme subitens 8.2 e 8.3 da Norma nº 01/2011;**

III. Ata de Eleição da **diretoria em exercício** (com mandato máximo de 04 anos, permitida UMA recondução, como previsto na Norma nº 01/2011), devidamente registrada no Registro Civil de Pessoas Jurídicas;

IV. As duas atas imediatamente anteriores a ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Registro Civil de Pessoas Jurídicas;

V. Prova de que seus diretores em exercício são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos e maiores de dezoito anos ou emancipados (cópia do RG ou Certidão de Casamento), de acordo com o subitem 8.1, alínea "e", da Norma nº 01/2011. Não serão aceitos, a título de comprovação deste item, a carteira nacional de habilitação (CNH) e a inscrição no Cadastro de Pessoas Jurídicas (CPF), em atenção às restrições dispostas nos subitens 8.4.1 e 8.4.2;

VI. CPF de todos os dirigentes em exercício.

CONCLUSÃO

3. Diante do exposto, a entidade deverá ser comunicada para **apresentar** toda a documentação solicitada e/ou **esclarecer** as pendências constatadas, sob pena de indeferimento do pedido de renovação e consequente extinção da autorização.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Fernanda Lellis Fernandes Loureiro Gontijo, Agente Administrativo**, em 08/10/2015, às 11:09, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Ricardo dos Santos, Delegado Regional do Ministério das Comunicações no Estado de Minas Gerais**, em 08/10/2015, às 14:16, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0759386** e o código CRC **1FFD8AF8**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Delegacia Regional em Minas Gerais
Av. Afonso Pena, 1.270, Correio Central - Térreo — Centro
CEP 30130-900 — Belo Horizonte - MG
Telefone: (31) 3222-9051

Ofício nº 33209/2015/SEI-MC

Belo Horizonte, 08 de outubro de 2015

Ao Senhor

GERALDO HENRIQUE FRANÇA

Representante Legal da ASCOG - Associação Comunitária de Guapó, Geraldo Henrique França

Avenida Cristina, nº 1082, Bairro Centro

75350-000 / Guapó - GO

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53900.018279/2014-12.**

Senhor Representante Legal,

1. Cumprimentando-o cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar cópia da Nota Técnica nº **22750/2015/SEI-MC**, desta Delegacia, que trata de pendências encontradas nos autos.
2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir da data de recebimento deste ofício, para que essa entidade se manifeste sobre o assunto e apresente a documentação pendente, sob pena da **extinção da outorga**.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Ricardo dos Santos, Delegado Regional do Ministério das Comunicações no Estado de Minas Gerais**, em 08/10/2015, às 14:17, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0759491** e o código CRC **19DC2965**.

**CORREIOS****AVISO DE
RECEBIMENTO****AR**

DATA DE POSTAGEM

DESTINATÁRIO

GERALDO HENRIQUE FRANÇA - REP.LEGAL
ASSOC.COMUNIT.GUAPÓ
AVENIDA CRISTINA 1.082
CENTRO
75350-000 GUAPÓ-GO

UNIDADE DE POSTAGEM

CARIMBO
UNIDADE RECEPTORA

28 OUT 2015

JO 41452204 2 BR

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR

DELEGACIA REGIONAL DO MINISTÉRIO DAS
COMUNICAÇÕES EM MINAS GERAIS - DRMC/MG
AVENIDA AFONSO PENA 1.270
TÉRREO - SALA 001 CENTRO
30130-900 BELO HORIZONTE-MG

TENTATIVAS DE ENTREGA

1ª 26/10/15 ____:____ h
2ª 27/10/15 ____:____ h
3ª ____/____/____ ____:____ h

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO)

OF. 33.009/15-53900.038270/14

MOTIVO DE DEVOLUÇÃO

- | | |
|-------------------------|-----------------|
| 1 Mudou-se | 5 Recusado |
| 2 Endereço insuficiente | 6 Não procurado |
| 3 Não existe o número | 7 Ausente |
| 4 Desconhecido | 8 Falecido |
| 9 Outros | |

**RUBRICA E MATRÍCULA DO
CARTEIRO**

MATE: 8.321.259-5

ASSINATURA DO RECEBEDOR

X Maria de Fátima B. França

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR

DATA ENTREGA

28/10/15

Nº DOC. DE IDENTIDADE

884151

Ao

Ministério das Comunicações

Delegacia Regional em Minas Gerais

REF: Ofício nº 33209/2015/SEI-MC

PROC. nº 53900.018279/2014-12

NOTA TÉCNICA n.º 22750/2015/SEI-MC

OBJETO: Resposta a Nota Técnica com relação ao processo nº 53900.018279/2014-12

Ilmo. Sr. Del. Marcos Ricardo dos Santos,


Informamos que seguem documentos solicitados por Vossa Senhoria referente processo de renovação n.º 53900.018279/2014-12 ligado a Outorga n.º 53670.001983/2001 cumprindo exigências necessárias para o respectivo deferimento:

- I Certidão negativa de débitos ANATEL.
- II Cópia atualizada do Estatuto.
- III Ata de Eleição da diretoria vigente.
- IV Duas últimas atas anteriores à nova gestão.
- V Documentos que comprovam que os diretores são brasileiros natos.
- VI CPF de todos os dirigentes conforme solicitado.

Depois de juntada toda documentação ora solicitada por esta respeitável Delegacia (Ministério das Comunicações), renovo protestos de estima consideração, solicitando o prosseguimento do feito.

Pede-se deferimento.

Guapó-GO, 10 de novembro de 2015.


GERALDO HENRIQUE FRANÇA
CPF: 233.315.341-53



Menu Principal ▾

BOM DIA
GERALDO HENRIQUE FRANCASistemas
InterativosBOLETO >>> **Nada Consta** | menu ajuda

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: GERALDO HENRIQUE FRANCA

CPF: 233.315.341-53

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 08:54:31 do dia 03/11/2015 (hora e data de Brasília).

Válida até 03/12/2015.

Certidão expedida gratuitamente.

AUTENTICAÇÃO

Autentico para os devidos efeitos que a fotocópia conferida com o documento original apresentado. (Decreto Lei nº 2.148/40, art. 2º) Dou Fé. Guapó-GO, 03 de novembro de 2015.

023315062910230949-02468

Isabel Luiza das Dolres - Tabelião



STATUTO SOCIAL

DA

ASCOG - ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE GUAPÓ

CAPÍTULO I

DA CONSTITUIÇÃO, DENOMINAÇÃO, SEDE E OBJETIVOS

Art. 1º. A ASCOG - ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE GUAPÓ é uma sociedade civil de defesa da cidadania, baseada nos princípios da solidariedade, do companheirismo, da cooperação e da integração social. Atuando no âmbito municipal, abrange a comunidade natural formada pelos habitantes do município de Guapó-GO. Constituída apartidária, sem fins lucrativos, não religiosa, sem discriminação de raça, sexo ou atividade econômica e profissional, é criada nesta data para organizar e congregar os grupos comunitários. Sua finalidade é discutir e debater os problemas que afetam esses cidadãos e que possam ser encaminhados por iniciativa própria, com participação dos poderes públicos, desenvolvendo, em nome dessa coletividade, atividades e serviços necessários para as populações da área possam melhorar suas condições de vida e de trabalho, dispondo de informações de interesse geral e de utilidade pública, especialmente sobre economia doméstica, abastecimento, preços e defesa do consumidor, saúde, educação, segurança, serviços básicos emergenciais, transportes, lazer, aperfeiçoamento profissional de recursos humanos, comunicação e desenvolvimento cultural e artístico. A Associação terá duração indeterminada, com número ilimitado de sócios, e sua sede provisória está localizada no endereço: Avenida Cristalina nº 1.082, Centro - Guapó-GO.

Art. 2º. Os objetivos sociais que fundamentam a sua constituição são os seguintes:

- a) Reunir cidadãos interessados, associados ou não, para mobilizar forças políticas, econômicas e sociais no sentido de estudar e preservar as raízes culturais básicas da população, estimulando, especialmente nos jovens, a manifestação folclórica, artística e cultural;
- b) Identificar os existentes ou criar e desenvolver mecanismos e instrumentos para a promoção de obras culturais e manifestações artísticas de jovens e cidadãos que não disponham de recursos para desenvolver talentos e habilidades;
- c) Identificar, discutir e desenvolver soluções que atendam às demandas e carências de informação útil, concreta e prática, em caráter transitório ou permanente, das famílias residentes na comunidade, especialmente em questões fundamentais, como localização e preços de serviços de abastecimento, transporte, segurança, saúde, educação e aperfeiçoamento profissional, telecomunicações, oportunidades de lazer, serviços emergenciais e atividades culturais e artística;
- d) Promover a integração social na comunidade, buscando formas para estabelecer um relacionamento de companheirismo, de solidariedade e cooperação entre os moradores do bairro,

[Handwritten signatures and marks]



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE GUAPÓ
AV. CRISTALINA Nº 1.082 CENTRO
GUAPÓ - GO



estimulando a boa vontade e a ajuda mútua como instrumentos para alcançar o bem-estar comum, fortalecendo a parceria com os serviços públicos nas situações de calamidades, epidemias, campanhas de defesa civil e nos esforços coletivos de defesa do interesse geral da sociedade;

e) Fortalecer os laços institucionais entre os representantes políticos da comunidade e as demais organizações comunitárias em atividade e com outras associações, recolhendo e transmitindo experiências, informações e conhecimento no exercício das tarefas de defesa da cidadania, de encaminhamento de problemas de interesse coletivo e no desenvolvimento social, cultural e artístico da sociedade comunitária;

f) Fomentar, em caráter permanente, o debate de questões fundamentais do país e da sociedade, estimulando o estudo, a pesquisa, a competição entre estudantes e interessados, para ampliar a busca de informação sobre o regime democrático, os direitos e responsabilidades dos cidadãos, o conhecimento das Leis, da Constituição, da estrutura política, da organização dos Poderes, das políticas Econômicas, das instituições sociais, fortalecendo o espírito de brasilidade, o respeito e a consideração para com os direitos individuais e coletivos, valorizando, sobretudo a condição de cidadania de brasileiros natos ou por adoção;

Parágrafo Único - Para alcançar seus objetivos a ASCOG - ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE GUAPÓ atuará de forma bastante ampla, realizando estudos, pesquisas, levantamentos; promovendo reuniões, encontros, debates, seminários, palestras, conferência; organizando cursos, treinamento e qualificação de recursos humanos, estágios e outras formas de aprendizado; publicando circulares, boletins, notícias, jornais; realizando programas especiais em emissoras de rádio e de televisão e criando, desenvolvendo e consolidando, diretamente sob sua responsabilidade ou por meio de acordos ou contratos de prestação de serviços e parceria com terceiros, sistemas, instrumentos ou mecanismos de comunicação e difusão de informações capazes de suprir, com os mais baixos custos e os melhores índices de eficiência, às necessidades da população da comunidade e especialmente os cidadãos associados, atendendo, naturalmente, às normas constitucionais (art. 5 - Inciso IX da Constituição).

CAPÍTULO II

DOS ASSOCIADOS, DIREITOS E DEVERES

Art. 3º. Podem associar-se as pessoas físicas residentes ou que desenvolvam suas atividades profissionais e econômica na área compreendida pela comunidade residente em a área do Município de Guapó-GO, sem limitação de número por família, por sexo, categoria econômica e social ou por condição de religião, raça ou ideologia político-partidária.

Parágrafo 1º - só serão efetivados como associados os proponentes que aceitarem as condições deste Estatuto, assinando-o como prova de concordância com as suas condições, podendo qualquer cidadão da comunidade beneficiada emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE GUAPÓ
AV. CRISTALINA Nº 1.062 CENTRO
GUAPÓ - GO



peia associação, bem como manifestar idéias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, desde que encaminhados ao conselho comunitário.

Parágrafo 2º - ao encaminhar sua inscrição, o candidato deverá preencher um cadastro básico, contendo informações e dados pessoais, profissionais e familiares.

Parágrafo 3º - os associados podem ser enquadrados nas seguintes categorias:

- a) **FUNDADORES** - os que participaram das reuniões preliminares e/ou da Assembleia de instalação da associação;
- b) **CONTRIBUINTES** - os que se inscreveram após o encerramento do Livro de Fundação e mantenham suas contribuições e participação em dia;
- c) **HONORÁRIOS** - cidadãos que tenham prestado ou ainda prestem relevantes serviços à associação ou à comunidade, ao Município, ao Estado e à sociedade.

Art. 4º. São deveres inalienáveis e intransferíveis dos associados:

- a) Aceitar como seus os objetivos fundamentais da associação, buscando integrar-se decisivamente nas tarefas assumidas pela coletividade, conhecendo, cumprindo e fazendo cumprir o Estatuto Social, o Programa de Atividade e as instruções da Diretoria aprovadas pelos Conselhos ou Assembleias;
- b) Prestigiar, com sua presença, ou com representação, eventos e atividades programadas, justificando, de alguma forma, o não comparecimento, especialmente quando lhe forem atribuídas tarefas e responsabilidades que envolvam outros associados ou que sejam básicas para a continuidade de trabalhos e atividades;
- c) Recolher com pontualidade as contribuições financeiras aprovadas nas Assembleias indicando, a tempo, quando não puder fazê-lo, para evitar contratempos à Diretoria no cumprimento de obrigações assumidas em nome da Associação.

Art. 5º. Ao associado que infringir o Estatuto Social, as Normas Regimentais, os Planos de Atividades e as decisões aprovadas em Assembleia ou emitidas na forma do Estatuto pela Diretoria, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:

- a) Advertência por escrito, enviada para o endereço pessoal do associado;
- b) Suspensão de suas atividades sociais por tempo determinado;
- c) Afastamento do Quadro Social.

Parágrafo 1º - O desligamento de um associado do Quadro Social só poderá ser aplicado após denúncia da Secretaria ou da Tesouraria, análise da Diretoria e consulta final ao associado, ao qual será dado amplo direito de defesa.

Parágrafo 2º - Será excluído automaticamente, sem necessidade de outros procedimentos, o associado que deixar de saldar seus compromissos financeiros pelo período de seis meses consecutivos, podendo ser integrado caso liquide pendências financeiras e se disponha a retomar sua participação nas atividades com aprovação do Presidente.



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE GUAPÓ
AV. CRISTALINA Nº 1.082 CENTRO
GUAPÓ - GO

Auxiliar o Presidente em tarefas por ele designada e substituí-lo na ordem procedente, desde que não haja algum impedimento de vital importância, o qual deverá ser manifestado por escrito.

Art. 9º. Compete ao Secretário:

Superintender aos trabalhos da Secretaria de forma eficiente para a boa organização da entidade e:

- a) Organizar a pauta e ordem do dia das reuniões da Diretoria e das Assembléias;
- b) Responsabilizar-se pela guarda de arquivo da secretaria mantendo-o em dia;
- c) Lavrar, subscrever as Atas de reunião da Diretoria e das Assembléias;
- d) Fornecer ao Presidente, todos os dados solicitados sobre as atividades da entidade e do seu trabalho.

Art. 10º. Compete ao Tesoureiro:

- a) Assinar com o Presidente, cheques e todos os documentos financeiros sempre que solicitados;
- b) Apresentar balancetes de demonstrativos de contas e relatórios financeiros anuais, inclusive com prestação de contas em forma contábil;
- c) Arrecadar mensalidades, taxas e outras contribuições;
- d) Pagar pontualmente os compromissos devidos pela entidade;
- e) Manter os lançamentos com toda clareza e arquivamento de comprovantes;
- f) Fornecer ao Presidente, quando solicitado, todos os dados referentes às suas atividades;
- g) Substituir o Presidente na ordem de presidência.

Art. 11º. Compete ao Conselho Comunitário:

- a) Acompanhar divulgações da Associação, com objetivo de atender interesse exclusivo da comunidade;
- b) Analisar pedido de qualquer cidadão da comunidade, que desejar emitir opinião sobre quaisquer assuntos abordados pela Associação, bem como manifestar idéias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações.

Parágrafo Único – O Conselho Comunitário será composto por 05 (cinco) pessoas representantes de entidades locais, tais como: associações de classe, beneméritos, religiosos ou de moradores, desde que legalmente instituídas.

Isabel Luiza das
Dores



REG. IMÓVEIS E 2º TAB. NOTAS
GUAPÓ-GO
Isabel Luiza das Dores
Tabeliã/Oficial

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES GERAIS E PERMANENTES

Art. 12º. O mandato da Diretoria Executiva será de cinco anos, com direito a reeleição ou recondução ao cargo quando não houver interessados.

Parágrafo Único – Não será permitido o acúmulo de cargos, a remuneração de membros da Diretoria ou a utilização de bens, equipamentos, instalações ou propriedades da Associação por membros da Diretoria ou do Conselho sem a devida autorização da Diretoria com a consequente fixação de custos e taxas correspondentes.

Art. 13º. As mensalidades, cotas e contribuições especiais serão fixadas pela Assembléia, com proposta e aprovação da Diretoria Executiva.

Art. 14º. A Associação poderá outorgar direitos adquiridos, transferir bens, equipamentos, instalações, contratos, convênios ou outros benefícios decorrentes de suas atividades, com autorização expressa para estes atos, aprovada em Assembléia Extraordinária convocada para este fim, com voto favorável de, no mínimo, um terço dos associados em situação regular.

CAPÍTULO V

DAS ELEIÇÕES

Art. 15º. Os sócios poderão votar para escolher seus representantes desde que estejam em perfeito gozo de seus direitos estatutários e em ordem com seus compromissos associativos.

Art. 16º. Somente poderão votar os filiados até 180 (cento e oitenta) dias antes da data das eleições.

Art. 17º. Somente poderão ser votados os filiados até 12 (doze) meses antes da data das eleições.

Isabel Luiza das Dores

Isabel Luiza das Dores

Isabel Luiza das Dores

Isabel Luiza das Dores

Isabel Luiza das Dores

SERVIÇO NOTARIAL REGISTRAL
GUAPÓ - GOIÁS

REGISTRO DE IMÓVEIS, PESSOAS JURÍDICAS,
TÍTULOS E DOCUMENTOS, TABELIONATO DE NOTAS

Isabel Luiza das Dores
OFICIAL

AUTENTICAÇÃO
Autentico para os devidos efeitos que a fotocópia conferi
com o documento original apresentado. (Decreto Lei nº
2.148/40, art.2º) Dou Fé. Guapó-GO, 03 de novembro de
2015.
023315062910230949-02473

Isabel Luiza das Dores
Isabel Luiza das Dores - Tabeliã

REG. IMÓVEIS E 2º TAB. NOTAS
GUAPÓ-GO
Isabel Luiza das Dores
Tabeliã/Oficial



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE GUAPÓ
AV. CRISTALINA Nº 1.062 CENTRO
GUAPÓ - GO

Art. 18º. As chapas poderão inscrever-se até 60 (sessenta) dias antes da data das eleições, devendo apresentar os nomes de seus integrantes e seu programa.

Art. 19º. A Assembléia para as eleições será convocada por edital público no jornal de grande circulação no município sede da Associação.

Art. 20º. As eleições serão secretas, utilizando-se para a votação cabinas indevassáveis, urnas e mesários, nos moldes das eleições proporcionais e majoritárias.

Art. 21º. As chapas inscritas poderão indicar 02 (dois) fiscais para acompanhar os trabalhos em cada local de votação.

Parágrafo Único – Para tanto, as chapas deverão apresentar requerimento à Secretaria da Associação até 30 (trinta) dias antes da data das eleições.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 22º. A Presidência poderá autorizar a Secretaria-Geral e a Tesouraria a convidar pessoas não filiadas à Associação para assessorá-las.

Art. 23º. O atual Estatuto poderá ser alterado por sugestão do Presidente, que submeterá as eventuais mudanças à aprovação da Assembléia.

CAPÍTULO VII

DO PATRIMÔNIO SOCIAL

Art. 24º. A Associação poderá contar com os seguintes meios para garantir sua subsistência:

a) Contribuições regulares de filiados;





- b) Subvenções, auxílios e dotações;
- c) Doações e legados;
- d) Rendas patrimoniais;
- e) Contribuições de ajuda, arrecadações eventuais e quaisquer outros meios legais;
- f) Arrecadação contributiva decorrente de taxas sociais e apoio cultural das atividades de comunicação criadas pela Associação, com base nos direitos legais, permitidos pela Constituição da República do Brasil;

Parágrafo Único – Os valores das contribuições mensais e taxas de manutenção serão fixados pela Diretoria conforme os critérios definidos em Assembléia específica.

Art. 25º. A Presidência poderá a qualquer momento e tempo requisitar a prestação de serviços de terceiros, alheios à Associação, para o bom desempenho de suas atividades.

CAPÍTULO VIII

DA ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 26º. A Assembléia Geral é o órgão soberano da Associação e se reunirá, ordinária ou extraordinariamente, nos casos estabelecidos neste Estatuto.

Parágrafo 1º - Uma hora antes do início dos trabalhos deverá ser colocado à mesa o "Livro de Presença", onde os sócios lançarão sua assinaturas.

Parágrafo 2º - Os trabalhos serão abertos pelo Presidente da Associação que solicitará à Assembléia a indicação e aprovação de um sócio para presidi-la, o qual assumirá imediatamente as suas funções e convidará um associado para secretariá-lo.

Parágrafo 3º - O presidente da Assembléia, além do seu voto de sócio, terá também o voto de desempate, exceto quando se tratar de eleição.

Parágrafo 4º - As votações nas Assembléias Gerais poderão ser simbólicas, nominais, secretas ou por aclamação.

Parágrafo 5º - A Ata dos trabalhos, lavrada pelo Secretário será assinada pelos componentes da mesa e por 03 (três) sócios escolhidos pela Assembléia.

Art. 27º. A Assembléia Geral Ordinária reunir-se-á, uma vez por ano, no mês de outubro.

SERVIÇO NOTARIAL REGISTRAL
GUAPÓ - GOIÁS

REGISTRO DE IMÓVEIS, PESSOAS JURÍDICAS,
TÍTULOS E DOCUMENTOS, TABELIONATO DE NOTAS

Isabel Luiza das Dores
OFICIAL

AUTENTICAÇÃO
Autentico para os devidos efeitos que a fotocópia conferi com o documento original apresentado. (Decreto Lei nº 48/40, art. 2º) Dou Fé. Guapó-GO, 03 de novembro de 2015.

023315062910230949-02475

Isabel Luiza das Dores - Tabeliã

REGISTRO DE IMÓVEIS E 2º TAB. NOTAS
GUAPÓ-GO
Isabel Luiza das Dores
Tabeliã/Oficial

0822124) SEI 53900.018279/2014-12 / pg. 33



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE GUAPÓ
AV. CRISTALINA Nº 1.062 CENTRO
GUAPÓ - GO

11

Art. 28º. São atribuições da Assembléia Geral:

- a) Examinar e aprovar ou não, as contas da Diretoria, o balanço social e os demais atos administrativos;
- b) Eleger, no devido tempo, os membros da Diretoria e dos Conselhos Consultivo e Fiscal;
- c) Destituir, quando assim o exigirem os interesses da Associação, um ou mais membros da Diretoria e dos Conselhos Consultivos e Fiscal, mediante o voto concorde de, no mínimo, 1/3 (um terço) dos associados fundadores e efetivos, convocados especificamente para essa finalidade, em Assembléia Geral Extraordinária;
- d) Promover imediata substituição e pelo prazo restante de mandato, dos membros destituídos, na forma da letra "c" deste Artigo;
- e) Deliberar sobre os demais assuntos constantes da "Ordem do Dia".

Art. 29º. A Assembléia Geral Extraordinária se reunirá sempre que convocada pela Diretoria, pelos Conselhos Consultivos, Fiscal, ou por 1/3 (um terço), no mínimo, dos associados, deliberando sobre assuntos que tiverem motivado a convocação.

Art. 30º. As Assembléias Gerais, tanto Ordinárias quanto Extraordinárias, serão convocadas com antecipação de 15 (quinze) dias, mediante edital a ser afixado na sede e nas representações, além de comunicação por carta a todos os associados em dia com suas obrigações, com visto de recebimento com antecedência mínima de 08 (oito) dias.

Art. 31º. A Assembléia Geral deliberará, validamente, com a presença, pessoal ou através de procuração, da maioria dos associados.

Parágrafo 1º - A Assembléia Geral deliberará por maioria de seus membros, cabendo um voto a cada associado, presente ou representado.

Parágrafo 2º - Só poderá votar e ser votada, o sócio quite com a Tesouraria.

Parágrafo 3º - Os sócios beneméritos poderão participar das Assembléias, sem direito a voto, podendo, entretanto, opinar, sugerir e debater a "Ordem do Dia".

Art. 32º. Na falta do comparecimento à Assembléia Geral de associados que constituem a maioria social, se reunirá ela, em segunda convocação, uma hora após a primeira convocação e deliberará com qualquer número de associados presentes, excetuado o disposto na letra "c", do Artigo 28.





ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE GUAPÓ
AV. CRISTALINA Nº 1.082 CENTRO
GUAPÓ - GO

CAPÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS


Art. 33º. Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria, ouvido o Presidente da entidade.

Art. 34º. O Presente Estatuto entra em vigor nesta data.

Art. 35º. A Associação poderá ser extinta desde que seja convocada Assembléia pelo Presidente, especificamente para esse fim e conforme maioria de 2/3 (dois terços), e após se dará destino ao seu patrimônio, que deverá ser doado a outra associação com o mesmo fim ou ao Poder Executivo Municipal.

Parágrafo Único – Os filiados não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais.

Guapó-GO, aos dias do mês de do ano de 1999.


DIVINO ETERNO ARRUDA
Presidente



REC. IMÓVEIS E 2º TAB. NOTAS
GUAPÓ-GO
Isabel Luiza das Dores
Tabelião/Oficial

023315062910230949-02463

Isabel Luiza das Dores - Tabeliã

RUA RODOLFO TAVARES - QD. 14 LT 02 SALA 07 - CENTRO - FONE: (62) 3552-1110 - GUAPÓ-GO

REC. INTERIORES
GUAPÓ-GO
Isabel Luiza das Dores
Tabeliã/Oficial



Ata da Assembleia Geral

Cita da Assembleia Geral extraordinária da Associação Comunitária de Guapó, realizada no dia dez de janeiro de dois mil e onze às dezesseis horas, na sede da Associação situada à Avenida Cristalina nº 1082, centro Guapó-GO, com o objetivo de fazer a renovação da diretoria e conselho comunitário da Associação. A reunião foi conduzida pelo atual presidente, o senhor Geraldo Henrique Franca, o mesmo leu ao conhecimento de todos o motivo da reunião e disse que o Edital de renovação, foi publicado e divulgado no dia quinze de dezembro de dois mil e dez, em locais públicos, comércios, etc. Em seguida, pediu que os interessados em concorrer às chapas para votação se pronunciassem e deu um tempo para a montagem das mesmas. Findado o tempo estabelecido, pediu as chapas se apresentassem, porém, só houve a composição de uma chapa, composta pelas seguintes pessoas: Nirvino Cândido da Mata, Ronaldo Pires de Paula, Wozizeth, José de Lima, Poliana Martins Bastos, Borges, Geraldo Henrique Franca, Wilmar Cardoso de Oliveira, Ronaldo de Almeida Guimarães, Weidek Alves Gomes, Rogério Bezerra Sola. A eleição foi marcada para o dia dezesseis de janeiro de dois mil e onze das 8h (dezesseis horas) às 22h (vinte e duas horas), na sede da ASCOG, através de cédulas de votação, colocadas na urna onde após as 22h, serão apurados os votos. Não havendo mais a tratar, a reunião foi encerrada. Foi Nirvino Cândido da Mata, secretário, lavrou esta ata, que após lida e aprovada, será assinada pelos presentes.

Nirvino Cândido da Mata, Rogério Bezerra Sola
Geraldo Henrique Franca, Ronaldo Pires de Paula, Wilmar Cardoso de Oliveira, Poliana Martins Bastos, Borges, José de Lima, Weidek Alves Gomes, Ronaldo de Almeida Guimarães

Ronaldo Pires de Paula, Wilmar Cardoso de Oliveira, Poliana Martins Bastos, Borges, José de Lima, Weidek Alves Gomes, Ronaldo de Almeida Guimarães

AUTENTICAÇÃO

Autentico para os devidos efeitos que a fotocópia conferi com o documento original apresentado. (Decreto Lei nº 2.148/40, art.2º) Dou Fé. Guapó-GO, 03 de novembro de 2015.

023315062910230949-02464

Isabel Luiza das Dolores - Tabeliã

RUA RODOLFO TAVARES - QD. 14 CT 02 SALA 07 - CENTRO - FONE: (62) 3552-1110 - GUAPÓ-GO



REG. IMÓVEIS E 2º TAB. NOTAS
GUAPÓ-GO
Isabel Luiza das Dolores
Tabeliã/Oficial



2º SERVIÇO NOTARIAL - GUAPÓ - GO

AUTENTICAÇÃO

AUTENTICO, para os devidos efeitos, a presente fotocópia, que é reprodução fiel do original que me foi apresentado (Dec. Lei nº 2148 de 25/04/1948)

Guapó (GO) 08/06/2011

Isabel B. dos Anjos
Tabeliã e/ou Substituta

ATA da Eleição da Nova diretoria da ASCOG

Por este dia, dia 03, de Novembro de 2015, às dez e onze horas, foi aberta a sessão de votação para eleição da nova diretoria e conselho comunitário da Associação Comunitária de Guapó ASCOG que estende-se até as vinte e duas horas. Após este momento, será realizada a apuração dos votos. A eleição está sendo realizada na ASCOG, sito a Avenida Cristalina nº 1082, Centro - Guapó, GO. A mesa receptora de votos, foi assim composta: Carlos Roberto Nascimento, Geraldo Olimpio de Carvalho, Ivanês Batista de Medeiros. Esta comissão estando apenas uma chapa, pois não houve mais interessados em participar da eleição. A mesa receptora será responsável pela contagem dos votos. Às vinte e duas horas encerra-se a votação e iniciou a contagem dos votos, na qual a chapa única foi vencedora com todos os votos válidos. Terminando a apuração, encerrou-se a eleição. Eu Divino Candido da Mota, lavrei esta ata que após lida e aprovada será assinada pelos componentes da mesa e pessoas presentes. Rogo aos presentes assinarem a ata.

Divino Candido da Mota
Carlos Roberto Nascimento
Geraldo Olimpio de Carvalho
Ivanês Batista de Medeiros
Ronaldos Pires de Paula
Gustavo Carlos de Oliveira

Wanderley Alves, Ronaldo de Almeida Guimarães
Seliama Martins Bastos Borges, João Bosco Abreu Costa Júnior
Maria Sílvia dos Santos (Selma) Chaurinho José de Jesus
Denizete José de Jesus Brenner Maciel G. G. Costa
Weidel A. Gomes

2º SERVIÇO NOTARIAL
GUAPÓ - GO
Isabel Luiza das Dores
Tabeliã Oficial

AVERBAÇÃO
Protocolado sob nº 1927
Livro nº 4 Fis. 147
foi averbado nº 4V-03-A
57 inscrita
Guapó-GO, 08 de 08 de 2011
Isabel L. das Dores
Oficial



2º SERVIÇO NOTARIAL - GUAPÓ - GO
AUTENTICAÇÃO

AUTENTICO, para os devidos efeitos, a presente fotocópia, que é reprodução fiel do original que me foi apresentado (Dec. Lei nº 2148 de 25/04/1963)

Guapó (GO) 08/08/2011
Isabel L. das Dores
Tabeliã e/ou Substituta



SERVIÇO NOTARIAL REGISTRAL
GUAPÓ - GOIÁS
REGISTRO DE IMÓVEIS, PESSOAS JURÍDICAS, TÍTULOS E DOCUMENTOS, TABELIONATO DE NOTAS
Isabel Luiza das Dores
OFICIAL
AUTENTICAÇÃO
Autentico para os devidos efeitos que a fotocópia conferi com o documento original apresentado. (Decreto Lei nº 2.148/40, art. 2º) Dou Fé. Guapó-GO, 03 de novembro de 2015.
023315062910230949-02465
Isabel L. das Dores
Isabel Luiza das Dores - Tabeliã
GUARULHO TAVARES - QD. 14 CT. 02 SALA 07 - CENTRO - FONE: (62) 3552-1110 - GUAPÓ-GO



SERVIÇO NOTARIAL REGISTRAL
GUAPÓ - GOIÁS
IZABEL LUÍZA DAS DORES
OFICIAL

AUTENTICAÇÃO
Autentico para os devidos efeitos que a fotocópia conferi com o documento original apresentado. (Decreto Lei nº 2.148/40, art. 2º) Dou Fé. Guapó-GO, 03 de novembro de 2015.
023315062910230949-02466

Isabel Luiza das Dore
Isabel Luiza das Dore - Tabeliã

GUARARAPES - GOIÁS - TAVARES - DD. 14 LT 02 SALA 07 - CENTRO - FONE: (62) 3552-1110 - GUAPÓ-GO



AVERBAÇÃO
Protocolado sob nº 2924
Livro nº 14 Fis. 147
foi averbado nº AV-03-B
54 - 3 sanções
Guapó-GO 28 de 06 de 2011
Isabel L. das D.
Oficial

2º SERVIÇO NOTARIAL - GUAPÓ - GO
AUTENTICAÇÃO
AUTENTICO, para os devidos efeitos, a presente fotocópia, que é reprodução fiel do original que me foi apresentado (Dec. Lei nº 2148 de 25/04/1943)
Guapó (GO) 08 06 12011
Isabel L. das D.
Tabeliã e/ou Substituto



ATA DA POSSE DA NOVA DIRETORIA DA ASCOG

Às vinte e seis dias do mês de janeiro de dois mil e onze às dez horas, reuniram-se na sede da Associação Comunitária, os associados eleitos, para a posse dos membros que foram eleitos no dia dezoito de janeiro. Foi realizada uma votação oral entre os membros eleitos para a designação dos cargos, cargos que formam a diretoria, ficando assim constituída: Presidente: Geraldo Henrique Franca CT nº 680.481 SSP-GO CPF. 233.315.341-53, residente na Rua Elói Alves s/n Centro Guapó. Vice presidente: Niverno Cândido da Mota CT- 22742 - PM-GO CPF. 402.866.571-04 - Rua Osvaldo do Lte 12 Jardim Imperial. Secretário: Ronaldo Pires de Paula CT- 3812029 - SSP-GO CPF. 693.172.321-94 - R. Prof. Lúcia S. Ramos R. 02 Lte 31, Residencial Vitória. Tesoureiro: Ronaldo de Almeida Guimarães CT- 152 55 53 - SSP-GO CPF. 276.641.804-63 - R. Iolanda de Jesus R. 03 Lte 08 JD. Imperial. Conselheiro Comunitário: Denizeth José de Lima RG- 2819667 SSP-GO CPF- 556926211-34 Rua 04 Ad. 20 Lte 01 Centro - Representante da Igreja Católica. Wilmar Cardoso de Queiroz RG- 142.126455 Go - Representante do CREID - Residente na Rua Rodolfo Tavares nº 481 Centro. Weidel Alves Gomes RG- 3556627 - SSP-GO CPF- 776.871.761-72 Av. Jacob Rossi R. 16 Lte 01 Conj. Cidade Nova, RA. Representante da Associação de Moradores, Rogério Bezerra Silva RG- 1733684 SSP- GO CPF- 394665.151-87 Rua. 04 Ad 13 Lte 02 R. 16 Lte 01 Conj. Cidade Nova, RA. Adriano Moutinho, Baston Bonavaz RG 385612

CPE - 904 935. 241 - 34 End. Rua Geianísia dd E4 Lte 13
 Vila Boa. Representante do Conselho Tutelar. Em tempo: Rui-
 rio Bezerra Sola é representante da área cultural. Após a for-
 mação da diretoria e Conselho Comunitário, o presidente eleito
 empousou os demais eleitos. A palavra ficou aberta para
 quem quizesse fazer uso da mesma. Não havendo mais
 mais a tratar, encerrou-se a reunião. Eu, Leivina Cândi-
 dido da Mota, secretário empousado, lerei a presente ata que
 após lida e aprovada será assinada por todos os membros
 e pessoas presentes. Em tempo: não é secretário e sim, vice
 presidente empousado. Rogério Bezerra Sola, Gilvina Cândi-
 dido da Mota, Geraldo de Aguiar Francisco, Carlos
 Roberto Passos, Cleonilde de Almeida
 Ronaldo Pereira de Paula, Guilherme Cardoso da Silva, Ed-
 sona Martins Bentes Borges, João Bosco Abreu Costa Junior,
 Daniel de Jesus Mendes, Wanderley Abreu Aguiar. Ronaldo de Almeida
 Guimarães.
 Maria Júlia dos Santos (sema)
 Afonso José de Jesus
 Domingos José de Jesus
 Breno Machado de Jesus, Mota
 Weidell A. Gomes.

2º SERVIÇO NOTARIAL
 GUAPÓ - GO
 Isabel Luiza das Dores
 Tabela Oficial



2º SERVIÇO NOTARIAL - GUAPÓ - GO
 AUTENTICAÇÃO

AUTENTICO, para os devidos efeitos, a presente
 fotocópia, que é reprodução fiel do original que
 me foi apresentado (Dec. Lei nº 2148 de 25/04/1943)

Guapó (GO) 07/06/2017
 Isabel Luiza das Dores
 Tabela Oficial Substituta

REGISTRO DE IMÓVEIS, PESSOAS JURÍDICAS,
 TÍTULOS E DOCUMENTOS, TABELIONATO DE NOTAS
 2º SERVIÇO NOTARIAL REGISTRAL
 GUAPÓ - GOIÁS
 Isabel Luiza das Dores
 OFICIAL

AUTENTICAÇÃO
 Autentico para os devidos efeitos que a fotocópia conferi
 com o documento original apresentado. (Decreto Lei nº
 2.148/40, art. 2º) Dou Fé. Guapó-GO, 03 de novembro de
 2015.

023315062910230949-02454

Isabel Luiza das Dores - Tabela



na Guarãnia de Jesus, Plônia Sidiá Santos (Selma)
 ra Dorizete José de Jesus Brenno machado Alves nota
 a Wendel A. Gomes.

2º SERVIÇO NOTARIAL
 GUAPÓ - GO
 Isabel Luiza das Dores
 Tabeliã Oficial

2º SERVIÇO NOTARIAL - GUAPÓ - GO

AUTENTICAÇÃO

AUTENTICO, para os devidos efeitos, a presente fotocópia, que é reprodução tal do original que me foi apresentado (Dec. Lei nº 2148 de 23/04/1942)

Guapó (GO) 08/06/2011

Isabel B. das Dores
 Tabeliã e/ou Substituta

AVERBAÇÃO

Protocolado sob nº 1927

Livro nº A Fis. 114

foi averbado nº AV-03

57 3 comenda

Guapó-GO 08 de 06 de 2011

Isabel B. das Dores
 Oficial





ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE GUAPÓ

AOS TRINTA E HUM DIA DO MÊS DE MAIO DE 1.999 (UM MIL NOVECENTOS E NOVENTA E NOVE), OS ASSOCIADOS DA ASSOCIAÇÃO, DEVIDAMENTE CONVOCADOS, REUNIRAM-SE EM ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA PARA ATENDER A SEGUINTE ORDEM DO DIA CONSTITUIÇÃO DA FUNDAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE GUAPÓ, APROVAÇÃO DO ESTATUTO, ELEIÇÃO DA DIRETORIA E APROVAÇÃO DOS 12 MÊS PARA COMPOR O CONSELHO COMUNITÁRIO. Foi escolhido por aclamação para presidir a reunião o SR SERGIO ANTONIO CALDOSO DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, Funcionário Público, portador da C.I. Nº 988.254. SSP-GO. E do C.P.F. 219.572.821-34, residente e domiciliado na RUA RODOLFO TAVARES Nº 499. CENTRO, E PARA SECRETARIAR ESTA REUNIÃO O ASSOCIADO, CARLOS ROBERTO NASCIMENTO brasileiro casado, Funcionário Público, portador da C.I. Nº 3.616.684. SSP-GO, E do C.P.F. Nº 344.137.421.91 residente e domiciliado na RUA CATALÃO Nº 693. CENTRO. O PRESIDENTE DA SEÇÃO DISCORREU SOBRE A NECESSIDADE QUE A COMUNIDADE DE GUAPÓ TEM EM CRIAR UMA ASSOCIAÇÃO, SEM FINS LUCRATIVOS, QUE VISE O SEU DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO E CULTURAL. EM SEQUIDA, LEIU O PROJETO DE CRIAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO ORA EM CONSTRUÇÃO, RESSALTANDO QUE A ÁREA DE ATUAÇÃO DA MESMA É RESTRITA À COMUNIDADE LOCAL. FOI COLOCADA EM VOTAÇÃO UNÂNIME DOS PRESENTES. APÓS, PASSOU-SE À Apreciação da Assembleia a APROVAÇÃO DO ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE GUAPÓ, OPORTUNIDADE EM QUE FOI ENTREGUE A CADA UM DOS PRESENTES UMA CÓPIA DA MINUTA DO ESTATUTO EM POSTO DE ASSINATURA.

ROVAÇÃO. TENDO OS PRESENTES A SEGUIR DECLARADO
E NENHUMA ALTERAÇÃO OU MODIFICAÇÃO NA MINUTA
TINHAM A PROPOR, FOI O REFERIDO ESTATUTO SUBME-
tido A VOTAÇÃO, TENDO SIDO APROVADO POR UNANIM-
idade de votos. A SEGUIR PASSOU-SE A VOTAÇÃO DOS MEM-
BROS DA DIRETORIA, EXPLICANDO O PRESIDENTE DA
SEÇÃO, AOS ASSOCIADOS, QUE A VOTAÇÃO, CONFORME
O ESTATUTO RECENTE APROVADO, É SECRETA (ART. 202)
E PARA A ESCOLHA DOS MEMBROS DA DIRETORIA E DO
CONSELHO COMUNITARIO DEVERSE OBSERVAR OS SEGUINTE
ITENS: QUE SEJA BRASILEIRO NATO OU NATURALIZADO HA-
MAIS DE 10 (DEZ) ANOS, MAIOR, E QUE MANTENHA
RESIDÊNCIA NA ÁREA DA COMUNIDADE ATENDIDA. FEITO
ESTES ESCLARECIMENTOS APRESENTOU-SE OS SEGUINTE
CANDIDATOS, FORMANDO UMA ÚNICA CHAPA PARA:
PARA PRESIDENTE, DIVINO ETEIRNO ARRUDA BRASILEIRO,
CASADO, COMERCIANTE, PORTADOR DA C.I. Nº 2907 017.
SSP-GO. E DO C.P.F. Nº 521.620.363-34, RESIDENTE E DOMI-
CILIADO NA AV. CRISTALINA Nº 5.082. CENTRO, PARA
VICE PRESIDENTE, SERGIO ANTONIO CARDESO DE QUEIROZ
BRASILEIRO, CASADO, FUNCIONARIO PUBLICO, PORTADOR DA
C.I. Nº 982.254. SSP-GO E DO C.P.F. Nº 219.572.821-34,
RESIDENTE E DOMICILIADO NA RUA RODOLFO TAVARES
Nº 499 CENTRO. PARA SECRETARIO, CARLOS ROBERTO
NASCIMENTO, BRASILEIRO, CASADO, FUNCIONARIO PUBLICO,
PORTADOR DA C.I. Nº 1.616.684. SSP-GO. E DO C.P.F. Nº
349.137.421-93, RESIDENTE E DOMICILIADO NA RUA
COTIA Nº 693. CENTRO, E PARA TESOUREIRO,
EDUARDO ROMANO GONÇALVES STIVAL, BRASILEIRO,
CASADO, FUNCIONARIO PUBLICO, PORTADOR DA C.I. Nº
393.519 M.A.ER E DO C.P.F. Nº 283.135 503-04, RESIDENTE
E DOMICILIADO NA AV. CRISTALINA Nº 862 CENTRO. A
SEGUIR O SENHOR PRESIDENTE SUGERIU QUE, COMO SE

SERVIÇO NOTARIAL REGISTRAL
GUAPÓ - GOIÁS

REGISTRO DE IMÓVEIS, PESSOAS JURÍDICAS,
TÍTULOS E DOCUMENTOS, TABELIONATO DE NOTAS

Isabel Luiza das Dolores
OFICIAL

AUTENTICAÇÃO

Autentico para os devidos efeitos que a fotocópia conferi
com o documento original apresentado. (Decreto Lei nº
2.148/40, art. 2º) Dou Fé. Guapó-GO, 03 de novembro de
2015.

023315062910230949-02456

Isabel Luiza das Dolores - Tabeliã

AUTENTICAÇÃO

Autentico para os devidos efeitos que a fotocópia conferi com o documento original apresentado. (Decreto Lei nº 2.148/40, art. 2º) Dou Fé. Guapó-GO, 03 de novembro de 2015.

023315062910230949-02459

Isabel Luiza das Dores - Tabeliã



2

APRESENTOU UMA CHAMA ÚNICA, A ELEIÇÃO FOSSE REALIZADA MANIFESTANDO A ASSEMBLEIA UM "SIM" PARA ELEGER OS CANDIDATOS TAIS COMO SE APRESENTARAM NA CHAMA COM UM "NÃO" CASO NÃO APOIASSE A ELEIÇÃO DOS 12 ELEITOS CANDIDATOS AOS RESPECTIVOS CARGOS. POR VOTA SECRETA FORAM ELEITOS OS ASSOCADOS ACIMA MENCIONADOS E IDENTIFICADOS, NOS RESPECTIVOS CARGOS TAMBÉM ACIMA MENCIONADOS. A SEGUIR, A ASSEMBLEIA PASSOU A ESCOLHA DOS MEMBRES DO CONSELHO COMUNITARIO, TENDO SIDO ELEITOS: RONALDO DE ALMEIDA GUIMARÃES, brasileiro, casado, portador da C.I. Nº 1.525.553 SSP-GO e do C.P.F. Nº 276.641.801.63 RESIDENTE E DOMICILIADO NA AV. PIO XII OD 07 LT 25 CENTRO, REPRESENTANTE DA ASSMOR DE GUAPÓ - ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DOS CONJUNTOS CIDADE NOVA, JARDIM IMPERIAL JAF, E RESIDENCIAL VALE DO SOL. JOSÉ ANTONIO NETO brasileiro, casado, portador da C.I. Nº 1.072.33 SSP-GO e do C.P.F. Nº 290.876.001.00, RESIDENTE E DOMICILIADO NA RUA DOS BANDEIRANTES OD. 10 LTO3. CENTRO, REPRESENTANTE DA S.S.V.P. - SOCIEDADE SÃO VICENTE DE PAULA. VALDEMAR FERREIRA DA MATA, brasileiro, casado, portador da C.I. Nº 216.406 SSP-GO e do C.P.F. Nº 056.786.153, RESIDENTE E DOMICILIADO NA RUA RODOLFO TAVARES Nº 356 CENTRO, REPRESENTANTE DA IGREJA CATOLICA. LUIZ DE MELO, brasileiro, solteiro, portador da C.I. Nº 531.846 SSP-GO e do C.P.F. Nº 198.018.311-20, RESIDENTE E DOMICILIADO NA RUA RODOLFO TAVARES Nº 336 CENTRO. WILMAIR CARDOSO DE QUEIROZ, brasileiro, casado, portador da C.I. Nº 001421264 SSP-GO e do C.P.F. Nº 427.253.301-06, RESIDENTE E DOMICILIADO NA RUA RODOLFO TAVARES Nº 449 CENTRO. EM SEQUIDA FOI DADA POSSE AOS ELEITOS COM ASSINATURA DA PRESENTE ATIL E ENCERRADA A SESSÃO.

SEI 53900.018279/2014-12 / pg. 45

SEI 53900.018279/2014-12 / pg. 46

2. Rua R. Golfo Tavares no 336 conjto. (o Sr. Vilmar)

Medicine must manifest itself here in a particular way.

Wamersson R. Silva marcos para da costa. Rio grande. Rio

de 23 de dezembro de 2004 às 19:00h

Na Sede do Poder Judiciário em São Paulo

crustacea no 1082 Remko Graft. Co. Washington

Requisitos para el otorgamiento de Asistencia referente a

em presença de Ácido com o estolato de

Person esta clasificacion muestra el siguiente

4. Presença da Empresa, Apoio cultural, Despesas etc

4/30 Dr. 26.000 in cash on a return

estando esgotada as pontas devido a perda

~~cidade do natal~~ nada mais havendo em casa

2. Quinn) e Reynolds esta lista pelo partido

John J.

~~marcos~~ marcos Pires da Costa ~~Pires~~ Pires de Aguiar

James J. Long John Smith

Ata N. Reunião da Associação Comunitária de Jovens

dos 31 dias do mês de fevereiro de 2005, no total

da sede da Libermas km 450 na Av. Cristóvão Colombo

antes de Guadalupe, - Reunir-se para falar sobre

Assunto de interesse da população Comunidade

de Jacopo, que veio a informar sobre o assunto

de bitáculos frutífera costea en libro de caixa

na presença do diretor Sando Estro e o padre José

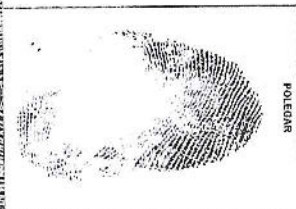
depois de ficar muito Apertada toda a estrutura desta Associação a partir desta data a partir que ficava marcada para o dia 28 de novembro de 2004, não dependia mais desta reunião para a eleição da data que poderia apresentar sua carta a partir do 1º momento do dia 28 de novembro de 2004 aguardando então a data da eleição e assim sendo esta data que seja dada e aprovada para a reunião por todos os membros; Assim sendo, Acordo.

Lindomar Alves da Silva, Zé do Rê, Kleber da Silva, Wanderson L. Silva, mais para a Costa, Ronaldo da Costa, Gilmara

* Aos 28 dias do mês de novembro de 2004 às 19:00h, foi instalada nesta Associação para tratar da eleição da nova diretoria desta Associação nesta ocasião surgiu que fosse formada uma comissão para ser instalada e sendo instalada de acordo da seguinte forma a nova diretoria da Associação, Presidente Sr. Geraldo Henrique França, brasileiro casado, portador da CI 680.481.98/RS, residente na Rua São Alvaro, Centro, Rio de Janeiro, Para Vice Presidente o Sr. Ronaldo de Almeida Guimarães, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Av. Rio XII, 1525532, portador da CI Para Secretário o Sr. Primo Ronaldo da Costa, brasileiro, casado, portador da CI 227.462 PM/RS, residente e domiciliado na Rua 05, Av. 20 de 12, no Terceiro Império, Rio de Janeiro, Para Tesoureiro o Sr. Maria de Fátima e por último foi realizada a eleição para membros da comissão comunitária mais acima da sala portador da CI brasileiro (casado) residente e domiciliado na Rua São Helena José Antonio Neto brasileiro, casado, portador da CI 10.7233 SP/90, residente e domiciliado na Rua Camanducaia, Av. 10, 5003 Centro, Valinhos, Fernando da Mata, brasileiro, casado portador da CI 216.406 SP/60, residente na Rua Rodolfo



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
POLÍCIA MILITAR DE GOIÁS
GABINETE DE IDENTIFICAÇÃO



POLEGAR



ASSINATURA DO IDENTIFICADO

FÉ PÚBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL DEC. Nº 34.155 12/10/53

R.G. 22.742 EXP. 25 Ago 15 TS "A" Neg
NOME DIVINO CÂNDIDO DA MOTA
2º SARGENTO PM

FILIAÇÃO Benvinda Cândida da Mota

NATURALIDADE Trindade-GO 08 Mar 1967

REGISTRO Cas. nº 725, Lv. 4, Fls. 141, CRC de
Guapó-GO.

CPF

402.866.571-04 Ozanir Gonçalves Itaparambi - Coronel
Comandante do CGF

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

GOIÂNIA-GO DATA DE NASCIMENTO: 04/ABR/1978 DATA DE EMISSÃO: 17/06/1992 CPF: 6090539 VALOR: 13102990		VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL REGISTRO: 3812029 DATA DE EMISSÃO: 20/OUT/2011 NOME: RONALDO PIRES DE PAULA FILIAÇÃO: OSVALDO DE OLIVEIRA PIRES ANTONIA LUCAS DE OLIVEIRA	
---	--	---	--

GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO		ASSINATURA DO TITULAR <i>Ronaldo Pires de Paula</i>
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	FOTOGRAFIA	POLEGAR DIREITO
CARTEIRA DE IDENTIDADE		

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL MINISTÉRIO DAS CIDADES DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO			
NOME: RONALDO PIRES DE PAULA			
FOTOGRAFIA	DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR / UF 3812029DGP/GO		DATA NASCIMENTO 04/04/1978
	CPF 693.172.321-91		
	FILIAÇÃO OSVALDO DE OLIVEIRA PIRES ANTONIA LUCAS DE OLIVEIRA		
PERMISSÃO 01721084849		ACC 11/12/2017	CAT. HAB. B 28/03/2001
OBSERVAÇÕES			
ASSINATURA DO PORTADOR <i>Ronaldo Pires de Paula</i>			
LOCAL ARAGOIÂNIA, GO		DATA EMISSÃO 21/12/2012	
ASSINATURA DO EMISSOR <i>João Teixeira Rocha</i> Presidente do DETRAN		54678154205 GO062711849	
DETRAN - GOIÁS			

CARTÃO DE IDENTIDADE

Ronaldo de Almeida Guimarães

GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

REGISTRO GERAL 1525553-7212828
DATA DE EMISSÃO 10/11/1962

NOME **RONALDO DE ALMEIDA GUIMARAES**
FILIAÇÃO **ARISTEU DE ALMEIDA GUIMARAES**
MARIA DE OLIVEIRA GUIMARAES

VARIAÇÃO **VARIAÇÃO-00**
NATURALIDADE **06/AGO/1962**
DATA DE NASCIMENTO

DOC. ORIGEM C.NAS. 1346 FLS. 275 L. 2 CRC VARIAÇÃO 00
EM 02/09/1980

CPF 276641801-68

2.A VIA

ASSINATURA DO DETENTOR

LEI Nº 7.118 DE 20/06/63

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICAS FISCAIS

CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

DOCUMENTO COMPROBATORIO DE INSCRIÇÃO NO
CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

NASCIMENTO 06.08.62

INSCRIÇÃO NO CPF 276 641 801 63

CONTRIBUINTE **RONALDO DE ALMEIDA GUIMARAES**

Ronaldo de Almeida Guimarães

Antônio Nuno Solimão
SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL

AAAA

Ministério das Comunicações
Delegacia Regional em Minas Gerais
Av. Afonso Pena nº 1270, Bairro Centro
TERREO - CENTRO
CEP: 30130-900 - Belo Horizonte - MG



DEM: GERARDO KENPIQUE FRANÇA (ASCOG)
END: AV. APOTAGUINA Nº 1092, CENTRO
CEP: 75350-000 - GUAPÓ - GO

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Delegacia Regional em Minas Gerais

NOTA TÉCNICA Nº 26583/2015/SEI-MC

Processo de Renovação nº: **53900.018279/2014-12**

Processo de Outorga nº: **53670.001983/2001**

Assunto: **Exigências relativas ao requerimento de renovação de outorga.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da análise do pedido de renovação de outorga da **ASCOG - Associação Comunitária de Guapó**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Guapó / GO**.

ANÁLISE

2. Tendo em vista a análise realizada no processo, observou-se a necessidade de saneamento de pendências relativas à documentação que instrui o requerimento, devendo a entidade providenciar o envio dos itens dispostos abaixo, na forma dos subitens 8.1 e 20.3 da Norma nº 1/2011:

I. A última cópia do Estatuto Social apresentado pela entidade, não estava **na íntegra** (faltando os artigos 6º ao 8º). A possível leitura do documento incompleto pôde constatar que o mesmo não se encontra conforme a legislação vigente. Assim, é necessária a adequação, ao disposto nos itens 8.2 e 8.3 da Norma nº 1/2011 e na Lei nº 9.612/1998, conforme transcrição a seguir:

8.2. O Estatuto Social das associações comunitárias e das fundações interessadas em executar o serviço deverá:

a) ser apresentado na íntegra;

b) estar legível;

c) conter, no cabeçalho e artigos pertinentes, a denominação da entidade rigorosamente de acordo com a constante:

c.1) na Ata de Constituição, ou ata da Assembléia Geral que a tenha alterado, quando se tratar de entidade comunitária; ou

c.2) no ato constitutivo ou alteração estatutária que a tenha alterado, quando se tratar de fundação;

d) estar registrado no Livro "A" do Registro Civil de Pessoas Jurídicas, nos termos

do art. 116, inciso I, da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, sendo que qualquer alteração efetuada deverá estar averbada junto àquele Registro;

e) conter a denominação, os fins e o tempo de duração da entidade e, ainda, quando houver, o fundo social;

f) indicar endereço completo da sede da entidade, a qual deverá estar situada na área de execução do serviço;

g) indicar, entre seus objetivos sociais, a finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, conforme a legislação vigente;

h) indicar o modo de constituição e funcionamento dos órgãos deliberativos e administrativos da entidade, estabelecendo:

h.1) os cargos que compõem a estrutura deliberativa e administrativa, bem como as suas respectivas atribuições;

h.2) o cargo ao qual caberá a representação passiva e ativa, judicial e extrajudicial; e

h.3) o tempo de mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de 4 (quatro) anos, sendo admitida uma recondução;

i) indicar as condições para a alteração das disposições estatutárias, observadas as disposições contidas nos arts. 59 e 67 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil;

j) indicar as condições de extinção da entidade e a previsão da destinação do seu patrimônio, observadas as disposições contidas nos arts. 61 e 69 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil;

k) indicar que constituirá um Conselho Comunitário nos termos da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, caso a entidade venha a ser contemplada com uma outorga para a execução do serviço de radiodifusão comunitária.

8.3. Os Estatutos Sociais das entidades comunitárias deverão ainda conter disposições que:

a) estabeleçam os critérios para ingresso e exclusão dos associados;

b) assegurem o ingresso gratuito, como associado, de todo e qualquer cidadão domiciliado na área de execução do serviço;

c) assegurem a todos os seus associados, pessoas físicas, em dia com as suas obrigações estatutárias, o direito de votar e ser votado para todos os cargos que compõem os órgãos administrativos e deliberativos, bem como o direito de voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade, nas instâncias deliberativas existentes;

d) assegurem o ingresso gratuito, como associadas, de pessoas jurídicas sem fins lucrativos, sediadas na área de execução do serviço, conferindo-lhes inclusive, por intermédio de seus representantes legais, o direito de escolher, mediante voto, os integrantes dos órgãos deliberativos e administrativos, bem como o direito de voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade, nas instâncias deliberativas existentes;

e) estabeleçam os direitos e deveres dos associados;

f) especifiquem as fontes de recursos para manutenção da entidade;

g) determinem que não haverá a distribuição de bônus ou eventuais sobras da receita entre os associados;

h) determinem as competências da Assembleia Geral, observando as disposições constantes dos art. 59 e 60 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil.

II. As alterações estatutárias promovidas devem ser devidamente averbadas junto ao registro inicial do Estatuto Social, ou seja, no Registro de Pessoas Jurídicas, mediante apresentação de certidão cartorária que vise tal comprovação.

III. A Ata de Eleição da diretoria enviada é datada de **18/01/2011**, concluindo-se que a mesma encontra-se vencida desde janeiro de 2015 (diante ao mandado máximo de 04 anos exigido pela legislação). Aguarda-se envio de ata de eleição da diretoria válida, devidamente registrada no Registro Civil de Pessoas Jurídicas;

IV. Prova de que os **diretores eleitos em nova ata** são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos e maiores de dezoito anos ou emancipados (cópia do RG ou Certidão de Casamento), de acordo com ao subitem 8.1, alínea "e", da Norma nº 01/2011. Não serão aceitos, a título de comprovação deste item, a carteira nacional de habilitação (CNH) e a inscrição no Cadastro de Pessoas Jurídicas (CPF), em atenção às restrições dispostas nos subitens 8.4.1 e 8.4.2; e

V. CPF de todos os **diretores eleitos em nova ata**.

CONCLUSÃO

3. Diante do exposto, a entidade deverá ser comunicada para **apresentar** toda a documentação solicitada e/ou **esclarecer** as pendências constatadas, sob pena de indeferimento do pedido de renovação e consequente extinção da autorização.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Fernanda Lellis Fernandes Loureiro Gontijo, Analista Tec Administrativo**, em 27/11/2015, às 11:31, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Ricardo dos Santos, Delegado Regional do Ministério das Comunicações no Estado de Minas Gerais**, em 27/11/2015, às 11:36, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0852389** e o código CRC **FF659E5E**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Delegacia Regional em Minas Gerais
Av. Afonso Pena, 1.270, Correio Central - Térreo — Centro
CEP 30130-900 — Belo Horizonte - MG
Telefone: (31) 3222-9051

Ofício nº 39411/2015/SEI-MC

Ao Senhor

GERALDO HENRIQUE FRANÇA

Representante Legal da ASCOG - Associação Comunitária de Guapó, Geraldo Henrique França

Avenida Cristina, nº 1082, Bairro Centro

75350-000 / Guapó - GO

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53900.018279/2014-12.**

Senhor Representante Legal,

1. Cumprimentando-o cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar cópia da Nota Técnica nº **26583/2015/SEI-MC**, desta Delegacia, que trata de pendências encontradas nos autos.
2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir da data de recebimento deste ofício, para que essa entidade se manifeste sobre o assunto e apresente a documentação pendente, sob pena da **extinção da outorga**.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Ricardo dos Santos, Delegado Regional do Ministério das Comunicações no Estado de Minas Gerais**, em 27/11/2015, às 11:37, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0852435** e o código CRC **EBDAC6D4**.

 CORREIOS		AVISO DE RECEBIMENTO		AR	
DESTINATÁRIO GERALDO HENRIQUE FRANÇA - REP.LEGAL ASSOC.COMUNIT.GUAPÓ AVENIDA CRISTINA 1.082 CENTRO 75350-000 GUAPÓ-GO				DATA DE POSTAGEM 02 DEZ 2015	
UNIDADE DE POSTAGEM CARIMBO UNIDADE RECEBEDORA				08 DEZ 2015	
JO 41420170 6 BR					
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR DELEGACIA REGIONAL DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES EM MINAS GERAIS - DRMC/MG AVENIDA AFONSO PENA 1.270 TÉRREO - SALA 001 CENTRO 30130-900 BELO HORIZONTE-MG					
TENTATIVAS DE ENTREGA 1ª <u> / / </u> <u> </u> : <u> </u> h 2ª <u> / / </u> <u> </u> : <u> </u> h 3ª <u> / / </u> <u> </u> : <u> </u> h			DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO A VERIFICAÇÃO) OF.39411/2015 - 53900.018279/14		
MOTIVO DE DEVOLUÇÃO 1 Mudou-se 5 Recusado 2 Endereço insuficiente 6 Não procurado 3 Não existe o número 7 Ausente 4 Desconhecido 8 Falecido 9 Outros _____			RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO  Carteiro I Matr.: 8.831.259-5		
ASSINATURA DO RECEBEDOR 			DATA ENTREGA 08/12/15		
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR LUANES BATISTA DE MEDEIROS			Nº DQC, DE IDENTIDADE 114496		

ATA DE ELEIÇÃO DA NOVA DIRETORIA DA ASCOG "ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE GUAPÓ" Eleição da Diretoria 2015 – 2018.

Aos dezesseis dias de janeiro do ano de dois mil e quinze (2015), na cidade de Guapó, Estado de Goiás, as 18:00 (dezoito horas), na sede da ASCOG, situada no endereço abaixo descrito, sob a presidência do Sr. Geraldo Henrique França, com objetivo de realizar eleição da nova diretoria e conselho comunitário da ASCOG, que estenderá até as 20:00 (vinte horas), conforme acordado e divulgado em reunião anterior e meios de comunicação com cartazes em comércio local, informando que ao final será divulgado resultado através de apuração dos votos. Ficando a mesa receptora composta por, Maurilio José de Jesus, Ivanês Batista de Medeiros e Keila Marcia de Oliveira Mota. Concorrendo apenas uma chapa, não houve outros interessados em participar, sendo a mesa receptora responsável pela contagem dos votos. Às 22:00 (vinte e duas horas) conforme acordado, encerrou-se o prazo para votação e iniciou a contagem dos votos, onde a chapa única foi vencedora com todos os votos validos. Encerrando a eleição, o novo Presidente pediu a palavra para dizer que pretende se esforçar para ajudar a ASCOG interagir com toda população, afirmando que irá se esforçar em busca de projetos para beneficiar os ouvintes e apoiadores. Finalizou suas palavras agradecendo o apoio de todos os presentes, não havendo nada mais a declarar, eu Ronaldo Pires de Paula, Secretario, afirmo que lavrei esta ata, neste ato lida e aprovada por todos os presentes que em seguida assinam, dando esta reunião por encerrada. Guapó, 16 de janeiro de 2015.

Assinaturas manuscritas:
 Geraldo Henrique França, Keila Marcia de Oliveira Mota, Maurilio José de Jesus, Ivanês Batista de Medeiros, Ronaldo Pires de Paula.



AVENIDA CRISTALINA, N.º 1.082, CENTRO, GUAPÓ – GO CEP. 75.350-000 FONE: (62) 3552-2246

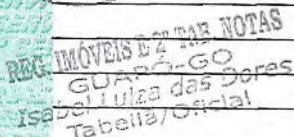
ASCOG – ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE GUAPÓ

RÁDIO FM 87,9

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ASCOG "ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE GUAPÓ" Eleição da Diretoria 2015 – 2018.

Aos 10 dias de novembro do ano de dois mil e quatorze (2014), na cidade de Guapó, Estado de Goiás, as 18:00 (dezoito horas), na sede da ASCOG, situada no endereço abaixo descrito, sob a presidência do Sr. Geraldo Henrique França, atual presidente, com objetivo de realizar a renovação da diretoria e conselho comunitário da ASCOG, levando ao conhecimento de todos os presentes o motivo, afirmando que o edital de convocação para renovação da ASCOG foi publicado e divulgado no dia 15 de agosto de 2014, em locais públicos. Em seguida solicitou aos interessados em compor as respectivas chapas para participarem da eleição que pronunciassem o interesse, após dar o tempo estabelecido, houve apenas uma chapa interessada, sendo ela composta pelas seguintes pessoas: Wilmar Cardoso de Queiroz, Mirian Lopes Guimarães Nascimento, Jefferson Leonardo Ramos e Divino Cândido Mota, Carlos Roberto Alves, Adeilson Domingos Cavalcante, Wirley Alves Guimarães, Zacarias F. Costa, Necézio Miguel da Silva e Kênia Lúcia de Alarcão Nogueira. A eleição ficou agendada para o dia 16 de janeiro de 2015, das 18:00 (dezoito horas) as 22:00 (vinte e duas horas) na sede da ASCOG, ficando todos os presentes orientados que a mesma se dará através de cédulas de votação colocadas nas urnas, onde serão pelo fiscais ao final apurados os votos, o encerramento ocorrerá conforme horário acima especificado, não havendo nada mais a declarar, eu Ronaldo Pires de Paula, Secretário, afirmo que lavrei esta ata, neste ato lida e aprovada por todos os presentes que em seguida assinam, dando esta reunião por encerrada. Guapó 10 de novembro de 2014.

Mirian Lopes G. Nascimento Wilmar Cardoso de Queiroz
Wirley Alves Guimarães Necézio Miguel da Silva
Kênia Lúcia de Alarcão Nogueira Carlos Roberto Alves
Zacarias F. Costa Adeilson Domingos Cavalcante



AVENIDA CRISTALINA, N.º 1.082, CENTRO, GUAPÓ – GO CEP. 75.350-000 FONE: (62) 3552-2246

ASCOG – ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE GUAPÓ

RÁDIO FM 87,9

ATA DE POSSE DA NOVA DIRETORIA DA ASCOG "ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE GUAPÓ" Eleição da Diretoria 2015 – 2018.

Aos 24 dias de janeiro do ano de dois mil e quinze (2015), na cidade de Guapó, Estado de Goiás, as 18:00 (dezoito horas), na sede da ASCOG, situada no endereço abaixo descrito, reuniram-se os membros eleitos no dia dezesseis de janeiro de 2015, foi realizada uma votação oral entre os membros recém eleitos visando designar os cargos que formam a diretoria conforme estatuto, ficando após todos presentes concordando da seguinte forma: A nova Diretoria da ASCOG tem como seu novo **Presidente:** o Sr. Wilmar Cardoso de Queiroz, RG n.º 1421264 DGPC-GO e CPF n.º 427.253.301-06, residente e domiciliado a Rua Rodolfo Tavares, n.º 487, centro, Guapó-GO; **Vice-Presidente:** a Sr. Mirian Lopes Guimarães Nascimento, RG n.º 1.230 CRESS-GO, CPF n.º 375.598.001-06, residente e domiciliada a Rua José Marques, Qd. 08, Lt. 01, Centro, Guapó-GO; **Secretário:** Divino Cândido Mota, RG n.º 22742 PM-GO, CPF n.º 402.866.571-04, residente e domiciliado a Rua 05, Qd. 20, Lt. 12, Jardim Imperial, Guapó-GO; **Tesoureiro:** Jefferson Leonardo Ramos, RG 3210331, DGPC-GO e CPF n.º 835.703.491-87, residente e domiciliado a Rua Presidente Kennedy, Qd. 21, Lt. 11, Centro, Guapó-GO; **Conselho Comunitário:** Adeilson Domingos Cavalcante, RG n.º 4679139 SSP-GO, CPF n.º 000.176.651-16, residente e domiciliado a Rua 05, Qd. 18, Lt. 17, Cidade Nova, Guapó-GO, Carlos Roberto Alves, RG n.º 3242081 SSP-GO, CPF n.º 532.308.921-00, residente e domiciliado na Rua RBI, Qd. 07, Lt. 20, Residencial Buritis, Guapó-GO, Wirley Alves Guimarães, RG n.º 1914590 SSP-GO, CPF n.º 520.172.221-00, residente e domiciliado na BR-060, Qd. 29, Lt. 06, Centro, Guapó-GO, Zacarias F. Costa, RG n.º 556322 SSP-GO, CPF n.º 212.848.061-20, residente e domiciliado a Rua 10, Qd. 106, Lt. 01, Vila Boa, Necézio Miguel da Silva, RG n.º 1525670 SSP-GO, CPF n.º 196.458.051-04, residente e domiciliado a Rua Mineiros, Qd. 04, Lt. 12, n.º 577, Centro, Guapó-GO, Kênia Lúcia de Alarcão Nogueira, RG 4021186 DGPC-GO, CPF n.º 971.205.701-10, residente e domiciliada a Rua 3B, Qd. 26, Lt. 13, Jardim Imperial, Guapó-GO. Após formação da diretoria da ASCOG acima especificada, o presidente eleito empossou os demais membros, foi colocada a palavra aberta a quem dela quisesse usa-la. Não havendo nada mais a declarar, eu Jefferson Leonardo Ramos, Secretário, afirmo que lavrei esta ata, neste ato lida e aprovada por todos os presentes que em seguida assinam, dando esta por encerrada. Guapó 24 de janeiro de 2015.

Jefferson Leonardo Ramos, Mirian Lopes G. Nascimento, Wilmar Cardoso de Queiroz, Carlos Roberto Alves, Wirley Alves Guimarães, Kênia Lúcia de Alarcão Nogueira, Divino Cândido Mota, Necézio Miguel da Silva, Carlos Roberto Alves, Adeilson Domingos Cavalcante, Zacarias F. Costa

AVENIDA CRISTALINA, N.º 1.082, CENTRO, GUAPÓ – GO CEP. 75.350-000 FONE: (62) 3552-2246

ASCOG – ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE GUAPÓ

RÁDIO FM 87,9

Blank lined area for text entry.

SERVIÇO NOTARIAL REGISTRAL
GUAPÓ - GOIÁS

REGISTRO DE IMÓVEIS, PESSOAS JURÍDICAS,
TÍTULOS E DOCUMENTOS, TABELIONATO DE NOTAS

Isabel Luiza das Dores
OFICIAL

Apresentado hoje para AVERBAÇÃO no Livro PESSOAS JURÍDICAS - Livro A - 3, protocolizado e digitalizado sob o nº 24.506 e registrado sob o nº 217, às fls. 146V/147F. Dou fé. GUAPÓ-GO, 06/01/2016.
Fundesp: R\$ 3,17 Selo Digital: 02331503230911134400022
consulte o site: (<http://extrajudicial.tjgo.jus.br>)

Isabel LUIZA DAS DORES - Oficial

RUA RODOLFO TAVARES - DD. 14 LT. 02 SALA 07 - CENTRO - FONE: (62) 3552-1110 - GUAPÓ-GO



REG. IMÓVEIS E 2º DAS NOTAS
GUAPÓ-GO
Isabel Luiza das Dores
Tabelião/Oficial

Handwritten signatures and stamps.

AVENIDA CRISTALINA, N.º 1.082, CENTRO, GUAPÓ – GO CEP. 75.350-000 FONE: (62) 3552-2246

ESTATUTO SOCIAL

DA

ASCOG – ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE GUAPÓ



CAPÍTULO I

DA CONSTITUIÇÃO, DENOMINAÇÃO, SEDE E OBJETIVOS.

Art. 1º. A ASCOG – ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE GUAPÓ é uma sociedade civil de defesa da cidadania, baseada nos princípios da solidariedade, do companheirismo, da cooperação e da integração social. Atuando no âmbito municipal, abrange a comunidade natural formada pelos habitantes do município de Guaporó-GO. Constituída apartidária, sem fins lucrativos, não religiosa, sem discriminação de raça, sexo ou atividade econômica e profissional, é criada nesta data para organizar e congregar os grupos comunitários. Sua finalidade é discutir e debater os problemas que afetam esses cidadãos e que possam ser encaminhados por iniciativa própria, com participação dos poderes públicos, desenvolvendo, em nome dessa coletividade, atividades e serviços necessários para que as populações da área possam melhorar suas condições de vida e de trabalho, dispondo de informações de interesse geral e de utilidade pública, especialmente sobre economia doméstica, abastecimento, preços e defesa do consumidor, saúde, educação, segurança, serviços básicos emergenciais, transporte, lazer, aperfeiçoamento profissional de recursos humanos, comunicação e desenvolvimento cultural e artístico. A Associação terá duração indeterminada, com número ilimitado de sócios, e sua sede provisória está localizada no endereço: Avenida Cristalina, nº 1.082, Centro, Guaporó-GO.

Art. 2º. Os objetivos sociais que fundamentam a sua constituição são os seguintes:

- a) Reunir cidadãos interessados, associados ou não, para mobilizar forças políticas, econômicas e sociais no sentido de estudar e preservar as raízes culturais básicas da população, estimulando, especialmente nos jovens, a manifestação folclórica, artística e cultural;
- b) Identificar os existentes ou criar e desenvolver mecanismos e instrumentos para a promoção de obras culturais e manifestações artísticas de jovens e cidadãos que não disponham de recursos para desenvolver talentos e habilidades;
- c) Identificar, discutir e desenvolver soluções que atendam às demandas e carências de informação útil, concreta e prática, em caráter transitório ou permanente, das famílias residentes na comunidade, especialmente em questões fundamentais, como localização e

preços de serviços de abastecimento, transporte, segurança, saúde, educação e aperfeiçoamento profissional, telecomunicações, oportunidade de lazer, serviços emergenciais e atividades culturais e artísticas;

d) Promover a integração social na comunidade, buscando formas para estabelecer um relacionamento de companheirismo, de solidariedade e cooperação entre os moradores do bairro, estimulando a boa vontade e a ajuda mútua como instrumentos para alcançar o bem-estar comum, fortalecendo a parceria com os serviços públicos nas situações de calamidades, epidemias, campanhas de defesa civil e nos esforços coletivos de defesa do interesse geral da sociedade;

e) Fortalecer os laços institucionais entre os representantes políticos da comunidade e as demais organizações comunitárias em atividades e com outras associações, recolhendo e transmitindo experiências, informações e conhecimento no exercício das tarefas de defesa da cidadania, de encaminhamento de problemas de interesse coletivo e no desenvolvimento social, cultural e artístico da sociedade comunitária;

f) Fomentar, em caráter permanente, o debate de questões fundamentais do país e da sociedade, estimulando o estudo, a pesquisa, a competição entre estudantes e interessados, para ampliar a busca de informação sobre o regime democrático, os direitos e responsabilidades dos cidadãos, o conhecimento das Leis, da Constituição, da estrutura política, da organização dos Poderes, das políticas econômicas, das instituições sociais, fortalecendo o espírito de brasilidade, o respeito e a consideração para com os direitos individuais e coletivos, valorizando, sobretudo a condição de cidadania de brasileiros natos ou por adoção.

Parágrafo Único – Para alcançar seus objetivos, a ASCOG – ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE GUAPÓ atuará de forma bastante ampla, realizando estudos, pesquisas, levantamentos, promovendo reuniões, encontros, debates, seminários, palestras, conferência, organizando cursos, treinamento e qualificação de recursos humanos, estágios e outras formas de aprendizado, publicando circulares, boletins, notícias, jornais, realizando programas especiais em emissoras de rádio e de televisão e criando, desenvolvendo e consolidando, diretamente sob sua responsabilidade ou por meio de acordos ou contratos de prestação de serviços e parceria com terceiros, sistemas, instrumentos ou mecanismos de comunicação e difusão de informações capazes de suprir, com os mais baixos custos e os melhores índices de eficiência, as necessidades da população, da comunidade e especialmente os cidadãos associados, atendendo, naturalmente, às normas constitucionais (art. 5º - inciso IX da Constituição Federal de 1988).

CAPÍTULO II

DOS ASSOCIADOS, DIREITOS E DEVERES

Art. 3º. Podem associar-se as pessoas físicas residentes ou que desenvolvam suas atividades profissionais e econômicas na área compreendida pela comunidade residente em área do

Município de Guapó-GO, sem limitação de número por família, por sexo, categoria econômica e social ou por condição de religião, raça ou ideologia política-partidária.

Parágrafo 1º – Só serão efetivados como associados os proponentes que aceitarem as condições deste Estatuto, assinando-o como prova de concordância com as suas condições, podendo qualquer cidadão da comunidade beneficiada emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados pela associação, bem como manifestar ideias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, desde que encaminhados ao Conselho Comunitário.

Parágrafo 2º – Ao encaminhar sua inscrição, o candidato deverá preencher um cadastro básico, contendo informações e dados pessoais, profissionais e familiares.

Parágrafo 3º – Os associados podem ser enquadrados nas seguintes categorias:

- a) **FUNDADORES** – os que participaram das reuniões preliminares e/ou da Assembleia de instalação da associação;
- b) **CONTRIBUINTES** – os que se inscreveram após o encerramento do Livro de Fundação e mantenham suas contribuições e participação em dia;
- c) **HONORÁRIOS** – cidadãos que tenham prestado ou ainda prestem relevantes serviços à associação ou à comunidade, ao Município, ao Estado e à sociedade.

Art. 4º. São deveres inalienáveis e intransferíveis dos associados:

- a) Aceitar como seus os objetivos fundamentais da associação, buscando integrar-se decisivamente nas tarefas assumidas pela coletividade, conhecendo, cumprindo e fazendo cumprir o Estatuto Social, o Programa de Atividade e as instruções da Diretoria aprovadas pelos Conselhos ou Assembleias;
- b) Prestigiar, com sua presença, ou com representação, eventos e atividades programadas, justificando, de alguma forma, o não comparecimento, especialmente quando lhe forem atribuídas tarefas e responsabilidades que envolvam outros associados ou que sejam básicas para a continuidade de trabalhos e atividades;
- c) Recolher com pontualidade as contribuições financeiras aprovadas nas Assembleias, indicando, a tempo, quando não puder fazê-lo, para evitar contratempos à Diretoria no cumprimento de obrigações assumidas em nome da Associação.

Art. 5º. Ao associado que infringir o Estatuto Social, as Normas Regimentais, os Planos de Atividades e as decisões aprovadas em Assembleia ou emitidas na forma do Estatuto pela Diretoria, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:

- a) Advertência por escrito, enviada para o endereço pessoal do associado;
- b) Suspensão de suas atividades sociais por tempo determinado;
- c) Afastamento do Quadro Social.

Parágrafo 1º – O desligamento de um associado do Quadro Social só poderá ser aplicado após denúncia da Secretaria ou da Tesouraria, análise da Diretoria e consulta final ao associado, ao qual será dado amplo direito de defesa.

Parágrafo 2º – Será excluído automaticamente, sem necessidade de outros procedimentos, o associado que deixar de saldar seus compromissos financeiros pelo período de seis meses consecutivos, podendo ser integrado caso liquide pendências financeiras e se disponha a retomar sua participação nas atividades com aprovação do Presidente.

CAPÍTULO III

DOS DIRIGENTES, DA ESTRUTURA E DO FUNCIONAMENTO

Art. 6º. São Legítimos Dirigentes:

- a) Presidente;
- b) Vice-Presidente;
- c) Secretário;
- d) Tesoureiro;
- e) Conselho Comunitário

Art. 7º. Compete ao Presidente:

- a) Representar a ASCOG – ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE GUAPÓ em todos os Atos Públicos, em juízo e fora dele;
- b) Presidir reuniões da Diretoria e convocá-las para Atos decorrentes das Atividades Associativas;
- c) Presidir as Assembleias Extraordinárias;
- d) Presidir conferências, debates, palestras, reuniões, sessões, atividades públicas da Associação;
- e) Dar posse ao membro da Diretoria;
- f) Contratar e admitir funcionários ou auxiliares da Associação;
- g) Supervisionar quaisquer atividades da entidade;
- h) Assinar contratos, convênios, acordo e praticar atos de administração em geral, aceitar bens em comodato;
- i) Assinar com o Secretário, as Atas de Reunião e Assembleias;
- j) Assinar com o Tesoureiro, os contratos que obriguem a ASCOG – ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE GUAPÓ a quaisquer ordens de pagamento ou movimentação de fundos sociais, inclusive cheques ou levantamento de depósito e quaisquer espécies de título, cauções, previsão orçamentária, balanços, balancetes e relatórios financeiros.

Parágrafo Único – O Presidente será substituído em seus impedimentos pelos seguintes Diretores em ordem: Vice-Presidente e Tesoureiro.

Art. 8º. Compete ao Vice-Presidente:

Parágrafo Único – Auxiliar o Presidente nas tarefas por ele designadas e substituí-lo na ordem procedente, desde que não haja algum impedimento de vital importância, o qual deverá ser manifestado por escrito.

Art. 9º. Compete ao Secretário superintender aos trabalhos da Secretaria de forma eficiente para a boa organização da entidade e:

- a) Organizar a pauta e ordem do dia das reuniões da Diretoria e das Assembleias;
- b) Responsabilizar-se pela guarda de arquivo da Secretaria mantendo-o em dia;
- c) Lavrar, subscrever as Atas das reuniões da Diretoria e das Assembleias;
- d) Fornecer ao Presidente todos os dados solicitados sobre as atividades da entidade e do seu trabalho;

Art. 10. Compete ao Tesoureiro:

- a) Assinar com o Presidente, cheques e todos os documentos financeiros sempre que solicitado;
- b) Apresentar balancetes de demonstrativos de contas e relatórios financeiros anuais, inclusive com prestação de contas em forma contábil;
- c) Arrecadar mensalidades, taxas e outras contribuições;
- d) Pagar pontualmente os compromissos devidos pela entidade;
- e) Manter os lançamentos com toda clareza e arquivamento de comprovantes;
- f) Fornecer ao Presidente, quando solicitado, todos os dados referentes às suas atividades;
- g) Substituir o Presidente na ordem de presidência.

Art. 11. Compete ao Conselho Comunitário, nos termos da Lei nº 9.612 de 19 de fevereiro de 1988:

- a) Acompanhar divulgações da Associação, com objetivo de atender interesse exclusivo da comunidade;
- b) Analisar pedido de qualquer cidadão da comunidade, que desejar emitir opinião sobre quaisquer assuntos abordados pela Associação, bem como manifestar ideias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações.

Parágrafo Único – O Conselho Comunitário será composto por 05 (cinco) pessoas representantes de entidades locais, tais como: associações de classe, beneméritos, religiosos ou de moradores, desde que legalmente instituídas.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES GERAIS E PERMANENTES

Art. 12. O mandato da Diretoria Executiva será de 04 (quatro) anos, com direito a reeleição ou recondução ao cargo quando não houver interessados.

Parágrafo Único – Não será permitido o acúmulo de cargos, a remuneração de membros da Diretoria ou a utilização de bens, equipamentos, instalações ou propriedades da Associação por membros da Diretoria ou do Conselho sem a devida autorização da Diretoria com a consequente fixação de custos e taxas correspondentes.

Art. 13. As mensalidades, cotas e contribuições especiais serão fixadas pela Assembleia, com proposta e aprovação da Diretoria Executiva.

Art. 14. A Associação poderá outorgar direitos adquiridos, transferir bens, equipamentos, instalações, contratos, convênios ou outros benefícios decorrentes de suas atividades, com autorização expressa para estes atos, aprovada em Assembleia Extraordinária convocada para este fim, com voto favorável de, no mínimo, 1/3 (um terço) dos associados em situação regular.

CAPÍTULO V

DAS ELEIÇÕES

Art. 15. Os sócios poderão votar para escolher seus representantes desde que estejam em perfeito gozo de seus direitos estatutários e em ordem com seus compromissos associativos.

Art. 16. Somente poderão votar os filiados até 180 (cento e oitenta) dias antes da data das eleições.

Art. 17. Somente poderão ser votados os filiados até 12 (doze) meses antes da data das eleições.

Art. 18. As chapas poderão inscrever-se até 60 (sessenta) dias antes da data das eleições, devendo apresentar os nomes de seus integrantes e seu programa.

Art. 19. A Assembleia para as eleições será convocada por edital público no jornal de grande circulação no município sede da Associação.

Art. 20. As eleições serão secretas, utilizando-se para a votação cabinas indevassáveis, urnas e mesários, nos moldes das eleições proporcionais e majoritárias.

Art. 21. As chapas inscritas poderão indicar 02 (dois) fiscais para acompanhar os trabalhos em cada local de votação.

Parágrafo Único – Para tanto, as chapas deverão apresentar requerimentos à Secretaria da Associação até 30 (trinta) dias antes da data das eleições.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 22. A Presidência poderá autorizar a Secretaria-Geral e a Tesouraria a convidar pessoas não filiadas à Associação para assessorá-las.

Art. 23. O atual Estatuto poderá ser alterado por sugestão do Presidente, que submeterá as eventuais mudanças à aprovação da Assembleia, observadas as disposições contidas na Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil.

CAPÍTULO VII

DO PATRIMÔNIO SOCIAL

Art. 24. A Associação poderá contar com os seguintes meios para garantir sua subsistência:

- a) Contribuições regulares de filiados;
- b) Subvenções, auxílios e dotações;
- c) Doações e legados;
- d) Rendas patrimoniais;
- e) Contribuições de ajuda, arrecadações eventuais e quaisquer outros meios legais;
- f) Arrecadação contributiva decorrente de taxas sociais e apoio cultural das atividades de comunicação criadas pela Associação, com base nos direitos legais, permitidos pela Constituição da República Federativa do Brasil.

Parágrafo 1º – Os valores das contribuições mensais e taxas de manutenção serão fixados pela Diretoria conforme os critérios definidos em Assembleia específica;

Parágrafo 2º – Na existência de eventuais sobras de recursos por qualquer motivo for, não haverá, em hipótese nenhuma, a distribuição de bônus ou de receita entre os associados.

Art. 25. A Presidência poderá a qualquer momento e tempo requisitar a prestação de serviços de terceiros, alheios à Associação, para o bom desempenho de suas atividades.

CAPÍTULO VIII

DA ASSEMBLEIA GERAL

Art. 26. A Assembleia Geral é o órgão soberano da Associação e se reunirá, ordinária ou extraordinariamente, nos casos estabelecidos neste Estatuto.

Parágrafo 1º - Uma hora antes do início dos trabalhos deverá ser colocado à mesa o "Livro de Presença", onde os sócios lançarão suas assinaturas.

Parágrafo 2º - Os trabalhos serão abertos pelo Presidente da Associação que solicitará à Assembleia a indicação e aprovação de um sócio para presidi-la, o qual assumirá imediatamente as suas funções e convidará um associado para secretariá-lo.

Parágrafo 3º - O presidente da Assembleia, além do seu voto de sócio, terá também o voto de desempate, exceto quando se tratar de eleição.

Parágrafo 4º - As votações nas Assembleias Gerais poderão ser simbólicas, nominais, secretas ou por aclamação.

Parágrafo 5º - A ata dos trabalhos, lavrada pelo Secretário será assinada pelos componentes da mesa e por 03 (três) sócios escolhidos pela Assembleia.

Art. 27. A Assembleia Geral Ordinária reunir-se-á, uma vez por ano, no mês de outubro.



Art. 28. São atribuições da Assembleia Geral, observadas as disposições contidas na Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil:

- a) Examinar e aprovar ou não, as contas da Diretoria, o balanço social e os demais atos administrativos;
- b) Eleger, no devido tempo, os membros da Diretoria e dos Conselhos Consultivo e Fiscal;
- c) Destituir, quando assim o exigirem os interesses da Associação, um ou mais membros da Diretoria e dos Conselhos Consultivo e Fiscal, mediante o voto concorde de, no mínimo, 1/3 (um terço) dos Associados fundadores e efetivos, convocados especificamente para essa finalidade, em Assembleia Geral Extraordinária;
- d) Promover imediata substituição, dos membros destituídos, pelo prazo restante de mandato, na forma da letra "c" deste Artigo;
- e) Deliberar sobre os demais assuntos constantes da "Ordem do Dia".

Art. 29. A Assembleia Geral Extraordinária se reunirá sempre que convocada pela Diretoria, pelos Conselhos Consultivo e Fiscal, ou por 1/3 (um terço), no mínimo, dos associados, deliberando sobre assuntos que tiverem motivado a convocação.

Art. 30. As Assembleias Gerais, tanto Ordinárias quanto Extraordinárias, serão convocadas com antecipação de 15 (quinze) dias, mediante edital a ser afixado na sede e nas representações, além de comunicação por carta a todos os associados em dia com suas obrigações, com visto de recebimento com antecedência mínima de 08 (oito) dias.

Art. 31. A Assembleia Geral deliberará, validamente, com a presença pessoal ou através de procuração, da maioria dos associados.

Parágrafo 1º - A Assembleia Geral deliberará por maioria de seus membros, cabendo um voto a cada associado, presente ou representado.

Parágrafo 2º - Só poderá votar e ser votado, o sócio quite com a Tesouraria.



Parágrafo 3º - Os sócios beneméritos poderão participar das Assembleias, sem direito a voto, podendo, entretanto, opinar, sugerir e debater a "Ordem do Dia".

Art. 32. Na falta do comparecimento à Assembleia Geral de associados que constituem a maioria social, se reunirá ela, em segunda convocação, uma hora após a primeira convocação e deliberará com qualquer número de associados presentes, excetuado o disposto na letra "c", do artigo 28.

CAPÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 33. Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria, ouvido o Presidente da entidade.

Art. 34. O Presente Estatuto entra em vigor nesta data.

Art. 35. A Associação poderá ser extinta desde que seja convocada Assembleia pelo Presidente, especificamente para esse fim e conforme maioria de 2/3 (dois terços), e após se dará destino ao seu patrimônio, que deverá ser doado a outra associação com o mesmo fim ou ao Poder Executivo Municipal, observadas as disposições contidas na Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil.

Parágrafo Único – Os filiados não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais.

Guapó-GO, aos 04 dias do mês de agosto de 2014.


Geraldo Henrique França
Presidente



DE NO
Luiza das Dores
e/ou Oficial
APÓ-GO

POLEGAR DIREITO

ASSINATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL DO ELEITOR



Av. Anhanguera, 5185 - Setor Oeste
74043-011 - Goiânia - Goiás
C.G.C. 01.543.032/0001-04
INSCRIÇÃO ESTADUAL 100.549.420

VENCIMENTO 09/07/1999	SZ 39	REG. 18	MEDIDOR 3675420	ROTA 788.00	BANCO/AGÊNCIA 00.0000	CONTA 071 001514 8
--------------------------	----------	------------	--------------------	----------------	--------------------------	-----------------------

CLIENTE:

MARIA DA GUIA DE MEDEIROS
RUA BRITANIA
Q52 L15

GUAPÓ

01-22706

AGÊNCIA DE ATENDIMENTO MAIS PRÓXIMA

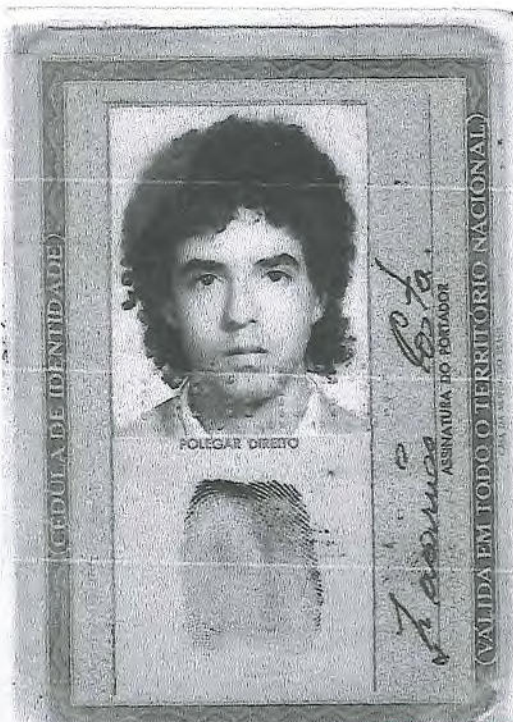
PAGAMENTO: Esta conta poderá ser paga nas Agências Bancárias conveniadas, Agências Lotéricas e nos Caixas Pague Luz.

DÉBITO BANCÁRIO: Para sua comodidade utilize-se do sistema de débito em conta corrente bancária, escolhendo o local e o Banco de sua preferência para débito de sua conta. Para que você possa beneficiar-se desta facilidade, consulte nossa Agência mais próxima, ou pelo telefone 120.

ATRASO DE PAGAMENTO: As contas não pagas até a data de vencimento sofrerão multa moratória aplicada sobre o valor da conta, e será suspenso o fornecimento após o 15º dia.

ATENDIMENTO AO CLIENTE: As tarifas de energia elétrica e as condições gerais de fornecimento são estabelecidas pelo Ministério das Minas e Energia, através da ANEEL-Agência Nacional de Energia Elétrica. As informações sobre os valores aplicados nesta conta, encontram-se à disposição dos clientes nas Agências de Atendimento.

CONSULTA SOBRE CONSUMO: Em caso de dúvida sobre consumo, anote a posição dos ponteiros ou assinale os números na figura abaixo e dirija-se à nossa Agência, de posse da última conta.



SERVIÇO NOTARIAL REGISTRAL
GUAPÓ - GOIÁS

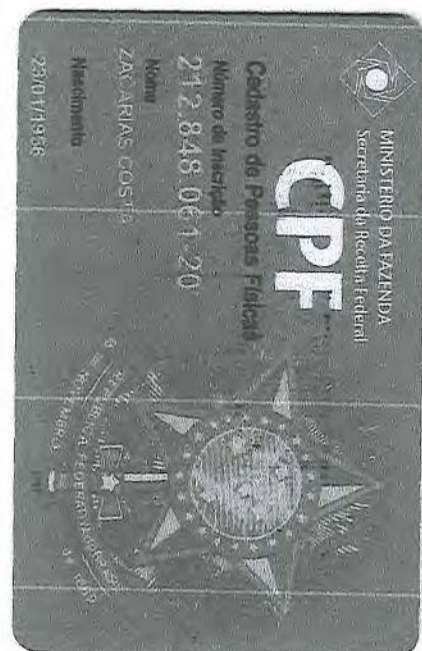
REGISTRO DE IMÓVEIS, PESSOAS JURÍDICAS,
TÍTULOS E DOCUMENTOS, TABELIONATO DE NOTAS

Isabel Luiza das Dores
OFICIAL

AUTENTICAÇÃO
Autentico para os devidos efeitos que a fotocópia conferi
com o documento original apresentado. (Decreto Lei nº
2.148/40, art.2º) Dou Fé. Guapó-GO, 06 de janeiro de 2016.
023315062910230949-03550

Isabel Luiza das Dores
Isabel Luiza das Dores - Tabeliã

RUA RODOLFO TAVARES - QD. 14 LT 02 SALA 07 - CENTRO - FONE: (62) 3552-1110 - GUAPÓ-GO



CELG
DISTRIBUIÇÃO

www.celg.com.br
CNPJ: 01.543.032/0001-04 IE: 100.549.420
Rua 2, Qd. A-37, S/N - Jardim Goiás - CEP 74805-180 - Goiânia - Goiás

NOTA FISCAL / FATURA DE ENERGIA ELÉTRICA

ENDEREÇO DA AGÊNCIA DE ATENDIMENTO	NÚMERO	SÉRIE	EMIÇÃO	GRUPO
RUA EDEIA, N. 661 SETOR CENTRO CEP: 75350-000 GUAPÓ-GO	2514025	4	26/03/15	B1

Tarifa Social de Energia Elétrica
TSEE: foi criada pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002.

ZACARIAS COSTA
CPF/CNPJ: 212.848.061-20 INSC.:
RUA 10, Q. 106, L. 1, S/N, - CASA 02
VILA BOA
CEP: 0 - GUAPÓ-GO

UNIDADE CONSUMIDORA	VENCIMENTO	VALOR TOTAL
710048932	09/04/2015	77,16

DADOS DA UNIDADE CONSUMIDORA
CLASSE: RESIDENCIAL
ATIVIDADE: 100 MEDIDOR: 101187467
TIPO DE LIGAÇÃO: MONOFÁSICO RAZÃO: 39
VENCIMENTO BASE: 09/04/2015 ROTA: 67800

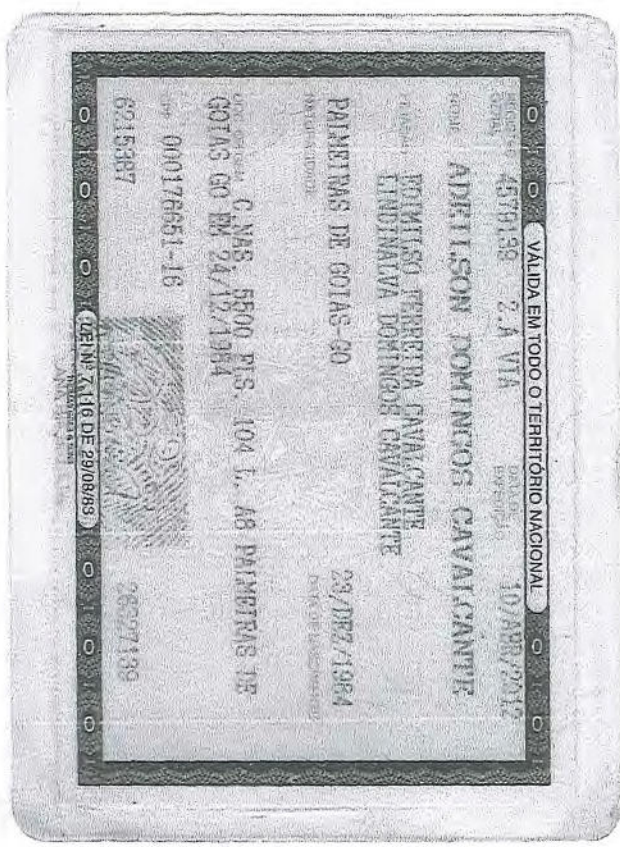
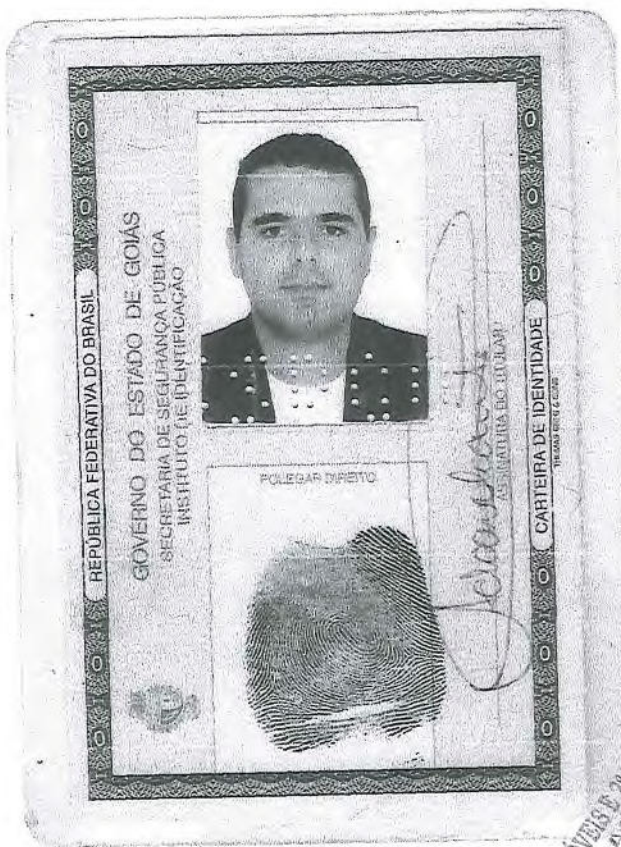
DADOS DAS LEITURAS
ATUAL: 26/03/2015
ANTERIOR: 26/02/2015
APRESENTAÇÃO: 26/03/2015
PRÓXIMO MÊS: 27/04/2015

DADOS DA MEDIÇÃO
LEITURA ATUAL: 9434
LEITURA ANTERIOR: 9397
NÚMERO DE DIAS FATURADOS: 28
DIFERENÇA DE LEITURA: 92
FM: 1.000
TOTAL DE CONSUMO: 92

HISTÓRICO DE CONSUMO

MES	CONSUMO
04/14	154,00
05/14	151,00
06/14	144,00
07/14	131,00
08/14	171,00
09/14	184,00
10/14	253,00
11/14	132,00
12/14	161,00
01/15	250,00
02/15	234,00
03/15	92,00

MÉDIA DE CONSUMO
DIÁRIO: 3,29
TRIMESTRAL: 195,00
ANUAL: 170,50



SERVIÇO NOTARIAL REGISTRAL
GUAPÓ - GOIÁS

REGISTRO DE IMÓVEIS, PESSOAS JURÍDICAS,
TÍTULOS E DOCUMENTOS, TABELIONATO DE NOTAS

Isabel Luiza das Dóres
OFICIAL

AUTENTICAÇÃO

Autentico para os devidos efeitos que a fotocópia conferi com o documento original apresentado. (Decreto Lei nº 2.148/40, art.2º) Dou Fé. Guapó-GO, 06 de janeiro de 2016.
023315062910230949-03549

Isabel Luiza das Dóres
Isabel Luiza das Dóres - Tabeliã

BUA RODOLFO TAVARES - DD. 14 LT 02 SALA 07 - CENTRO - FONE. (62) 3952-1110 - GUAPÓ-GO



FIXO

Fatura de Serviços de Telecomunicações

Página 000001 de 000004

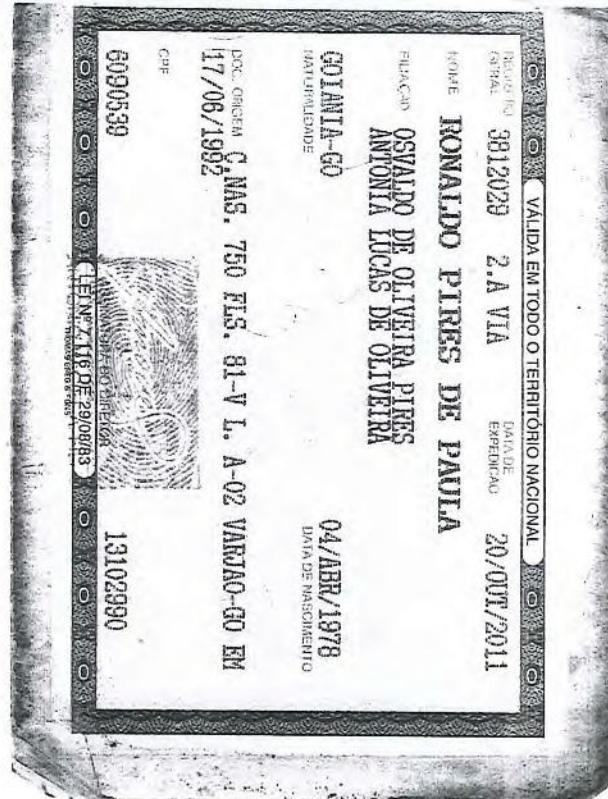
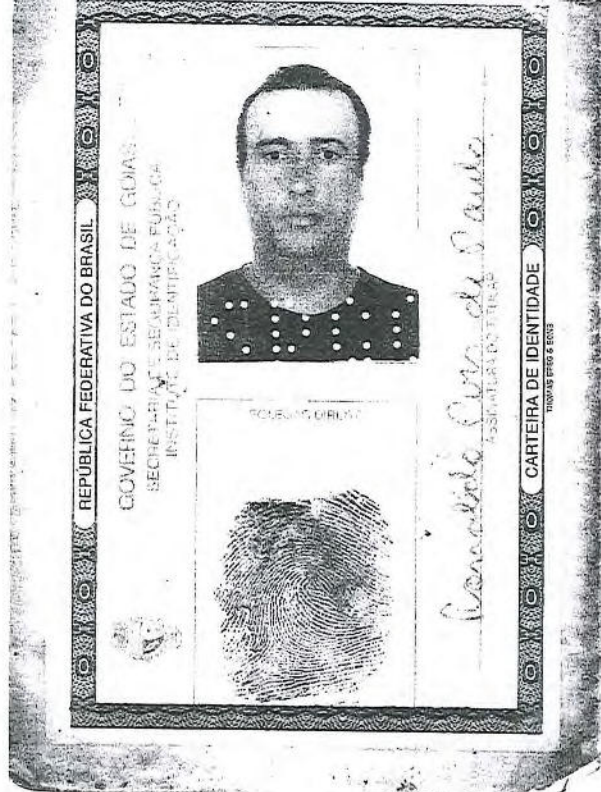
Oi S.A.
ROD. BR 153 - S/N - KM 06 - PARTE - VILA REDENÇÃO
CEP 74845-060 - Goiânia - GO
CNPJ Matriz: 76.535.764/0001-43
CNPJ: 76.535.764/0328-51 I.E: 10.325.318-1

CTCE GOIANIA GO PL5
EDIMILSO FERREIRA CAVALCANTE
R 5 Q 18 LT17
CJ JAF
75350-000 GUAPÓ - GO

Referência
NOVEMBRO/2015

7213512820530450000049894930191115

Telefone Vencimento Total a pagar



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME: RONALDO PIRES DE PAULA

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR / UF: 3812029DGP/GO

CPF: 693.172.321-91 DATA NASCIMENTO: 04/04/1978

FILIAÇÃO: OSVALDO DE OLIVEIRA PIRES ANTONIA LUCAS DE OLIVEIRA

PERMISSÃO: ACC CAT. HAB: B

Nº REGISTRO: 01721084849 VALIDADE: 11/12/2017 1ª HABILITAÇÃO: 28/03/2001

OBSERVAÇÕES:

Ronaldo Pires de Paula

LOCAL: ARAGOIÂNIA, GO DATA EMISSÃO: 21/12/2012

ASSINATURA DO PORTADOR: José Tarciso Rocha

ASSINATURA DO EMISSOR: 54678154205 GO062711849

DETRAN GO (GOIÁS)

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL 673522282

PROIBIDO PLASTIFICAR 673522282



SANEAMENTO DE GOIÁS S.A.

CNPJ: 01.616.929/0001-02 - INSC. EST. 10.013.357-6

ENDEREÇO: RUA DOS MILAGRES Nº 000, QD. 01, CENTRO

CEP: 74040-000 FONE: (62) 3552-1110

FATURA DE ÁGUA/ESGOTO/SERVÇOS

PROPRIETÁRIO: CLAYTON MARCIO SILVA.

USUÁRIO:

ENDEREÇO: FLOI ALVES Nº. 529 CASA 02

BAIRRO:

CIDADE: CENTRO Q 1

CIDADE: GOIÁPO

CEP:

COD: 072 64 01 5170

HIDRÔMETRO: A96L392494

DATA DE EMISSÃO: 07/12/2015 FATURANº: 208532006-0

REFERÊNCIA: 07/12/2015

CONTA Nº: 084/121 5

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

CUSTO MÍNIMO FIXO

ÁGUA - RESIDENCIAL

CONTÁ, AFASTAMENTO ESGOTO RESIDENCIAL

TRATAMENTO ESGOTO RESIDENCIAL

10,00

21,00

16,80

4,20

VENCIMENTO: 07/01/2016

VALOR TOTAL (R\$): 52,00

LEITURA ANTERIOR: 619

LEITURA ATUAL: 625

DATA: 06/11/2015

DATA: 07/12/2015

CONSUMO

FATURADO: 6 m³

TIPO DE CONSUMO FATURADO: MEDIDO

CONSUMO ESTIMADO: 6 m³

HISTÓRICO DE CONSUMO (m³/mês)

JUN 00021 JUL 00018 AGO 00012 SET 00021 OUT 00030 NOV 00009

CATEGORIA/ECONOMIA/PESO

MÉDIA:

19

MENSAGEM



REG. MOVENS E 2ª TAB. NOTAS
GUAPÓ-GO
Isabel Luiza das Dores
Tabela/Oficial

ONATO DE NOTAS E ANEXOS
Tabel Luiz das Dores
Tabela Oficial
GUAPÓ-GO

Serviço Notarial Registral
GUAPÓ - GOIÁS

**REGISTRO DE IMÓVEIS, PESSOAS JURÍDICAS,
TÍTULOS E DOCUMENTOS, TABELIONATO DE NOTAS**

**Isabel Luiza das Dores
OFICIAL**

AUTENTICAÇÃO
Autentico para os devidos efeitos que a fotocópia conferi
com o documento original apresentado. (Decreto Lei nº
2.148/40, art.2º) Dou Fé. Guapó-GO, 06 de janeiro de 2016.
023315062910230949-03551


Isabel Luiza das Dores - Tabeliã

RUA RODOLFO TAVARES - QD. 14 LT 02 SALA 07- CENTRO - FONE: (62) 3552-1110 - GUAPÓ-GO



SANEAMENTO DE GOIÁS S.A.

CNPJ: 01.616.929/0001-02 - INSC. EST. 10.013.357-6
ENDEREÇO: RUA DOS MILAGRES NR. 0 QD. 011, O CENTRO
CEP: 74240-000 FONE: 3552-1300

FATURA SIMULTANEA - REAVISO DE DEBITO

PROPRIETÁRIO: CARLOS ROBERTO ALVES
USUÁRIO:
ENDEREÇO: RUA 1
BAIRRO: RESIDENCIAL BURITIS Q 07 L 20
CIDADE: GUAPÓ
CEP: 74240-000

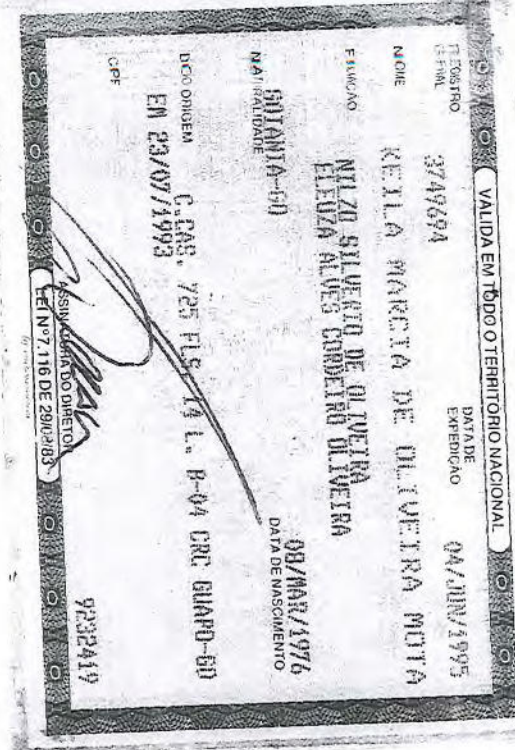
COD: 072.77.02.0623
HIDRÔMETRO: Y131235769

DATA DE EMISSÃO: 25/11/2015
REFERÊNCIA: 001/2015

CONTA Nº 1931876-6

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

Consta em nossos registros o debito da referencia 10/2015
A inadimplencia superior a 30(trinta) dias apos a entrega do reaviso
de debito implicara na interrupcao do fornecimento de agua.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nome: **KEILA MARCIA DE OLIVEIRA MOTA**

Nº de Inscrição: **872623471-87**

Data de Nascimento: **08/03/76**

Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF, vedada a exigência por terceiros, salvo nos casos previstos na Legislação vigente.

Assinatura: *Keila Marcia de Oliveira Mota*

KEILA MARCIA DE OLIVEIRA MOTA

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Emitido em : 16/08/97

CELG
DISTRIBUIÇÃO

CNPJ: 01.543.032/0001-04 IE: 100.549.420
Rua 2, Qd. A-37, S/N - Jardim Goiás - CEP 74805-180 - Goiânia - Goiás
NOTA FISCAL / FATURA DE ENERGIA ELÉTRICA

ENDEREÇO DA AGÊNCIA DE ATENDIMENTO: RUA EDEIA, N. 661 SETOR CENTRO CEP: 75350-000 GUAPO GO

NÚMERO: 41115 SÉRIE: 4 EMISSÃO: 01/10/15 GRUPO: 81

Tarifa Social de Energia Elétrica
TSEE: foi criada pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002.

DIVINO CANDIDO DA MOTA
CPF/CNPJ: 40286657104 INSC.:
RUA 5, Q. 20, L. 12, S/N
JARDIM IMPERIAL
CEP: 0 GUAPO GO

UNIDADE CONSUMIDORA: 710024289 VENCIMENTO: 27/10/2015 VALOR TOTAL: 209,94

CLASSE: RESIDENCIAL ATIVIDADE: 100 MEDIDOR: 18612482
TIPO DE LIGAÇÃO: MONOFASICO RAZÃO: 22
VENCIMENTO BASE: 27/10/2015 ROTA: 20000

MES kWh

11/14	320,00
12/14	243,00
01/15	239,00
02/15	295,00
03/15	202,00
04/15	197,00
05/15	263,00

LEITURA ATUAL: 35786
LEITURA ANTERIOR: 35528
NÚMERO DE DIAS FATURADOS: 30
DIFERENÇA DE LEITURA: 258,00
FM: 1,0000
TOTAL DE CONSUMO: 258,00

SERVIÇO NOTARIAL REGISTRAL
GUAPÓ - GOIÁS

REGISTRO DE IMÓVEIS, PESSOAS JURÍDICAS, TÍTULOS E DOCUMENTOS, TABELIONATO DE NOTAS
Isabel Luiza das Dores
OFICIAL

AUTENTICAÇÃO

Autentico para os devidos efeitos que a fotocópia conferi com o documento original apresentado. (Decreto Lei nº 2.148/40, art. 2º) Dou Fe. Guapó-GO, 06 de janeiro de 2016.
023315062910230949-03553

Isabel Luiza das Dores - Tabela

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
POLÍCIA MILITAR DE GOIÁS
GABINETE DE IDENTIFICAÇÃO

ASSINATURA DO IDENTIFICADO

POLEGAR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

CARTeira DE IDENTIDADE

RG. 22.742 EX. 25 Ago 15 TS "A" Neg

NOME **DIVINO CÂNDIDO DA MOTA**

2º SARGENTO PM

FILIAÇÃO Benvida Cândida da Mota

NATURALIDADE Trindade-GO 08 Mar 1967

Cas. nº 725, Lv. 4, Fls. 141, CRC de Guapô-GO.

CPF 402.866.571-04 Ozamir Gonçalves Hazeletami - Coronel

Comandante do CGF

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

CELG DISTRIBUIÇÃO

www.celg.com.br

CNPJ: 01.543.032/0001-04 IE: 100.549.420

Rua 2, Qd. A-37, S/N - Jardim Goiás - CEP 74805-180 - Goiânia - Goiás

NOTA FISCAL / FATURA DE ENERGIA ELÉTRICA

ENDEREÇO DA AGÊNCIA DE ATENDIMENTO: RUA EDETA, N. 661 SETOR CENTRO CEP: 75350-000 GUAPÔ GO

NÚMERO 41115 SÉRIE 4 EMISSÃO 01/10/15 GRUPO B1

Tarifa Social de Energia Elétrica

TSEE: foi criada pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002.

DIVINO CÂNDIDO DA MOTA

CPF/CNPJ: 40286657104 INSC.: 1138839

RUA 5, Q. 20, L. 12, S/N 0710024289

JARDIM IMPERIAL 10/2015

CEP: 0 GUAPÔ GO

UNIDADE CONSUMIDORA 710024289

VENCIMENTO 27/10/2015

VALOR TOTAL 209,94

CLASSE: RESIDENCIAL

ATIVIDADE: 100

Tipo de LIGAÇÃO: MONOFÁSICO RAZÃO: 22

VENCIMENTO BASE: 27/10/2015 ROTA: 20000

MEDIDOR: 18612482

MES kWh

11/14	320,00
12/14	243,00
01/15	239,00
02/15	295,00
03/15	202,00
04/15	197,00
05/15	263,00
06/15	166,00
07/15	184,00
08/15	169,00
09/15	185,00
10/15	258,00

LEITURA ATUAL: 35786

LEITURA ANTERIOR: 35528

NÚMERO DE DIAS FATURADOS: 30

DIFERENÇA DE LEITURA: 258,00

FM: 1,0000

TOTAL DE CONSUMO: 258,00

DIÁRIO: 8,60

TRIMESTRAL: 204,00

ANUAL: 226,75

ADICIONAL BANDEIRA VERMELHA 258,00

DEV. DIFERENÇA DE ADICIONAL DE COMPENSAÇÃO DE DMIC 0,000000

CONTRIB. CUSTEIO DA ILUMIN. PUB 0,000000

CONSUMO KWH + ICMS/PIS/COFINS 258,00

VALOR (R\$)

0,069280 17,87

0,000000 -5,34

0,000000 -1,48

0,000000 17,29

0,703880 181,60

SERVIÇO NOTARIAL REGISTRAL

GUAPÔ - GOIÁS

REGISTRO DE MOVES, PESSOAS JURÍDICAS, TÍTULOS E DOCUMENTOS, TABELAMENTO DE MORTOS

Isabel Luiza das Dóres

Isabel Luiza das Dóres - Tabelaria

Autentico para os devidos efeitos que a fotocópia conferi com o documento original apresentado (Decreto Lei nº 2.148/40, art. 2º) Dou Fé, Guapô-GO, 06 de janeiro de 2016.

023315062910230949-03556

2º TABELARIA

ANEXOS



SANEAMENTO DE GOIÁS S.A.

CNPJ: 01.616.929/0001-02 - INSC. EST. 10.013.357-8
ENDEREÇO: RUA DOS MILAGRES NR. 0 QD. 0 LT. 0 CENTRO
CEP: 75.140-000 GUAPÓ

FATURA DE AGUA/ESGOTO/SERVICOS

PROPRIETÁRIO: NICEZIO MIGUEL DA SILVA.

USUÁRIO :
ENDEREÇO : MINUTOS N.º 577
BAIRRO : CENTRO Q 04 L 12
CIDADE : GUAPÓ
CEP : 75350-000

COD: 072.70.01.7750
HIDRÔMETRO: Y1015/8155

DATA DE EMISSÃO: 16/11/2015
REFERÊNCIA: NOV/2015

CONTA Nº 0214125-6

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

CUSTO MÍNIMO FIXO	10,05
TARIFA AGUA - RESIDENCIAL	23,24
COLTA/AJASTAMENTO ESGOTO RESIDENCIAL	18,59
TRATAMENTO ESGOTO RESIDENCIAL	4,65

VENCIMENTO: 23/12/2015

VALOR TOTAL (R\$): 56,53

LEITURA ANTERIOR: 814 DATA: 14/10/2015 CONSUMO
LEITURA ATUAL: 821 DATA: 16/11/2015 FATURADO: 7 m3

TIPO DE CONSUMO FATURADO: MEDIDO CONSUMO ESTIMADO: 24 m3

HISTÓRICO DE CONSUMO (m³/mês)

MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT
00005	00005	00008	00007	00008	00008

MÉDIA:
7

CATEGORIA / ECONOMIA / PESO

RESIDENCIAL
004/100

MENSAGEM

APLICACAO DA TERCEIRA PARCELA DA REVISAO TARIFARIA ORDINARIA, NO PERCENTUAL DE 5,4% A PARTIR DE 01/12/2015, CONFORME RESOLUCAO NORMATIVA AGR 038/2015

FATURAS NÃO PAGAS
INFORMAÇÕES AO
Captação: GUAPÓ
Decreto Federal nº 7.116 de 29/08/83

Parâmetros	C
Previsto	
Realizado	
Fora do Padrão	

Previsto: número de
Realizado: número de
Fora do padrão: número de

Lei Federal nº 12.741/2012

Serviços

Água
Esgoto

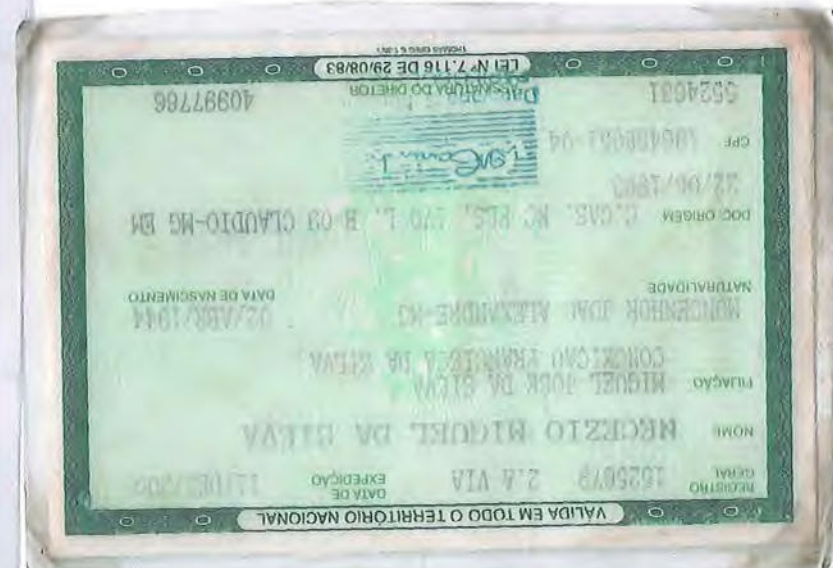
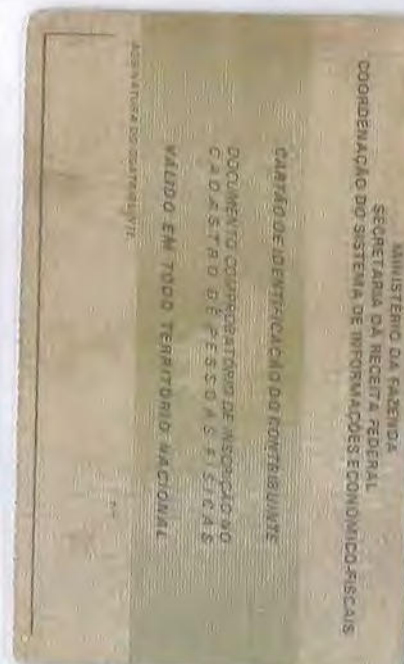
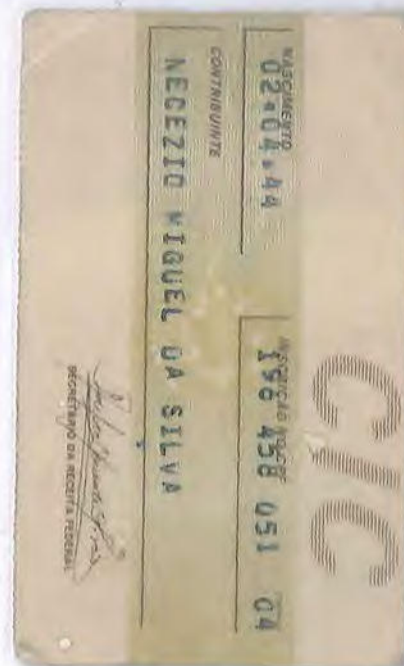
Serviço Notarial Registral
GUAPÓ - GOIÁS

REGISTRO DE IMÓVEIS, PESSOAS JURÍDICAS,
TÍTULOS E DOCUMENTOS, TABELIONATO DE NOTAS
Isabel Luiza das Dores
OFICIAL

AUTENTICAÇÃO
Autentico para os devidos efeitos que a fotocópia conferi
com o documento original apresentado. (Decreto Lei nº
2.148/40, art. 2º) Dou Fé. Guapó-GO, 06 de Janeiro de 2016.
023315062910230949-03557

Isabel Luiza das Dores - Tabelião

RUA RODOLFO TAVARES - QD. 13 LT. 02 SALA 07 - CENTRO - FONE: (62) 3552-1110 - GUAPÓ-GO



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 3210331/2-A VIA DATA DE EXPIRAÇÃO 04/FEV/1999

NOME JEFFERSON LEONARDO RAMOS

FAMÍLIA EDIVAN JOSE RAMOS
CLEUSA ANTONIA RAMOS

GOIANIA-GO NATURALIDADE DATA DE NASCIMENTO 23/OUT/1978

DOC ORIGEM C.NAS. 36240 EL5 40 L. A-176 CRC
GOIANIA-GO 2 ZONA EM 12/01/1990

ASSINATURA DO TITULAR 2573601

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

GOVERNO DO ESTADO DE GOIAS
DIRETORIA GERAL DA POLICIA CIVIL
INSTITUTO DE IDENTIFICACAO

JEFFERSON LEONARDO RAMOS

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF, vedada a exigência por terceiros, salvo nos casos previstos na legislação vigente.

Assinatura JEFFERSON LEONARDO RAMOS

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Emitido em : 20/04/96

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nome JEFFERSON LEONARDO RAMOS

Nº de Inscrição 835703491-87 Data do Nascimento 23/10/78

REGISTRO DE IMOVEIS, PESSOAS JURÍDICAS, TÍTULOS E DOCUMENTOS, TABELIONATO DE NOTAS

SERVIÇO NOTARIAL REGISTRAL

GUAPÓ - GOIAS

Isabel Luiza das Dóres

TABELIONATO DE NOTAS

GUAPÓ - GO

Isabel Luiza das Dóres

Tabela/Oficial

AUTENTICAÇÃO

com o documento original apresentado. (Decreto Lei nº 2.148/40, art. 2º) Dou Fe, Guapó-GO, 06 de Janeiro de 2016.

023315062910230949-03558

Isabel Luiza das Dóres - Tabela

Isabel Luiza das Dóres

Tabela/Oficial

GUAPÓ-GO

SANEAMENTO DE GOIÁS S.A.

CNPJ. 01.616.929/0001-02 - INSC. EST. 10.013.357-6

ENDEREÇO: RUA DOS MILAGRES NR. 0 00, D.T. O CENTRO

CEP: 75300 000 35621300

FATURA DE AGUA/ESGOTO/SERVICOS

PROPRIETÁRIO: JEFFERSON LEONARDO RAMOS.

USUÁRIO : PRESIDENTE KENNEDY

ENDEREÇO : CENTRO Q 21 I 11-A

BAIRRO : GUAPÓ

CIDADE : GUAPÓ

CEP : 75350-000 FATURA Nº: 208826/28-4

COD: 0/2.68.02 1850

HIDROMETRO: A09F154438

DATA DE EMISSÃO: 10/12/2015

REFERÊNCIA: DEZ/2015

CONTA Nº 1551995-3

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

CUSTO MINIMO FIXO	10,60
TARIFA AGUA - RESIDENCIAL	46,88
ATUALIZACAO MONETARIA	0,25
MULTA ATRASO PAGAMENTO	2,42

VENCIMENTO: 28/12/2015

VALOR TOTAL (R\$): 60,15

LEITURA ANTERIOR: 1073 DATA: 10/11/2015 CONSUMO FATURADO: 13

LEITURA ATUAL: 1086 DATA: 10/12/2015

TIPO DE CONSUMO FATURADO: MEDIO CONSUMO ESTIMADO: 3

HISTÓRICO DE CONSUMO (m³/mês)

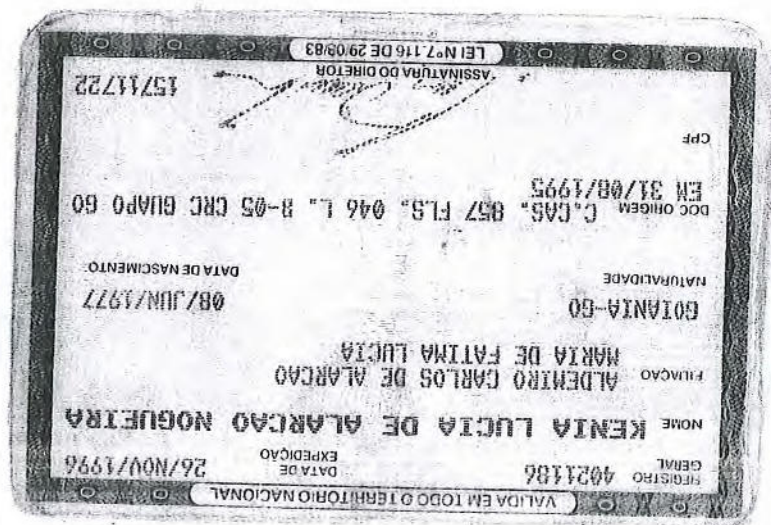
JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	MEDIA
00016	00019	00025	00016	00019	00027	21

CATEGORIA / ECONOMIA / PESO

RESIDENCIAL

001/100

MENSAGEM



CELG

DISTRIBUIÇÃO

ENDEREÇO DA AGÊNCIA DE ATENDIMENTO
RUA EDEIA, N. 661 SETOR. CENTRO CEP: 75350-000 GUAPÓ GO

CPF/CNPJ: 97120570110 INSC.:
RUA 3-B, Q. 26, L. 13, S/N
JARDIM IMPERIAL
CEP: 0 GUAPÓ GO

KENIA LUCIA ALARCAO NOGUEIRA

UNIDADE CONSUMIDORA 710010643

VENCIMENTO 06/12/2015

CLASSE RESIDENCIAL

ATIVIDADE 100

VALOR TOTAL 186,96

ATUAL 18/11/2015

ANTERIOR 19/10/2015

NÚMERO 1618930

SÉRIE 4

EMISSÃO 18/11/15

GRUPO B1

11/2015

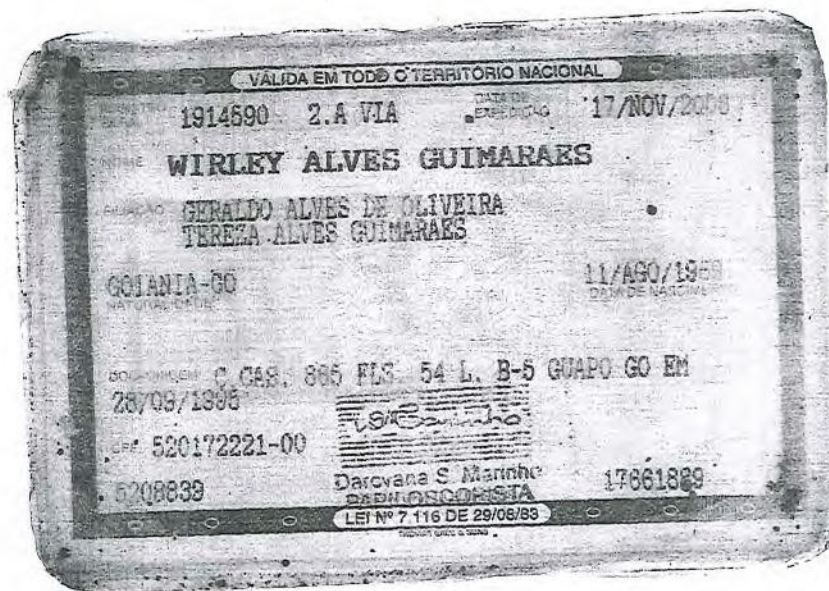
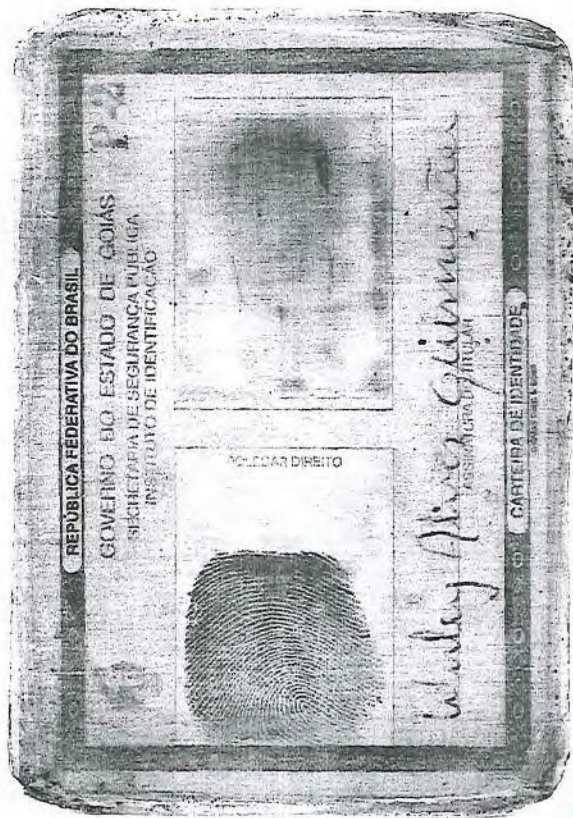
1137521

0710010643

TSE: foi criada pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002.

Tarifa Social de Energia Elétrica





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME: **WIRLEY ALVES GUIMARAES**

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR / UF: **1914590 DGPC GO**

CPF: **520.172.221-00** DATA NASCIMENTO: **11/08/1969**

FILIAÇÃO: **GERALDO ALVES DE OLIVEIRA**
TEREZA ALVES GUIMARAES

PERMISSÃO: **AC** ACC: **AC** CAT. HAB: **AC**

Nº REGISTRO: **01030129105** VALIDADE: **05/03/2020** 1ª HABILITAÇÃO: **28/06/1988**

OBSERVAÇÕES:

Assinatura do Portador: *Wirley Alves Guimarães*

LOCAL: **GOIANIA, GO** DATA EMISSÃO: **16/03/2015**

Assinatura do Emissor: *[Assinatura]*

44710618458
60107752735

DETRAN - GO (GOIÁS)

SANEAMENTO L GOIÁS S.A.
CNPJ: 01.616.929/0001-02 - INSC. EST. 10.013.357-6
ENDEREÇO: RUA DOS MILAGRES NR. 0 QD. 0 LT. 0 CENTRO
CEP: 74.241-000

FATURA SIMULTANEA - REAVISO DE DEBITO

PROPRIETÁRIO: **WIRLEY ALVES GUIMARAES**
USUÁRIO:
ENDEREÇO: **BR 960 Nl. S/N**
BAIRRO: **CENTRO Q 29 I 06**
CIDADE: **GUAPÓ**
CEP: **74.241-000** FATURAR Nº: **782/13912-4** COD: **072.68 07 0770**
HIDRÔMETRO: **Y111621085**

DATA DE EMISSÃO: **10/12/2015**
REFERÊNCIA: **NOV/2015** CONTA Nº: **1952382 9**

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

Sr (a) Cliente,
Consta em nossos registros o débito da referência 11/2015.
A inadimplência superior a 30(trinta) dias após a entrega do reaviso de débito implicará na interrupção do fornecimento de água.

Havendo a interrupção do fornecimento, a religação de água somente ocorrerá com o pagamento da(s) fatura(s) vencida(s).

VENCIMENTO: **33,29** VALOR TOTAL (R\$): **33,29**

LEITURA ANTERIOR: **144** DATA: **16/03/2015** CONSUMO FATURADO:
TIPO DE CONSUMO FATURADO: **CONSUMO ESTIMADO:**

HISTÓRICO DE CONSUMO (m³/mês)

CATEGORIA / ECONOMIA / PESO


MENSAGEM


DIPLOMADO EM 01/03/1991 PELA Universidade Católica de Goiás
 CPF 37559800106 RG 295796-3396-601 TÍTULO ELEITORAL 198180710
 Vale como documento de identidade e já tem fé pública (art. 17 da Lei nº 8.662/93 e Lei nº 6.206/75)
 Miriam Lopes G. Nascimento
 ASSINATURA DO PROFISSIONAL
 VÁLIDA EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

CARTEIRA DE IDENTIDADE
 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL
 CRESS 19 REGIÃO-ESTADO GO/T
 1ª 1290 TROCA 29/04/91
 NOME MIRIAM LOPES GUIMARÃES NASCIMENTO
 FILIAÇÃO Claudionor Francisco Lopes Guimarães
 Maria do Carmo Lopes Guimarães
 NACIONALIDADE Brasileira NATURAL GOIÂNIA - GO
 TIPO SANGÜÍNEO RH
 NASCIMENTO 10/03/1965
 TÍTULO PROFISSIONAL ASSISTENTE SOCIAL
 DATA DE EXERCÍCIO 07/01/2000 R. M. L. O. Presidente do CRESS
 VÁLIDA EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

TABELIONATO DE NOTAS E ATESTADOS
 Isabel Luiza das Dores
 Tabelião Oficial
 GUAPÓ-GO
 AUTENTICAÇÃO
 com o documento original apresentado, (Decreto Lei nº 2.148/40, art. 2º) Dou Fe, Guapó-GO, 06 de Janeiro de 2016.
 023315062910230949-03562
 Isabel Luiza das Dores - Tabelião

SANEAMENTO DE GOIÁS S.A.
 CNPJ 01.616.929/0001-02 - INSC. EST. 10.013.357-6
 ENDEREÇO: RUA DOS MILAGRES NR. 0 QD. 0 LT. 0 CENTRO
 CEP: 75350-000 35521300
FATURA DE AGUA/ESGOTO/SERVICOS
 PROPRIETÁRIO: MIRIAM LOPES GUIMARÃES NASCIMENTO
 USUÁRIO : MIRIAM LOPES GUIMARÃES NASCIMENTO
 ENDEREÇO : JOSE MARQUES C/ 13 DE MAIO.
 BAIRRO : CENTRO Q 08 L 01
 CIDADE : GUAPÓ
 CEP : 75350-000 FATURA Nº: 596097509-9 COD: 072.70.02.1480
 HIDRÔMETRO: Y10F333570
 DATA DE EMISSÃO: 18/05/2015
 REFERÊNCIA: MAI/2015
 CONTA Nº: 0379575-6
 DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS
 CUSTO MÍNIMO FIXO 8,02
 TARIFA AGUA - RESIDENCIAL 82,50
 COLETA/AFASTAMENTO ESGOTO RESIDENCIAL 60,31
 TRATAMENTO ESGOTO RESIDENCIAL 16,50
 ATUALIZAÇÃO MONETARIA 13,29
 MULTA ATRASO PAGAMENTO 6,08
 VENCIMENTO: 30/05/2015 VALOR TOTAL (R\$): 186,70
 LEITURA ANTERIOR: 1437 DATA: 16/04/2015 CONSUMO





FC092838

AR

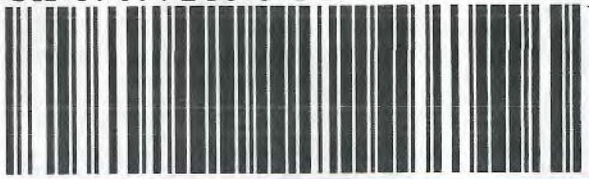
MP

☒
☐

PESO (kg) 162

MANDOU, CHEGOU.

SA 89099215 3 BR



Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviços de Comunicações
Eletrônicas
Coordenadorias - Geral de Radiodifusão
Comunitária

Delegacia Regional em Minas Gerais
Ave. Afonso Pena, 1.240, Centro Centro
CEP- 30130-900 - Belo Horizonte - MG

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Delegacia Regional em Minas Gerais

NOTA TÉCNICA Nº 647/2016/SEI-MC

Processo de Renovação nº: **53900.018279/2014-12**

Processo de Outorga nº: **53670.001983/2001**

Assunto: **Exigências relativas ao requerimento de renovação de outorga.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da análise do pedido de renovação de outorga da **ASCOG - Associação Comunitária de Guapó**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Guapó / GO**.

ANÁLISE

2. Existem indícios de que a requerente mantém vínculos que a subordinam ou a sujeitam à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de outra entidade, mediante compromissos ou relações político-partidárias ou comerciais, em infringência ao disposto no art. 11 da Lei 9612/98, vez que **o diretor Wilmar Cardoso Queiroz é Presidente de Diretório do PSDB, a diretora Mírian Lopes Guimarães Nascimento faz parte do Conselho Fiscal de Diretório do PMDB e o diretor Jefferson Leonardo Ramos é Presidente de Comissão Provisória do Partido da República - PR**, motivo pelo qual a entidade deverá se manifestar (havendo mudança de diretoria da entidade, encaminhar nova ata de eleição, comprovante de nacionalidade e CPF dos novos diretores).

CONCLUSÃO

3. Diante do exposto, a entidade deverá ser comunicada para **apresentar** toda a documentação solicitada e/ou **esclarecer** as pendências constatadas, sob pena de indeferimento do pedido de renovação e consequente extinção da autorização.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Fernanda Lellis Fernandes Loureiro Gontijo, Analista Tec Administrativo**, em 14/01/2016, às 10:25, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Ricardo dos Santos, Delegado Regional do Ministério das Comunicações no Estado de Minas Gerais**, em 14/01/2016, às 10:30, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0923077** e o código CRC **FF56D5AE**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Delegacia Regional em Minas Gerais
Av. Afonso Pena, 1.270, Correio Central - Térreo — Centro
CEP 30130-900 — Belo Horizonte - MG
Telefone: (31) 3222-9051

Ofício nº 1004/2016/SEI-MC

Ao Senhor
WILMAR CARDOSO QUEIROZ
Representante Legal da ASCOG - Associação Comunitária de Guapó, Geraldo
Henrique França
Avenida Cristina, nº 1082, Bairro Centro
75350-000 / Guapó - GO

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53900.018279/2014-12.**

Senhor Representante Legal,

1. Cumprimentando-o cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar cópia da Nota Técnica nº **647/2016/SEI-MC**, desta Delegacia, que trata de pendências encontradas nos autos.
2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir da data de recebimento deste ofício, para que essa entidade se manifeste sobre o assunto e apresente a documentação pendente, sob pena da **extinção da outorga**.


Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Ricardo dos Santos, Delegado Regional do Ministério das Comunicações no Estado de Minas Gerais**, em 14/01/2016, às 10:30, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0923104** e o código CRC **AFF4BD7D**.

 AVISO DE RECEBIMENTO		AR		DATA DE POSTAGEM	
DESTINATÁRIO WILMAR CARDOSO QUEIROZ - REPRESENTANTE LEGAL DA ASCOG AVENIDA CRISTINA 1082 CENTRO 75350-000 - GUAPÓ - GO			UNIDADE DE POSTAGEM		
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR DELEGACIA REGIONAL DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES EM MINAS GERAIS AVENIDA AFONSO PENA 1270 TÉRREO CENTRO 30130-900 - BELO HORIZONTE - MG			CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA 26 JAN 2016 DR/GO		
JO 22211407 5 BR (CÓDIGO DE REGISTRO DO OBJETO)					
TENTATIVAS DE ENTREGA 1ª 25/01/16 : h 2ª : h 3ª : h		DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) Ofício nº 1004/2016/SEI-MC, Proc. nº 53900.018279/2014-12.			
		MOTIVO DE DEVOLUÇÃO <input type="checkbox"/> Mudou-se <input type="checkbox"/> Recusado <input type="checkbox"/> Endereço insuficiente <input type="checkbox"/> Não procurado <input type="checkbox"/> Não existe o número <input type="checkbox"/> Ausente <input type="checkbox"/> Desconhecido <input type="checkbox"/> Falecido <input type="checkbox"/> Outros		RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO [Rubrica] Matr. 8.331.259-5	
ASSINATURA DO RECEBEDOR [Assinatura]		DATA DE ENTREGA 26/01/16			
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR		Nº DOC. DE IDENTIDADE 114446			

ASCOG – ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE GUAPÓ

RÁDIO FM 87,9

Ao Ilmo. Sr. Marcos Ricardo dos Santos
Del. Regional do Ministério das Comunicações no Estado de Minas Gerais

Resposta ao ofício n.º 1004/2016/SEI-MC

Conforme solicitado, estamos nos manifestando em relação à Nota Técnica de n.º 647/2016/SEI-MC, informando que segue anexa nova Ata de Posse, atendendo observações do Dr. Marcos Ricardo dos Santos, Del. Regional do Ministério das Comunicações no Estado de Minas Gerais em 14/01/2016 e da analista técnica administrativa Sra. Fernanda Lellis Fernandes Loureiro Gontijo.

Por estar em desconformidade com o art. 11 da Lei 9612/98, informo que foi realizada as respectivas substituições dos nomes ora mencionados, onde comprovamos através de nova ata de eleição e posse adequando as exigências da lei vigente, conforme documentos em anexo.

Atenciosamente,

Guapó, 15 de fevereiro de 2016.



Geraldo Henrique França
CPF 233.315.341-53
RG n.º 680481

ATA DE ELEIÇÃO DA NOVA DIRETORIA DA ASCOG "ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE GUAPÓ" Eleição da Diretoria 2015 – 2018.

Aos dois dias de fevereiro do ano de 2016, na cidade de Guapó, Estado de Goiás, as 18:00 (dezoito horas), na sede da ASCOG, situada no endereço abaixo descrito, sob a presidência do Sr. Wilmar Cardoso de Queiroz, com objetivo de adequar esta ata conforme Nota Técnica n.º 647/2016/SEI-MC, realizando nova eleição da diretoria e conselho comunitário da ASCOG, que estenderá até as 20:00 (vinte horas), conforme acordado e divulgado em reunião anterior e meios de comunicação com cartazes em comércio local, informando que ao final será divulgado resultado através de apuração dos votos. Ficando a mesa receptora composta por, Maurilio José de Jesus, Ivanês Batista de Medeiros e Keila Marcia de Oliveira Mota. Concorrendo apenas uma chapa, não houve outros interessados em participar, sendo a mesa receptora responsável pela contagem dos votos. Às 22:00 (vinte e duas horas) conforme acordado, encerrou-se o prazo para votação e iniciou a contagem dos votos, onde a chapa única composta pelos membros Sr. Geraldo Henrique França, Ronaldo de Almeida Guimarães, Sr. Divino Cândido Mota, Sra. Kênia Lucia de Alarcão, foi vencedora com todos os votos válidos. Encerrando a eleição, o novo Presidente pediu a palavra para dizer que se encontra a disposição para novamente ajudar e fortalecer a ASCOG, beneficiando toda população guapoense, ratifica que irá correr atrás de incentivadores para solidificar esta instituição. Agradeceu a presença e confiança ora depositada em sua pessoa, não havendo nada mais a declarar, eu Divino Cândido Mota, Secretario, afirmo que lavrei esta ata, neste ato lida e aprovada por todos os presentes que em seguida assinam, dando esta reunião por encerrada. Guapó, 02 de fevereiro de 2016.

Lauro Costa
Wilmar Cardoso de Queiroz
Rogério Benvenuto Faria
Divino Cândido Mota
Keila Marcia de Oliveira Mota
Geraldo Henrique França
Walter Cardoso de Queiroz
Michael R. Silva
Michon Damascos Cavalcante
Ronaldo de Almeida Guimarães



ATA DE POSSE DA NOVA DIRETORIA DA ASCOG "ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE GUAPÓ" Eleição da Diretoria 2015 – 2018.

Aos 10 dias de fevereiro do ano de dois mil e dezesseis (2016), na cidade de Guapó, Estado de Goiás, as 18:00 (dezoito horas), na sede da ASCOG, situada no endereço abaixo descrito, reuniram-se os membros eleitos no dia dois de fevereiro de 2016, foi realizada uma votação oral entre os membros recém eleitos visando designar os cargos que formam a diretoria conforme estatuto, ficando após todos presentes concordando da seguinte forma: A nova Diretoria da ASCOG tem como seu novo **Presidente:** o Sr. **Geraldo Henrique França**, RG n.º 680481 SSP-GO e CPF n.º 233.315.341-53, residente e domiciliado a Rua Elói Alves, S/N, centro, Guapó-GO; **Vice-Presidente:** a Sr. **Ronaldo de Almeida Guimarães**, RG n.º 1525553-7212828, CPF n.º 276641801-68, residente e domiciliado a Av. Moacir Guimarães, Qd. 13, Lt. 115, Vila João Pedro, Guapó-GO; **Secretario:** **Divino Cândido Mota**, RG n.º 22742 PM-GO, CPF n.º 402.866.571-04, residente e domiciliado a Rua 05, Qd. 20, Lt. 12, Jardim Imperial, Guapó-GO; **Tesoureiro:** **Kênia Lúcia de Alarcão Nogueira**, RG 4021186 DGPC-GO, CPF n.º 971.205.701-10, residente e domiciliada a Rua 3B, Qd. 26, Lt. 13, Jardim Imperial, Guapó-GO; **Conselho Comunitário:** Adeilson Domingos Cavalcante, RG n.º 4679139 SSP-GO, CPF n.º 000.176.651-16, residente e domiciliado a Rua 05, Qd. 18, Lt. 17, Cidade Nova, Guapó-GO, Carlos Roberto Alves, RG n.º 3242081 SSP-GO, CPF n.º 532.308.921-00, residente e domiciliado na Rua RBI, Qd. 07, Lt. 20, Residencial Buritis, Guapó-GO, Wirley Alves Guimarães, RG n.º 1914590 SSP-GO, CPF n.º 520.172.221-00, residente e domiciliado na BR-060, Qd. 29, Lt. 06, Centro, Guapó-GO, Zacarias F. Costa, RG n.º 556322 SSP-GO, CPF n.º 212.848.061-20, residente e domiciliado a Rua 10, Qd. 106, Lt. 01, Vila Boa, Necézio Miguel da Silva, RG n.º 1525670 SSP-GO, CPF n.º 196.458.051-04, residente e domiciliado a Rua Mineiros, Qd. 04, Lt. 12, n.º 577, Centro, Guapó-GO, Rogerio Bezerra Lola, RG 1733684/ 2º via, CPF 394665151-87, residente a Rua 4, S/N, Qd. 13, Lt 03, Jardim Imperial, Guapó-GO. Após formação da diretoria da ASCOG acima especificada, o presidente eleito empossou os demais membros, foi colocada a palavra aberta a quem dela quisesse usa-la. Não havendo nada mais a declarar, eu Divino Cândido Mota, Secretario, afirmo que lavrei esta ata, neste ato lida e aprovada por todos os presentes que em seguida assinam, dando esta por encerrada. Guapó 10 de fevereiro de 2016.

[Assinaturas manuscritas dos membros da diretoria e conselho comunitário]

SERVIÇO NOTARIAL REGISTRAL
GUAPÓ - GOIÁS

REGISTRO DE IMÓVEIS E DE OUTROS TÍTULOS E DOCUMENTOS
Isabel Luiza das Dores

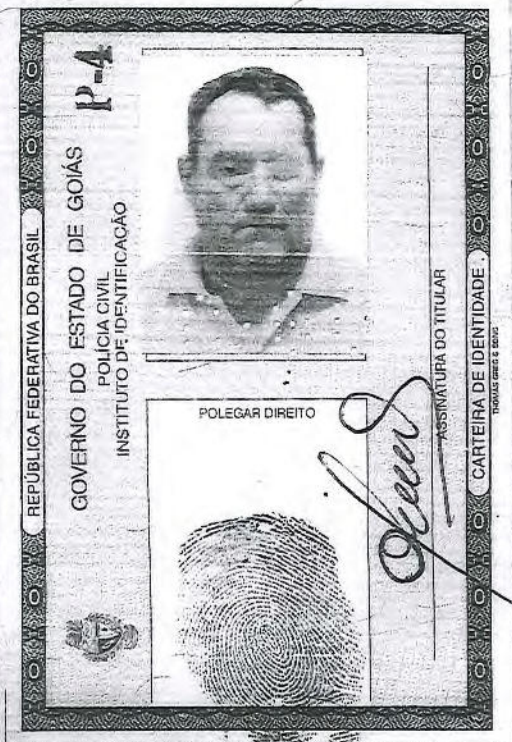
Apresentado hoje para AVERBAÇÃO JURIDICAS - Livro A - 3, protocolizado e registrado sob o nº 217, às fls. 21.536 e registrado sob o nº 217, às fls. GUAPÓ-GO, 12/02/2016.
Fundesp: R\$ 2,92 Selo Digital: 0233150323
consulte o site: <http://extrajudicial.tjgo.jus>

[Assinatura manuscrita de Isabel Luiza das Dores]
ISABEL LUIZA DAS DORES -
Tabelião/Oficial

RUA RODOLFO TAVARES - QD. 14 LT. 02 SALA 07 - CENTRO - FONE: (62) 3552-2246

AVENIDA CRISTALINA, N.º 1.082, CENTRO, GUAPÓ – GO CEP. 75.350-000 FONE: (62) 3552-2246





www.celg.com.br

CNPJ: 01.543.032/0001-04 IE: 100.549.420 2124
Rua 2, Qd. A-37, S/N - Jardim Goiás - CEP 74805-180 - Goiânia - Goiás
NOTA FISCAL / FATURA DE ENERGIA ELÉTRICA

GERALDO HENRIQUE FRANCA

CPF/CNPJ: 23331534153 INSC.:
R ELOI ALVES DE QUEIROS, N. 401 SETOR
CENTRO CEP: 75350000 GUAPÓ GO



EMIÇÃO	NÚMERO	SÉRIE
03/02/16	272759	4
TARIFA SOCIAL DE ENERGIA ELÉTRICA TSEE - CRIADA 26/04/2002 - LEI 10.438.		
CLIENTE	MÊS DE REFERÊNCIA	
1137426	2/2016	

UNIDADE CONSUMIDORA	CONTA	VENCIMENTO	VALOR TOTAL
710009677	0710009677	20/02/2016	191,78

DADOS DA UNIDADE CONSUMIDORA:		DATAS DAS LEITURAS	
CLASSE RESIDENCIAL	GRUPO: B1	ATUAL:	03/02/2016
ATIVIDADE: 100	MEDIDOR: 21551413	ANTERIOR:	05/01/2016
TIPO DE LIGAÇÃO: FRI	RAZÃO: 24	APRESENTAÇÃO:	03/02/2016
VENCIMENTO BASE: 20/02/16	ROTA: 41800	PRÓXIMO MÊS:	03/03/2016
HISTÓRICO DE CONSUMO		DADOS DA MEDIÇÃO	
MES	kWh	LEITURA ATUAL:	38854
03/15	227,00	LEITURA ANTERIOR:	38570
04/15	258,00	Nº DE DIAS FATURADOS:	29
05/15	259,00	DIFERENÇA DE LEITURA:	284,00
06/15	238,00	FAT. DE MULTIPLICAÇÃO:	1,0000
07/15	242,00	TOTAL DE CONSUMO:	284,00
08/15	219,00	MÉDIA DE CONSUMO	
09/15	267,00		
10/15	338,00		
11/15	293,00		
12/15	309,00		
01/16	356,00		
02/16	284,00		
LANÇAMENTOS		VALOR (R\$)	
ADICIONAL BANDEIRA VERMELHA	284,00	0,065480	18,59
MULTA - 12/2015.	22,00	0,000000	4,86
JUROS MORATORIA.	22,00	0,000000	1,78
COMPENSAÇÃO DE DMIC		0,000000	-38,89
COMPENSAÇÃO DE FIC ANUAL		0,000000	-6,70
COMPENSAÇÃO DE DIC TRIMESTRAL		0,000000	-4,90
CONTRIB. CUSTEIO DA ILUMIN.PUB		0,000000	17,29
CONSUMO KWH + ICMS/PIS/COFINS	284,00	0,703360	199,75

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

Ronaldo de Almeida Guimarães

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 1525553-7212528

DATA DE EXPEDICAO 10/MAI/1993

NOME RONALDO DE ALMEIDA GUIMARAES

FILIAÇÃO ARISTEU DE ALMEIDA GUIMARAES
MARIA DE OLIVEIRA GUIMARAES

VARJAO-GO

NATURALIDADE

DATA DE NASCIMENTO 06/AGO/1962

DOC ORIGEM C.NAS. 1346 FLS. 275 L. 2 CRC VARJAO GO EM 02/09/1980

CPF 276641801-68

2.A VIA

ASSINATURA DO DIRETOR

LEINº 7.116 DE 29/08/83

C/C

NASCIMENTO 06.08.62

INSCRIÇÃO NO CPF 276 641 801 63

CONTRIBUINTE

RONALDO DE ALMEIDA GUIMARAES

Ronaldo de Almeida Guimarães

SECRETARIO DA RECEITA FEDERAL

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO ECONÔMICO-FISCAIS

CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

DOCUMENTO COMPROBATORIO DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

VALIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

NATURA DO CONTRIBUINTE

Ronaldo de Almeida Guimarães

CELG
DISTRIBUIÇÃO

www.celg.com.br

CNPJ: 01.543.032/0001-04 IE: 100.549.420

Rua 2, Qd. A-37, S/N - Jardim Goiás - CEP 74805-180 - Goiânia - Goiás

NOTA FISCAL / FATURA DE ENERGIA ELÉTRICA

2124

RONALDO DE ALMEIDA GUIMARAES

CPF/CNPJ: 27664180163 INSC. 27/11/15 2666347 4

AV. MACIEL GUIMARAES, 13, L. 115, S/N

VILA JOÃO PEDRO CEP: 74.000-000 GUAPÓ GO

TARIFA SOCIAL DE ENERGIA ELÉTRICA
TSEE - CRIADA 26/04/2002 - LEI 10.438

CLIENTE	MÊS DE REFERÊNCIA
1138744	11/2015

UNIDADE CONSUMIDORA	CONTA	VENCIMENTO	VALOR TOTAL
10008958287	0182551267	13/12/2015	137,03

DADOS DA UNIDADE CONSUMIDORA:

CLASSE RESIDENCIAL	GRUPO	MEDIDOR
100	B1	110049659

DATAS DAS LEITURAS:

ATUAL	ANTERIOR
27/11/2015	28/10/2015



www.celg.com.br
CNPJ: 01.543.032/0001-04 IE: 100.549.420
Rua 2, Qd. A-37, S/N - Jardim Goiás - CEP 74805-180 - Goiânia - Goiás
NOTA FISCAL / FATURA DE ENERGIA ELÉTRICA

2391

DIVINO CANDIDO DA MOTA

CPF/CNPJ: 43286657104 INSC.:
R 5, Q. 20, L. 12, S/N JARDIM IMPERIAL
CEP: 0 GUAPÓ GO

EMIÇÃO NÚMERO SÉRIE
02/01/16 28072 4
TARIFA SOCIAL DE ENERGIA ELÉTRICA
TSSE - CRIADA 26/04/2002 - LEI 10.438
CLIENTE MÊS DE REFERÊNCIA
1138839 1/2016

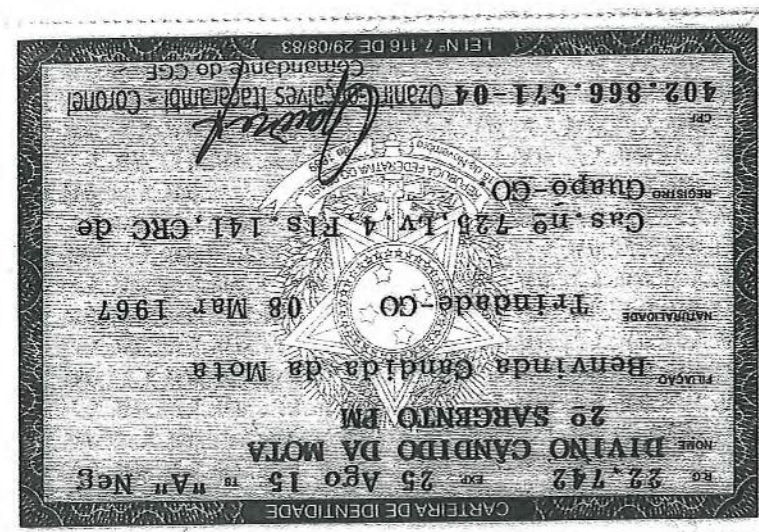
UNIDADE CONSUMIDORA CONTA VENCIMENTO VALOR TOTAL

710024289 0710024289 27/01/2016 174,40

DADOS DA UNIDADE CONSUMIDORA: CLASSE RESIDENCIAL GRUPO: B1
ATIVIDADE: 100 MEDIDOR: 18612482
TIPO DE LIGAÇÃO: MONO RAZÃO: 22
VENCIMENTO BASE: 27/01/16 ROTA: 20000
DATAS DAS LEITURAS: ATUAL: 02/01/2016
ANTERIOR: 01/12/2015
APRESENTAÇÃO: 02/01/2016
PRÓXIMO MÊS: 01/02/2016

HISTÓRICO DE CONSUMO
MÊS kWh
02/15 295,00
03/15 202,00
04/15 197,00
05/15 263,00
06/15 166,00
07/15 184,00
08/15 169,00
09/15 185,00
10/15 258,00
11/15 278,00
12/15 192,00
01/16 225,00
DADOS DA MEDIÇÃO: LEITURA ATUAL: 36481
LEITURA ANTERIOR: 36256
Nº DE DIAS FATURADOS: 32
DIFERENÇA DE LEITURA: 225,00
FAT. DE MULTIPLICAÇÃO: 1,0000
TOTAL DE CONSUMO: 225,00
MÉDIA DE CONSUMO: 7,03
DIÁRIO: 7,03
TRIMESTRAL: 231,67
ANUAL: 217,83

LANÇAMENTOS VALOR (R\$)
ADICIONAL BANDEIRA VERMELHA 225,00 0,069220 15,57
COMPENSAÇÃO DE DTC MENSAL 0,000000 -19,96
CONTRIB. CUSTEIO DA ILUMIN. PUB 0,000000 17,29
CONSUMO KWH + JCMS/PIS/COFINS 225,00 0,717800 161,50



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS
DIRETORIA GERAL DA POLÍCIA CIVIL
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

REGISTRO GERAL 4021186 DATA DE EXPEDIÇÃO 26/NOV/1996

NOME KENIA LUCIA DE ALARCAO NOGUEIRA

FILIAÇÃO ALDEMIRO CARLOS DE ALARCAO MARIA DE FATIMA LUCIA

GOIANIA-GO DATA DE NASCIMENTO 08/JUN/1977

NATURALIDADE

DCC ORIGEM: C-CAS. 857 FLS. 046 L. 8-05 CRC GUAPO GO EM 31/08/1995

CPF 15711722

ASSINATURA DO TITULAR

LEI Nº 7.116 DE 29/09/83

CARTEIRA DE IDENTIDADE

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF

Cadastro de Pessoas Físicas

Número de Inscrição
971.205.701-10

Nome
KENIA LUCIA DE ALARCAO NOGUEIRA

Nascimento
08/06/1977

Cartão de uso pessoal e intransferível.
Deve ser apresentado junto com um documento de identidade.

Emissão

CORREIOS
www.correios.com.br

CELG www.celg.com.br

CNPJ: 01.543.032/0001-04 IE: 100.549.420

Rua 2, Qd. A-37, S/N - Jardim Goiás - CEP 74805-180 - Goiânia - Goiás

2124

NOTA FISCAL / FATURA DE ENERGIA ELÉTRICA

KENIA LUCIA ALARCAO NOGUEIRA

CPF/CNPJ: 97120570110 INSC.: 97120570110

R 3-B, Q. 26, L. 13, S/N JARDIM IMPERIAL

CEP: 0 GUAPO GO

EMIÇÃO	NÚMERO	SÉRIE
18/01/16	1590393	4

TARIFA SOCIAL DE ENERGIA ELÉTRICA
TSEE - CRIADA 26/04/2002 - LEI 10.438.

CLIENTE	MES DE REFERÊNCIA
1137521	1/2016

UNIDADE CONSUMIDORA	CONTA	VENCIMENTO	VALOR TOTAL
710010643	0710010643	02/02/2016	199,23

DADOS DA UNIDADE CONSUMIDORA:		DADOS DAS LEITURAS	
CLASSE: RESIDENCIAL	GRUPO: B1	ATUAL:	18/01/2016
ATIVIDADE: 100	MEDIDOR: 1456491	ANTERIOR:	16/12/2015
TIPO DE LIGAÇÃO: MONO	RAZÃO: 33	APRESENTAÇÃO:	18/01/2016
VENCIMENTO BASE: 02/02/16	ROTA: 21000	PRÓXIMO MES:	17/02/2016

HISTÓRICO DE CONSUMO		DADOS DA MEDIÇÃO	
MES	kWh	LEITURA ATUAL:	34630
02/15	218,00	LEITURA ANTERIOR:	34395
03/15	197,00	Nº DE DIAS FATURADOS:	33
04/15	235,00	DIFERENÇA DE LEITURA:	235,00
05/15	237,00	FAT. DE MULTIPLICAÇÃO:	1,0000
06/15	207,00	TOTAL DE CONSUMO:	235,00
07/15	202,00		
08/15	216,00		
09/15	191,00		
10/15	205,00		
11/15	201,00		
12/15	174,00		
01/16	235,00		

LAI TERCIENTOS		VALOR (R\$)	
ADICIONAL BANDEIRA VERMELHA	235,00	0,069220	16,26
VALOR DIC/FIC PAGO INDEVIDO (-)		0,000000	0,22
MULTA - 11/2015.	23,00	0,000000	3,30
JUROS MORATORIA.	23,00	0,000000	1,26
DEV. INDIC. CONTINUIDADE MENSAL		0,000000	-1,11
COMPENSAÇÃO DE FIC MENSAL		0,000000	-6,67
CONTRIB. CUSTETO DA ILUMIN.PUB		0,000000	7,79

PARA,

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
DELEGACIA REGIONAL EM MINAS GERAIS
AV. AFONSO PENA, 1.270, CORREIO CENTRAL
TÉRREO - CENTRO

CEP: 30130-900 - BELO HORIZONTE - MG



Correios



Item: ASCO - Associação Comunitária de Guapo
End: Av. Cristalina nº 1032 - Centro - Guapo
CEP: 75350-000 - Guapo - Goiás

(ETIQUETA OU CARIMBO MP)

Correios

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Delegacia Regional em Minas Gerais

NOTA TÉCNICA Nº 3666/2016/SEI-MC

Processo de Renovação nº: **53900.018279/2014-12**

Processo de Outorga nº: **53670.001983/2001**

Assunto: **Exigências relativas ao requerimento de renovação de outorga.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da análise do pedido de renovação de outorga da **ASCOG - Associação Comunitária de Guapó**, CNPJ 03.676.522/0001-04, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Guapó / GO**.

ANÁLISE

2. Existem indícios de que a requerente mantém vínculos que a subordinam ou a sujeitam à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de outra entidade, mediante compromissos ou relações político-partidárias ou comerciais, em infringência ao disposto no art. 11 da Lei 9612/98, vez que **o diretor Geraldo Henrique França é membro do Conselho de Ética de Diretório do PSDB**, CNPJ 03.676.522/0001-04, motivo pelo qual a entidade deverá se manifestar (havendo mudança de diretoria da entidade, encaminhar nova ata de eleição, comprovante de nacionalidade e CPF dos novos diretores).

CONCLUSÃO

3. Diante do exposto, a entidade deverá ser comunicada para **apresentar** toda a documentação solicitada e/ou **esclarecer** as pendências constatadas, sob pena de indeferimento do pedido de renovação e consequente extinção da autorização.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Fernanda Lellis Fernandes Loureiro Gontijo, Analista Tec Administrativo**, em 23/02/2016, às 15:53, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Ricardo dos Santos, Delegado Regional do Ministério das Comunicações no Estado de Minas Gerais**, em 23/02/2016, às 16:06, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site



<http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0984021** e o código CRC **73363D99**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Delegacia Regional em Minas Gerais
Av. Afonso Pena, 1.270, Correio Central - Térreo — Centro
CEP 30130-900 — Belo Horizonte - MG
Telefone: (31) 3222-9051

Ofício nº 5431/2016/SEI-MC

Ao Senhor

GERALDO HENRIQUE FRANÇA

Representante Legal da ASCOG - Associação Comunitária de Guapó, Geraldo Henrique França

Avenida Cristina, nº 1082, Bairro Centro

75350-000 / Guapó - GO

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53900.018279/2014-12.**

Senhor Representante Legal,

1. Cumprimentando-o cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar cópia da Nota Técnica nº **3666/2016/SEI-MC**, desta Delegacia, que trata de pendências encontradas nos autos.
2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir da data de recebimento deste ofício, para que essa entidade se manifeste sobre o assunto e apresente a documentação pendente, sob pena da **extinção da outorga**.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Ricardo dos Santos, Delegado Regional do Ministério das Comunicações no Estado de Minas Gerais**, em 23/02/2016, às 16:06, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0984042** e o código CRC **06EDAF28**.



AO REMETENTE

DESTINATÁRIO:

GERALDO HENRIQUE FRANÇA - REP.LEGAL
ASSOC.COMUNIT.GUAPÓ
AVENIDA CRISTINA 1.082
CENTRO
GUAPÓ-GO
75350-000

3X

AO REMETENTE



75350-000

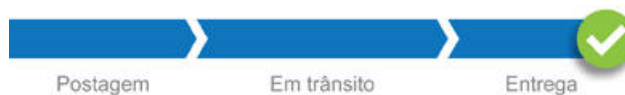


Delegacia Regional do Ministério das Comunicações em Minas Gerais
 Avenida Afonso Pena, 1.270 - Térreo (ECV) - Centro
 Belo Horizonte - MG
 CEP 30130-900

(Área de cola no verso)	 CORREIOS		AVISO DE RECEBIMENTO		AR		DATA DE POSTAGEM		
	DESTINATÁRIO GERALDO HENRIQUE FRANÇA - REP.LEGAL ASSOC.COMUNIT.GUAPÓ AVENIDA CRISTINA 1.082 CENTRO 75350-000 GUAPÓ-GO						UNIDADE DE POSTAGEM		
	(C) JO 54535078 7 BR						CARIMBO UNIDADE RECEBEDORA		
	ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR DELEGACIA REGIONAL DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES EM MINAS GERAIS - DRMC/MG AVENIDA AFONSO PENA 1.270 TÉRREO - SALA 001 CENTRO 30130-900 BELO HORIZONTE-MG						24 FEV 2016 3 ABR 2016		
	TENTATIVAS DE ENTREGA 1ª 24/03/16 _____ h 2ª 06/04/16 _____ h 3ª 03/04/16 _____ h				DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO A VERIFICAÇÃO) OF.5431/2016 - 53900.018279/2014				
ASSINATURA DO RECEBEDOR 				MOTIVO DE DEVOLUÇÃO 1 Mudou-se 5 Recusado 2 Endereço insuficiente 6 Não procurado 3 Não existe o número 7 Ausente 4 Desconhecido 8 Falecido 9 Outros 3X FELIADO				RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO  (Carteiro) Matr.: 8.331.259-5	
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR				DATA ENTREGA 13/04/16				Nº DOC. DE IDENTIDADE	

JO545239899BR

O horário apresentado no histórico do objeto não indica quando a situação ocorreu, mas sim quando os dados foram recebidos pelo sistema, exceto no caso do SEDEX 10 e do SEDEX Hoje, em que ele representa o horário real da entrega.



Objeto entregue ao destinatário

26/04/2016 16:18 Guapo / GO

```
.....
26/04/2016
16:18      Objeto entregue ao destinatário
Guapo / GO
.....
26/04/2016
09:43      Objeto saiu para entrega ao destinatário
Guapo / GO
.....
20/04/2016
14:41      Objeto postado
Belo Horizonte / MG
```


 CORREIOS		AVISO DE RECEBIMENTO		AR		DATA DE POSTAGEM	
DESTINATÁRIO GERALDO HENRIQUE FRANÇA - REP.LEGAL ASSOC.COMUNIT.GUAPÓ AVENIDA CRISTINA 1.082 CENTRO 75350-000 GUAPÓ-GO						UNIDADE DE POSTAGEM	
JO 54523989 9 BR						CARIMBO UNIDADE RECEPTORA	
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR DELEGACIA REGIONAL DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES EM MINAS GERAIS - DRMC/MG AVENIDA AFONSO PENA 1.270 TÉRREO - SALA 001 CENTRO 30130-900 BELO HORIZONTE-MG						20 ABR 2016 26 ABR 2016	
TENTATIVAS DE ENTREGA 1ª <u> </u> / <u> </u> / <u> </u> <u> </u> : <u> </u> h 2ª <u> </u> / <u> </u> / <u> </u> <u> </u> : <u> </u> h 3ª <u> </u> / <u> </u> / <u> </u> <u> </u> : <u> </u> h				DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) OF.5431/2016-53900.018279/2014			
MOTIVO DE DEVOLUÇÃO 1 Mudou-se 5 Recusado 2 Endereço insuficiente 6 Não procurado 3 Não existe o número 7 Ausente 4 Desconhecido 8 Falecido 9 Outros _____				RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO  Matr.: 8.331.259-5			
ASSINATURA DO RECEBEDOR 				DATA ENTREGA 26/04/16			
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR				Nº DOC. DE IDENTIDADE 314196			

ASCOG - ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE GUAPÓ

RÁDIO FM 87,9

ATA DE CONVOCAÇÃO EMERGÊNCIA DA ASSEMBLEIA GERAL ASCOG "ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE GUAPÓ" Eleição da Diretoria 2015 - 2018.

Aos 21 dias de abril do ano de dois mil e dezesseis (2016), na cidade de Guapó, Estado de Goiás, as 18:00 (dezoito horas), na sede da ASCOG, situada no endereço abaixo descrito, sob a presidência do Sr. Geraldo Henrique França, atual presidente, com objetivo de realizar a renovação da diretoria e conselho comunitário da ASCOG, levando ao conhecimento de todos os presentes o motivo em caráter de urgência devido a adequação ao ofício n.º 5431/2016/SEI-MC, para substituição do atual Presidente da ASCOG por se tratar de pessoa impedida exercer tal função. Em seguida solicitou aos interessados em compor as respectivas chapas para participarem da eleição que pronunciassem o interesse, após dar o tempo estabelecido, houve apenas uma chapa interessada, sendo ela composta pelas seguintes pessoas: Fernando Cardoso de Queiroz, Ronaldo de Almeida Guimarães, Divino Cândido Mota, Kênia Lucia de Alarcão, Wirley Alves Guimarães, Zacarias F. Costa, Necézio Miguel da Silva. A eleição ficou agendada para o dia 02 de maio de 2016, das 18:00 (dezoito horas) as 22:00 (vinte e duas horas) na sede da ASCOG, ficando todos os presentes orientados que a mesma se dará através de cédulas de votação colocadas nas urnas, onde serão pelo fiscais ao final apurados os votos, o encerramento ocorrerá conforme horário acima especificado, não havendo nada mais a declarar, eu Ronaldo Pires de Paula, Secretário, afirmo que lavrei esta ata, neste ato lida e aprovada por todos os presentes que em seguida assinam, dando esta reunião por encerrada. Guapó 21 de abril de 2016.

Ministério de Marco Henrique
Wirley Alves Guimarães
Zacarias F. Costa
Ronaldo de Almeida Guimarães
Fernando Cardoso de Queiroz
Necézio Miguel da Silva



ISABEL LUIZA DAS DORES - OFICIAL TABELIÁ
RUA RODOLFO TAVARES, CO. 14 LT. 02, SL. 07, CENTRO, GUAPÓ - GO / CEP: 75.350-000 / TELEFONE: (62) 3552-1112

WESLEY ALVES GUIMARÃES - OFICIAL SUBSTITUTO
RUA RODOLFO TAVARES, CO. 14 LT. 02, SL. 07, CENTRO, GUAPÓ - GO / CEP: 75.350-000 / TELEFONE: (62) 3552-1112

Apresentado hoje para AVERBAÇÃO no Livro PESSOAS JURIDICAS - Livro A - 4, protocolizado e digitalizado sob o nº 21.609 e registrado sob o nº 217, às fls. 20F/20F. Dou fé. GUAPÓ-GO, 20/05/2016.
Fundos + ISS 41%: R\$ 11,94
Selo Digital: C2331603230911134400046
consulte o site: <http://extrajudicial.tjgo.jus.br>

Isabel Luiza das Dóres
Isabel Luiza das Dóres - Tabeliá

AVENIDA CRISTALINA, N.º 1.082, CENTRO, GUAPÓ - GO CEP. 75.350-000 FONE: (62) 3552-2246

ASCOG – ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE GUAPÓ

RÁDIO FM 87,9

ATA DE ELEIÇÃO DA NOVA DIRETORIA DA ASCOG "ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE GUAPÓ" Eleição da Diretoria 2015 – 2018.

Aos dois dias de maio do ano de 2016, na cidade de Guapó, Estado de Goiás, as 18:00 (dezoito horas), na sede da ASCOG, situada no endereço abaixo descrito, sob a presidência do Sr. GERALDO HENRIQUE FRANÇA, com objetivo de adequar esta ata conforme Nota Técnica n.º 5431/2016/SEI-MC, realizando nova eleição da diretoria e conselho comunitário da ASCOG, que estenderá até as 20:00 (vinte horas), conforme acordado e divulgado em reunião anterior e meios de comunicação com cartazes em comércio local, informando que ao final será divulgado resultado através de apuração dos votos. Ficando a mesa receptora composta por, Edvam José Ramos, Maurilio José de Jesus, Ivanês Batista de Medeiros e Keila Marcia de Oliveira Mota. Concorrendo apenas uma chapa, não houve outros interessados em participar, sendo a mesa receptora responsável pela contagem dos votos. Às 22:00 (vinte e duas horas) conforme acordado, encerrou-se o prazo para votação e iniciou a contagem dos votos, onde a chapa única composta pelos membros Sr. Fernando Cardoso de Queiroz, Ronaldo de Almeida Guimarães, Divino Cândido Mota, Kênia Lucia de Alarcão, foi vencedora com todos os votos validos. Encerrando a eleição, o novo Presidente pediu a palavra para dizer que irá tentar realizar um bom trabalho a frente da ASCOG, beneficiando toda população guapoense, pede ajuda de todos no sentido de contribuir para o crescimento desta associação. Após passou a palavra para quem dela queira fazer uso, sendo assim, eu Divino Cândido Mota, Secretario, afirmo que lavrei esta ata, neste ato lida e aprovada por todos os presentes que em seguida assinam, dando esta reunião por encerrada. Guapó, 02 de maio de 2016.

Keila Marcia de Oliveira Mota
Edvam José Ramos
Maurilio José de Jesus
Ivanês Batista de Medeiros
Fernando Cardoso de Queiroz
Ronaldo de Almeida Guimarães
Divino Cândido Mota
Kênia Lucia de Alarcão



AVENIDA CRISTALINA, N.º 1.082, CENTRO, GUAPÓ – GO CEP. 75.350-000 FONE: (62) 3552-2246

ASCOG – ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE GUAPÓ

RÁDIO FM 87,9

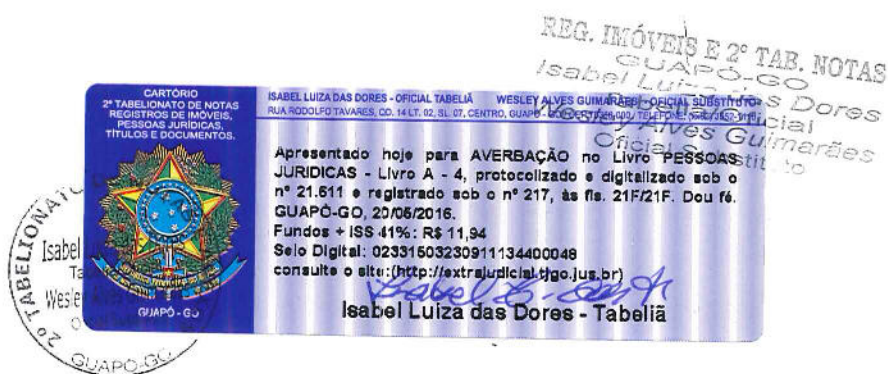
ATA DE POSSE DA NOVA DIRETORIA DA ASCOG "ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE GUAPÓ" Eleição da Diretoria 2015 – 2018.

Aos 19 dias de maio do ano de dois mil e dezesseis (2016), na cidade de Guapó, Estado de Goiás, as 18:00 (dezoito horas), na sede da ASCOG, situada no endereço abaixo descrito, reuniram-se os membros eleitos no dia dois de maio de 2016, foi realizada uma votação oral entre os membros recém eleitos visando designar os cargos que formam a diretoria conforme estatuto, ficando após todos presentes concordando da seguinte forma: A nova Diretoria da ASCOG tem como seu novo **Presidente:** o Sr. Fernando Cardoso de Queiroz, RG n.º 1384536 2.A VIA SPTC-GO e CPF n.º 280.627.871-68, residente e domiciliado a Rua Padre Vicente, 532, Centro, Guapó-GO; **Vice-Presidente:** a Sr. **Ronaldo de Almeida Guimarães**, RG n.º 1525553-7212828, CPF n.º 276641801-68, residente e domiciliado a Av. Moacir Guimarães, Qd. 13, Lt. 115, Vila João Pedro, Guapó-GO; **Secretario:** **Divino Cândido Mota**, RG n.º 22742 PM-GO, CPF n.º 402.866.571-04, residente e domiciliado a Rua 05, Qd. 20, Lt. 12, Jardim Imperial, Guapó-GO; **Tesoureiro:** **Kênia Lúcia de Alarcão Nogueira**, RG 4021186 DGPC-GO, CPF n.º 971.205.701-10, residente e domiciliada a Rua 3B, Qd. 26, Lt. 13, Jardim Imperial, Guapó-GO; **Conselho Comunitário:** Adeilson Domingos Cavalcante, RG n.º 4679139 SSP-GO, CPF n.º 000.176.651-16, residente e domiciliado a Rua 05, Qd. 18, Lt. 17, Cidade Nova, Guapó-GO, Carlos Roberto Alves, RG n.º 3242081 SSP-GO, CPF n.º 532.308.921-00, residente e domiciliado na Rua RBI, Qd. 07, Lt. 20, Residencial Buritis, Guapó-GO, Wirley Alves Guimarães, RG n.º 1914590 SSP-GO, CPF n.º 520.172.221-00, residente e domiciliado na BR-060, Qd. 29, Lt. 06, Centro, Guapó-GO, Zacarias F. Costa, RG n.º 556322 SSP-GO, CPF n.º 212.848.061-20, residente e domiciliado a Rua 10, Qd. 106, Lt. 01, Vila Boa, Necézio Miguel da Silva, RG n.º 1525670 SSP-GO, CPF n.º 196.458.051-04, residente e domiciliado a Rua Mineiros, Qd. 04, Lt. 12, n.º 577, Centro, Guapó-GO, Rogerio Bezerra Lola, RG 1733684/ 2º via, CPF 394665151-87, residente a Rua 4, S/N, Qd. 13, Lt 03, Jardim Imperial, Guapó-GO. Após formação da diretoria da ASCOG acima especificada, o presidente eleito empossou os demais membros, foi colocada a palavra aberta a quem dela quisesse usa-la. Não havendo nada mais a declarar, eu Divino Cândido Mota, Secretario, afirmo que lavrei esta ata, neste ato lida e aprovada por todos os presentes que em seguida assinam, dando esta por encerrada. Guapó 19 de maio de 2016.

[Assinaturas manuscritas]
Kênia Lúcia de Alarcão Nogueira
Ronaldo de Almeida Guimarães
Divino Cândido Mota
Adeilson Domingos Cavalcante
Carlos Roberto Alves
Wirley Alves Guimarães
Zacarias F. Costa
Necézio Miguel da Silva
Rogerio Bezerra Lola

AVENIDA CRISTALINA, N.º 1.082, CENTRO, GUAPÓ – GO CEP. 75.350-000 FONE: (62) 3552-2246


RÁDIO FM 87,9

This image shows a single sheet of white paper with horizontal blue or grey ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There is no handwriting or other markings on the paper.

Petição (1155289) - SEI 50900.033587/2016-21 / pg. 4

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL


GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO



Ronaldo de Almeida Guimarães

ASSINATURA DO TITULAR

CARTÃO DE IDENTIDADE



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 1523333-7342828 DATA DE EMISSÃO 10/MAY/1993

NOME RONALDO DE ALMEIDA GUIMARAES

FILIAÇÃO ARISTEU DE ALMEIDA GUIMARAES

MARIA DE OLIVEIRA GUIMARAES

VAR.MD-G3

NATURALIDADE 06/AGO/1962

DATA DE NASCIMENTO

DOC. ORIGEM C.MAS. 1346 FLS. 275 L. 2 CNC VARJAO GO

EM 02/09/1980

CPF 276641801-66

2.A VIA

ASSINATURA DO DIRETOR

LEIN 7.116 DE 29/08/83

C/C

86-38-62

276 641 801 63

CONTINENTE

RONALDO DE ALMEIDA GUIMARAES

SECRETARIO DA RECEITA FEDERAL

MINISTERIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
COORDENACAO DO SISTEMA DE INFORMACOES ECONOMICAS-FISCAIS

CARTÃO DE IDENTIFICACAO DO CONTRIBUINTE

DOCUMENTO COMPROBATORIO DE INSCRICAO NO
CADASTRO DE PESSOAS FISICAS

VALIDA EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

Ronaldo de Almeida Guimarães

CELG

www.celg.com.br

CNPJ: 01.543.052/0001-04 IE: 100.549.420

Rua 2, Qd. A-37, S/N - Jardim Goiás - CEP 74805-180 - Goiânia - Goiás

NOTA FISCAL / FATURA DE ENERGIA ELÉTRICA

RONALDO DE ALMEIDA GUIMARAES

CPF/CNPJ: 27664180163 INSC. 115

AV. MACIÁ C. GUIMARAES, 13, L. 115, S/N

AL. A. JOAO PEDRO CEP: 74100-000 GUAPO GO

EMIÇÃO	NÚMERO	SÉRIE
27/11/15	2666347	4

TARIFA SOCIAL DE ENERGIA ELÉTRICA

TSEE - CRIADA 26/04/2002 - LEI 10.438

CLIENTE MÊS DE REFERÊNCIA

1138744 11/2015

UNIDADE CONSUMIDORA	CONTA	VENCIMENTO	VALOR TOTAL
10008958287	0182551267	13/12/2015	137,03

DADOS DA UNIDADE CONSUMIDORA:

CLASSE RESIDENCIAL	GRUPO	ATUAL	ANTERIOR
ATV. 200	B1	27/11/2015	28/10/2015

MEDIDOR: 11001059

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS
SUPLENTE DE POLÍCIA TÉCNICA - CIENTÍFICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO



Fernando Cardoso de Queiroz
ASSINA-LURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 1384536-2.A VIA DATA DE EXPEDIÇÃO 10/FEV/2004

NOME FERNANDO CARDOSO DE QUEIROZ

FILIAÇÃO ANTONIO CARDOSO NETO
ANA ALVES CARDOSO DE QUEIROZ

GUAPÓ-GO 01/MAR/1963
NATURALIDADE DATA DE NASCIMENTO

DOC ORIGEM C.CAS. 12995 FLS. 195 L. B-65 CRC
GOIANIA-GO EM 23/03/1984

CPF 9205969

ASSINATURA DO DIRETOR
LEI Nº 7.116 DE 29/08/83



MINISTÉRIO DA FAZENDA

Receita Federal
Cadastro de Pessoas Físicas

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

Número
280.627.871-68

Nome
FERNANDO CARDOSO DE QUEIROZ

Nascimento
01/03/1963

VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO



CNPJ: 01.543.032/0001-04 IE: 100.549.420 2124
Rua 2, Qd. A-37, S/N - Jardim Goiás - CEP 74805-180 - Goiânia - Goiás
NOTA FISCAL / FATURA DE ENERGIA ELÉTRICA

FERNANDO CARDOSO DE QUEIROZ
CPF/CNPJ: 28062787168 INSC.:
R PE VICENTE, N. 532 SETOR CENTRO CEP: 0
GUAPÓ GO

EMIÇÃO NÚMERO SÉRIE
08/04/16 686709 4
TARIFA SOCIAL DE ENERGIA ELÉTRICA
TSEE - CRIADA 26/04/2002 - LEI 10.438.
CLIENTE MÊS DE REFERÊNCIA
93870413 4/2016

UNIDADE CONSUMIDORA 710006251
CONTA 0074610924
VENCIMENTO 02/05/2016
VALOR TOTAL 208,80

UNIDADE CONSUMIDORA: 710006251				CONTA: 0074610924		VENCIMENTO: 02/05/2016		VALOR TOTAL: 208,80	
CLASSE: RESIDENCIAL		GRUPO: B1		ATIVIDADE: 100		MEDIDOR: 107126311		DATA DAS LEITURAS:	
TIPO DE LIGAÇÃO: TRI		RAZÃO: 27		VENCIMENTO BASE: 02/05/16		ROTA: 11600		ATUAL: 08/04/2016	
								ANTERIOR: 08/03/2016	
								APRESENTAÇÃO: 08/04/2016	
								PRÓXIMO MES: 09/05/2016	
HISTÓRICO DE CONSUMO				DADOS DE LEITURA					
MES		TP		kWh		LEITURA ATUAL:		30035	
05/15		LID		564,00		LEITURA ANTERIOR:		29763	
06/15		LID		461,00		Nº DE DIAS FATURADOS:		31	
07/15		LID		448,00		DIFERENÇA DE LEITURA:		272,00	
08/15		LID		577,00		FAT. DE MULTIPLICAÇÃO:		1,0000	
09/15		LID		566,00		TOTAL DE CONSUMO:		272,00	
10/15		LID		567,00					
11/15		LID		705,00					
12/15		LID		530,00					
01/16		LID		511,00					
02/16		LID		443,00					
03/16		LID		352,00					
04/16		LID		272,00					
				DADOS DE CONSUMO					
				DIÁRIO:		8,77		B A N D E I R A	
				TRIMESTRAL:		355,67			
				ANUAL:		498,83			
ADICIONAL BANDEIRA AMARELA				272,00		0,016760		VALOR (R\$)	
DEV. DIFERENÇA DE ADICIONAL DE CONTRIB. CUSTEIO DA ILUMIN.PUB						0,000000		4,55	
CONSUMO KWH + ICMS-PIS/COFINS				272,00		0,000000		-4,35	
						0,703360		17,29	
								191,31	

CARTeira DE IDENTIDADE

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
POLÍCIA MILITAR DE GOIÁS
GABINETE DE IDENTIFICAÇÃO



Validade até 31 de set de 2004

Assinatura do titular



POLEGAR

Validade até 22 de Dezembro de 2003

Nº 10.826, de 22 de Dezembro de 99, sp nº 191

FE PÚBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL DEC. Nº 34.194, de 12.10.53

CARTeira DE IDENTIDADE

R.G. 22.742 EXP. 11 Abr 16 TS "A" Neg

NOME DIVINO CÂNDIDO DA MOTA

FILIAÇÃO 2º SARGENTO PM

Benvenida Cândida de Mota

NATURALIDADE Trindade-GO 08 Mar 1967

Cas. nº 720, Lv. 4, FIs. 141, CRC de

Guapo-GO.

CPF 402.866.571-04

VALIDO COMO PORTE DE ARMA

Comandante do CGF

LE Nº 7.116 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS

DIRETORIA GERAL DA POLÍCIA CIVIL

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO



Kenia Lucia de Alarcão Nogueira

CARTEIRA DE IDENTIDADE



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

DEPARTAMENTO NACIONAL

REGISTRO 4021186

PALESTRA

EXERCÍCIO 26/NOV/1996

NOME KENIA LUCIA DE ALARCAO NOGUEIRA

ALDENIRO CARLOS DE ALARCAO

MARIA DE FATIMA LUCIA

GOIÂNIA-GO

DATA DE NASCIMENTO 08/05/1977

CPF 971.205.701-10

DATA DE EMISSÃO 31/08/1995

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.111 DE 20/06/93

15/11/92

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Secretaria da Receita Federal

CPF

971.205.701-10

KENIA LUCIA DE ALARCAO NOGUEIRA

08/05/1977

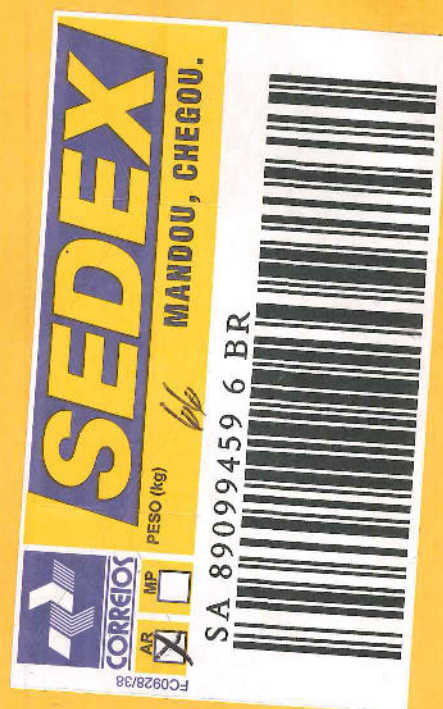




Para:

Ministério da Comunicações
Secretaria Regional em Minas Gerais
Av. Afonso Pena, 1270, Correo
Central - Térreo - Centro

CEP: 30130-900 - Belo Horizonte - MG



(ETIQUETA OU CARIMBO MP)

PENQ ASCOB - ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE BUAPO
END: AV. PINTADA Nº 1082 - CENTRO
CEP: 75350-000 - BUAPÓ-GO

Processo nº: 53900.018279/2014-12

Município/UF: Guaporé/GO

Tempestivo. Documentos protocolizados em: 23/09/2014. Prazo máximo: 09/10/2014.

Portaria nº 900 DOU 04/06/2002. Decreto Legislativo nº 854, de 2004 DOU 09/11/2004.

Diante da análise dos autos, verificou-se a existência dos seguintes documentos pertinentes à renovação:

1. Requerimento de Renovação (Anexo V): fls. 01/18 (0156771).
2. Estatuto social: fls. 05/14 (0916954).
3. Ata de eleição da Diretoria em exercício: fls. Ata de eleição e posse do novo diretor: fls. 03/04 (1155289).

- Mandato: 02/05/2016 a 02/02/2020.

4. Prova de maioria e nacionalidade de todos os dirigentes: / 5. Comprovante de CPF de todos os dirigentes:

- PRESIDENTE: Fernando Cardoso de Queiroz (01/03/1963)(280.627.871-68) fl. 06 (1155289)

-VICE-PRESIDENTE: Ronaldo de Almeida Guimarães (06/08/1962)(276.641.801-68) fl. 05 (1155289)

- SECRETÁRIO: Divino Cândido da Mota (08/03/1967)(402.866.571-04) fl. 07 (1155289)

-TESOUREIRO: Kênia Lúcia de Alarcão Nogueira (08/06/1977)(971.205.701-10) fl. 08 (1155289)

6. Declaração atestando que as instalações estão de acordo com a autorização: fl. 03 (0156771).

7. Características do Estatuto:

- Finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão: depreende-se da leitura do todo, mas vamos solicitar, haja vista outras alterações.

- Ingresso gratuito, como associado, de toda pessoa física e jurídica: não prevê pessoas jurídicas.

- Direito de voz e voto: pendente.

- Direito, concedido às pessoas físicas, de serem votadas: pendente.

- Cargos que compõem a estrutura administrativa: art. 6º (prevê o Conselho Comunitário)

- Tempo de mandato da Diretoria, limitado ao máximo de 4 anos e uma recondução: art. 12, caput (quatro anos, permitida a reeleição ou recondução quando não houver interessados).

- **Conselho Comunitário**: art. 11 (prevê que o conselho será composto de 5 membros). Solicitar a inclusão das funções previstas no art. 115 da Portaria.

8. **Último relatório do Conselho Comunitário**, com a grade de programação, nos moldes do art.131, inciso V, da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC: solicitar novo relatório, haja vista que o último é de 2014.

9. Certidão negativa de débitos de receita administradas pela Anatel: fl. 04 (0156771). Em 08/07/2016 a entidade encontrava-se sem débitos.

10. CNPJ: fl. 05 (0156771). Em 08/07/2016 a entidade encontrava-se ativa.

11. Análise de vínculos: sem vínculos.

MEMBRO	FILIADO	PARTIDO	PARTICIPA DE ÓRGÃO PARTIDÁRIO	VÍNCULO RELIGIOSO	POSSUI PARENTES MEMBROS DA DIRETORIA
PRESIDENTE: Fernando Cardoso de Queiroz (01/03/1963)	Sim	PSDB	Não	Não	Não
VICE-PRESIDENTE: Ronaldo de Almeida Guimarães (06/08/1962)	Não	*****	Não	Não	Não
SECRETÁRIO: Divino Cândido da Mota (08/03/1967)	Sim	PP	Não	Não	Não
TESOUREIRO: Kênia Lúcia de Alarcão Nogueira (08/06/1977)	Sim	PSD	Não	Não	Não

OBSERVAÇÕES:

- O processo **não** está completamente instruído.
- O estatuto social **não** está conforme com a Portaria nº 4334, de 2015.
- Foi feita pesquisa de vínculo.

CONCLUSÃO: Será elaborada Nota Técnica requerendo o cumprimento de exigências.

Relatório elaborado por Rebecca Martins

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação
Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

NOTA TÉCNICA Nº 16742/2016/SEI-MCTIC

Processo nº: **53900.018279/2014-12.**

Assunto: **Constatação de pendências.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. A **ASCOG - Associação Comunitária de Guapó**, executante do serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Guapó**, estado de **Goiás**, apresentou resposta à exigência, conforme Petição 1155289, anexada ao processo nº 53900.033587/2016-21.

ANÁLISE

2. Após análise do Processo, observou-se a existência de pendências, conforme descrição a seguir:

O não atendimento, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, de qualquer das solicitações listadas abaixo, caracteriza hipótese de indeferimento .			
	Dispositivo	Descrição	Análise
			<p>Da análise do estatuto social, constatou-se a inobservância ao art. 40 da Portaria, conforme segue especificado:</p> <p>a. O estatuto social não prevê a indicação da finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, em desacordo ao art. 40, inciso I da Portaria.</p> <p>b. O estatuto está em desacordo com o art. 40, II da Portaria, uma vez que não prevê o ingresso de pessoas jurídicas como associados. Reitera-se que a admissão do novo associado (pessoa física ou jurídica) não pode estar condicionada à aprovação pela Diretoria ou mesmo à indicação por outros associados.</p> <p>c. O estatuto social não prevê a garantia de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas, em</p>

<p>Portaria nº 4334, publicada no DOU de 21/9/2015.</p>	<p>Art. 131, inciso II, c/c art. 40</p>	<p>Estatuto social adequado à Portaria nº 4334, de 2015.</p>	<p>afronta ao art. 40, inciso III da Portaria.</p> <p>d. O estatuto social não prevê o direito das pessoas físicas votarem e serem votadas para os cargos da Diretoria, em desacordo com o art. 40, inciso IV da Portaria.</p> <p>e. Não está expressamente previsto que a Diretoria será reconduzida por, no máximo, uma vez, conforme art. 40, V, "b" da Portaria.</p> <p>f. O estatuto social não especifica corretamente a composição e o modo de funcionamento do Conselho Comunitário (vide art. 115 da Portaria), conforme art. 40, V da Portaria.</p> <p>Inclusive, por se tratar de órgão autônomo de fiscalização, não deve constar no dispositivo referente aos cargos da Diretoria (art. 6º do estatuto).</p> <p>Em razão disso, é necessário que o estatuto social seja alterado para se adequar ao que determina a Portaria.</p> <p><u>Observação 1:</u> a Entidade poderá requerer do interessado o preenchimento de formulário próprio, para fins de registro cadastral, desde que isso não constitua restrição ao ingresso do associado.</p> <p><u>Observação 2:</u> as alterações estatutárias deverão ser averbadas no registro inicial do Estatuto, no Cartório Civil de Pessoas Jurídicas.</p> <p>A Entidade deverá encaminhar relatório do Conselho Comunitário atualizado, nos moldes do art. 116 da Portaria.</p>
---	---	--	--

	Art. 131, inciso V	Último relatório do Conselho Comunitário.	<p>Observação 1: poderão indicar representantes para compor o Conselho Comunitário, dentre outras, as entidades de classe, beneméritas, religiosas, de moradores, associações rurais, sindicatos etc.</p> <p>Observação 2: os dirigentes da entidade interessada bem como representantes da Administração Pública ou de Conselhos Profissionais (OAB, CRM, CRA, etc.) não podem ser membros do Conselho Comunitário e, portanto, não podem assinar o relatório.</p> <p>Observação 3: o relatório do Conselho Comunitário deverá contar com a assinatura de todos os seus conselheiros, em número mínimo de 5 (cinco), <u>com a indicação das respectivas entidades representadas pelos membros.</u></p>
--	-----------------------	---	--

CONCLUSÃO

3. Com base nessas informações, **intima-se** a Entidade para que se manifeste apresentando os documentos e/ou esclarecimentos entendidos como pertinentes.
4. A Entidade deverá apresentar resposta no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento desta Nota Técnica. Transcorrido esse prazo sem que haja manifestação por parte da interessada, ou caso as respostas não atendam a todos os itens levantados, o pleito de renovação de outorga será indeferido.
5. Em caso de dúvida sobre como cumprir a solicitação feita por esta Nota Técnica, será possível obter os esclarecimentos pelo e-mail: duvidasradcom@comunicacoes.gov.br.
6. Por fim, ressalta-se que é obrigação da Entidade manter o endereço de correspondência devidamente atualizado no Ministério das Comunicações.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Rebecca Rackell Oliveira**



Quadrado de Araujo Linhares Martins, Técnico de Nível Superior, em 08/07/2016, às 18:23, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária, Substituta**, em 15/07/2016, às 13:18, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1228521** e o código CRC **F1FB516A**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar
CEP: 70044-900 / Brasília-DF
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 24935/2016/SEI-MCTIC

Ao Senhor

FERNANDO CARDOSO DE QUEIROZ

Representante Legal da ASCOG - Associação Comunitária de Guapó
Avenida Cristina, nº 1082, Bairro Centro
75350-000 / Guapó - GO
CNPJ nº 03.676.522/0001-04

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53900.018279/2014-12.**

Senhor Representante Legal,

1. Cumprimentando-o cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 16742/2016/SEI-MCTIC**, desta Secretaria, que trata de pendências encontradas nos autos.
2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir da data de recebimento deste ofício, para que essa entidade se manifeste sobre o assunto e apresente a documentação pendente, sob pena da **extinção da outorga**. Solicitamos ainda que a entidade mantenha atualizado junto a este Ministério o seu endereço de correspondência.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária, Substituta**, em 15/07/2016, às 13:18, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1228532** e o código CRC **5F5001BD**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício

NOME OU RAZÃO SOCIAL

ENDEREÇO / ADRESSE

CEP / CODE POSTAL

SCE/CGRC

Of. nº 24935/2016/SEI-MCTIC, 15/07/2016

53900.018279/2014-12

FERNANDO CARDOSO DE QUEIROZ

ASCOG - ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA DE GUAPO

AVENIDA CRISTINA, Nº 1082, BAIRRO CENTRO

75350-000

GUAPO - GO

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO A VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE

☐ EMS

☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRATION

CARIMBO DE ENTREGA
UNIDADE DE DESTINO
BUREAU DE DESTINATION

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO /
SIGNATURE DE L'AGENT

Metr.: 8.331

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO



AVISO DE
RECEBIMENTO

AR

JO 45713308 4 BR

AVIS 007

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

27/07/10

28/07/10

: h

: h

: h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

Serviço Público Federal

Ministério das Comunicações

Secretaria de Regulação de Comunicação Eletrônica

Cl. J. J. de Oliveira, 100 - Centro de Comunicação Eletrônica

Brasília - DF

70041-905 - Brasília - DF

CIDADE / LOCALITÉ

UF

BRASIL
BRÉSIL

ENDERECO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR



ESTATUTO SOCIAL

DA

ASCOG – ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE GUAPÓ

CAPÍTULO I

DA CONSTITUIÇÃO, DENOMINAÇÃO, SEDE E OBJETIVOS

Art. 1º. A ASCOG – ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE GUAPÓ é uma sociedade civil de defesa da cidadania, baseada nos princípios da solidariedade, do companheirismo, da cooperação e da integração social. Atuando no âmbito municipal, abrange a comunidade natural formada pelos habitantes do município de Guapó-GO. Constituída apartidária, sem fins lucrativos, não religiosa, sem discriminação de raça, sexo ou atividade econômica e profissional, é criada nesta data para organizar e congregar os grupos comunitários. Tem como finalidade precípua executar, com o emprego de todos os meios necessários, de forma organizada, com zelo e afinco o serviço de Rádiofusão Comunitária. Também possui como atividade fim, discutir e debater os problemas que afetam esses cidadãos e que possam ser encaminhados por iniciativa própria, com participação dos poderes públicos, desenvolvendo, em nome dessa coletividade, atividades e serviços necessários para que as populações da área possam melhorar suas condições de vida e de trabalho, dispondo de informações de interesse geral e de utilidade pública, especialmente sobre economia doméstica, abastecimento, preços e defesa do consumidor, saúde, educação, segurança, serviços básicos emergenciais, transporte, lazer, aperfeiçoamento profissional de recursos humanos, comunicação e desenvolvimento cultural e artístico. A Associação terá duração indeterminada, com número ilimitado de sócios, e sua sede provisória está localizada no endereço: Avenida Cristalina, nº 1.082, Centro, Guapó-GO.

Art. 2º. Os objetivos sociais que fundamentam a sua constituição são os seguintes:

- a) Reunir cidadãos interessados, associados ou não, para mobilizar forças políticas, econômicas e sociais no sentido de estudar e preservar as raízes culturais básicas da população, estimulando, especialmente nos jovens, a manifestação folclórica, artística e cultural;
- b) Identificar os existentes ou criar e desenvolver mecanismos e instrumentos para a promoção de obras culturais e manifestações artísticas de jovens e cidadãos que não disponham de recursos para desenvolver talentos e habilidades;

c) Identificar, discutir e desenvolver soluções que atendam às demandas e carências de informação útil, concreta e prática, em caráter transitório ou permanente, das famílias residentes na comunidade, especialmente em questões fundamentais, como localização e preços de serviços de abastecimento, transporte, segurança, saúde, educação e aperfeiçoamento profissional, telecomunicações, oportunidade de lazer, serviços emergenciais e atividades culturais e artísticas;

d) Promover a integração social na comunidade, buscando formas para estabelecer um relacionamento de companheirismo, de solidariedade e cooperação entre os moradores do bairro, estimulando a boa vontade e a ajuda mútua como instrumentos para alcançar o bem-estar comum, fortalecendo a parceria com os serviços públicos nas situações de calamidades, epidemias, campanhas de defesa civil e nos esforços coletivos de defesa do interesse geral da sociedade;

e) Fortalecer os laços institucionais entre os representantes políticos da comunidade e as demais organizações comunitárias em atividades e com outras associações, recolhendo e transmitindo experiências, informações e conhecimento no exercício das tarefas de defesa da cidadania, de encaminhamento de problemas de interesse coletivo e no desenvolvimento social, cultural e artístico da sociedade comunitária;

f) Fomentar, em caráter permanente, o debate de questões fundamentais do país e da sociedade, estimulando o estudo, a pesquisa, a competição entre estudantes e interessados, para ampliar a busca de informação sobre o regime democrático, os direitos e responsabilidades dos cidadãos, o conhecimento das Leis, da Constituição, da estrutura política, da organização dos Poderes, das políticas econômicas, das instituições sociais, fortalecendo o espírito de brasilidade, o respeito e a consideração para com os direitos individuais e coletivos, valorizando, sobretudo a condição de cidadania de brasileiros natos ou por adoção.

Parágrafo Único – Para alcançar seus objetivos, a ASCOG – ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE GUAPÓ atuará de forma bastante ampla, realizando estudos, pesquisas, levantamentos, promovendo reuniões, encontros, debates, seminários, palestras, conferência, organizando cursos, treinamento e qualificação de recursos humanos, estágios e outras formas de aprendizado, publicando circulares, boletins, notícias, jornais, realizando programas especiais em emissoras de rádio e de televisão e criando, desenvolvendo e consolidando, diretamente sob sua responsabilidade ou por meio de acordos ou contratos de prestação de serviços e parceria com terceiros, sistemas, instrumentos ou mecanismos de comunicação e difusão de informações capazes de suprir, com os mais baixos custos e os melhores índices de eficiência, as necessidade da população, da comunidade e especialmente os cidadãos associados, atendendo, naturalmente, às normas constitucionais (art. 5º - inciso IX da Constituição Federal de 1988).

CAPÍTULO II

DOS ASSOCIADOS, DIREITOS E DEVERES

Art. 3º. Podem associar-se as pessoas físicas residentes ou que desenvolvam suas atividades profissionais e econômicas na área compreendida pela comunidade residente em área do Município de Guapó-GO, sem limitação de número por família, por sexo, categoria econômica e social ou por condição de religião, raça ou ideologia política-partidária. Toda e qualquer pessoa jurídica também pode ingressar, de forma gratuita, como associado na Associação Comunitária de Guapó-GO. Insta salientar que a admissão de novo associado não está condicionada à aprovação pela Diretoria ou mesmo à indicação por outros associados, não havendo no estatuto restrição ao ingresso de novo associado.

Parágrafo 1º – Só serão efetivados como associados os proponentes que aceitarem as condições deste Estatuto, assinando-o como prova de concordância com as suas condições, podendo qualquer cidadão da comunidade beneficiada emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados pela associação, bem como manifestar ideias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, desde que encaminhados ao Conselho Comunitário.

Parágrafo 2º – Ao encaminhar sua inscrição, o candidato deverá preencher um cadastro básico, contendo informações e dados pessoais, profissionais e familiares.

Parágrafo 3º – Os associados podem ser enquadrados nas seguintes categorias:

- a) FUNDADORES – os que participaram das reuniões preliminares e/ou da Assembleia de instalação da associação;
- b) CONTRIBUINTES – os que se inscreveram após o encerramento do Livro de Fundação e mantenham suas contribuições e participação em dia;
- c) HONORÁRIOS – cidadãos que tenham prestado ou ainda prestem relevantes serviços à associação ou à comunidade, ao Município, ao Estado e à sociedade.

Art. 4º. São deveres inalienáveis e intransferíveis dos associados:

- a) Aceitar como seus os objetivos fundamentais da associação, buscando integrar-se decisivamente nas tarefas assumidas pela coletividade, conhecendo, cumprindo e fazendo cumprir o Estatuto Social, o Programa de Atividade e as instruções da Diretoria aprovadas pelos Conselhos ou Assembleias;
- b) Prestigiar, com sua presença, ou com representação, eventos e atividades programadas, justificando, de alguma forma, o não comparecimento, especialmente quando lhe forem atribuídas tarefas e responsabilidades que envolvam outros associados ou que sejam básicas para a continuidade de trabalhos e atividades;
- c) Recolher com pontualidade as contribuições financeiras aprovadas nas Assembleias, indicando, a tempo, quando não puder fazê-lo, para evitar contratempos à Diretoria no cumprimento de obrigações assumidas em nome da Associação.

Art. 5º. Ao associado que infringir o Estatuto Social, as Normas Regimentais, os Planos de Atividades e as decisões aprovadas em Assembleia ou emitidas na forma do Estatuto pela Diretoria, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:

- a) Advertência por escrito, enviada para o endereço pessoal do associado;
- b) Suspensão de suas atividades sociais por tempo determinado;
- c) Afastamento do Quadro Social.

Parágrafo 1º – O desligamento de um associado do Quadro Social só poderá ser aplicado após denúncia da Secretaria ou da Tesouraria, análise da Diretoria e consulta final ao associado, ao qual será dado amplo direito de defesa.

Parágrafo 2º – Será excluído automaticamente, sem necessidade de outros procedimentos, o associado que deixar de saldar seus compromissos financeiros pelo período de seis meses consecutivos, podendo ser integrado caso liquide pendências financeiras e se disponha a retomar sua participação nas atividades com aprovação do Presidente.

CAPÍTULO III

DOS DIRIGENTES, DA ESTRUTURA E DO FUNCIONAMENTO

Art. 6º. São Legítimos Dirigentes:

- a) Presidente;
- b) Vice-Presidente;
- c) Secretário;
- d) Tesoureiro;
- e) Conselho Comunitário.

Art. 7º. Compete ao Presidente:

- a) Representar a ASCOG – ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE GUAPÓ em todos os Atos Públicos, em juízo e fora dele;
- b) Presidir reuniões da Diretoria e convocá-las para Atos decorrentes das Atividades Associativas;
- c) Presidir as Assembleias Extraordinárias;
- d) Presidir conferências, debates, palestras, reuniões, sessões, atividades públicas da Associação;
- e) Dar posse ao membro da Diretoria;
- f) Contratar e admitir funcionários ou auxiliares da Associação;
- g) Supervisionar quaisquer atividades da entidade;
- h) Assinar contratos, convênios, acordo e praticar atos de administração em geral, aceitar bens em comodato;
- i) Assinar com o Secretário, as Atas de Reunião e Assembleias;
- j) Assinar com o Tesoureiro, os contratos que obriguem a ASCOG – ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE GUAPÓ a quaisquer ordens de pagamento ou movimentação de fundos

sociais, inclusive cheques ou levantamento de depósito e quaisquer espécies de título, cauções, previsão orçamentária, balanços, balancetes e relatórios financeiros.

Parágrafo Único – O Presidente será substituído em seus impedimentos pelos seguintes Diretores em ordem: Vice-Presidente e Tesoureiro.

Art. 8º. Compete ao Vice-Presidente:

Parágrafo Único – Auxiliar o Presidente nas tarefas por ele designadas e substituí-lo na ordem procedente, desde que não haja algum impedimento de vital importância, o qual deverá ser manifestado por escrito.

Art. 9º. Compete ao Secretário superintender aos trabalhos da Secretaria de forma eficiente para a boa organização da entidade e:

- a) Organizar a pauta e ordem do dia das reuniões da Diretoria e das Assembleias;
- b) Responsabilizar-se pela guarda de arquivo da Secretaria mantendo-o em dia;
- c) Lavrar, subscrever as Atas das reuniões da Diretoria e das Assembleias;
- d) Fornecer ao Presidente todos os dados solicitados sobre as atividades da entidade e do seu trabalho;

Art. 10. Compete ao Tesoureiro:

- a) Assinar com o Presidente, cheques e todos os documentos financeiros sempre que solicitado;
- b) Apresentar balancetes de demonstrativos de contas e relatórios financeiros anuais, inclusive com prestação de contas em forma contábil;
- c) Arrecadar mensalidades, taxas e outras contribuições;
- d) Pagar pontualmente os compromissos devidos pela entidade;
- e) Manter os lançamentos com toda clareza e arquivamento de comprovantes;
- f) Fornecer ao Presidente, quando solicitado, todos os dados referentes às suas atividades;
- g) Substituir o Presidente na ordem de presidência.

Art. 11. Compete ao Conselho Comunitário, no exercício de suas funções:

- a) Acompanhar divulgações da Associação, com objetivo de atender interesse exclusivo da comunidade;
- b) Analisar pedido de qualquer cidadão da comunidade, que desejar emitir opinião sobre quaisquer assuntos abordados pela Associação, bem como manifestar ideias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações.
- c) fiscalizar a programação da emissora;

- d) solicitar ao órgão de direção da entidade autorizada informações e esclarecimentos concernentes à gestão das atividades, área editorial, direção da programação, dentre outros;
- e) fazer recomendações ao órgão de direção da entidade autorizada;
- f) realizar pesquisa de satisfação ou opinião junto à comunidade atendida;
- g) receber reclamações, denúncias e elogios; e
- h) submeter ao Ministério das Comunicações e aos órgãos de direção da entidade autorizada relatório circunstanciado acerca da programação.

Parágrafo Único – O Conselho Comunitário será composto por 05 (cinco) pessoas representantes de entidades locais, tais como: associações de classe, beneméritos, religiosos ou de moradores, associações rurais, sindicatos, etc., desde que legalmente constituídas.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES GERAIS E PERMANENTES

Art. 12. O mandato da Diretoria Executiva será de 04 (quatro) anos, com direito a uma única reeleição ou recondução ao cargo quando não houver interessados.

Parágrafo Único – Não será permitido o acúmulo de cargos, a remuneração de membros da Diretoria ou a utilização de bens, equipamentos, instalações ou propriedades da Associação por membros da Diretoria ou do Conselho sem a devida autorização da Diretoria com a consequente fixação de custos e taxas correspondentes.

Art. 13. As mensalidades, cotas e contribuições especiais serão fixadas pela Assembleia, com proposta e aprovação da Diretoria Executiva.

Art. 14. A Associação poderá outorgar direitos adquiridos, transferir bens, equipamentos, instalações, contratos, convênios ou outros benefícios decorrentes de suas atividades, com autorização expressa para estes atos, aprovada em Assembleia Extraordinária convocada para este fim, com voto favorável de, no mínimo, 1/3 (um terço) dos associados em situação regular.

CAPÍTULO V

DAS ELEIÇÕES

Art. 15. Os sócios poderão votar e serem votados tanto para a escolha dos cargos de Diretoria, quanto para a escolha de seus representantes em geral, desde que estejam em perfeito gozo de seus direitos estatutários e em ordem com seus compromissos associativos, garantido o direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas.

Art. 16. Somente poderão votar os filiados até 180 (cento e oitenta) dias antes da data das eleições.

Art. 17. Somente poderão ser votados os filiados até 12 (doze) meses antes da data das eleições.

Art. 18. As chapas poderão inscrever-se até 60 (sessenta) dias antes da data das eleições, devendo apresentar os nomes de seus integrantes e seu programa.

Art. 19. A Assembleia para as eleições será convocada por edital público no jornal de grande circulação no município sede da Associação.

Art. 20. As eleições serão secretas, utilizando-se para a votação cabinas indevassáveis, urnas e mesários, nos moldes das eleições proporcionais e majoritárias.

Art. 21. As chapas inscritas poderão indicar 02 (dois) fiscais para acompanhar os trabalhos em cada local de votação.

Parágrafo Único – Para tanto, as chapas deverão apresentar requerimentos à Secretaria da Associação até 30 (trinta) dias antes da data das eleições.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 22. A Presidência poderá autorizar a Secretaria-Geral e a Tesouraria a convidar pessoas não filiadas à Associação para assessorá-las.

Art. 23. O atual Estatuto poderá ser alterado por sugestão do Presidente, que submeterá as eventuais mudanças à aprovação da Assembleia, observadas as disposições contidas na Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil.

CAPÍTULO VII

DO PATRIMÔNIO SOCIAL

Art. 24. A Associação poderá contar com os seguintes meios para garantir sua subsistência:

- a) Contribuições regulares de filiados;
- b) Subvenções, auxílios e dotações;
- c) Doações e legados;
- d) Rendas patrimoniais;
- e) Contribuições de ajuda, arrecadações eventuais e quaisquer outros meios legais;
- f) Arrecadação contributiva decorrente de taxas sociais e apoio cultural das atividades de comunicação criadas pela Associação, com base nos direitos legais, permitidos pela Constituição da República Federativa do Brasil.

Parágrafo 1º – Os valores das contribuições mensais e taxas de manutenção serão fixados pela Diretoria conforme os critérios definidos em Assembleia específica;

Parágrafo 2º – Na existência de eventuais sobras de recursos por qualquer motivo for, não haverá, em hipótese nenhuma, a distribuição de bônus ou de receita entre os associados.

Art. 25. A Presidência poderá a qualquer momento e tempo requisitar a prestação de serviços de terceiros, alheios à Associação, para o bom desempenho de suas atividades.

CAPÍTULO VIII

DA ASSEMBLEIA GERAL

Art. 26. A Assembleia Geral é o órgão soberano da Associação e se reunirá, ordinária ou extraordinariamente, nos casos estabelecidos neste Estatuto.

Parágrafo 1º - Uma hora antes do início dos trabalhos deverá ser colocado à mesa o “Livro de Presença”, onde os sócios lançarão suas assinaturas.

Parágrafo 2º - Os trabalhos serão abertos pelo Presidente da Associação que solicitará à Assembleia a indicação e aprovação de um sócio para presidi-la, o qual assumirá imediatamente as suas funções e convidará um associado para secretariá-lo.

Parágrafo 3º - O presidente da Assembleia, além do seu voto de sócio, terá também o voto de desempate, exceto quando se tratar de eleição.

Parágrafo 4º - As votações nas Assembleias Gerais poderão ser simbólicas, nominais, secretas ou por aclamação.

Parágrafo 5º - A ata dos trabalhos, lavrada pelo Secretário será assinada pelos componentes da mesa e por 03 (três) sócios escolhidos pela Assembleia.

Art. 27. A Assembleia Geral Ordinária reunir-se-á, uma vez por ano, no mês de outubro.

Art. 28. São atribuições da Assembleia Geral, observadas as disposições contidas na Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil:

- a) Examinar e aprovar ou não, as contas da Diretoria, o balanço social e os demais atos administrativos;
- b) Eleger, no devido tempo, os membros da Diretoria e dos Conselhos Consultivo e Fiscal;
- c) Destituir, quando assim o exigirem os interesses da Associação, um ou mais membros da Diretoria e dos Conselhos Consultivo e Fiscal, mediante o voto concorde de, no mínimo, 1/3 (um terço) dos Associados fundadores e efetivos, convocados especificamente para essa finalidade, em Assembleia Geral Extraordinária;
- d) Promover imediata substituição, dos membros destituídos, pelo prazo restante de mandato, na forma da letra "c" deste Artigo;
- e) Deliberar sobre os demais assuntos constantes da "Ordem do Dia".

Art. 29. A Assembleia Geral Extraordinária se reunirá sempre que convocada pela Diretoria, pelos Conselhos Consultivo e Fiscal, ou por 1/3 (um terço), no mínimo, dos associados, deliberando sobre assuntos que tiverem motivado a convocação.

Art. 30. As Assembleias Gerais, tanto Ordinárias quanto Extraordinárias, serão convocadas com antecipação de 15 (quinze) dias, mediante edital a ser afixado na sede e nas representações, além de comunicação por carta a todos os associados em dia com suas obrigações, com visto de recebimento com antecedência mínima de 08 (oito) dias.

Art. 31. A Assembleia Geral deliberará, validamente, com a presença pessoal ou através de procuração, da maioria dos associados.

Parágrafo 1º - A Assembleia Geral deliberará por maioria de seus membros, cabendo um voto a cada associado, presente ou representado.

Parágrafo 2º - Só poderá votar e ser votado, o sócio quite com a Tesouraria.

Parágrafo 3º - Os sócios beneméritos poderão participar das Assembleias, sem direito a voto, podendo, entretanto, opinar, sugerir e debater a "Ordem do Dia".

Art. 32. Na falta do comparecimento à Assembleia Geral de associados que constituem a maioria social, se reunirá ela, em segunda convocação, uma hora após a primeira convocação e deliberará com qualquer número de associados presentes, excetuado o disposto na letra "c", do artigo 28.

CAPÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 33. Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria, ouvido o Presidente da entidade.

Art. 34. O presente Estatuto entra em vigor nesta data.

Art. 35. A Associação poderá ser extinta desde que seja convocada Assembleia pelo Presidente, especificamente para esse fim e conforme maioria de 2/3 (dois terços), e após se dará destino ao seu patrimônio, que deverá ser doado a outra associação com o mesmo fim ou ao Poder Executivo Municipal, observadas as disposições contidas na Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil.

Parágrafo Único – Os filiados não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais.

Guapó-GO, aos 23 dias do mês de agosto de 2016.



Isabel Luiza das Dorez
Tabeliã Oficial
Wesley Alves Guimarães
Oficial Substituto

PARA:

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

AV: AFRONSO PERA Nº 1270 - LAPPETIO CENTRAL

CEP: 30130900 - BELO HORIZONTE - MG



Correios

REGISTRADO URGENTE
REGISTERED PRIORITY

AR ☒ MP ☐

PESO / WEIGHT (kg) **6,3**

JO 45075671 7 BR

(ETIQUETA OU CARIMBO MP)

por: Silvio Cavasso da Hora
end: p. 05 ad 20 LT 12 - 10 impropial
CEP: 75350-000 - Gv400-Bo

Processo nº: 53900.018279/2014-12

Município/UF: Guaporé/GO

Tempestivo. Documentos protocolizados em: 23/09/2014. Prazo máximo: 09/10/2014.

Portaria nº 900 DOU 04/06/2002. Decreto Legislativo nº 854, de 2004 DOU 09/11/2004.

Diante da análise dos autos, verificou-se a existência dos seguintes documentos pertinentes à renovação:

1. Requerimento de Renovação (Anexo V): fls. 01/18 (0156771).
2. Estatuto social: fls. 01/10 (1332467), com registro.
3. Ata de eleição da Diretoria em exercício: fls. Ata de eleição e posse do novo diretor: fls. 03/04 (1155289).
 - Mandato: 02/05/2016 a 02/02/2020.
4. Prova de maioria e nacionalidade de todos os dirigentes: / 5. Comprovante de CPF de todos os dirigentes:
 - PRESIDENTE: Fernando Cardoso de Queiroz (01/03/1963)(280.627.871-68) fl. 06 (1155289)
 - VICE-PRESIDENTE: Ronaldo de Almeida Guimarães (06/08/1962)(276.641.801-63) fl. 05 (1155289)
 - SECRETÁRIO: Divino Cândido da Mota (08/03/1967)(402.866.571-04) fl. 07 (1155289)
 - TESOUREIRO: Kênia Lúcia de Alarcão Nogueira (08/06/1977)(971.205.701-10) fl. 08 (1155289)
6. Declaração atestando que as instalações estão de acordo com a autorização: fl. 03 (0156771).
7. Características do Estatuto:
 - Finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão: art. 1º.
 - Ingresso gratuito, como associado, de toda pessoa física e jurídica: art. 3º.
 - Direito de voz e voto: art. 15
 - Direito, concedido às pessoas físicas, de serem votadas: art. 15
 - Cargos que compõem a estrutura administrativa: art. 6º (prevê o Conselho Comunitário)
 - Tempo de mandato da Diretoria, limitado ao máximo de 4 anos e uma recondução: art. 12, caput (quatro anos, permitida uma reeleição ou recondução quando não houver interessados).
 - Conselho Comunitário: art. 11.

8. **Último relatório do Conselho Comunitário**, com a grade de programação, nos moldes do art.131, inciso V, da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC: solicitar novo relatório, haja vista que o último é de 2014.

9. Certidão negativa de débitos de receita administradas pela Anatel: fl. 04 (0156771). **Em 14/09/2016, a entidade encontrava-se sem débitos.**

10. CNPJ: fl. 05 (0156771). Em 08/07/2016 a entidade encontrava-se ativa.

11. Análise de vínculos: sem vínculos. **Nova pesquisa em 14/09/2016.**

MEMBRO	FILIADO	PARTIDO	PARTICIPA DE ÓRGÃO PARTIDÁRIO	VÍNCULO RELIGIOSO	POSSUI PARENTES MEMBROS DA DIRETORIA
PRESIDENTE: Fernando Cardoso de Queiroz (01/03/1963)	Sim	PSDB	Não	Não	Não
VICE-PRESIDENTE: Ronaldo de Almeida Guimarães (06/08/1962)	Não	*****	Não	Não	Não
SECRETÁRIO: Divino Cândido da Mota (08/03/1967)	Sim	PP	Não	Não	Não
TESOUREIRO: Kênia Lúcia de Alarcão Nogueira (08/06/1977)	Sim	PSD	Não	Não	Não

OBSERVAÇÕES:

- O processo **não** está completamente instruído.
- O estatuto social **não** está conforme com a Portaria nº 4334, de 2015.
- Foi feita pesquisa de vínculo.

CONCLUSÃO: Será elaborada Nota Técnica requerendo o cumprimento de exigências.

Relatório elaborado por Rebecca Martins

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação
Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

NOTA TÉCNICA Nº 24068/2016/SEI-MCTIC

Processo nº: **53900.018279/2014-12.**

Assunto: **Constatação de pendências.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. A **ASCOG - Associação Comunitária de Guapó**, executante do serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Guapó**, estado de **Goiás**, apresentou resposta à exigência, conforme Petição 1332467, anexada ao processo nº 53900.050655/2016-17.

ANÁLISE

2. Após análise do Processo, observou-se a existência de pendências, conforme descrição a seguir:

I. ESTATUTO SOCIAL (art. 40 da Portaria nº 4334, de 2015)

Conforme especificado na Nota Técnica nº 16742/2016/SEI-MCTIC, o Conselho Comunitário é órgão autônomo de fiscalização da programação veiculada pela emissora. Sendo assim, não deve constar no dispositivo referente aos cargos da Diretoria (art. 6º, alínea "e" do Estatuto). Por essa razão, o Estatuto deverá ser alterado, com vistas a adequar-se à Portaria nº 4334, de 2015.

Observação: As alterações estatutárias deverão ser averbadas no registro inicial do Estatuto, no Cartório Civil de Pessoas Jurídicas.

II. RELATÓRIO DO CONSELHO COMUNITÁRIO COM A GRADE DE PROGRAMAÇÃO VEICULADA PELA EMISSORA

Conforme especificado na Nota Técnica nº 16742/2016/SEI-MCTIC, a Entidade deverá encaminhar relatório do Conselho Comunitário atualizado, nos moldes do art. 116 da Portaria. A grade de programação também deve ser encaminhada.

Observação 1: Poderão indicar representantes para compor o Conselho Comunitário, dentre outras, as entidades de classe, beneméritas, religiosas, de moradores, associações rurais, sindicatos etc. **os dirigentes da entidade interessada** bem como representantes da Administração Pública ou de Conselhos Profissionais (OAB, CRM, CRA, etc.) **não** podem ser membros do Conselho Comunitário e, portanto, **não** podem assinar o relatório.

Observação 2: O relatório do Conselho Comunitário deverá contar com a

assinatura de todos os seus conselheiros, em número mínimo de 5 (cinco), com a indicação das respectivas entidades representadas pelos membros.

3. Salienta-se que esta solicitação será a última que o Ministério das Comunicações fará à Entidade. Dessa maneira, a ausência de resposta, a resposta com apenas parcela dos documentos ou mesmo com documentos desconformes com o que foi solicitado levará, inevitavelmente, ao **indeferimento do pedido de renovação da outorga**, na forma do que determina o art. 132, II da Portaria nº 4334, de 2015.

CONCLUSÃO

4. Com base nessas informações, **intima-se** a Entidade para que se manifeste apresentando os documentos e/ou esclarecimentos entendidos como pertinentes.

5. A Entidade deverá apresentar resposta no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento desta Nota Técnica. Transcorrido esse prazo sem que haja manifestação por parte da interessada, ou caso as respostas não atendam a todos os itens levantados, o pleito de renovação de outorga será indeferido.

6. Em caso de dúvida sobre como cumprir a solicitação feita por esta Nota Técnica, será possível obter os esclarecimentos pelo e-mail: duvidasradcom@comunicacoes.gov.br.

7. Por fim, ressalta-se que é obrigação da Entidade manter o endereço de correspondência devidamente atualizado no Ministério das Comunicações.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Rebecca Rackell Oliveira Quadrado de Araujo Linhares Martins, Técnico de Nível Superior**, em 14/09/2016, às 16:42, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária, Substituta**, em 16/09/2016, às 15:14, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1363341** e o código CRC **67E4BB34**.

Não Possui.



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar
CEP: 70044-900 / Brasília-DF
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 35739/2016/SEI-MCTIC

Ao Senhor

FERNANDO CARDOSO DE QUEIROZ

Representante Legal da ASCOG - Associação Comunitária de Guapó
Avenida Cristina, nº 1082, Bairro Centro
75350-000 / Guapó - GO
CNPJ nº 03.676.522/0001-04

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53900.018279/2014-12.**

Senhor Representante Legal,

1. Cumprimentando-o cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 24068/2016/SEI-MCTIC**, desta Secretaria, que trata de pendências encontradas nos autos.
2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir da data de recebimento deste ofício, para que essa entidade se manifeste sobre o assunto e apresente a documentação pendente, sob pena da **extinção da outorga**. Solicitamos ainda que a entidade mantenha atualizado junto a este Ministério o seu endereço de correspondência.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária, Substituta**, em 16/09/2016, às 15:14, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1363348** e o código CRC **CB43C4C7**.

NOME OU RAZÃO SOCIAL

SCE/CGRC

Of. nº 35739 /2016/SEI-MCTIC, 16/09/2016

53900.018279/2014-12

ENDEREÇO / ADDRESS

FERNANDO CARDOSO DE QUEIROZ

ASCOG - ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE GUAPÓ

CEP / CODE POSTAL

AVENIDA CRISTINA, Nº 1082, CENTRO

75350-000

GUAPÓ - GO

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE☐ EMS☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR


DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRACION

30/09/16

CARIMBO DE ENTREGA
UNIDADE DE DESTINO
BUREAU DE DESTINATION

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDORRUBRICA E MAT. DO EMPREGADO /
SIGNATURE DE L'AGENT

Mat.: 8.331.259-5

30 SET 2016

DR/GO

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO



**AVISO DE
RECEBIMENTO**
AVIS CN07

AR

JO 39178414 0 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

__/__/__

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

AGÊNCIA MINICOM

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

19/09/16

: h

: h

: h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

Serviço Público Federal
Ministério da Justiça

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

Coordenadoria de Controle de Documentos
Exploração de Serviços, Bloco R, Anexo B sala 300 C
70044-900 - Brasília - DF

CIDADE / LOCALITÉ

UF

**BRASIL
BRÉSIL**

**ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR**



AO MINISTÉRIO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE RÁDIO DIFUSÃO COMUNITÁRIA

PROCESSO Nº 53900.018279/2014-12

NOTA TÉCNICA Nº 24068/2016/SEI-MCTIC

Em atendimento à Nota Técnica acima especificada, vimos, na oportunidade, esclarecer e requerer o que se segue.

A Rádio Comunitária de Guapó tem claro e definido o intuito de prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, promovendo todos os esforços necessários para executar fielmente sua finalidade frente ao referido município e regularizar qualquer irregularidade porventura existente junto aos órgãos regulamentadores dos serviços prestados.

Na possibilidade de eventual falha ou insubsistência na apresentação de documentação requerida por este órgão, solicitamos a compreensão no sentido de que não sejam causados prejuízos diretos ou indiretos a esta Rádio, não indeferindo, deste modo, o pedido de renovação de outorga.

Conforme consta da Portaria nº 4334, de 2015-SEI-MC, que dispõe sobre o serviço de radiodifusão comunitária, temos em seu artigo 40 o seguinte entendimento:

Art. 40. O estatuto social da entidade deverá conter as seguintes disposições:

I – indicação da finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão;

(...)

Parágrafo único. O estatuto social não será considerado irregular, na forma do inciso I do caput, se da leitura do seu conjunto for possível depreender que a entidade tem a finalidade de prestar o Serviço de Radiodifusão. (original sem grifos)

DOCUMENTO ENTREGUE PELO CORREIO

Em 04/11/16 às 14:00 horas

Assinatura: Roncição

De acordo com a legislação acima transcrita e através de toda documentação já apresentada, se depreende que prefalada entidade tem a finalidade de prestar o Serviço de Radiodifusão motivo pelo qual, reafirmamos o pedido de, eventualmente havendo desconformidade de documentação apresentada, não seja considerado irregular o estatuto social da mesma, que vem, com o decorrer da existência da mencionada Associação, buscando se regularizar para continuar prestando respectivos serviços na região.

Guapó, 25 de outubro de 2016.

Relatório do Conselho Comunitário – ASCOG – Associação Comunitária de Guapó-Goiás

Desde o início dos trabalhos da Associação Comunitária de Guapó-Goiás, foi constituído um Conselho Comunitário autônomo e independente. Este Conselho tem como objetivos fiscalizar a programação veiculada pela emissora, dentre outras atribuições atinentes a este.

O Conselho, que vem se reunindo periodicamente, tem por iniciativa contribuir, sobretudo, com o processo de planejamento de programação, estrutura e organização da Associação.

A grade de programação passa pelo acompanhamento e avaliação do Conselho que proíbe práticas consideradas irregulares e inadequadas às atividades fim da Rádio Comunitária, buscando realizar um trabalho contributivo e participativo com a população da cidade de Guapó-Goiás.

O Conselho é composto por pessoas integrantes de entidades representativas de diversos setores da sociedade, visando contribuir para a constante evolução da ASCOG, conforme relação que se segue:

Necézio Miguel da Silva – Sociedade São Vicente de Paulo.

Zacarias Costa – Associação de moradores da Vila Boa, Vila Lagoa e Vila João Pedro.

Donizeth José de Lima – Renovação carismática católica e representante da igreja católica

Benedito Elias Rosa – Presidente da associação da 3ª idade do jardim imperial de Guapó

Herivelte Luiz de Queiroz Sobrinho – representante da Loja maçônica João Raçý

Donizete José de Lima
Benedito Elias Rosa
Zacarias Costa

Herivelto Luiz de Azevedo Sobrinho
Diretor Geral da Rád

GRADE DE PROGRAMAÇÃO DA RÁDIO COMUNITÁRIA DE GUAPÓ

De Segunda a Sexta:

HORÁRIO	PROGRAMA
06:00h às 08:00h	Automatizado – bloco musical
08:00h às 10:00h	Automatizado – bloco musical
10:00h às 12:00h	Automatizado – bloco musical
12:00h às 13:00h	Automatizado – bloco musical
13:00h às 15:00h	Automatizado – bloco musical
15:00h às 17:00h	Fim de tarde especial – Ivanês Medeiros
17:00h às 19:00h	Paradão sertanejo - Maurilio
17:00h às 19:00h	Voz do Brasil
20:00h às 22:00h	Automatizado – bloco musical

Sábado:

HORÁRIO	PROGRAMA
06:00h às 08:00h	Automatizado – bloco musical
08:00h às 11:00h	Sabadao sertanejo – Ronaldo Pires
11:00h às 12:30h	Horário destinado ao conselho de pastores
12:30h às 13:00h	Automatizado – bloco musical
13:00h às 15:00h	Automatizado – bloco musical
15:00h às 19:00h	Automatizado – bloco musical
19:00h às 22:00h	Automatizado – bloco musical

Domingo:

HORÁRIO	PROGRAMA
06:00h às 08:00h	Automatizado – bloco musical
08:00h às 19:00h	Transmissão da santa missa
09:00h às 11:00h	Horário destinado à renovação carismática
11:00h às 12:30h	Horário destinado ao conselho de pastores
12:30h às 15:00h	Automatizado – bloco musical
15:00h às 19:00h	Automatizado – bloco musical
19:00h às 22:00h	Automatizado – bloco musical

ASCOG – ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE GUAPÓ-GO

RÁDIO FM 87,9

[Digite texto]


Avenida Cristalina, nº 1.082, Centro, Guapó – GO CEP. 75.350-000 fone (62) 3552-2246

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS

SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

Benedito Elias Rosa

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 706850-2.A VIA DATA DE EXPEDIÇÃO 15/00/172094

NOME BENEDITO ELIAS ROSA

PRACAO ORACIO ELIAS PINTO ANA ROSA DA SILVA

VARJAO-GO 03/ABR/1945


NATURALIDADE DATA DE NASCIMENTO

C. CAS. 658 FLS. 183 L. 4 CRC VARJAO-GO.

211296571-91

ASSINATURA DO DIRETOR 19370385

LEI Nº 716 DE 28/08/83



www.celg.com.br

CNPJ: 01.90622/0001-04 IE: 100.549.420

Rua 2, Qd. A-37, S/N - Jardim Goiás - CEP 74805-180 - Goiânia - Goiás

NOTA FISCAL / FATURA DE ENERGIA ELÉTRICA

2124

2124

BENEDITO ELIAS ROSA

CPF/CNPJ: 21129657191 INSC.: 7 S/N JARDIM

AV PONTALINA, Q. 15 L. 7 S/N JARDIM

IMPERIAL CEP: 75350000 GUAPÓ GO

UNIDADE CONSUMIDORA

710015707

CONTA

0710015707

VENCIMENTO

18/09/2016

VALOR TOTAL

24,72

DADOS DA UNIDADE CONSUMIDORA:

CLASSE RESIDENCIAL GRUPO: B1

ATIVIDADE: 100 MEDIDOR: 30894727

TIPO DE LIGAÇÃO: MONO RAZÃO: 23

VENCIMENTO BASE: 18/09/16 ROTA: 25200

DATAS DAS LEITURAS

ATUAL: 02/09/2016

ANTERIOR: 02/08/2016

APRESENTAÇÃO: 02/09/2016

PRÓXIMO MÊS: 03/10/2016

DADOS DA MEDIÇÃO

LEITURA ATUAL: 7709

LEITURA ANTERIOR: 7659

Nº DE DIAS FATURADOS: 31

DIFERENÇA DE LEITURA: 50,00

FAT. DE MULTIPLICAÇÃO: 1,0000

TOTAL DE CONSUMO: 50,00

MÉDIA DE CONSUMO

DIÁRIO: 1,61

TRIMESTRAL: 49,33

ANUAL: 47,50

HISTÓRICO DE CONSUMO

MES TP	kWh
10/15 LID	50,00
11/15 LID	54,00
12/15 LID	43,00
01/16 LID	52,00
02/16 LID	40,00
03/16 LID	40,00
04/16 LID	43,00
05/16 LID	53,00
06/16 LID	47,00
07/16 LID	50,00
08/16 LID	48,00
09/16 LID	50,00

VALOR (R\$)

24,72

LANÇAMENTOS

CONSUMO KWH + ICMS/PIS/COFINS

50,00 0,494560

CONJUNTO

GUAPÓ

INDICADORES DE CONTINUIDADE

ÍTEM	SENA	TRIMESTRAL	ANUAL
10	6,47	2,32	0,00
11	0,60	1,00	0,00
12	3,00	2,32	0,00
13	0,0	0,0	0,00

TRIBUTOS

ALÍQUOTA

COFINS

ICMS

BASE CÁLCULO

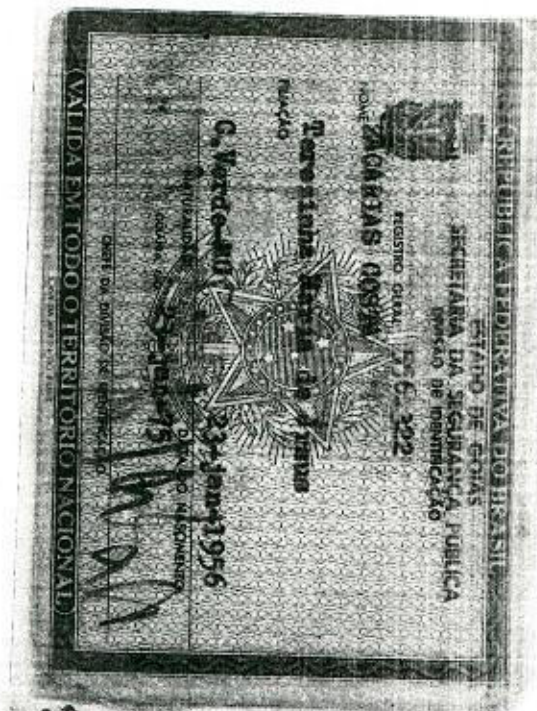
VALOR

24,72 1,14

24,72 0,00

24,72 0,24

PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO Nº 3ª IMADE do Jd IMPERIAL de GUAPÓ



212 848 061-20



12



www.celg.com.br
CNPJ: 01.543.032/0001-04 IE: 100.549.420 2124
Rua 2, Qd. A-37, S/N - Jardim Goiás - CEP 74805-180 - Goiânia - Goiás
NOTA FISCAL / FATURA DE ENERGIA ELÉTRICA

ZACARIAS COSTA
CPF/CNPJ: 21284806120 INSC.:
R. 3, Q. 7, L. 344, S/N VILA BOA CEP: 0
GUAPU GO

EMIÇÃO NÚMERO SÉRIE
27/05/16 2519528 4
TARIFA SOCIAL DE ENERGIA ELÉTRICA
TSSE - CRIADA 26/04/2002 - LEI 10.438
CLIENTE MÊS DE REFERÊNCIA
1137768 5/2016

UNIDADE CONSUMIDORA: 710013139
CONTA: 0710013139
VENCIMENTO: 20/06/2016
VALOR TOTAL: 121,17

DADOS DA UNIDADE CONSUMIDORA:		DADOS DAS LEITURAS	
CLASSE RESIDENCIAL	GRUPO: B1	ATUAL:	27/05/2016
ATIVIDADE: 100	MEDIDOR: 1586521	ANterior:	27/04/2016
TIPO DE LIGAÇÃO: MONO	RAZÃO: 39	APRESENTAÇÃO:	27/05/2016
VENCIMENTO BASE: 20/06/16	ROTA: 67600	PRÓXIMO MÊS:	24/06/2016
HISTÓRICO DE CONSUMO		DADOS DA MEDIÇÃO	
MES	TP	LEITURA ATUAL:	5126
06/15	LID	LEITURA ANTERIOR:	5020
07/15	LID	Nº DE DIAS FATURADOS:	30
08/15	LID	DIFERENÇA DE LEITURA:	106,00
09/15	LID	FAT. DE MULTIPLICAÇÃO:	1,0000
10/15	LID	TOTAL DE CONSUMO:	106,00
11/15	LID	MÉDIA DE CONSUMO	
12/15	LID	DIÁRIO:	3,53
01/16	LID	TRIMESTRAL:	97,67
02/16	LID	ANUAL:	67,08
03/16	LID		
04/16	LID		
05/16	LID		

LANÇAMENTOS		VALOR (R\$)	
RELIÇÃO URGÊNCIA		0,000000	33,60
MULTA - 03/2016.	23,00	0,000000	1,52
MULTA MORATORIA.	23,00	0,000000	0,58
COMPENSAÇÃO DE FIC TRIMESTRAL		0,000000	0,10
CONTRIB. CUSTEIO DA ILUMIN. PUB		0,000000	9,31
CONSUMO KWH + ICMS/PIS/COFINS	106,00	0,000000	76,26

ASSOCIADO DE
MORADORES DA VILA
BOA, VILA CAPOA E
VILA SÃO PÊSICO

GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS
DIRETORIA GERAL DA POLÍCIA CIVIL
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

Donizete Jose de Lima
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL: 2319667/2.A VIA DATA DE EXPEDIÇÃO: 23/MAI/2000

NOME: DONIZETE JOSE DE LIMA

FILIAÇÃO: EVERALDO RIBEIRO LIMA
DORACINA HELENA DE LIMA

GOIANIA-GO DATA DE NASCIMENTO: 14/DEZ/1971

NATURALIDADE: NAO DOADOR DE ORGAOS E TECIDOS

DOC ORDEM: C.CAS. 871 FLS. 60 L. B5 GUAPU GO EM 27/10/1995

CPF: 556926211-34

ASSINATURA DO DIRETOR: 13327763

LEI Nº 7.118 DE 29/08/83

Representante
SAIBELA
CATOLICA -
RENOVAÇÃO
CARISMATICA

SANEAMENTO DE GOIÁS S.A.
CNPJ: 01.816.928/0001-02 - INSC. EST. 10.613.357-8
ENDEREÇO: RUA DOS MILAGROS Nº 10 QD. D.T. O CENTRO
CEP: 74.150-000 FONE: (61) 324.1300 FAX: (61) 324.1301

FATURA DE AGUA/ESGOTO/SERVICOS

PROPRIETÁRIO: DONIZETE JOSE DE LIMA
USUÁRIO: 1
ENDEREÇO: JARDIM IMPERIAL Q 20 L 01
BAIRRO: GUAPU
CIDADE: GOIANIA
CEP: 74.150-000 FATURA Nº: 226707650-5 COD: 077 79 07 2570
HIDRÔMETRO: Y101802134

DATA DE EMISSÃO: 28/09/2016 CONTAS Nº: 0926330-5
REFERÊNCIA: 28/09/2016

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

ÁGUA	11,57
ESGOTO	64,74
SERVICO DE MANUTENÇÃO	0,11
TAXA DE APROPRIAÇÃO	1,19

VENCIMENTO: 14/10/2016 VALOR TOTAL (R\$): 77,61

LEITURA ANTERIOR: 9999 DATA: 29/08/2016 CONSUMO FATURADO: 16 m3
LEITURA ATUAL: 10000 DATA: 26/09/2016 CONSUMO ESTIMADO: 14 m3

TIPO DE CONSUMO FATURADO: MISTO

HISTÓRICO DE CONSUMO (m³/mês)

PERÍODO	CONSUMO	MÉDIA
JUN	00012	14
JUL	00012	
AGO	00012	

CATEGORIA / ECONOMIA / PESO

MENSAGEM

INFORMAÇÕES AO CONSUMIDOR:

Captação: Decreto Federal nº 5.440/2005 - QUALIDADE DA ÁGUA DISTRIBUÍDA

Parâmetros	Cloro	Fúlor	Turbidez	Cor	pH	Coliformes Totais	Coliformes Termotolerantes
Previsto	0,1	0	0,5	10	6,5	500	50
Realizado	0,1	0	0,5	10	6,5	20	20
Fora do Padrão	0	4	0	0	2	0	0

Previsto: número de amostras recomendado pela Portaria nº 2914/2011 do Ministério da Saúde.
Realizado: número de amostras analisadas pela SANEAGO.
Fora do padrão: número de amostras fora dos padrões estabelecidos pela Portaria nº 2914/2011 do Ministério da Saúde.

Lei Federal nº 12.741/2012 - TRIBUTOS INCIDENTES NA FORMAÇÃO DE PREÇO AO CONSUMIDOR

Serviços	Base de Cálculo (R\$)	Tributos	Valor (R\$)
Água	11,57	1,26	14,83
Esgoto	64,74	0,00	64,74



www.celg.com.br

2391

CNPJ: 01.543.032/0002-04 IE: 100.549.420

Rua 2, Qd. A-37, S/N - Jardim Goiás - CEP 74805-180 - Goiânia - Goiás

NOTA FISCAL / FATURA DE ENERGIA ELÉTRICA

NECEZIO MIGUEL DA SILVA

CPF/CNPJ: 19645805104 INSC.:

R MINETROS, Q. 4, L. 12, S/N SETOR CENTRO

CEP: 0 GUAPU GO

EMIÇÃO	NÚMERO	SÉRIE
12/08/2016	1180588	4
TARIFA SOCIAL DE ENERGIA ELÉTRICA		
TSEE - CRIADA 26/04/2002 - LEI 10.438		
CLIENTE	MÊS DE REFERÊNCIA	
1138287	8/2016	

UNIDADE CONSUMIDORA

710013954

CONTA

0710013954

VENCIMENTO

02/03/2016

VALOR TOTAL

114,97

DADOS DA UNIDADE CONSUMIDORA:

CLASSE COMERCIAL	GRUPO: B3
ATIVIDADE: 100	MEDIDOR: 102734585
TIPO DE LIGAÇÃO: MONO	FAZÃO: 30
VENCIMENTO BASE: 02/09/16	ROTA: 78000

DATAS DAS LEITURAS

ATUAL:	12/08/2016
ANTERIOR:	14/07/2016
APRESENTAÇÃO:	12/08/2016
PRÓXIMO MÊS:	14/09/2016

HISTÓRICO DE CONSUMO

MÊS	TP	kWh
09/15	LID	163,00
10/15	LID	164,00
11/15	LID	164,00
12/15	LID	159,00
01/16	LID	194,00
02/16	LID	117,00
03/16	LID	114,00
04/16	LID	163,00
05/16	LID	121,00
06/16	LID	127,00
07/16	LID	121,00
08/16	LID	149,00

DADOS DA MEDIÇÃO

LEITURA ATUAL:	10155
LEITURA ANTERIOR:	10006
Nº DE DIAS FATURADOS:	29
DIFERENÇA DE LEITURA:	149,00
FAT. DE MULTIPLICAÇÃO:	1,0000
TOTAL DE CONSUMO:	149,00

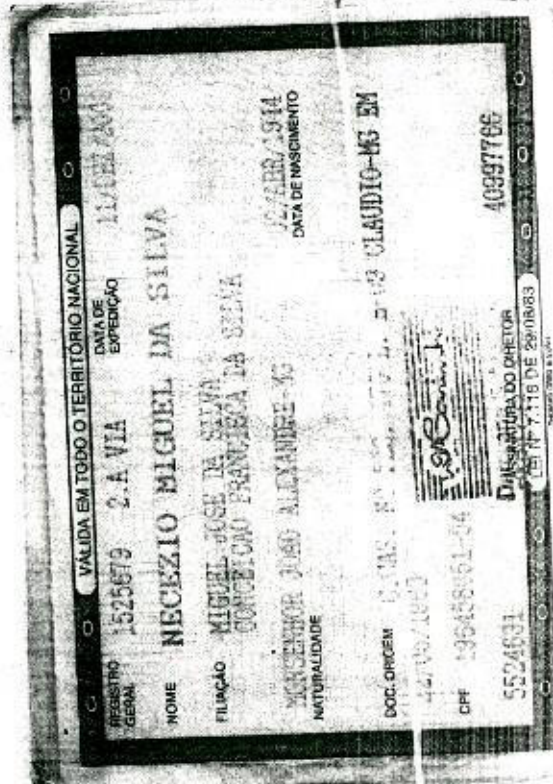
MÉDIA DE CONSUMO

DIÁRIO:	5,14
TRIMESTRAL:	132,33
ANUAL:	146,75

LANÇAMENTOS

DATA: 07/2016	VALOR (R\$)
JUR. DE INSC. RATORIA:	0,000000
CONTRIB. CUSTEIO DA LUMIN. PUB	0,000000
CONSUMO KWH + ICMS/PIS/COFINS	6,50
	106,71
	114,97

CONTRIB. GUAPU	INDICADORES DE CONTINUIDADE
TRIBUTOS	FEI+
ALÍQUOTA	MÊS
4,8089%	6,47
BASE CÁLCULO	TRIMES
106,71	12,94
VALOR	ANUAL
5,14	146,75



SOCIEDADE 870
VICENTE DE PAULO



www.celg.com.br

CNPJ: 01.543.032/0001-04 IE: 100.549.420

2124

Rua E. Q. A-37, S/N - Jardim Goiás - CEP 74805-180 - Goiânia - Goiás

NOTA FISCAL / FATURA DE ENERGIA ELÉTRICA

HEDIRBELTO LUIZ DE QUEIROZ

CPF/CNPJ: 21679088149

INSC.:

AV PARA, N. 18, -CASA 3 SETOR CENTRO CEP:
75350000 GUAPÓ GO

EMIÇÃO NÚMERO SÉRIE

11/10/16 065389 4

TARIFA SOCIAL DE ENERGIA ELÉTRICA

TSEE - CRIADA 26/04/2002 - LEI 10.438

CLIENTE MÊS DE REFERÊNCIA

2379757 10/2016

UNIDADE CONSUMIDORA	CONTA	VENCIMENTO	VALOR TOTAL
710011994	0710011994	01/11/2016	252,55

DADOS DA UNIDADE CONSUMIDORA:		DATAS DAS LEITURAS	
CLASSE: RESIDENCIAL	GRUPO: B1	ATUAL: 11/10/2016	
ATIVIDADE: 100	MEDIDOR: 24902951	ANTERIOR: 13/09/2016	
TIPO DE LIGAÇÃO: MONO	RAZÃO: 29	APRESENTAÇÃO: 11/10/2016	
VENCIMENTO BASE: 01/11/16	ROTA: 22000	PRÓXIMO MÊS: 11/11/2016	

HISTÓRICO DE CONSUMO		DADOS DA MEDIÇÃO	
MES TP	kWh	LEITURA ATUAL:	78947
11/15 LID	365,00	LEITURA ANTERIOR:	78628
12/15 LID	519,00	Nº DE DIAS FATURADOS:	28
01/16 LID	613,00	DIFERENÇA DE LEITURA:	319,00
02/16 LID	499,00	FAT. DE MULTIPLICAÇÃO:	1,0000
03/16 LID	494,00	TOTAL DE CONSUMO:	319,00
04/16 LID	639,00	MÉDIA DE CONSUMO	
05/16 LID	499,00	DIÁRIO:	11,39
06/16 LID	498,00	TRIMESTRAL:	384,67
07/16 LID	469,00	ANUAL:	479,08
08/16 LID	423,00		
09/16 LID	412,00		
10/16 LID	319,00		

LANÇAMENTOS			VALOR (R\$)
MULTA - 08/2016.	20,00	0,000000	6,05
JUROS MORATORIA.	20,00	0,000000	2,01
CONTRIB. CUSTEIO DA ILUMIN. PUB		0,000000	17,29
CONSUMO KWH + ICMS/PIS/COFINS	319,00	0,712250	227,20

ATA DE CONVOCAÇÃO EMERGÊNCIAL DA ASSEMBLEIA GERAL
DA ASCOG “ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE GUAPÓ”

Aos 07 dias do mês de outubro de 2016, no Município de Guapó, Estado de Goiás, as 18:00 (dezoito) horas, na sede da ASCOG, situada na Avenida Cristalina, n.º 1.082, Centro, Guapó-GO, sob a presidência do Sr. Fernando Cardoso de Queiroz, atual presidente, com o objetivo de realizar a renovação do conselho comunitário da ASCOG, levando ao conhecimento de todos os membros da diretoria e dos demais o motivo em caráter de urgência devido a adequação a Nota Técnica nº 24068/2016/SEI-MCTIC. Ato contínuo, ficou decidido por unanimidade entre todos que a eleição será realizada no dia 23 de outubro de 2016, das 18:00h (dezoito) horas às 22:00h (vinte e duas) horas na sede da ASCOG, ficando todos os presentes orientados que a mesma se dará através de votos, o encerramento ocorrerá conforme horário acima especificado. Não havendo nada mais a declarar, eu Divino Cândido Mota, secretário, afirmo que lavrei essa ata, neste ato lida e aprovada por todos os presentes que em seguida assinam, dando esta reunião por encerrada.

Donizete, yore de Lima
Benedicto Elias Karar
Francisco Leite
Jenilton dos Santos Silva
João Carlos de Almeida
Wesley Alves Guimarães
Ronaldo de Almeida Guimarães
Divino Cândido Mota
Jônia Luiza de Lencastre



CARTÓRIO
2ª TABELAÇÃO DE NOTAS
REGISTROS DE IMÓVEIS
PESSOAS JURÍDICAS
TÍTULOS E DECLARAÇÕES

ISABEL LUÍZA DAS DORES - OFICIAL TABELA - WESLEY ALVES GUIMARÃES - OFICIAL SUBSTITUTO

Apresentado hoje para AVERBAÇÃO no Livro
PESSOAS JURÍDICAS - Livro A - 4, protocolizado
digitalizado sob o nº 21.700 e registrado sob o nº
217, às fls. 101F/101F. Dou fe. GUAPÓ-GO
31/10/2016.
Fundos + ISS 41%: R\$ 11,94
Selo Digital: 02331503230911134400084
Isabel Luiza das Dores - Tabela

[Digite texto]

Avenida Cristalina, nº 1.082, Centro, Guapó – GO CEP. 75.350-000 fone (62) 3552-2246

RÁDIO FM 87,9

REG. IMOVEIS E 2º TAB. NOTAS
GUAPÓ-GO
Isabel Luiza das Dores
Tabelião/Oficial
Alves Guimarães
Instituto



ISABEL LUÍZAS DORES - OFICIAL TABELIÃO WESLEY ALVES GUIMARÃES - OFICIAL SUBSTITUTO
RUA SOUZA TAUBER, 100 - JARDIM CRISTALINA, GUAPÓ - GO CEP 75.350-000 FONE (62) 3552-2246
AUTENTICAÇÃO
Autentico para os devidos efeitos a presente fotocópia que
a reprodução fiel do documento que me foi apresentado.
Lei nº 8.935 de 18/11/1994. Dou F.
Valco somente com o Selo de Autenticidade
Guapó-GO 31 de outubro de 2016
02331604114330949-02293
Isabel Luiza das Dores

ATA PARA ELEIÇÃO DO NOVO CONSELHO COMUNITARIO DA
ASCOG "ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE GUAPÓ"



Aos 23 dias do mês de outubro de 2016, no Município de Guapó, Estado de Goiás, as 18:00 (dezoito) horas, na sede da ASCOG, situada na Avenida Cristalina, n.º 1.082, Centro, sob a presidência do Sr. Fernando Cardoso de Queiroz, reuniram-se os membros da ASCOG, para realizarem uma votação oral visando designar os componentes do novo Conselho Comunitário conforme previsto no estatuto e ata de convocação devidamente publicada. Em seguida o presidente solicitou dos presentes interessados em compor o conselho que manifestassem algum interesse. Os interessados foram: Zacarias Costa, Necésio Miguel da Silva, Herivelte Luiz de Queiroz Sobrinho, Donizete José de Lima e Benedito Elias Rosa. Ato contínuo, o Presidente abriu a votação e de forma unânime todos os membros da diretoria e demais presentes aprovaram os nomes acima mencionados, ficando decidido que o novo **Conselho Comunitário** será composto pelos seguintes membros: Sr. Benedito Elias Rosa, RG nº 736950-SPTC, inscrito no CPF nº 211.296.571-91, Presidente da Associação da 3ª idade do Jardim Imperial de Guapó-GO, residente e domiciliado sito à Avenida Pontalina, Qd.15; Lt.07, Jardim Imperial, Guapó-GO; Sr. Zacarias Costa, RG nº 556.322-SSP, inscrito no CPF nº 212.848.061-20, Presidente da Associação de Moradores da Vila Boa, Vila Lagoa e Vila João Pedro, residente e domiciliado sito à Rua 03, Qd.07; Lt.344, Vila Boa, Guapó-GO; Sr. Necezio Miguel da Silva, RG nº 1525679, inscrito no CPF nº 196.458.051-04, Representante da Sociedade São Vicente de Paula, residente e domiciliado sito à Rua Mineiros, Qd.04; Lt.12, Centro, Guapó-GO; Sr. Donizete José de Lima, RG nº 2819667 DGPC, inscrito no CPF nº 556.926.211-34, Representante da Igreja Católica e Renovação Carismática, residente e domiciliado sito à Rua 04, Qd.20; Lt.01, Jardim Imperial, Guapó-GO e o Sr. Herivelte Luiz de Queiroz Sobrinho, RG nº 4850335, SSP/GO e inscrito no CPF nº 017.598.321-62, Representante da Loja Maçonica João Racy nº 1.385, residente e domiciliado sito à Avenida Pará, nº 18, centro, Guapó-GO. Ato contínuo, após formação do novo conselho comunitário da ASCOG acima especificado, o presidente empossou os respectivos membros. Aberta a palavra aos presentes, ninguém se manifestou. Não havendo nada mais a

[Digite texto]

Avenida Cristalina, nº 1.082, Centro, Guapó – GO CEP. 75.350-000 fone (62) 3552-2246

RÁDIO FM 87,9

Tranizete yore de laima
Bessedito Eliaz Barros
Saraes Estevao
Alto do Povo Sampaio
Pombato Carlos dos Santos
Vespasius Marques da Silva
Rogado de Almeida Guimarães
Araújo Vinícius da Costa
Tina Lúcia de Alencar Aragão



Sabe-luz das Dores - Tabeliã

REG. IMOVEIS E TAB. NOTAS
GUAPÓ-GO
Isabel Luiza das Dores
Tabelião Oficial
Wesley Alves Guimarães
Oficial Substituto



Isabel Luiza das Dores

Isabel Luiza das Neves
Isabela Orneli
Nataly Alves Guimarães
Orneli Substina

SEI 53900.060804/2016-56 / pg. 14

ESTATUTO SOCIAL

DA

ASCOG – ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE GUAPÓ

CAPÍTULO I

DA CONSTITUIÇÃO, DENOMINAÇÃO, SEDE E OBJETIVOS

Art. 1º. A ASCOG – ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE GUAPÓ é uma sociedade civil de defesa da cidadania, baseada nos princípios da solidariedade, do companheirismo, da cooperação e da integração social. Atuando no âmbito municipal, abrange a comunidade natural formada pelos habitantes do município de Guapó-GO. Constituída apartidária, sem fins lucrativos, não religiosa, sem discriminação de raça, sexo ou atividade econômica e profissional, é criada nesta data para organizar e congregar os grupos comunitários. Sua finalidade é discutir e debater os problemas que afetam esses cidadãos e que possam ser encaminhados por iniciativa própria, com participação dos poderes públicos, desenvolvendo, em nome dessa coletividade, atividades e serviços necessários para que as populações da área possam melhorar suas condições de vida e de trabalho, dispondo de informações de interesse geral e de utilidade pública, especialmente sobre economia doméstica, abastecimento, preços e defesa do consumidor, saúde, educação, segurança, serviços básicos emergenciais, transporte, lazer, aperfeiçoamento profissional de recursos humanos, comunicação e desenvolvimento cultural e artístico. A Associação terá duração indeterminada, com número ilimitado de sócios, e sua sede provisória está localizada no endereço: Avenida Cristalina, nº 1.082, Centro, Guapó-GO.

Art. 2º. Os objetivos sociais que fundamentam a sua constituição são os seguintes:

- a) Reunir cidadãos interessados, associados ou não, para mobilizar forças políticas, econômicas e sociais no sentido de estudar e preservar as raízes culturais básicas da população, estimulando, especialmente nos jovens, a manifestação folclórica, artística e cultural;
- b) Identificar os existentes ou criar e desenvolver mecanismos e instrumentos para a promoção de obras culturais e manifestações artísticas de jovens e cidadãos que não disponham de recursos para desenvolver talentos e habilidades;
- c) Identificar, discutir e desenvolver soluções que atendam às demandas e carências de informação útil, concreta e prática, em caráter transitório ou permanente, das famílias residentes na comunidade, especialmente em questões fundamentais, como localização e

preços de serviços de abastecimento, transporte, segurança, saúde, educação e aperfeiçoamento profissional, telecomunicações, oportunidade de lazer, serviços emergenciais e atividades culturais e artísticas;

d) Promover a integração social na comunidade, buscando formas para estabelecer um relacionamento de companheirismo, de solidariedade e cooperação entre os moradores do bairro, estimulando a boa vontade e a ajuda mútua como instrumentos para alcançar o bem-estar comum, fortalecendo a parceria com os serviços públicos nas situações de calamidades, epidemias, campanhas de defesa civil e nos esforços coletivos de defesa do interesse geral da sociedade;

e) Fortalecer os laços institucionais entre os representantes políticos da comunidade e as demais organizações comunitárias em atividades e com outras associações, recolhendo e transmitindo experiências, informações e conhecimento no exercício das tarefas de defesa da cidadania, de encaminhamento de problemas de interesse coletivo e no desenvolvimento social, cultural e artístico da sociedade comunitária;

f) Fomentar, em caráter permanente, o debate de questões fundamentais do país e da sociedade, estimulando o estudo, a pesquisa, a competição entre estudantes e interessados, para ampliar a busca de informação sobre o regime democrático, os direitos e responsabilidades dos cidadãos, o conhecimento das Leis, da Constituição, da estrutura política, da organização dos Poderes, das políticas econômicas, das instituições sociais, fortalecendo o espírito de brasilidade, o respeito e a consideração para com os direitos individuais e coletivos, valorizando, sobretudo a condição de cidadania de brasileiros natos ou por adoção.

Parágrafo Único – Para alcançar seus objetivos, a ASCOG – ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE GUAPÓ atuará de forma bastante ampla, realizando estudos, pesquisas, levantamentos, promovendo reuniões, encontros, debates, seminários, palestras, conferência, organizando cursos, treinamento e qualificação de recursos humanos, estágios e outras formas de aprendizado, publicando circulares, boletins, notícias, jornais, realizando programas especiais em emissoras de rádio e de televisão e criando, desenvolvendo e consolidando, diretamente sob sua responsabilidade ou por meio de acordos ou contratos de prestação de serviços e parceria com terceiros, sistemas, instrumentos ou mecanismos de comunicação e difusão de informações capazes de suprir, com os mais baixos custos e os melhores índices de eficiência, as necessidades da população, da comunidade e especialmente os cidadãos associados, atendendo, naturalmente, às normas constitucionais (art. 5º - inciso IX da Constituição Federal de 1988).

CAPÍTULO II

DOS ASSOCIADOS, DIREITOS E DEVERES

Art. 3º. Podem associar-se as pessoas físicas residentes ou que desenvolvam suas atividades profissionais e econômicas na área compreendida pela comunidade residente em área do

Município de Guapó-GO, sem limitação de número por família, por sexo, categoria econômica e social ou por condição de religião, raça ou ideologia política-partidária.

Parágrafo 1º – Só serão efetivados como associados os proponentes que aceitarem as condições deste Estatuto, assinando-o como prova de concordância com as suas condições, podendo qualquer cidadão da comunidade beneficiada emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados pela associação, bem como manifestar ideias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, desde que encaminhados ao Conselho Comunitário.

Parágrafo 2º – Ao encaminhar sua inscrição, o candidato deverá preencher um cadastro básico, contendo informações e dados pessoais, profissionais e familiares.

Parágrafo 3º – Os associados podem ser enquadrados nas seguintes categorias:

- a) FUNDADORES – os que participaram das reuniões preliminares e/ou da Assembleia de instalação da associação;
- b) CONTRIBUINTES – os que se inscreveram após o encerramento do Livro de Fundação e mantenham suas contribuições e participação em dia;
- c) HONORÁRIOS – cidadãos que tenham prestado ou ainda prestem relevantes serviços à associação ou à comunidade, ao Município, ao Estado e à sociedade.

Art. 4º. São deveres inalienáveis e intransferíveis dos associados:

- a) Aceitar como seus os objetivos fundamentais da associação, buscando integrar-se decisivamente nas tarefas assumidas pela coletividade, conhecendo, cumprindo e fazendo cumprir o Estatuto Social, o Programa de Atividade e as instruções da Diretoria aprovadas pelos Conselhos ou Assembleias;
- b) Prestigiar, com sua presença, ou com representação, eventos e atividades programadas, justificando, de alguma forma, o não comparecimento, especialmente quando lhe forem atribuídas tarefas e responsabilidades que envolvam outros associados ou que sejam básicas para a continuidade de trabalhos e atividades;
- c) Recolher com pontualidade as contribuições financeiras aprovadas nas Assembleias, indicando, a tempo, quando não puder fazê-lo, para evitar contratempos à Diretoria no cumprimento de obrigações assumidas em nome da Associação.

Art. 5º. Ao associado que infringir o Estatuto Social, as Normas Regimentais, os Planos de Atividades e as decisões aprovadas em Assembleia ou emitidas na forma do Estatuto pela Diretoria, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:

- a) Advertência por escrito, enviada para o endereço pessoal do associado;
- b) Suspensão de suas atividades sociais por tempo determinado;
- c) Afastamento do Quadro Social.

Parágrafo 1º – O desligamento de um associado do Quadro Social só poderá ser aplicado após denúncia da Secretaria ou da Tesouraria, análise da Diretoria e consulta final ao associado, ao qual será dado amplo direito de defesa.

Parágrafo 2º – Será excluído automaticamente, sem necessidade de outros procedimentos, o associado que deixar de saldar seus compromissos financeiros pelo período de seis meses consecutivos, podendo ser integrado caso liquide pendências financeiras e se disponha a retomar sua participação nas atividades com aprovação do Presidente.

CAPÍTULO III

DOS DIRIGENTES, DA ESTRUTURA E DO FUNCIONAMENTO


Art. 6º. São Legítimos Dirigentes:

- a) Presidente;
- b) Vice-Presidente;
- c) Secretário;
- d) Tesoureiro;

Art. 7º. Compete ao Presidente:

- a) Representar a ASCOG – ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE GUAPÓ em todos os Atos Públicos, em juízo e fora dele;
- b) Presidir reuniões da Diretoria e convocá-las para Atos decorrentes das Atividades Associativas;
- c) Presidir as Assembleias Extraordinárias;
- d) Presidir conferências, debates, palestras, reuniões, sessões, atividades públicas da Associação;
- e) Dar posse ao membro da Diretoria;
- f) Contratar e admitir funcionários ou auxiliares da Associação;
- g) Supervisionar quaisquer atividades da entidade;
- h) Assinar contratos, convênios, acordo e praticar atos de administração em geral, aceitar bens em comodato;
- i) Assinar com o Secretário, as Atas de Reunião e Assembleias;
- j) Assinar com o Tesoureiro, os contratos que obriguem a ASCOG – ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE GUAPÓ a quaisquer ordens de pagamento ou movimentação de fundos sociais, inclusive cheques ou levantamento de depósito e quaisquer espécies de título, cauções, previsão orçamentária, balanços, balancetes e relatórios financeiros.

Parágrafo Único – O Presidente será substituído em seus impedimentos pelos seguintes Diretores em ordem: Vice-Presidente e Tesoureiro.



Art. 8º. Compete ao Vice-Presidente:

Parágrafo Único – Auxiliar o Presidente nas tarefas por ele designadas e substituí-lo na ordem procedente, desde que não haja algum impedimento de vital importância, o qual deverá ser manifestado por escrito.

Art. 9º. Compete ao Secretário superintender aos trabalhos da Secretaria de forma eficiente para a boa organização da entidade e:

- a) Organizar a pauta e ordem do dia das reuniões da Diretoria e das Assembleias;
- b) Responsabilizar-se pela guarda de arquivo da Secretaria mantendo-o em dia;
- c) Lavrar, subscrever as Atas das reuniões da Diretoria e das Assembleias;
- d) Fornecer ao Presidente todos os dados solicitados sobre as atividades da entidade e do seu trabalho;

Art. 10. Compete ao Tesoureiro:

- a) Assinar com o Presidente, cheques e todos os documentos financeiros sempre que solicitado;
- b) Apresentar balancetes de demonstrativos de contas e relatórios financeiros anuais, inclusive com prestação de contas em forma contábil;
- c) Arrecadar mensalidades, taxas e outras contribuições;
- d) Pagar pontualmente os compromissos devidos pela entidade;
- e) Manter os lançamentos com toda clareza e arquivamento de comprovantes;
- f) Fornecer ao Presidente, quando solicitado, todos os dados referentes às suas atividades;
- g) Substituir o Presidente na ordem de presidência.

Art. 11. Compete ao Conselho Comunitário, nos termos da Lei nº 9.612 de 19 de fevereiro de 1988:

- a) Acompanhar divulgações da Associação, com objetivo de atender interesse exclusivo da comunidade;
- b) Analisar pedido de qualquer cidadão da comunidade, que desejar emitir opinião sobre quaisquer assuntos abordados pela Associação, bem como manifestar ideias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações.

Parágrafo Único – O Conselho Comunitário será composto por 05 (cinco) pessoas representantes de entidades locais, tais como: associações de classe, beneméritos, religiosos ou de moradores, desde que legalmente instituídas.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES GERAIS E PERMANENTES

Art. 12. O mandato da Diretoria Executiva será de 04 (quatro) anos, com direito a reeleição ou recondução ao cargo quando não houver interessados.

Parágrafo Único – Não será permitido o acúmulo de cargos, a remuneração de membros da Diretoria ou a utilização de bens, equipamentos, instalações ou propriedades da Associação por membros da Diretoria ou do Conselho sem a devida autorização da Diretoria com a consequente fixação de custos e taxas correspondentes.

Art. 13. As mensalidades, cotas e contribuições especiais serão fixadas pela Assembleia, com proposta e aprovação da Diretoria Executiva.

Art. 14. A Associação poderá outorgar direitos adquiridos, transferir bens, equipamentos, instalações, contratos, convênios ou outros benefícios decorrentes de suas atividades, com autorização expressa para estes atos, aprovada em Assembleia Extraordinária convocada para este fim, com voto favorável de, no mínimo, 1/3 (um terço) dos associados em situação regular.

CAPÍTULO V

DAS ELEIÇÕES

Art. 15. Os sócios poderão votar para escolher seus representantes desde que estejam em perfeito gozo de seus direitos estatutários e em ordem com seus compromissos associativos.

Art. 16. Somente poderão votar os filiados até 180 (cento e oitenta) dias antes da data das eleições.

Art. 17. Somente poderão ser votados os filiados até 12 (doze) meses antes da data das eleições.

Art. 18. As chapas poderão inscrever-se até 60 (sessenta) dias antes da data das eleições, devendo apresentar os nomes de seus integrantes e seu programa.

Art. 19. A Assembleia para as eleições será convocada por edital público no jornal de grande circulação no município sede da Associação.

Art. 20. As eleições serão secretas, utilizando-se para a votação cabinas indevassáveis, urnas e mesários, nos moldes das eleições proporcionais e majoritárias.

Art. 21. As chapas inscritas poderão indicar 02 (dois) fiscais para acompanhar os trabalhos em cada local de votação.

Parágrafo Único – Para tanto, as chapas deverão apresentar requerimentos à Secretaria da Associação até 30 (trinta) dias antes da data das eleições.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 22. A Presidência poderá autorizar a Secretaria-Geral e a Tesouraria a convidar pessoas não filiadas à Associação para assessorá-las.


Art. 23. O atual Estatuto poderá ser alterado por sugestão do Presidente, que submeterá as eventuais mudanças à aprovação da Assembleia, observadas as disposições contidas na Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil.

CAPÍTULO VII

DO PATRIMÔNIO SOCIAL

Art. 24. A Associação poderá contar com os seguintes meios para garantir sua subsistência:

- a) Contribuições regulares de filiados;
- b) Subvenções, auxílios e dotações;
- c) Doações e legados;

- 
- d) Rendas patrimoniais;
 - e) Contribuições de ajuda, arrecadações eventuais e quaisquer outros meios legais;
 - f) Arrecadação contributiva decorrente de taxas sociais e apoio cultural das atividades de comunicação criadas pela Associação, com base nos direitos legais, permitidos pela Constituição da República Federativa do Brasil.

Parágrafo 1º – Os valores das contribuições mensais e taxas de manutenção serão fixados pela Diretoria conforme os critérios definidos em Assembleia específica;

Parágrafo 2º – Na existência de eventuais sobras de recursos por qualquer motivo for, não haverá, em hipótese nenhuma, a distribuição de bônus ou de receita entre os associados.

Art. 25. A Presidência poderá a qualquer momento e tempo requisitar a prestação de serviços de terceiros, alheios à Associação, para o bom desempenho de suas atividades.

CAPÍTULO VIII

DA ASSEMBLEIA GERAL

Art. 26. A Assembleia Geral é o órgão soberano da Associação e se reunirá, ordinária ou extraordinariamente, nos casos estabelecidos neste Estatuto.

Parágrafo 1º - Uma hora antes do início dos trabalhos deverá ser colocado à mesa o “Livro de Presença”, onde os sócios lançarão suas assinaturas.

Parágrafo 2º - Os trabalhos serão abertos pelo Presidente da Associação que solicitará à Assembleia a indicação e aprovação de um sócio para presidi-la, o qual assumirá imediatamente as suas funções e convidará um associado para secretariá-lo.

Parágrafo 3º - O presidente da Assembleia, além do seu voto de sócio, terá também o voto de desempate, exceto quando se tratar de eleição.

Parágrafo 4º - As votações nas Assembleias Gerais poderão ser simbólicas, nominais, secretas ou por aclamação.

Parágrafo 5º - A ata dos trabalhos, lavrada pelo Secretário será assinada pelos componentes da mesa e por 03 (três) sócios escolhidos pela Assembleia.

Art. 27. A Assembleia Geral Ordinária reunir-se-á, uma vez por ano, no mês de outubro.

Art. 28. São atribuições da Assembleia Geral, observadas as disposições contidas na Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil:

- a) Examinar e aprovar ou não, as contas da Diretoria, o balanço social e os demais atos administrativos;
- b) Eleger, no devido tempo, os membros da Diretoria e dos Conselhos Consultivo e Fiscal;
- c) Destituir, quando assim o exigirem os interesses da Associação, um ou mais membros da Diretoria e dos Conselhos Consultivo e Fiscal, mediante o voto concorde de, no mínimo, 1/3 (um terço) dos Associados fundadores e efetivos, convocados especificamente para essa finalidade, em Assembleia Geral Extraordinária;
- d) Promover imediata substituição, dos membros destituídos, pelo prazo restante de mandato, na forma da letra "c" deste Artigo;
- e) Deliberar sobre os demais assuntos constantes da "Ordem do Dia".

Art. 29. A Assembleia Geral Extraordinária se reunirá sempre que convocada pela Diretoria, pelos Conselhos Consultivo e Fiscal, ou por 1/3 (um terço), no mínimo, dos associados, deliberando sobre assuntos que tiverem motivado a convocação.

Art. 30. As Assembleias Gerais, tanto Ordinárias quanto Extraordinárias, serão convocadas com antecipação de 15 (quinze) dias, mediante edital a ser afixado na sede e nas representações, além de comunicação por carta a todos os associados em dia com suas obrigações, com visto de recebimento com antecedência mínima de 08 (oito) dias.

Art. 31. A Assembleia Geral deliberará, validamente, com a presença pessoal ou através de procuração, da maioria dos associados.

Parágrafo 1º - A Assembleia Geral deliberará por maioria de seus membros, cabendo um voto a cada associado, presente ou representado.

Parágrafo 2º - Só poderá votar e ser votado, o sócio quite com a Tesouraria.

Parágrafo 3º - Os sócios beneméritos poderão participar das Assembleias, sem direito a voto, podendo, entretanto, opinar, sugerir e debater a "Ordem do Dia".

Art. 32. Na falta do comparecimento à Assembleia Geral de associados que constituem a maioria social, se reunirá ela, em segunda convocação, uma hora após a primeira convocação e deliberará com qualquer número de associados presentes, excetuado o disposto na letra "c", do artigo 28.

CAPÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

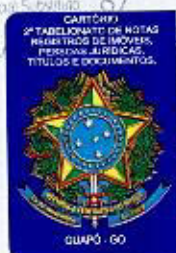
Art. 33. Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria, ouvido o Presidente da entidade.

Art. 34. O Presente Estatuto entra em vigor nesta data.

Art. 35. A Associação poderá ser extinta desde que seja convocada Assembleia pelo Presidente, especificamente para esse fim e conforme maioria de 2/3 (dois terços), e após se dará destino ao seu patrimônio, que deverá ser doado a outra associação com o mesmo fim ou ao Poder Executivo Municipal, observadas as disposições contidas na Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil.

Parágrafo Único – Os filiados não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais.

Guapó-GO, aos 25 dias do mês de outubro de 2016.



REG. IMÓVEIS E 2º TAB. NOTAS
GUAPÓ-GO
Isabel Luiza das Dóres
Tabeliã/Oficial
Wesley Alves Guimarães
Oficial Substituto

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Coordenação-Geral de Radiodifusão comunitária

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar

CEP: 70044-900/Brasília-DF



(ETIQUETA OU CARIMBO MP)

REMETENTE:

ASCOG - ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE GUAPÓ

AV. CRISTALINA, Nº 1082, CENTRO

CEP: 75350-000/GUAPÓ-GO

Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviço de Radiodifusão
Departamento de Outorga de Serviço de Radiodifusão
ROTEIRO DE ANÁLISE LEGAL DE RADCOM

Identificação do Processo

Número: 53900.018279/2014 Localidade / UF: GUAPÓ/GO
Entidade: ASCOG - ASSOCIACAO COMUNITARIA DE GUAPO
Aviso: 13 Publicação: 06/09/2001 Prazo: 30 Canal: 200

Processo

1. A Entidade é uma: Associação

2. Quadro Diretivo da Associação ou Fundação

Nome	CPF	Cargo	Mandato	Telefone
divino candido da mota	402.866.571-04	Secretário	02/05/2016 02/05/2020	()
Fernando Cardoso de Queiroz	280.627.871-68	Presidente	02/05/2016 02/05/2020	
Kênia Lúcia de Alarcão Nogueira	971.205.701-10	Tesoureiro	02/05/2016 02/05/2020	
Ronaldo de Almeida Guimarães	276.641.801-63	Vice-Presidente	02/05/2016 02/05/2020	

3. Conclusão Geral (Parecer Legal)

Documentos exigidos para a renovação:

1) Requerimento de renovação: fl. 1 (Requerimento 0156771).

1.1) Data de Protocolo: 23/9/2014.

1.2) Tempestividade: (X) Sim () Não.

2) Estatuto Social: fls. 15 a 24 (Requerimento 1477442).

2.1) Finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão: art. 2º, parágrafo único;

2.2) Garantia de ingresso gratuito, como associado: art. 3º Irregular;

2.3) Direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas: art. 31;

2.4) Direito de votar e ser votado para os cargos de direção: arts. 16 e 17;

2.5) Órgão administrativo e cargos: art. 6º;

2.6) Atribuições do Órgão administrativo: art. 7º e ss.;

2.7) Mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos: art. 12 (quatro anos);

2.8) Conselho Comunitário e modo de funcionamento: art. 11.

3) Ata de Eleição da Diretoria: fls. 3/4 (Petição 1155289). (2/5/2016 - 2/5/2020)

Presidente: Fernando Cardoso de Queiroz;

Vice-Presidente: Ronaldo de Almeida Guimarães;

Secretário(a): Divino Cândido da Mota;

Tesoureiro(a): Kênia Lúcia de Alarcão Nogueira.

4) Comprovantes de maioria e nacionalidade: fls. 5 a 8 (Petição 1155289).

5) CNPJ: fl. 5 (Requerimento 0156771).

6) Certidão Negativa da Anatel: fl. 4 (Requerimento 0156771).

7) Declaração de conformidade: fl. 3 (Requerimento 0156771).

8) Relatório do Conselho Comunitário sobre a programação da emissora: fls. 3/4 (Requerimento 1477442).

***PENDÊNCIAS:

- No estatuto social: (I) não está previsto o ingresso gratuito, como associado, de toda e qualquer pessoa jurídica; e (II) não está expresso que a diretoria será reconduzida por, no máximo, uma vez.

***CONCLUSÕES:

- Foi realizada pesquisa de vínculo em relação aos dirigentes e não foi verificada irregularidade.

- Será elaborada Nota Técnica a fim de corrigir a(s) pendência(s) observada(s).

FRANCISCA LETICIA BARBOSA DUARTE

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

NOTA TÉCNICA Nº 691/2017/SEI-MCTIC

Processo nº: **53900.018279/2014-12.**

Assunto: **Constatação de pendências.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. A **ASCOG - ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE GUAPÓ**, executante do serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Guapó**, estado de **Goiás**, apresentou resposta à exigência, por meio do Requerimento 1477442.

ANÁLISE

2. Após análise do Processo, observou-se a existência de pendências, conforme descrição a seguir:

O não atendimento, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, de qualquer das solicitações listadas abaixo, caracteriza hipótese de indeferimento .			
	Dispositivo	Descrição	Análise
Portaria nº 4334, publicada no DOU de 21/9/2015.	Art. 131, inciso II, c/c art. 40	Estatuto social adequado à Portaria nº 4334, de 2015.	<p>Da análise do estatuto social, constatou-se a inobservância ao art. 40 da Portaria, conforme segue especificado:</p> <p>a. No art. 3º do estatuto social encaminhado foi suprimida a previsão do ingresso gratuito, como associado, de toda e qualquer <u>pessoa jurídica</u>, em desacordo com o art. 40, II da Portaria.</p> <p>b. Não está expressamente previsto que a diretoria será reconduzida por, no máximo, uma vez, conforme art. 40, V, "b" da Portaria.</p> <p>Em razão disso, é necessário que o estatuto social seja alterado para se adequar ao que determina a Portaria.</p> <p>Observação 1: a Entidade poderá requerer do interessado o preenchimento de formulário próprio, para fins de registro cadastral, desde que isso não constitua restrição ao ingresso</p>

			do associado.
			Observação 2: as alterações estatutárias deverão ser averbadas no registro inicial do Estatuto, no Cartório Civil de Pessoas Jurídicas.

CONCLUSÃO

3. Com base nessas informações, **intima-se** a Entidade para que se manifeste apresentando os documentos e/ou esclarecimentos entendidos como pertinentes.
4. A Entidade deverá apresentar resposta no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento desta Nota Técnica. Transcorrido esse prazo sem que haja manifestação por parte da interessada, ou caso as respostas não atendam a todos os itens levantados, o pleito de renovação de outorga será indeferido.
5. Em caso de dúvida sobre como cumprir a solicitação feita por esta Nota Técnica, será possível obter os esclarecimentos pelo e-mail: duvidasradcom@mctic.gov.br.
6. Por fim, ressalta-se que é obrigação da Entidade manter o endereço de correspondência devidamente atualizado neste Ministério.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Francisca Leticia Barbosa Duarte Miele, Analista Técnico Administrativo**, em 11/01/2017, às 13:47, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 13/01/2017, às 11:26, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1614037** e o código CRC **E11CEE50**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar
CEP: 70044-900 / Brasília-DF
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 1168/2017/SEI-MCTIC

Ao(À) Senhor(a)

Representante Legal da **ASCOG - ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE GUAPÓ**

Avenida Cristina, nº 1082 - Centro

75.350-000 - Guapó - GO

CNPJ nº 03.676.522/0001-04

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53900.018279/2014-12.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Cumprimentando-o(a) cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 691/2017/SEI-MCTIC**, desta Secretaria, que trata de pendências encontradas nos autos.

2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir da data de recebimento deste ofício, para que essa entidade se manifeste sobre o assunto e apresente a documentação pendente, sob pena da **extinção da outorga**. Solicitamos ainda que a entidade mantenha atualizado junto a este Ministério o seu endereço de correspondência.

Atenciosamente,





Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 13/01/2017, às 11:26, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1614064** e o código CRC **404DFBBB**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 1168/2017/SEI-MCTIC - Processo nº 53900.018279/2014-12 - Nº SEI: 1614064

NOME OU RAZÃO SOCIAL		SCE/SERCO Ofício nº 1168/2017/SEI-MCTIC, 13/01/2017 53900.018279/2014-12 ASCOG - ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE GUAPÓ AVENIDA CRISTINA, Nº 1082 - CENTRO 75.350-000 GUAPÓ - GO	
ENDEREÇO / ADRESSE			
CEP / CODE POSTAL			
DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION		NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI <input type="checkbox"/> PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE <input type="checkbox"/> EMS <input type="checkbox"/> SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ	
ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR		DATA DE RECEBIMENTO / DATE DE LIVRATION	CARIMBO DE ENTREGA / UNITÉ DE DESTINO / BUREAU DE DESTINATION
		23/01/17	
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR			
Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR	RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO / SIGNATURE DE L'AGENT		
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO			



Ofício nº 001/2017


Guapó/GO, 22 de fevereiro de 2017.

A Senhora,
Inalda Celina Madio
Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária
CEP 70044-900/Brasília-DF

Prezada Senhora,

Em atendimento ao ofício nº 1168/2017/SEI-MCTIC,
encaminho o ESTATUTO DA ASCOG-ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE GUAPÓ, com as devidas
alterações solicitadas.

RESPEITOSAMENTE,


Divino Cândido da Mota
Secretário

MC/PROTOCOLO
DOCUMENTO ENTREGUE PELO CORREIO
Em 01/03/17 às 15:00 horas
Assinatura: Adilton Silva

ESTATUTO SOCIAL

DA

ASCOG – ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE GUAPÓ

CAPÍTULO I

DA CONSTITUIÇÃO, DENOMINAÇÃO, SEDE E OBJETIVOS

Art. 1º. A ASCOG – ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE GUAPÓ é uma sociedade civil de defesa da cidadania, baseada nos princípios da solidariedade, do companheirismo, da cooperação e da integração social. Atuando no âmbito municipal, abrange a comunidade natural formada pelos habitantes do município de Guapó-GO. Constituída apartidária, sem fins lucrativos, não religiosa, sem discriminação de raça, sexo ou atividade econômica e profissional, é criada nesta data para organizar e congregar os grupos comunitários. Sua finalidade é discutir e debater os problemas que afetam esses cidadãos e que possam ser encaminhados por iniciativa própria, com participação dos poderes públicos, desenvolvendo, em nome dessa coletividade, atividades e serviços necessários para que as populações da área possam melhorar suas condições de vida e de trabalho, dispondo de informações de interesse geral e de utilidade pública, especialmente sobre economia doméstica, abastecimento, preços e defesa do consumidor, saúde, educação, segurança, serviços básicos emergenciais, transporte, lazer, aperfeiçoamento profissional de recursos humanos, comunicação e desenvolvimento cultural e artístico. A Associação terá duração indeterminada, com número ilimitado de sócios, e sua sede provisória está localizada no endereço: Avenida Cristalina, nº 1.082, Centro, Guapó-GO.

Art. 2º. Os objetivos sociais que fundamentam a sua constituição são os seguintes:

- a) Reunir cidadãos interessados, associados ou não, para mobilizar forças políticas, econômicas e sociais no sentido de estudar e preservar as raízes culturais básicas da população, estimulando, especialmente nos jovens, a manifestação folclórica, artística e cultural;
- b) Identificar os existentes ou criar e desenvolver mecanismos e instrumentos para a promoção de obras culturais e manifestações artísticas de jovens e cidadãos que não disponham de recursos para desenvolver talentos e habilidades;
- c) Identificar, discutir e desenvolver soluções que atendam às demandas e carências de informação útil, concreta e prática, em caráter transitório ou permanente, das famílias residentes na comunidade, especialmente em questões fundamentais, como localização e

preços de serviços de abastecimento, transporte, segurança, saúde, educação e aperfeiçoamento profissional, telecomunicações, oportunidade de lazer, serviços emergenciais e atividades culturais e artísticas;

d) Promover a integração social na comunidade, buscando formas para estabelecer um relacionamento de companheirismo, de solidariedade e cooperação entre os moradores do bairro, estimulando a boa vontade e a ajuda mútua como instrumentos para alcançar o bem-estar comum, fortalecendo a parceria com os serviços públicos nas situações de calamidades, epidemias, campanhas de defesa civil e nos esforços coletivos de defesa do interesse geral da sociedade;

e) Fortalecer os laços institucionais entre os representantes políticos da comunidade e as demais organizações comunitárias em atividades e com outras associações, recolhendo e transmitindo experiências, informações e conhecimento no exercício das tarefas de defesa da cidadania, de encaminhamento de problemas de interesse coletivo e no desenvolvimento social, cultural e artístico da sociedade comunitária;

f) Fomentar, em caráter permanente, o debate de questões fundamentais do país e da sociedade, estimulando o estudo, a pesquisa, a competição entre estudantes e interessados, para ampliar a busca de informação sobre o regime democrático, os direitos e responsabilidades dos cidadãos, o conhecimento das Leis, da Constituição, da estrutura política, da organização dos Poderes, das políticas econômicas, das instituições sociais, fortalecendo o espírito de brasilidade, o respeito e a consideração para com os direitos individuais e coletivos, valorizando, sobretudo a condição de cidadania de brasileiros natos ou por adoção.

Parágrafo Único – Para alcançar seus objetivos, a ASCOG – ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE GUAPÓ atuará de forma bastante ampla, realizando estudos, pesquisas, levantamentos, promovendo reuniões, encontros, debates, seminários, palestras, conferência, organizando cursos, treinamento e qualificação de recursos humanos, estágios e outras formas de aprendizado, publicando circulares, boletins, notícias, jornais, realizando programas especiais em emissoras de rádio e de televisão e criando, desenvolvendo e consolidando, diretamente sob sua responsabilidade ou por meio de acordos ou contratos de prestação de serviços e parceria com terceiros, sistemas, instrumentos ou mecanismos de comunicação e difusão de informações capazes de suprir, com os mais baixos custos e os melhores índices de eficiência, as necessidades da população, da comunidade e especialmente os cidadãos associados, atendendo, naturalmente, às normas constitucionais (art. 5º - inciso IX da Constituição Federal de 1988).

CAPÍTULO II

DOS ASSOCIADOS, DIREITOS E DEVERES

Art. 3º. Podem associar-se as pessoas físicas e jurídicas residentes ou que desenvolvam suas atividades profissionais e econômicas na área compreendida pela comunidade residente em

área do Município de Guapó-GO, sem limitação de número por família, por sexo, categoria econômica e social ou por condição de religião, raça ou ideologia política-partidária.

Parágrafo 1º – Só serão efetivados como associados os proponentes que aceitarem as condições deste Estatuto, assinando-o como prova de concordância com as suas condições, podendo qualquer cidadão da comunidade beneficiada emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados pela associação, bem como manifestar ideias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, desde que encaminhados ao Conselho Comunitário.

Parágrafo 2º – Ao encaminhar sua inscrição, o candidato deverá preencher um cadastro básico, contendo informações e dados pessoais, profissionais e familiares, considerando que este registro cadastral trata-se um arquivo de dados para informações dos associados, sendo vedada sua divulgação, não constituindo nenhum óbice ao ingresso de qualquer pessoa.

Parágrafo 3º – Os associados podem ser enquadrados nas seguintes categorias:

a) FUNDADORES – os que participaram das reuniões preliminares e/ou da Assembleia de instalação da associação;

b) CONTRIBUINTES – os que se inscreveram após o encerramento do Livro de Fundação e mantenham suas contribuições e participação em dia;

c) HONORÁRIOS – cidadãos que tenham prestado ou ainda prestem relevantes serviços à associação ou à comunidade, ao Município, ao Estado e à sociedade.

Art. 4º. São deveres inalienáveis e intransferíveis dos associados:

a) Aceitar como seus os objetivos fundamentais da associação, buscando integrar-se decisivamente nas tarefas assumidas pela coletividade, conhecendo, cumprindo e fazendo cumprir o Estatuto Social, o Programa de Atividade e as instruções da Diretoria aprovadas pelos Conselhos ou Assembleias;

b) Prestigiar, com sua presença, ou com representação, eventos e atividades programadas, justificando, de alguma forma, o não comparecimento, especialmente quando lhe forem atribuídas tarefas e responsabilidades que envolvam outros associados ou que sejam básicas para a continuidade de trabalhos e atividades;

c) Recolher com pontualidade as contribuições financeiras aprovadas nas Assembleias, indicando, a tempo, quando não puder fazê-lo, para evitar contratempos à Diretoria no cumprimento de obrigações assumidas em nome da Associação.

Art. 5º. Ao associado que infringir o Estatuto Social, as Normas Regimentais, os Planos de Atividades e as decisões aprovadas em Assembleia ou emitidas na forma do Estatuto pela Diretoria, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:

- a) Advertência por escrito, enviada para o endereço pessoal do associado;
- b) Suspensão de suas atividades sociais por tempo determinado;
- c) Afastamento do Quadro Social.

Parágrafo 1º – O desligamento de um associado do Quadro Social só poderá ser aplicado após denúncia da Secretaria ou da Tesouraria, análise da Diretoria e consulta final ao associado, ao qual será dado amplo direito de defesa.

Parágrafo 2º – Será excluído automaticamente, sem necessidade de outros procedimentos, o associado que deixar de saldar seus compromissos financeiros pelo período de seis meses consecutivos, podendo ser integrado caso liquide pendências financeiras e se disponha a retomar sua participação nas atividades com aprovação do Presidente.

CAPÍTULO III

DOS DIRIGENTES, DA ESTRUTURA E DO FUNCIONAMENTO

Art. 6º. São Legítimos Dirigentes:

- a) Presidente;
- b) Vice-Presidente;
- c) Secretário;
- d) Tesoureiro;

Art. 7º. Compete ao Presidente:

- a) Representar a ASCOG – ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE GUAPÓ em todos os Atos Públicos, em juízo e fora dele;
- b) Presidir reuniões da Diretoria e convocá-las para Atos decorrentes das Atividades Associativas;
- c) Presidir as Assembleias Extraordinárias;
- d) Presidir conferências, debates, palestras, reuniões, sessões, atividades públicas da Associação;
- e) Dar posse ao membro da Diretoria;
- f) Contratar e admitir funcionários ou auxiliares da Associação;
- g) Supervisionar quaisquer atividades da entidade;
- h) Assinar contratos, convênios, acordo e praticar atos de administração em geral, aceitar bens em comodato;
- i) Assinar com o Secretário, as Atas de Reunião e Assembleias;
- j) Assinar com o Tesoureiro, os contratos que obriguem a ASCOG – ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE GUAPÓ a quaisquer ordens de pagamento ou movimentação de fundos sociais, inclusive cheques ou levantamento de depósito e quaisquer espécies de título, cações, previsão orçamentária, balanços, balancetes e relatórios financeiros.

Parágrafo Único – O Presidente será substituído em seus impedimentos pelos seguintes Diretores em ordem: Vice-Presidente e Tesoureiro.

Art. 8º. Compete ao Vice-Presidente:

Parágrafo Único – Auxiliar o Presidente nas tarefas por ele designadas e substituí-lo na ordem procedente, desde que não haja algum impedimento de vital importância, o qual deverá ser manifestado por escrito.

Art. 9º. Compete ao Secretário superintender aos trabalhos da Secretaria de forma eficiente para a boa organização da entidade e:

- a) Organizar a pauta e ordem do dia das reuniões da Diretoria e das Assembleias;
- b) Responsabilizar-se pela guarda de arquivo da Secretaria mantendo-o em dia;
- c) Lavrar, subscrever as Atas das reuniões da Diretoria e das Assembleias;
- d) Fornecer ao Presidente todos os dados solicitados sobre as atividades da entidade e do seu trabalho;

Art. 10. Compete ao Tesoureiro:

- a) Assinar com o Presidente, cheques e todos os documentos financeiros sempre que solicitado;
- b) Apresentar balancetes de demonstrativos de contas e relatórios financeiros anuais, inclusive com prestação de contas em forma contábil;
- c) Arrecadar mensalidades, taxas e outras contribuições;
- d) Pagar pontualmente os compromissos devidos pela entidade;
- e) Manter os lançamentos com toda clareza e arquivamento de comprovantes;
- f) Fornecer ao Presidente, quando solicitado, todos os dados referentes às suas atividades;
- g) Substituir o Presidente na ordem de presidência.

Art. 11. Compete ao Conselho Comunitário, nos termos da Lei nº 9.612 de 19 de fevereiro de 1988:

- a) Acompanhar divulgações da Associação, com objetivo de atender interesse exclusivo da comunidade;
- b) Analisar pedido de qualquer cidadão da comunidade, que desejar emitir opinião sobre quaisquer assuntos abordados pela Associação, bem como manifestar ideias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações.

Parágrafo Único – O Conselho Comunitário será composto por 05 (cinco) pessoas representantes de entidades locais, tais como: associações de classe, beneméritos, religiosos ou de moradores, desde que legalmente constituídas.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES GERAIS E PERMANENTES

Art. 12. O mandato da Diretoria Executiva será de 04 (quatro) anos, com direito a reeleição, sendo admitida uma recondução, nos termos do artigo 40, inciso V, letra B da portaria n. 4.334/2015 do Ministério das Comunicações.

Parágrafo Único – Não será permitido o acúmulo de cargos, a remuneração de membros da Diretoria ou a utilização de bens, equipamentos, instalações ou propriedades da Associação por membros da Diretoria ou do Conselho sem a devida autorização da Diretoria com a consequente fixação de custos e taxas correspondentes.

Art. 13. As mensalidades, cotas e contribuições especiais serão fixadas pela Assembleia, com proposta e aprovação da Diretoria Executiva.

Art. 14. A Associação poderá outorgar direitos adquiridos, transferir bens, equipamentos, instalações, contratos, convênios ou outros benefícios decorrentes de suas atividades, com autorização expressa para estes atos, aprovada em Assembleia Extraordinária convocada para este fim, com voto favorável de, no mínimo, 1/3 (um terço) dos associados em situação regular.

CAPÍTULO V

DAS ELEIÇÕES

Art. 15. Os sócios poderão votar para escolher seus representantes desde que estejam em perfeito gozo de seus direitos estatutários e em ordem com seus compromissos associativos.

Art. 16. Somente poderão votar os filiados até 180 (cento e oitenta) dias antes da data das eleições.

Art. 17. Somente poderão ser votados os filiados até 12 (doze) meses antes da data das eleições.

Art. 18. As chapas poderão inscrever-se até 60 (sessenta) dias antes da data das eleições, devendo apresentar os nomes de seus integrantes e seu programa.

Art. 19. A Assembleia para as eleições será convocada por edital público no jornal de grande circulação no município sede da Associação.

Art. 20. As eleições serão secretas, utilizando-se para a votação cabinas indevassáveis, urnas e mesários, nos moldes das eleições proporcionais e majoritárias.

Art. 21. As chapas inscritas poderão indicar 02 (dois) fiscais para acompanhar os trabalhos em cada local de votação.

Parágrafo Único – Para tanto, as chapas deverão apresentar requerimentos à Secretaria da Associação até 30 (trinta) dias antes da data das eleições.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 22. A Presidência poderá autorizar a Secretaria-Geral e a Tesouraria a convidar pessoas não filiadas à Associação para assessorá-las.

Art. 23. O atual Estatuto poderá ser alterado por sugestão do Presidente, que submeterá as eventuais mudanças à aprovação da Assembleia, observadas as disposições contidas na Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil.

CAPÍTULO VII

DO PATRIMÔNIO SOCIAL

Art. 24. A Associação poderá contar com os seguintes meios para garantir sua subsistência:

- a) Contribuições regulares de filiados;
- b) Subvenções, auxílios e dotações;
- c) Doações e legados;
- d) Rendas patrimoniais;
- e) Contribuições de ajuda, arrecadações eventuais e quaisquer outros meios legais;
- f) Arrecadação contributiva decorrente de taxas sociais e apoio cultural das atividades de comunicação criadas pela Associação, com base nos direitos legais, permitidos pela Constituição da República Federativa do Brasil.

Parágrafo 1º – Os valores das contribuições mensais e taxas de manutenção serão fixados pela Diretoria conforme os critérios definidos em Assembleia específica;

Parágrafo 2º – Na existência de eventuais sobras de recursos por qualquer motivo for, não haverá, em hipótese nenhuma, a distribuição de bônus ou de receita entre os associados.

Art. 25. A Presidência poderá a qualquer momento e tempo requisitar a prestação de serviços de terceiros, alheios à Associação, para o bom desempenho de suas atividades.

CAPÍTULO VIII

DA ASSEMBLEIA GERAL

Art. 26. A Assembleia Geral é o órgão soberano da Associação e se reunirá, ordinária ou extraordinariamente, nos casos estabelecidos neste Estatuto.

Parágrafo 1º - Uma hora antes do início dos trabalhos deverá ser colocado à mesa o "Livro de Presença", onde os sócios lançarão suas assinaturas.

Parágrafo 2º - Os trabalhos serão abertos pelo Presidente da Associação que solicitará à Assembleia a indicação e aprovação de um sócio para presidi-la, o qual assumirá imediatamente as suas funções e convidará um associado para secretariá-lo.

Parágrafo 3º - O presidente da Assembleia, além do seu voto de sócio, terá também o voto de desempate, exceto quando se tratar de eleição.

Parágrafo 4º - As votações nas Assembleias Gerais poderão ser simbólicas, nominais, secretas ou por aclamação.

Parágrafo 5º - A ata dos trabalhos, lavrada pelo Secretário será assinada pelos componentes da mesa e por 03 (três) sócios escolhidos pela Assembleia.

Art. 27. A Assembleia Geral Ordinária reunir-se-á, uma vez por ano, no mês de outubro.

Art. 28. São atribuições da Assembleia Geral, observadas as disposições contidas na Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil:

- a) Examinar e aprovar ou não, as contas da Diretoria, o balanço social e os demais atos administrativos;
- b) Eleger, no devido tempo, os membros da Diretoria e dos Conselhos Consultivo e Fiscal;
- c) Destituir, quando assim o exigirem os interesses da Associação, um ou mais membros da Diretoria e dos Conselhos Consultivo e Fiscal, mediante o voto concorde de, no mínimo, 1/3 (um terço) dos Associados fundadores e efetivos, convocados especificamente para essa finalidade, em Assembleia Geral Extraordinária;
- d) Promover imediata substituição, dos membros destituídos, pelo prazo restante de mandato, na forma da letra "c" deste Artigo;
- e) Deliberar sobre os demais assuntos constantes da "Ordem do Dia".

Art. 29. A Assembleia Geral Extraordinária se reunirá sempre que convocada pela Diretoria, pelos Conselhos Consultivo e Fiscal, ou por 1/3 (um terço), no mínimo, dos associados, deliberando sobre assuntos que tiverem motivado a convocação.

Art. 30. As Assembleias Gerais, tanto Ordinárias quanto Extraordinárias, serão convocadas com antecipação de 15 (quinze) dias, mediante edital a ser afixado na sede e nas representações, além de comunicação por carta a todos os associados em dia com suas obrigações, com visto de recebimento com antecedência mínima de 08 (oito) dias.

Art. 31. A Assembleia Geral deliberará, validamente, com a presença pessoal ou através de procuração, da maioria dos associados.

Parágrafo 1º - A Assembleia Geral deliberará por maioria de seus membros, cabendo um voto a cada associado, presente ou representado.

Parágrafo 2º - Só poderá votar e ser votado, o sócio quite com a Tesouraria.

Parágrafo 3º - Os sócios beneméritos poderão participar das Assembleias, sem direito a voto, podendo, entretanto, opinar, sugerir e debater a "Ordem do Dia".

Art. 32. Na falta do comparecimento à Assembleia Geral de associados que constituem a maioria social, se reunirá ela, em segunda convocação, uma hora após a primeira convocação e deliberará com qualquer número de associados presentes, excetuado o disposto na letra "c", do artigo 28.

CAPÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 33. Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria, ouvido o Presidente da entidade.

Art. 34. O Presente Estatuto entra em vigor nesta data.

Art. 35. A Associação poderá ser extinta desde que seja convocada Assembleia pelo Presidente, especificamente para esse fim e conforme maioria de 2/3 (dois terços), e após se dará destino ao seu patrimônio, que deverá ser doado a outra associação com o mesmo fim ou ao Poder Executivo Municipal, observadas as disposições contidas na Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil.

Parágrafo Único – Os filiados não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais.

Guapó-GO, aos 20 de fevereiro de 2017.



REG. IMÓVEL
GUAPÓ-GO
Isabel Luiza das Dóres
Tabeliã
Wesley Alves Guimarães
Oficial Substituto

ATA,

- MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
- COORDENAÇÃO-GERAL DE PROJETO SIFUSA Comunitária
- ESPANHA DOS MINISTÉRIOS, Bloco P 3º ANDAR
- CEP 70044-900 - BRASÍLIA - DF



(ETIQUETA OU CARIMBO MP)

REM: ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA DE BUNDO
END: AV. CRISTALINA Nº 1032 - CENTRO
CEP: 75350-000 - BUNDO-60

Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviço de Radiodifusão
Departamento de Outorga de Serviço de Radiodifusão
ROTEIRO DE ANÁLISE LEGAL DE RADCOM

Identificação do Processo

Número: 53900.018279/2014 Localidade / UF: GUAPÓ/GO
Entidade: ASCOG - ASSOCIACAO COMUNITARIA DE GUAPO
Aviso: 13 Publicação: 06/09/2001 Prazo: 30 Canal: 200

Processo

1. A Entidade é uma: Associação

2. Quadro Diretivo da Associação ou Fundação

Nome	CPF	Cargo	Mandato	Telefone
Kênia Lúcia de Alarcão Nogueira	971.205.701-10	Tesoureiro	02/05/2016 02/05/2020	
Ronaldo de Almeida Guimarães	276.641.801-63	Vice-Presidente	02/05/2016 02/05/2020	
divino candido da mota	402.866.571-04	Secretário	02/05/2016 02/05/2020	()
Fernando Cardoso de Queiroz	280.627.871-68	Presidente	02/05/2016 02/05/2020	

3. Conclusão Geral (Parecer Legal)

Documentos exigidos para a renovação:

- 1) Requerimento de renovação: fl. 1 (Requerimento 0156771).
 - 1.1) Data de Protocolo: 23/9/2014.
 - 1.2) Tempestividade: (X) Sim () Não.
- 2) Estatuto Social: fls. 2 a 10 (Ofício 001/2017 1707959).
 - 2.1) Finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão: art. 2º, parágrafo único;
 - 2.2) Garantia de ingresso gratuito, como associado: art. 3º;
 - 2.3) Direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas: art. 31;
 - 2.4) Direito de votar e ser votado para os cargos de direção: arts. 16 e 17;
 - 2.5) Órgão administrativo e cargos: art. 6º;
 - 2.6) Atribuições do Órgão administrativo: art. 7º e ss.;
 - 2.7) Mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, admitida uma recondução: art. 12 (quatro anos);
 - 2.8) Conselho Comunitário e modo de funcionamento: art. 11.
- 3) Ata de Eleição da Diretoria: fls. 3/4 (Petição 1155289). (2/5/2016 - 2/5/2020)
Presidente: Fernando Cardoso de Queiroz; (1º/3/1963 - 280.627.871-68)
Vice-Presidente: Ronaldo de Almeida Guimarães; (6/8/1962 - 276.641.801-68)
Secretário(a): Divino Cândido da Mota; (8/3/1967 - 402.866.571-04)
Tesoureiro(a): Kênia Lúcia de Alarcão Nogueira. (8/1/1977 - 971.205.701-10)
- 4) Comprovantes de maioria e nacionalidade: fls. 5 a 8 (Petição 1155289).
- 5) CNPJ: fl. 5 (Requerimento 0156771).
- 6) Certidão Negativa da Anatel: fl. 4 (Requerimento 0156771).
- 7) Declaração de conformidade: fl. 3 (Requerimento 0156771).
- 8) Relatório do Conselho Comunitário sobre a programação da emissora: fls. 3/4 (Requerimento 1477442).

***CONCLUSÕES:

- Consultou-se o sítio da Anatel e verificou-se que a Associação não possui débitos.
- Foi realizada pesquisa de vínculo e não foi verificada irregularidade.
- O Processo foi corretamente instruído.
- Será elaborado Memorando solicitando informações Coordenação-Geral de Fiscalização de Outorgas acerca de processos de apuração de infração em andamento ou já concluídos que resultaram em sanção à Radiodifusora.



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Memorando nº 12394/2017/SEI-MCTIC

AO COORDENADOR-GERAL DE FISCALIZAÇÃO DE OUTORGAS.

Assunto: **Informação sobre entidade comunitária que pleiteia a Renovação de Outorga.**

Processo nº: **53900.018279/2014-12.**

Solicito informação acerca da existência de eventual Processo de Apuração de Infração (concluído ou em trâmite) instaurado em desfavor da **ASCOG - ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE GUAPÓ**, autorizada para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Guapó**, estado de **Goiás**, devendo ser esclarecida a situação, salientando, ainda, se e quando houve aplicação de sanção.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 22/08/2017, às 13:46, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2144948** e o código CRC **92393176**.

Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53900.018279/2014-12

SEI nº 2144948



BOA TARDE
LILIAN MAGALHAES DE MESQUITA
Sistemas Interativos

Menu Principal ▾

SRD | [menu](#) [ajuda](#)

Consulta Geral - RADCOM

Identificação do Pedido RADCOM

UF: GO
Município: Guapó
Canal: 200
Fase: 3

Distrito: Guapó
Sub Distrito:
Local Especifico:

Dados da Entidade

Entidade: ASCOG - ASSOCIACAO COMUNITARIA DE GUAPO
Nome Fantasia:
Logradouro: AVENIDA CRISTALINA, 1082
Telefone: Não Informado
Situação: Entidade não possui débitos

CNPJ: 03.676.522/0001-04
Bairro: CENTRO
Número: .
Fax: Não Informado

☐ Dados da Outorga

Dados da Entidade

CNPJ: ◀

Razão Social: ASCOG - ASSOCIACAO COMUNITARIA DE GUAPO
Tipo de Usuário: Integral

Endereço Sede

País: [Brasil](#)
Número do CEP: [75350000](#)
Número: .
Município: [Guapó](#)
Telefone:

Logradouro: [AVENIDA CRISTALINA, 1082](#)
Complemento:
Distrito: [Guapó](#)
Bairro: [CENTRO](#)
SubDistrito:
Fax:

Estado: [GO](#)

Endereço de Correspondência

País:
Número do CEP:
Número:
Município:
Telefone:

Logradouro:
Complemento:
Distrito:
Fax:

Bairro:
SubDistrito:
E-mail:

Estado:

Dados da Outorga

Data Publicação Contrato/Convênio:

Data Limite Instalação:

Número do Processo: ◀

Fistel:

Caixa:

Sequência:

☐ Documentos Emitidos

Atualização de Documentos

Protocolo	Doc. SEI	Nº Ato	Tipo do documento	Órgão	Data Ato	Data DOU	Razão	Natureza
<input type="text"/>	<input type="text" value="900"/> ◀		<input type="text" value="Portaria"/> ▾ ◀	<input type="text" value="MC"/> ▾ ◀	<input type="text" value="04/06/2002"/> ◀	<input type="text" value="14/06/2002"/>	Autoriza Executar Serviço	<input type="text" value="Jur."/> ▾ ◀
<input type="text"/>	<input type="text" value="30672"/> ◀		<input type="text" value="ATO"/> ▾ ◀	<input type="text" value="SCM"/> ▾ ◀	<input type="text" value="04/11/2002"/> ◀	<input type="text" value="06/11/2002"/>	Autoriza o Uso de Radiofrequência de RADCOM	<input type="text" value="Téc."/> ▾ ◀
<input type="text"/>	<input type="text" value="854"/> ◀		<input type="text" value="Decreto Legislativo"/> ▾ ◀	<input type="text" value="CN"/> ▾ ◀	<input type="text" value="08/11/2004"/> ◀	<input type="text" value="09/11/2004"/>	Deliber. do C. Nacional	<input type="text" value="Jur."/> ▾ ◀
<input type="text"/>	<input type="text" value="49316"/> ◀		<input type="text" value="ATO"/> ▾ ◀	<input type="text" value="SCM"/> ▾ ◀	<input type="text" value="24/02/2005 1"/> ◀	<input type="text" value="28/02/2005"/>	Autoriza o Uso de Radiofrequência de RADCOM	<input type="text" value="Téc."/> ▾ ◀

☐ Característica da Estação Instalada

☐ Dados do Licenciamento

Dados da Estação

Entidade: ASCOG - ASSOCIACAO COMUNITARIA DE GUAPO - CNPJ/CPF
(03.676.522/0001-04)
Município/UF: GUAPÓ/GO
Indicativo: ZYT221

Situação: Entidade não possui débitos

Canal: 200

Dia Início

Dia Fim

Hora Início

Hora Fim

X

Domingo ▼

Sábado ▼

04:00 ▼

24:00 ▼

X



Tela Inicial



Imprimir

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Fiscalização de Outorgas

DESPACHOProcesso nº: **53900.018279/2014-12**Interessado(a): **ASCOG - ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE GUAPÓ**

Em atenção ao Memorando nº 12394/2017/SEI-MCTIC, informamos que foram encontrados registros de processos atribuídos à Interessada no banco de dados de controle de Processos de Apuração de Infração - PAIs e no Sistema de Controle de Radiodifusão - SRD, cujo resultado segue abaixo:

Descrição	Nº Processo	Situação Atual
Registros de PAIs ativos	53900.070605/2015	<ul style="list-style-type: none">• Em trâmite;• Processo em fase de apuração de possível irregularidade.
Registros de PAIs concluídos (relação de antecedentes no SRD*)	-	NADA CONSTA

* SRD - Sistema de Controle de Radiodifusão



Documento assinado eletronicamente por **Mariza Oshiro, Coordenadora-Geral de Fiscalização de Outorgas, Substituta**, em 23/08/2017, às 15:24, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2157617** e o código CRC **D6E660A9**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53900.018279/2014-12

SEI nº 2157617

**Ministério das Comunicações****GABINETE DO MINISTRO****PORTARIAS DE 4 DE JUNHO DE 2002**

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto nos artigos 10 e 19 do Decreto n.º 2.615, de 3 de junho de 1998, resolve autorizar as entidades abaixo relacionadas a executar, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária. Os atos de autorização somente produzirão efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do artigo 223 da Constituição.

Nº da Portaria	Nº do Processo	Nome da Entidade	Localidade/UF
878	53640.001408/98	Associação Comunitária Zumbi dos Palmares	Itaberaba/BA
879	53670.000541/98	Associação Comunitária Nova Aurora	Mundo Novo/GO
880	53650.002469/98	Fundação Educativa Cultural de Pacatuba	Pacatuba/CE
881	53710.000321/01	Associação Comunitária de Desenvolvimento Social de Barroso - ASBAR	Barroso/MG
882	53710.000224/01	Associação Comunitária Antônio Amorim Quintão	Volta Grande/MG
883	53103.000012/00	Associação Piciense Artística e Cultural de Radiodifusão Comunitária	Picuí/PB
884	53640.000035/99	Rádio Comunitária Líder do Sertão FM	Chorochó/BA
885	53830.001688/98	Associação e Movimento Comunitário Rádio Novo Cântico FM	Itapira/SP
886	53670.000279/00	Associação Cultural Educativa de Vicentinópolis	Vicentinópolis/GO
887	53103.000044/99	Associação dos Agricultores do Capibaribe Mirim	São Vicente Ferrer/PE
888	53800.000390/98	ASCOL - Associação Comunitária de Colorado do Oeste - RO	Colorado do Oeste/RO
889	53730.000589/98	Grupo de Apoio Comunitário - GAC	Campina Grande/PB
890	53710.000316/01	Associação Comunitária Presidente Bernardes de Radiodifusão	Presidente Bernardes/ MG
891	53830.002147/98	Associação Cidade Cidadã Santafessulense, Cultural e Comunicação Social	Santa Fé do Sul/SP
892	53790.001114/98	Associação Comunitária Shalom	Rio Grande/RS
894	53000.004846/98	Associação Comunitária de Radiodifusão de Samambaia-DF (NASCENTE FM)	Samambaia/DF
895	53730.000045/99	Associação Comunitária Beneficente Serra Redondense	Serra Redonda/PB
896	53650.000750/99	Associação Comunitária Santo Antônio, de Antonina do Norte (CE)	Antonina do Norte/CE
897	53830.000228/98	Associação de Apoio ao Cidadão Carente - A.A.C.C.	Pindamonhangaba/SP
898	53730.000090/99	Fundação Antonio Dias de Lima -FADL	Bonito de Santa Fé/PB
899	53650.002249/98	Associação Cultural da Água Fria	Itapetzinga/CE
900	53670.001983/01	ASCOG-Associação Comunitária de Guapó	Guapó/GO
901	53710.000341/01	Associação Comunitária do Distrito e Subdistritos de Florália	Santa Bárbara/MG
902	53710.000671/01	Associação Maranata dos Amigos Franco Dumontense	Francisco Dumont/ MG

JUAREZ QUADROS DO NASCIMENTO

RETIFICAÇÃO

No Diário Oficial da União Nº 108, de 07-06-2002, Seção 1, pág. 90, no quadro Anexo, com relação as localidades de Cocalzinho de Goiás e Cristalina, Estado de Goiás, Serviço FM, onde se lê: N.º Concorrência 060/2000-SSR/MC, leia-se: N.º Concorrência 059/2000-SSR/MC, e onde se lê: N.º Processo: 53670.001100/00, leia-se: N.º Processo: 53670.001053/00. (Of. El. nº 087/2002-CEL)

**AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
CONSELHO DIRETOR****ATO Nº 24.216, DE 27 DE MARÇO DE 2002**

Processo n.º 53500.004373/2001 - TRANSIT DO BRASIL LTDA., Autoriza a explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço o território nacional.

RENATO NAVARRO GUERREIRO
Presidente do Conselho**ATO Nº 26.355, DE 13 DE JUNHO DE 2002**

Processo n.º 53500.001834/2002. Autoriza a COMPUSER-VICE LTDA. a explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito na-

cional e internacional e tendo como área de prestação de serviço o território nacional.

LUIZ GUILHERME SCHYMURA DE OLIVEIRA
Presidente do Conselho

(Of. El. nº 213/2002-GPR)

RETIFICAÇÃO

Ref.: Processo n.º 53500.004921/2000 No Despacho n.º 116/2002-CD, de 15 de fevereiro de 2002, retifique-se conforme abaixo:

I - onde se lê: "Companhia de Telecomunicações do Brasil Central - CTBC TELECOM", leia-se: "Telecomunicações de São Paulo S/A, incorporadora da Companhia Telefônica de Ribeirão Preto S/A - CETERP".

No Despacho n.º 223, publicado no Diário Oficial da União, do dia 26-12-2001, seção 1, página 9, retifica-se conforme abaixo:
I - onde se lê: "29 de novembro de 2001", leia-se: "20 de dezembro de 2001".

II - onde se lê: "e de conformidade com o Parecer n.º 684/2001-PRC, de 9 de novembro de 2001.594/2001-PRC, de 2 de outubro de 2001 (Processo n.º 53500.004284/2000, Processo n.º 53500.004643/2000)", leia-se: "e de conformidade com o Parecer n.º 684/2001-PRC, de 9 de novembro de 2001." (Of. El. nº 212/2002-GPR)

PORTARIA DE 5 DE JUNHO DE 2002

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto nos artigos 10 e 19 do Decreto n.º 2.615, de 3 de junho de 1998, resolve autorizar as entidades abaixo relacionadas a executar, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária. O ato de autorização somente produzirá efeito legal após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do artigo 223 da Constituição.

Nº da Portaria	Nº do Processo	Nome da Entidade	Localidade/UF
905	53710.001627/98	Associação Cultural Religiosa e Recreativa de Itanhomi	Itanhomi/MG

JUAREZ QUADROS DO NASCIMENTO

(Of. El. nº 232/02/SE/MC)

PORTARIA Nº 936, DE 6 DE JUNHO DE 2002

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53000.007923/97, resolve:

Autorizar, de acordo com o artigo 18 do Decreto nº 3.965, de 10 de outubro de 2001, a RÁDIO TELEVISÃO OM LTDA, concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, canal 6+ (seis decalado para mais), na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, a executar os Serviços de Retransmissão e de Repetição de Televisão, anclares ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter primário, na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, através do canal 56+ (cinquenta e seis decalado para mais), utilizando estação terrena receptora de sinais de televisão repetidos via satélite, visando a retransmitir os seus próprios sinais.

JUAREZ QUADROS DO NASCIMENTO

(4.616-2 13/06/02 95,23)

DESPACHO DO MINISTRO

Em 11 de junho de 2002

Tendo em vista as Atas de reunião de 21 de agosto, 15 e 29 de outubro de 2001, e os Avisos de 06 de fevereiro e 06 de março de 2002, publicados nos D.O.U. dos dias 08 de fevereiro e 07 de março de 2002, Seção 3-E, da Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria nº 811, de 29 de dezembro de 1997, e suas alterações, homologo as adjudicações propostas, de acordo com o anexo, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas nos respectivos editais.

JUAREZ QUADROS DO NASCIMENTO

ANEXO

Nº DA CONCORRÊNCIA - SSR/MC	UF	Localidade	SERVIÇO	PROponente Vencedora	Nº PROCESSO
059/2000	GO	ARAGARÇAS	FM	SISTEMA CENTRO-OESTE DE RÁDIOFUSÃO LTDA.	53670.001059/00
059/2000	GO	BRITÂNIA	FM	PORTUGAL TELECOMUNICAÇÕES LTDA.	53670.001056/00
059/2000	GO	BURITI ALEGRE	FM	RÁDIO BOM SUCESSO LTDA.	53670.001050/00
060/2000	GO	GUAPÓ	FM	UNIESTE PROPAGANDA, MARKETING E RÁDIOFUSÃO LTDA.	53670.001102/00
060/2000	GO	ITAPIRAPUÁ	FM	ORGANIZAÇÕES RIO BONITO LTDA.	53670.001090/00
060/2000	GO	JANDAIA	FM	FUNDAÇÃO DOM JUVENAL RORIZ	53670.001094/00
062/2000	GO	SANTA TEREZINHA DE GOIÁS	FM	ORGANIZAÇÃO DE COMUNICAÇÃO FREDY DIETZ LTDA.	53670.001273/00
062/2000	GO	SÃO LUÍS DE MONTES BELOS	FM	SISTEMA MONTES BELOS DE COMUNICAÇÃO LTDA.	53670.001267/00
062/2000	GO	URUANA	FM	CERRADO COMUNICAÇÃO LTDA.	53670.001269/00

**SUPERINTENDÊNCIA DE RADIOFREQUÊNCIA E FISCALIZAÇÃO
GERÊNCIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO
ESCRITÓRIO REGIONAL EM MANAUS****ATO Nº 26.352, DE 13 DE JUNHO DE 2002**

Outorga autorização para uso de radiofrequências à ANTONIO SANTANA DE SOUZA - Processo nº 53578.000191/02.

JOSÉ GOMES PIRES
Gerente**ATO Nº 26.353, DE 13 DE JUNHO DE 2002**

Outorga autorização para uso de radiofrequências à LOU-RIVAL DA LAMARTA - Processo nº 53581.000059/02.

JOSÉ GOMES PIRES
Gerente**ATO Nº 26.354, DE 13 DE JUNHO DE 2002**

Outorga autorização para uso de radiofrequências à NADIR RAZINI - Processo nº 53581.000058/02.

JOSÉ GOMES PIRES
Gerente

(Of. El. nº 006/ER110T)



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: **ASCOG - ASSOCIACAO COMUNITARIA DE GUAPO**

CNPJ: **03.676.522/0001-04**

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 07:21:33 do dia 12/09/2017 (hora e data de Brasília).

Válida até 12/10/2017.

Certidão expedida gratuitamente.

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 03.676.522/0001-04 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 02/07/1999
NOME EMPRESARIAL ASCOG - ASSOCIACAO COMUNITARIA DE GUAPO			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 90.01-9-06 - Atividades de sonorização e de iluminação			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 90.02-7-01 - Atividades de artistas plásticos, jornalistas independentes e escritores			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada			
LOGRADOURO AV CRISTALINA		NÚMERO 1082	COMPLEMENTO
CEP 75.350-000	BAIRRO/DISTRITO SETOR CENTRO	MUNICÍPIO GUAPO	UF GO
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia **12/09/2017** às **07:21:47** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E
COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE COMUNICAÇÃO - CGJC
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 916 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)
2027-6535/6196

PARECER n. 01578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU

NUP: 01250.011668/2016-79

INTERESSADO: SERAD - SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

ASSUNTOS: RENOVAÇÃO DE OUTORGA DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

Radiodifusão comunitária. Renovação de outorgas. Elaboração de manifestação jurídica referencial, nos termos da ON AGU nº 55/2014. Dispensa de análise jurídica individualizada. Documentos a serem conferidos pela área técnica. Hipóteses de renovação e de não renovação. Desnecessidade de remessa dos processos de renovação de outorga para esta CONJUR, salvo nas hipóteses especificadas no Parecer.

I – Relatório

1. Trata-se de solicitação do Consultor Jurídico para elaboração de manifestação jurídica referencial a respeito dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária, nos termos do que autoriza a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, do Advogado-Geral da União.
2. A elaboração desta manifestação referencial se soma aos esforços da Consultoria Jurídica em execução junto ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações quanto à desburocratização e racionalização de procedimentos, além da atribuição de maior celeridade à tramitação de processos relativos aos serviços de radiodifusão.
3. É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.I. Preliminarmente

4. Inicialmente, cumpre esclarecer que o novo regramento infralegal responsável por disciplinar os procedimentos de outorga e pós-outorga relativos ao Serviço de Radiodifusão Comunitária é a Portaria nº 4334/2015, publicada no Diário Oficial da União em 21 de setembro de 2015.
5. Em virtude disso, o Parecer Referencial Nº 475/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU, que fora elaborado à luz da antiga Portaria nº 462/2011, perdeu sua aplicação prática, uma vez que a nova Portaria nº 4334/2015 revogou a referida Portaria anterior, de modo que se faz necessária a elaboração de novo Parecer Referencial, desta vez com base na atual legislação.

II.II. Requisitos para elaboração de manifestação jurídica referencial.

6. A ON AGU nº 55/2014 autoriza a dispensa de análise jurídica individualizada nos casos repetitivos que sejam objeto de "manifestação jurídica referencial". Assim, nessas hipóteses, cabe à área técnica atestar no processo que o caso se amolda ao parecer referencial, ficando dispensada a remessa do processo à Consultoria Jurídica - CONJUR. Vejamos a íntegra do ato:

"ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos: a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS"

7. Como se pode observar, a ON AGU nº 55/2014 prevê dois requisitos para a utilização desse expediente: (i) o volume elevado de processos com impacto sobre a atuação da CONJUR e sobre a celeridade dos serviços administrativos; e (ii) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento às exigências legais a partir da conferência de documentos.

8. Quanto ao primeiro requisito, verifica-se que, atualmente, cerca de 55% (cinquenta e cinco por cento) dos processos em tramitação na Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação - CGJC se referem à renovação de outorgas de rádios comunitárias. Ademais, segundo informações colhidas junto à área técnica, há mais de 700 (setecentos) processos idênticos em tramitação na Secretaria de Radiodifusão, com previsão de serem encaminhados para a análise desta CONJUR.

9. Assim, fica demonstrado que o impacto sobre a atuação deste órgão consultivo é significativo, atendendo ao primeiro requisito previsto na ON AGU 55/2014.

10. A segunda exigência também está contemplada, isto porque, sob o aspecto jurídico, boa parte dos processos de renovação se resume a simples verificação de documentos.

11. Dessa maneira, este Parecer referencial tratará dos processos que não necessitem de uma análise mais aprofundada desta Consultoria, por constituir mera verificação de documentos.

12. É importante registrar, ainda, que a questão da renovação das outorgas, sob a égide do novel regramento já foi objeto de análise de diversos pareceres desta CONJUR, constituindo objeto da presente manifestação, tão somente, a consolidação desse entendimento.

II.III. Dos requisitos para a renovação das outorgas de radiodifusão comunitária.

13. A possibilidade de renovação das outorgas do serviço de radiodifusão comunitária está contemplada na Lei nº 9.612/1998 (art. 6º, parágrafo único), que permite "a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes".

14. Por seu turno, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615/1998, determina, em seu art. 36, que a autorizada deve: (i) apresentar requerimento de renovação no prazo compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da vigência da outorga; e (ii) cumprir as exigências estabelecidas pelo Ministério das Comunicações.

15. Atualmente, como assentado nos albores desta peça, o dispositivo infralegal responsável por disciplinar os procedimentos de outorga e pós-outorga relativos ao Serviço de Radiodifusão Comunitária é a Portaria nº 4.334/2015,

publicada no Diário Oficial da União de 21 de setembro de 2015. No que tange especificamente à renovação de outorga de radiodifusão comunitária, assim dispõe a citada norma em seu art. 136:

“Art. 136. Os pedidos de renovação de outorga de serviço de radiodifusão comunitária em trâmite no Ministério das Comunicações na data de publicação desta Portaria serão processados em conformidade com as disposições desta Portaria”

16. No que tange à tempestividade do pedido de renovação, cumpre observar o disposto nos arts. 130, *caput*, e 131, §4º, da indigitada norma:

“Art. 130. O procedimento de renovação será processado eletronicamente e iniciado por ato do Ministério das Comunicações no prazo de até doze meses antes do termo final da outorga.

Art. 131. Instaurado o processo de renovação, a entidade será notificada para, no prazo de trinta dias, manifestar interesse na renovação, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

(...)

§ 4º Independentemente da notificação de que trata o caput deste artigo, a entidade interessada poderá dirigir requerimento ao Ministério das Comunicações, observado o prazo de até um mês antes do vencimento da respectiva outorga”.

17. Consoante se extrai dos dispositivos suso reproduzidos, a atual Portaria nº 4334/2015 conferiu ao Ministério apenas a atribuição de iniciar o procedimento de renovação no prazo de até doze meses antes do final da outorga, consistindo na instauração do processo, instruído com os documentos arrolados (art. 130, *caput*), e notificação da outorgada para manifestação e juntada dos demais documentos (art. 131, *caput*), não isentando a entidade da intransferível obrigação de formular, tempestivamente, sua manifestação de interesse na renovação da autorização, manifestação esta que deve ter concretude no atendimento da notificação ministerial (art. 131, *caput*) ou na apresentação de requerimento específico, na eventualidade de não ter recebido a notificação da Administração para tanto (art. 131, § 4º). Sobre este especialíssimo aspecto obrigacional, a norma *sub exame* determina:

“Art. 132. A renovação será indeferida nos casos em que:

I – não tenha sido observado o prazo do § 4º do art. 131”.

18. Portanto, na hipótese em que o Ministério não tenha instaurado *de ofício* o processo de renovação da outorga, incumbe à entidade apresentar requerimento em até um mês antes do vencimento da respectiva outorga, sob pena de extinção desta.

19. Impende consignar, ainda, os casos de renovação abarcados pela Portaria nº 197, de 1º de julho de 2013, que conheceu como tempestivos os requerimentos formulados até 30 de novembro de 2013, mesmo que não atendessem ao prazo previsto na legislação aplicável à época, senão vejamos:

“Art. 1º Os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados até 30 de novembro de 2013, por protocolo ou postagem pelos Correios, que não atendam ao prazo referido no item 20.2 da Norma nº 1/2011 – Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovada pela Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011, serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, que dará prosseguimento aos respectivos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor.

§ 1º As entidades que cumprirem o disposto no caput, poderão manter suas emissoras em funcionamento, em caráter precário, até a conclusão do processo de renovação.

§ 2º Serão considerados intempestivos e não serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados após a data a que se refere o caput e que não atendam ao prazo referido no item 20.2 da Norma nº 1/2011.

§ 3º Expirado o prazo de vigência da outorga, a autorização será declarada extinta:

I - na hipótese do § 2º deste artigo; e

II - nos casos em que a entidade não tenha apresentado pedido de renovação”.

20. Ultimados os esclarecimentos preambulares pertinentes, urge frisar que a tempestividade é condição para o deferimento do pedido de renovação, sendo a sua intempestividade causa de extinção da outorga. Como a matéria refere-se apenas à conferência do cumprimento do prazo, entende-se que não há maiores empecilhos jurídicos, amoldando-se à hipótese da ON AGU nº 55/2014. Assim, caberá à área técnica averiguar, em cada caso concreto, se o pedido da entidade requerente é ou não tempestivo.

21. Igualmente se adequam às disposições da ON AGU nº 55/2014 os casos de inércia da entidade, os quais se configuram quando a interessada sequer formula requerimento de renovação (inércia pura e simples) e quando não são atendidas no prazo as exigências impostas pelo Ministério, conforme disposto nos art. 131, §3º, e 132, inciso II, da Portaria nº 4334/2015:

“Art. 131. (omissis)

(...)

§ 3º A interessada será notificada para suprir, no prazo de trinta dias, eventuais omissões ou irregularidades constatadas na documentação apresentada.

Art. 132. A renovação será indeferida nos casos em que:

(...)

II - não tenham sido apresentados os documentos ou regularizadas as pendências, conforme solicitação do Ministério das Comunicações;”.

22. Destarte, entende-se que também não se vislumbram maiores empecilhos jurídicos quando configuradas as hipóteses de inércia da entidade, seja pela ausência pura e simples de requerimento de renovação, seja pelo não atendimento a contento das exigências impostas, de modo que caberá à área técnica averiguar, em cada caso concreto, a ocorrência ou não de inércia da interessada.

23. Verificada a tempestividade do requerimento, bem como a inoccorrência de inércia, cabe analisar o atendimento às demais exigências fixadas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, conforme relação de documentos constante da legislação em vigor, em especial o art. 131 da Portaria nº 4334/2015:

(1) requerimento de renovação, conforme modelo constante do Anexo V;

(2) estatuto social atualizado, devidamente registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

(3) ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

(4) comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes;

(5) último relatório do Conselho Comunitário;

(6) declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;

24. A respeito de tais documentos, cumpre tecer as seguintes considerações.

25. O documento 6 exige que o representante da entidade confirme que os seus equipamentos e instalações estão funcionando conforme os termos da autorização conferida pelo Ministério da ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

26. Por sua vez, o Estatuto Social atualizado e a ata de eleição da diretoria em exercício (documentos 2 e 3) têm por objetivo confirmar os quadros societário e diretivo da entidade, bem como permitir a verificação de sua

adequação às finalidades do serviço, conforme previstas na Lei nº 9.612/1998 e na regulamentação. Assim, caberá à área técnica analisar a referida documentação e tomar as providências cabíveis ante a constatação de irregularidade ou inconsistência nesses documentos em vista do que determina a norma de regência. Neste sentido, o feito somente deverá ser encaminhado à CONJUR em caso de materialização de fundada dúvida jurídica, mediante formulação de consulta específica, devidamente justificada.

27. Quanto à comprovação de nacionalidade e maioria dos dirigentes (documento 4), trata-se de exigência que decorre do disposto no art. 9º, § 2º, incisos II e III, da Lei nº 9.612/1998. Para essa finalidade, deve ser admitida a apresentação de cópia de um dos seguintes documentos: certidão de nascimento ou casamento; certificado de reservista; título de eleitor; carteira profissional; cédula de Identidade; certificado de naturalização expedido há mais de 10 anos; passaporte e, para os portugueses, reconhecimento de igualdade de direitos civis ou prova de residência permanente no Brasil. A maioria pode ser comprovada, ainda, por meio de escritura pública de emancipação.

28. Em sentido contrário, não devem ser aceitos, a título de comprovação de maioria e de nacionalidade, os seguintes documentos: a) cartão de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e b) Carteira Nacional de Habilitação (CNH).

29. O relatório do Conselho Comunitário (documento 5) é instrumento relevante para fins de avaliação da programação da entidade, além de constituir expressão do controle social exercido sobre a rádio comunitária. O conteúdo do relatório deve atender ao disposto no art. 116 da Portaria nº 4334/2015.

30. Finalmente, o relatório de processos de apuração de infração instaurados durante o período da outorga tem por finalidade verificar a existência de sanção que impeça a renovação da outorga. Isso ocorrerá nos casos em que tenha sido aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização. Assim, constatada a aplicação, de forma definitiva, de pena de revogação de autorização, não será admissível a renovação da outorga.

31. Portanto, verificada a tempestividade do requerimento, a inércia e apresentados os documentos acima mencionados, o pedido de renovação deverá ser deferido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, encaminhando-se os autos para a deliberação do Congresso Nacional.

32. Feitos esses comentários, no Anexo a este parecer foi elaborada *relação completa* dos documentos e das demais questões a serem observadas na análise dos processos de renovação. Essa relação, com a devida conferência dos documentos apresentados, deve ser juntada aos autos, acompanhando a Nota Técnica da Secretaria de Radiodifusão e cópia integral deste parecer, dispensando-se, assim, a remessa do processo para esta CONJUR e a análise jurídica individualizada.

33. Como antes assentado, nos casos de fundada dúvida jurídica, os autos devem ser encaminhados para elaboração de análise específica por parte desta CONJUR, devendo estar instruídos como manifestação conclusiva da Secretaria de Radiodifusão, explicitando sua opinião técnica a indicar a especificidade da questão a ser dirimida.

III - Conclusão

34. Ante o exposto, opino pela aprovação deste Parecer como manifestação jurídica referencial, a ser adotada como parâmetro para a análise dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária.

35. Recomenda-se, ainda, que, em cada caso concreto, a Secretaria de Radiodifusão ateste, de forma expressa, o atendimento aos termos deste Parecer, notadamente da relação de documentos anexa, que deve ser preenchida e juntada aos autos, dispensando-se a análise jurídica individualizada e a remessa dos processos a esta CONJUR, exceto nos casos de dúvida jurídica fundada, conforme delimitado neste Parecer.

À consideração superior.

Brasília, 28 de dezembro de 2016.

JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA

Assistente Jurídico da União
Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação

ANEXO

PARECER REFERENCIAL Nº 01578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU
RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

	DOCUMENTOS		SIM	Fls. / nº do doc.
1	Requerimento de renovação, conforme modelo constante do Anexo V da Portaria nº 4334/2015.			
1.1.		O requerimento é tempestivo?		
1.2	Em caso de constatação de pendências, a entidade atendeu tempestivamente e a contento às exigências impostas?			
2	Estatuto social atualizado, devidamente registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.			
3	Ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.			
4	Comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes.			
5	Último relatório do Conselho Comunitário, nos moldes do art. 116 da Portaria nº 4334/2015.			
6	Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.			
7	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel.			
8	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual.			
9	Relatório de apuração de infrações.			

9.1	Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação de autorização?		
9.2	Existem outras situações que suscitem dúvidas quanto à renovação, tais como a ocorrência de infrações graves ou número significativo de irregularidades que possam ensejar a revogação da autorização? Em caso afirmativo, encaminhar os autos para a CONJUR com o posicionamento da área técnica.		

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250011668201679 e da chave de acesso 7ef117a9

Documento assinado eletronicamente por JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 18967103 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA. Data e Hora: 28-12-2016 11:54. Número de Série: 13692269. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E
COMUNICAÇÕES

GABINETE

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 916 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)
2027-6535/6196

DESPACHO n. 03085/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU

NUP: 01250.011668/2016-79

**INTERESSADOS: MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES -
MCTIC**

ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO

1. Aprovo o **PARECER n. 01578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU**, de natureza referencial, da lavra do Dr. Julio Cesar Ferreira Pereira, Assistente Jurídico da União e Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação.
2. Encaminhe-se memorando à Secretaria de Radiodifusão, especialmente à Coordenação de Radiodifusão Comunitária, a fim de que sejam cientificados do teor do referido Parecer.

Brasília, 30 de dezembro de 2016.

GIORDANO DA SILVA ROSSETTO
ADVOGADO DA UNIÃO
CONSULTOR JURÍDICO ADJUNTO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250011668201679 e da chave de acesso 7ef117a9

Documento assinado eletronicamente por GIORDANO DA SILVA ROSSETTO, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 19055384 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): GIORDANO DA SILVA ROSSETTO. Data e Hora: 30-12-2016 14:47. Número de Série: 13149438. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Processos de Renovação de Outorga da Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

NOTA TÉCNICA Nº 20831/2017/SEI-MCTIC

Processo nº: **53900.018279/2014-12.**

Assunto: **Renovação de outorga.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da **ASCOG - ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE GUAPÓ**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Guapó**, estado de **Goiás**, por meio da Portaria nº 900, publicada no DOU de 14/6/2002, e Decreto Legislativo nº 854, publicado no DOU de 9/11/2004.

ANÁLISE

2. O prazo de 10 (dez) anos concedido à Entidade para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária expirou em 9/11/2014. A Radiodifusora, que doravante passa a ser tratada como Requerente, protocolou, tempestivamente, pedido de renovação de outorga em 23/9/2014, à fl. 1 (Requerimento 0156771), subscrito por seu representante legal, nos termos do art. 6º, parágrafo único da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e do art. 131 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, publicada no DOU de 21/9/2015 (Norma nº 1/2015).

REQUERENTE
ASCOG - ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE GUAPÓ

QUADRO DIRETIVO
Presidente: Fernando Cardoso de Queiroz;
Vice-Presidente: Ronaldo de Almeida Guimarães;
Secretário(a): Divino Cândido da Mota;
Tesoureiro(a): Kênia Lúcia de Alarcão Nogueira.

3. A análise da documentação apresentada, com base no que dispõem a Lei nº 9.612, de 1998, e a Norma nº 1/2015, indicou a completa instrução do pedido, conforme *check-list* abaixo:

	DOCUMENTOS	SIM	NÃO	FLS. / Nº DO DOCUMENTO
1	Requerimento de renovação.	X		fl. 1 (Requerimento 0156771)
1.1	O requerimento é tempestivo?	X		

1.2	Em caso de constatação de pendências, a entidade atendeu a contento às exigências impostas?	X		Petição 1155289, Requerimento 1477442 e Ofício 001/2017 1707959
2	Estatuto social atualizado e registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.	X		fls. 2 a 10 (Ofício 001/2017 1707959)
3	Ata de eleição da diretoria em exercício, registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.	X		fls. 3/4 (Petição 1155289)
4	Comprovantes de nacionalidade e maioria dos dirigentes	X		fls. 5 a 8 (Petição 1155289)
5	Último relatório do Conselho Comunitário, nos moldes do art. 116 da Portaria nº 4334/2015.	X		fls. 3/4 (Requerimento 1477442)
6	Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora se encontra com as instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes na respectiva licença de funcionamento da estação.	X		fl. 3 (Requerimento 0156771)
7	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel	X		Certidões SIGEC 2206739
8	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda - CNPJ, válido e atual	X		CNPJ 2206740
9	Relatório de apuração de infrações	X		Despacho Interno CGFI 2157617
9.1	Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação da autorização?		X	

CONCLUSÃO

4. Com base nessas informações, esta Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária se posiciona pelo **deferimento** do pedido de renovação de outorga da Requerente, tendo em vista a completa instrução do feito, conforme *check-list* constante do **item 3** desta Nota Técnica. Sugere-se, ainda, que o Processo seja encaminhado à apreciação do Sr. Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, com dispensa de análise individualizada pela Consultoria Jurídica, nos termos do Parecer Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU (2206742).

À consideração superior.

MINUTA

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53900.018279/2014-12, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 9 de novembro de 2014, a autorização outorgada à ASCOG - ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE GUAPÓ, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Guapó / GO.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o Processo à Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

MINUTA

PORTARIA Nº DE DE DE 2017.

O **MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53670.001983/2001 e nº 53900.018279/2014-12, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 9 de novembro de 2014, a autorização outorgada à ASCOG - ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE GUAPÓ, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Guapó / GO.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



Documento assinado eletronicamente por **Francisca Letícia Barbosa Duarte Miele, Analista Técnico Administrativo**, em 12/09/2017, às 07:41, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 13/09/2017, às 09:59, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Samir Amando Granja Nobre Maia, Diretor de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização**, em 14/09/2017, às 09:18, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Vanda Jugurtha Bonna Nogueira, Secretária de Radiodifusão**, em 20/09/2017, às 21:12, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2206743** e o código CRC **88DDBB9D**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53900.018279/2014-12

SEI nº 2206743

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Processos de Renovação de Outorga da Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

DESPACHO INTERNO

Processo nº: **53900.018279/2014-12**

Entidade: **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE GUAPÓ**

Assunto: **Minutas de Portaria de Renovação e Exposição de Motivos**

À Secretaria Radiodifusão,

Diante da instrução do processo nº **53900.018279/2014-12** (conforme consubstanciado na Nota Técnica nº **20831/2017/SEI-MCTIC** - Evento SEI 2206743), no qual a **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE GUAPÓ** solicita renovação de outorga do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Guapó/GO**, encaminho as minutas da Portaria de Renovação e da Exposição de Motivos, para as providências cabíveis.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio**, **Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 27/09/2017, às 11:24, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2241000** e o código CRC **994E4A1F**.

Minutas e Anexos

MINUTA

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53900.018279/2014-12, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 9 de novembro de 2014, a autorização outorgada à ASCOG - ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE GUAPÓ, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Guapó / GO.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o Processo à Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

MINUTA

PORTARIA Nº DE DE DE 2017.

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53670.001983/2001 e nº 53900.018279/2014-12, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 9 de novembro de 2014, a autorização outorgada à ASCOG - ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE GUAPÓ, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Guapó / GO.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Referência: Processo nº 53900.018279/2014-12

SEI nº 2241000

PORTARIA Nº 5744/2017/SEI-MCTIC

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53670.001983/2001 e nº 53900.018279/2014-12, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 9 de novembro de 2014, a autorização outorgada à ASCOG - ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE GUAPÓ, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Guapó / GO.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO KASSAB, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 20/12/2017, às 18:55, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2253116** e o código CRC **F424B043**.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53900.018279/2014-12, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 9 de novembro de 2014, a autorização outorgada à ASCOG - ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE GUAPÓ, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Guapó / GO.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o Processo à Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO KASSAB, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 20/12/2017, às 18:55, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2253127** e o código CRC **4525B61B**.



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar
CEP: 70044-900 / Brasília-DF
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 55379/2017/SEI-MCTIC

Ao(À) Senhor(a)

REPRESENTANTE LEGAL

Associação Comunitária de Guapó (CNPJ nº 03.676.522/0001-04)
Avenida Cristina, nº 1082 - Centro
75.350-000 - Guapó - GO

Assunto: **Pagamento de taxa de publicação.**

Referência: **Processo nº 53900.018279/2014-12.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Informa-se o DEFERIMENTO do pedido de renovação de outorga apresentado por essa entidade, contido no processo em referência, nos termos da Portaria nº 5744/2017, de 20 de dezembro de 2017.
2. Diante do exposto, encaminho em anexo, o Documento de Arrecadação Fiscal (DARF) para recolhimento do valor relativo à taxa de publicação da Portaria de Renovação no Diário Oficial da União, em atendimento ao art. 37 do Decreto nº 2.615/1998. Para o esclarecimento de dúvidas e questionamentos adicionais quanto à publicação de matérias no Diário Oficial da União o interessado deverá entrar em contato com a Central de Atendimento da Imprensa Nacional, através dos canais disponíveis no endereço eletrônico <http://imprensa.in.gov.br/central/>.
3. Aproveitamos para solicitar que a entidade mantenha atualizado junto a este Ministério o seu endereço de correspondência.
4. Informamos ainda que já está disponível o CADSEI, sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações:

http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/processo_eletronico.html

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio**,
Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária, em 28/12/2017, às
16:01, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº
34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
<http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador
2524396 e o código CRC **C340FE1A**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício
nº 55379/2017/SEI-MCTIC - Processo nº 53900.018279/2014-12 - Nº SEI: 2524396



001-9

00198.41808 50000.000005 04630.691212 4 74140000019824

Cedente PR - Imprensa Nacional			Código do Cedente 1607-1 / 55573000-X		Espécie R\$	Quantidade 0001	Nosso número 00000000004630691
Número do documento 4		CPF/CNPJ 04.196.645/0001-00		Vencimento 24/01/2018		Valor documento 198,24	
(-) Desconto / Abatimento	(-) Outras deduções	(+) Mora / Multa		(+) Outros acréscimos		(=) Valor cobrado	

Sacado

Associação Comunitária de Guapó (CNPJ nº 03.676.522/0001-04) - 53900.018279/2014-1

Avenida Cristina, nº 1082, Centro

Guapó, GO - CEP: 75.350-000

Instruções

Autenticação mecânica

A publicação da(s) matéria(s) está condicionada à compensação bancária deste documento, com previsão de publicação de, no mínimo, dois dias úteis após o pagamento.

Após vencimento, este boleto perde a validade.

Referente a publicação do ofício 4630691 enviado em 04/01/2018

Corte na linha pontilhada



001-9

00198.41808 50000.000005 04630.691212 4 74140000019824

Local de pagamento Pagável em qualquer Banco até o vencimento						Vencimento 24/01/2018
Cedente PR - Imprensa Nacional						Agência/Código cedente 1607-1 / 55573000-X
Data do documento 04/01/2018	Nº documento 4	Espécie doc. ND		Aceite N	Data process. 04/01/2018	Nosso número 00000000004630691
Uso do banco / Convênio 33804/841805	Carteira 18 / 124	Espécie R\$	Quantidade 0001		Valor Documento 198,24	(=) Valor documento 198,24

Instruções

Após vencimento, este boleto perde a validade.

.

Referente a publicação do ofício 4630691 enviado em 04/01/2018

(-) Desconto / Abatimento

(-) Outras deduções

(+) Mora / Multa

(+) Outros acréscimos

(=) Valor cobrado

Sacado

Associação Comunitária de Guapó (CNPJ nº 03.676.522/0001-04) - 53900.018279/2014-1

Avenida Cristina, nº 1082, Centro

Guapó, GO - CEP: 75.350-000

Cód. baixa

Sacador/Avalista

Autenticação mecânica - Ficha de Compensação



Corte na linha pontilhada



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

AO REMETENTE

SERAD/CGRC
Ofício nº 55379/2017/SEI-MCTIC, 28/12/2017
53900.018279/2014-12
Associação Comunitária de Guapó
Avenida Cristina, nº 1082 - Centro
75.350-000 Guapó / GO

AO REMETENTE

EMPRESA BRASILEIRA DE
CORREIOS E TELÉGRAFOS

<input type="checkbox"/> Mudança	<input type="checkbox"/> Devolvido
<input type="checkbox"/> Desconhecido	<input type="checkbox"/> Ausente
<input type="checkbox"/> Recusado	<input type="checkbox"/> Não Procurado
<input type="checkbox"/> Endereço insuficiente	
<input type="checkbox"/> Não existe o nº indicado	

☒ **EX FECHADO**
Assinatura: *Edilson*
REINTEGRADO AO SERVIÇO
EM 11/01/18
Matr.: 8.391.354-5



Correios
R\$ 12,55
10.01.18 - 08:29
CARTA
AGF_VIA POSTAL/BSB

REGISTRADO URGENTE
REGISTERED PRIORITY

AR	MP	PESO / WEIGHT (kg)
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	904

JG 090762754 BR

[Imprimir Recibo](#)[Página Principal](#)Presidência da República
Imprensa NacionalEnvio Eletrônico de Matérias
Comprovante de Recebimento

A Imprensa Nacional recebeu Ofício Eletrônico com a solicitação de publicação de matérias com as seguintes características:

Data de envio: 04/01/2018 17:39:47
Origem: Secretaria de Radiodifusão
Operador: ISRAEL ALEXANDRE BEZERRA DA SILVA
Ofício: 4630691
Data prevista de publicação: 05/01/2018
Local de publicação: Diário Oficial - Seção 1
Forma de pagamento: Boleto Avulso

As matérias enviadas somente serão publicadas na data e jornal indicados no Ofício Eletrônico após validação e análise de adequação à legislação que disciplina a publicação de matérias nos Jornais Oficiais.

Matérias				
Sequencial	Arquivo(s)	MD5	Tamanho (cm)	Valor
10446160	ATO PORTARIA Nº 5744 Min.rtf	da2c1ec43e3fdf9c df61c6074f548df4	6,00	
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
TOTAL DO OFICIO			6,00	R\$ 198,24

AR

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

SERAD/CGRC

Ofício nº 55379/2017/SEI-MCTIC, 28/12/2017

53900.018279/2014-12

Associação Comunitária de Guapó

Avenida Cristina, nº 1082 - Centro

75.350-000 Guapó / GO

PAÍS / PAYS

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI
☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE
☐ EMS☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRACION

22/02/18

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDORRUBRICA E MAT. DO EMPREGADO
SIGNATURE DE L'AGENTEdição Batista
Carreira I
Matr.: 8.381.259-5CARIMBO DE ENTREGA
UNIDADE DE DESTINO
BUREAU DE DESTINATION

22 FEB 2018

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO

75240203-0

FC0463 / 16

114 x 186 mm



AVISO DE
RECEBIMENTO

AR

AVIS CN07

(CÓDIGO DE BARRAS OU Nº DE REGISTRO DO OBJETO)

JT 22708353 4

BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

CIDADE / LOCALITÉ

Serviço Público Federal

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Secretaria de Radiodifusão

Coordenação Geral de Radiodifusão Comunitária - CGRC

Espanada dos Ministérios, Bloco R, Sala 307, Anexo

70.044-900 Brasília - DF

Oeste.

UF

BRASIL
BRÉSIL

ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR



001-9

00198.41808 50000.000005 04664.661214 9 74430000019824

Cedente PR - Imprensa Nacional			Código do Cedente 1607-1 / 55573000-X		Espécie R\$	Quantidade 0001	Nosso número 00000000004664661
Número do documento 4		CPF/CNPJ 04.196.645/0001-00		Vencimento 22/02/2018		Valor documento 198,24	
(-) Desconto / Abatimento	(-) Outras deduções	(+) Mora / Multa		(+) Outros acréscimos		(=) Valor cobrado	

Sacado

Associação Comunitária de Guapó (CNPJ nº 03.676.522/0001-04) - 53900.018279/2014-12

Avenida Cristina, nº 1082, Centro

Guapó, GO - CEP: 75.350-000

Instruções

Autenticação mecânica

A publicação da(s) matéria(s) está condicionada à compensação bancária deste documento, com previsão de publicação de, no mínimo, dois dias úteis após o pagamento.

Após vencimento, este boleto perde a validade.

Referente a publicação do ofício 4664661 enviado em 02/02/2018

Corte na linha pontilhada



001-9

00198.41808 50000.000005 04664.661214 9 74430000019824

Local de pagamento Pagável em qualquer Banco até o vencimento						Vencimento 22/02/2018
Cedente PR - Imprensa Nacional						Agência/Código cedente 1607-1 / 55573000-X
Data do documento 02/02/2018	Nº documento 4	Espécie doc. ND		Aceite N	Data process. 02/02/2018	Nosso número 00000000004664661
Uso do banco / Convênio 33804/841805	Carteira 18 / 124	Espécie R\$	Quantidade 0001		Valor Documento 198,24	(=) Valor documento 198,24

Instruções

Após vencimento, este boleto perde a validade.

.

Referente a publicação do ofício 4664661 enviado em 02/02/2018

(-) Desconto / Abatimento

(-) Outras deduções

(+) Mora / Multa

(+) Outros acréscimos

(=) Valor cobrado

Sacado

Associação Comunitária de Guapó (CNPJ nº 03.676.522/0001-04) - 53900.018279/2014-12

Avenida Cristina, nº 1082, Centro

Guapó, GO - CEP: 75.350-000

Cód. baixa

Sacador/Avalista

Autenticação mecânica - Ficha de Compensação



Corte na linha pontilhada

[Imprimir Recibo](#)[Página Principal](#)Presidência da República
Imprensa NacionalEnvio Eletrônico de Matérias
Comprovante de Recebimento

A Imprensa Nacional recebeu Ofício Eletrônico com a solicitação de publicação de matérias com as seguintes características:

Data de envio: 02/02/2018 14:29:42**Origem:** Secretaria de Radiodifusão**Operador:** ISRAEL ALEXANDRE BEZERRA DA SILVA**Ofício:** 4664661**Data prevista de publicação:** 05/02/2018**Local de publicação:** Diário Oficial - Seção 1**Forma de pagamento:** Boleto Avulso

As matérias enviadas somente serão publicadas na data e jornal indicados no Ofício Eletrônico após validação e análise de adequação à legislação que disciplina a publicação de matérias nos Jornais Oficiais.

Matérias

Seqüencial	Arquivo(s)	MD5	Tamanho (cm)	Valor
10511851	ATO PORTARIA Nº 5744 Min.rtf	60a0975f25914eb1 03e41559da8345c1	6,00	
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
TOTAL DO OFICIO			6,00	R\$ 198,24

**Ministério da Ciência, Tecnologia,
Inovações e Comunicações****GABINETE DO MINISTRO****PORTARIA Nº 5.744/SEI, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017**

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53670.001983/2001 e nº 53900.018279/2014-12, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 9 de novembro de 2014, a autorização outorgada à ASCOG - ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE GUAPÓ, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Guapó / GO.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 939, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto nos arts. 3º da Lei no 8.248, de 23 de outubro de 1991, e 7º do Decreto no 5.906, de 26 de setembro de 2006, resolve:

Art. 1º Reconhecer, conforme consta no processo MCTI no 01250.035162/2017-36, de 14 de junho de 2017, que o produto e respectivo modelo descrito abaixo, desenvolvido em conjunto pela empresa CHIPUS MICROELETRÔNICA S/A., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF no 10.475.890/0001-41, pela SANTA MARIA DESIGN HOUSE (SMDH) Departamento da Fundação de Apoio a Tecnologia e Ciência (FATEC), CNPJ/MF no 89.252.431/0001-59 e pela empresa C&P PROJETOS ELETRÔNICOS LTDA. - CNPJ/MF no: 07.973.358/0001-40, atende à condição de componente eletrônico semicondutor desenvolvido no País, nos termos e para os fins estabelecidos na Portaria MCTI no 1.309, de 23 de dezembro de 2013:

Produto: Circuito integrado Microcontrolador ZR16 de 8 bits;

Modelo: ZR16S08.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 940, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018

Regulamenta a exploração dos Serviços Postais de Logística Integrada pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT.

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, e tendo em vista o que dispõe o art. 27, I e III, da Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017 e o art. 2º, inciso III, alínea "a", do Decreto-Lei nº 509, de 20 de março de 1969, resolve:

Art. 1º A exploração dos Serviços Postais de Logística Integrada pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT será realizada de acordo com as diretrizes gerais estabelecidas nesta Portaria.

Art. 2º Os Serviços Postais de Logística Integrada caracterizam-se pela oferta de produtos e soluções nacionais e internacionais para a gestão e operação da cadeia de suprimentos e remessa de carga consolidada a clientes, pessoas físicas ou pessoas jurídicas da administração pública e da iniciativa privada, constituindo:

I - produtos e soluções para a cadeia de suprimentos: coleta, transporte de suprimento, consolidação, tratamento, transporte de transferência com ou sem armazenamento, captação, separação, preparação e montagem de pedidos, transporte de distribuição, abastecimento, instalação, importação, exportação e logística reversa de materiais, produtos e documentos, incluindo consultoria, planejamento, configuração, implantação, gestão de estoques, gerenciamento de informações, serviços de pós-vendas, digitalização, impressão, microfilmagem e arquivamento físico e/ou digital de documentos diversos, dentre outros;

II - produtos ou soluções para remessa de carga consolidada: coleta, transporte de suprimento, tratamento, transporte de transferência e entrega de carga constituído por um ou mais volumes (material, produto ou documento), cujo conjunto difere das

condições de aceitação definidas na legislação vigente, como: peso, dimensão, composição química ou biológica, endereçamento ou prazo de entrega, mesmo que ocorra a desconsolidação da carga para entrega dos volumes;

III - produtos de logística: conjunto de serviços pré-formatados e com características básicas para atender aos clientes em geral, podendo haver ajustes sob encomenda específica; e

IV - soluções de logística: conjunto de serviços especificados, projetados e implantados mediante a necessidade do cliente.

Art. 3º A exploração dos Serviços Postais de Logística Integrada pela ECT deverá:

I - garantir a adequação e a qualidade dos serviços prestados pela ECT às necessidades dos clientes;

II - ser precedida de estudos demonstrando a viabilidade econômico-financeira de cada produto ou solução logística implantada, observados critérios e parâmetros de mercado, que proporcionem retorno financeiro dos investimentos e manutenção do custeio com a respectiva margem de remuneração adequada; e

III - estimular a expansão dos serviços postais básicos.

Art. 4º Os Serviços Postais de Logística Integrada da ECT poderão ser executados mediante parceria com pessoas jurídicas de direito público ou de direito privado, constituídas segundo a legislação brasileira, observadas as diretrizes estabelecidas nesta Portaria, desde que agreguem valor à sua marca e proporcionem maior eficiência de sua infraestrutura, especialmente de sua rede de atendimento.

Parágrafo único. Observando-se a legislação, em especial, a Lei nº 13.303, de 13 de junho de 2016, a parceria poderá ser efetuada mediante:

I - a constituição de subsidiárias;

II - a aquisição do controle ou participação acionária em sociedades empresárias já estabelecidas;

III - a celebração de contrato; e

IV - a formação de outras formas associativas, societárias ou contratuais."

Art. 5º A ECT estabelecerá as normas necessárias à prestação dos Serviços Postais de Logística Integrada, observadas as disposições desta Portaria e da legislação postal vigente.

Art. 6º A ECT encaminhará ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, sempre que solicitadas, as informações necessárias ao acompanhamento do disposto nesta Portaria.

Art. 7º Fica revogada a Portaria nº 500, de 6 de dezembro de 2004, do Ministério das Comunicações.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.019, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2018

Altera o cronograma de transição da transmissão analógica dos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão para o Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre - SBTVD-T, nos agrupamentos de municípios de Juazeiro do Norte/CE e Sobral/CE, conforme estabelecido pela Portaria MCTIC nº 2.992, de 26 de maio de 2017, e alterações.

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, e

CONSIDERANDO o disposto no art. 6º, inciso III, da Lei nº 13.341, de 29 de setembro de 2016, que transfere as competências do extinto Ministério das Comunicações para o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;

CONSIDERANDO o disposto no art. 10 do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, e alterações, segundo o qual o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações estabelecerá cronograma de transição da transmissão analógica dos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão para o Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre - SBTVD-T;

CONSIDERANDO o disposto no § 4º do art. 10 do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, e alterações, que estabelece que o encerramento da transmissão da programação analógica ocorrerá até 31 de dezembro de 2018 nas localidades nas quais seja necessário para a viabilização da implantação das redes de telefonia móvel de quarta geração na faixa de radiofrequências de 698 MHz a 806 MHz;

CONSIDERANDO o disposto no art. 14 do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, e alterações, segundo o qual o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expedirá normas complementares necessárias à execução e operacionalização do SBTVD-T;

CONSIDERANDO o disposto no art. 2º da Portaria MCTIC nº 5.771, de 27 de setembro de 2017, que determinou o encerramento da transmissão da programação das emissoras dos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão, em tecnologia analógica, na data de 28 de fevereiro de 2018, até o horário-limite de 23 horas e 59 minutos, nos agrupamentos de municípios de Juazeiro do Norte/CE e Sobral/CE;

CONSIDERANDO o disposto nos Anexos IV e VI da Portaria MCTIC nº 2.992, de 26 de maio de 2017, alterados pelos Anexos I e III da Portaria MCTIC nº 7.432, de 20 de dezembro de 2017, que modificou a data do desligamento do agrupamento de municípios de Juazeiro do Norte/CE e Sobral/CE para a data de 28 de fevereiro de 2018; e

CONSIDERANDO o disposto no Ofício nº 48/2018/SEI/GPR-ANATEL, enviado pelo Presidente do Grupo de Implantação do Processo de Redistribuição e Digitalização de Canais de TV e RTV - GIRED, que encaminhou, após deliberação e aprovação, proposta ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações quanto ao adiamento da data do encerramento da transmissão da programação analógica nos agrupamentos de municípios de Juazeiro do Norte/CE e Sobral/CE para 28 de agosto de 2018, devendo, entretanto, ser realizada nova pesquisa de aferição quanto aos seus níveis de digitalização, resolve:

Art. 1º Determinar o encerramento da transmissão da programação das emissoras dos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão, em tecnologia analógica, na data de 28 de agosto de 2018, até o horário-limite de 23 horas e 59 minutos, nos agrupamentos de municípios de Juazeiro do Norte/CE e Sobral/CE, que abrangem os seguintes municípios do estado do Ceará: Barbalha, Caririçu, Crato, Forquilha, Juazeiro do Norte, Massapê, Missão Velha, Santana do Acaraú e Sobral, após verificado o atendimento da condição de que trata o art. 4º da Portaria MCTIC nº 2.992, de 26 de maio de 2017, e alterações.

Art. 2º Alterar o Anexo IV da Portaria MCTIC nº 2.992, de 26 de maio de 2017, que foi alterado por intermédio do Anexo I da Portaria MCTIC nº 7.432, de 20 de dezembro de 2017, que estabelece o cronograma de transição da transmissão analógica dos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão para o Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre - SBTVD-T, nos termos do Anexo desta Portaria.

Parágrafo Único. O cronograma consolidado do encerramento da transmissão da programação das emissoras dos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão, em tecnologia analógica, se encontra disponível no sítio deste Ministério.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

ANEXO

Data	Agrupamento de municípios
01/03/2016	Rio Verde/GO
26/10/2016	Brasília/DF Águas Lindas de Goiás/GO* Cidade Ocidental/GO* Cristalina/GO* Formosa/GO* Luziânia/GO* Novo Gama/GO* Planaltina/GO* Santo Antônio do Descoberto/GO* Valparaíso de Goiás/GO*
29/03/2017	São Paulo/SP
31/05/2017	Goiânia/GO
26/07/2017	Recife/PE
27/09/2017	Fortaleza/CE Salvador/BA
25/10/2017	Rio de Janeiro/RJ Vitória/ES
08/11/2017	Belo Horizonte/MG
29/11/2017	Campinas/SP Santos/SP Vale do Paraíba/SP
31/01/2018	Curitiba/PR Florianópolis/SC Franca/SP Porto Alegre/RS Ribeirão Preto/SP
28/03/2018	Bauru/SP Presidente Prudente/SP São José do Rio Preto/SP São Luís/MA
30/05/2018	Aracaju/SE Belém/PA João Pessoa/PB Maceió/AL Manaus/AM Natal/RN Teresina/PI
14/08/2018	Boa Vista/RR Campo Grande/MS Cuiabá/MT Macapá/AP Palmas/TO Porto Velho/RO Rio Branco/AC
28/08/2018	Juazeiro do Norte/CE Sobral/CE
28/11/2018	Paraná (Oeste do Estado) Rio de Janeiro (interior) Rio Grande do Sul (Sul do Estado) São Paulo (interior)

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Processo nº: **53900.018279/2014-12**

Entidade: **Associação Comunitária de Guapó.**

Assunto: **Encaminhamento de Cópia de Processo à Presidência da República.**

Tendo em vista a publicação da Portaria nº 5744/2017 de 20 de dezembro de 2017, no Diário Oficial da União de 27 de fevereiro de 2018, que renova a outorga da entidade para executar o serviço de radiodifusão comunitária na localidade de Guapó / GO, consoante com o disposto no § 3º do art. 223 da Constituição, encaminhe-se a cópia do processo nº 53900.018279/2014-12, acompanhado do ato de renovação de outorga e exposição de motivos, ao Gabinete do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, para posterior envio à Presidência da República.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 06/03/2018, às 14:11, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2707271** e o código CRC **0DA3C2D8**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53900.018279/2014-12

SEI nº 2707271

Brasília,

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53900.018279/2014-12, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 9 de novembro de 2014, a autorização outorgada à ASCOG - ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE GUAPÓ, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Guapó / GO.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o Processo à Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Gilberto Kassab



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO

Esplanada dos Ministérios, Bloco E
CEP: 70067-900 Brasília-DF
Tel.: (61) 2033-7444

Ofício nº 20629/2018/SEI-MCTIC

Ao Senhor
MARCELO PACHECO DOS GUARANYs
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: **Concessão de outorga**

Senhor Subchefe,

Em atendimento à orientação dessa Subchefia e ao disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe processo que trata de outorga de radiodifusão.

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro, Substituta**, em 22/05/2018, às 19:06, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2998281** e o código CRC **83BB2329**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 20629/2018/SEI-MCTIC - Processo nº 53900.018279/2014-12 - Nº SEI: 2998281

Pedro Paulo Verano de Souza

De: Luciana Silveira Teixeira
Enviado em: sexta-feira, 4 de janeiro de 2019 18:43
Para: Andre Jose de Oliveira; Carlos Henrique Teixeira Botelho; Glauce Pereira da Silva
Cc: Luciana Cortez Roriz Pontes; Luciana Silveira Teixeira; Daniela de Oliveira Rodrigues; Daniela de Souto Inocencio; Jose Cruz Filho; Daniel Christianini Nery; Daniel Goncalves Viana; Miquierlam Chaves Cavalcante; Eugenio Cesar Almeida Felippetto; Ana Carolina Tannuri Laferte Marinho
Assunto: Devolução 2 - EMs radiodifusão

Prezado André,

De ordem da Subchefe Adjunta de Infraestrutura, considerando a posse do Presidente da República e do novo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, solicito a devolução das Exposições de Motivos relacionadas abaixo à Pasta competente (MCTIC), no Sistema de Geração e Tramitação de Documentos Oficiais do Governo Federal - SIDOF, para que seja realizada a reavaliação da pertinência da medida proposta pelo novo Ministro, bem como adequação às novas diretrizes governamentais.

53000.012166/2010-15 – EM nº 81/2017-MCTIC
53000.040830/2013-69 – EM nº 00330/2017-MCTIC
53000.055760/2011-81 – EM nº 00333/2017-MCTIC
53000.074982/2013-65 – EM nº 00261/2017-MCTIC
53000.032006/2011-73 – EM nº 00321/2017-MCTIC
53000.047616/2011-71 - EM nº 00281/2017 MCTIC
53000.007973/2012-88 – EM nº 00232/2016-MCTIC
53000.026910/2010-69 – EM 00230/2016 - MCTIC
53900.006400/2014-55 – EM 00289/2017 - MCTIC
53000.044719/2011-80 - EM 00307/2017 - MCTIC
53000.057576/2013-38 - EM 00307/2017 - MCTIC
53000.050136/2011-98 - EM 00187/2017 - MCTIC
53000.049242/2012-18 - EM 00323/2017 - MCTIC
53000.064008/2012-11 - EM 00328/2017 - MCTIC
53000.005325/2012-97 - EM 01061/2017 - MCTIC
53900.001093/2016-88 - EM 00042/2018 - MCTIC
53000.020768/2004-06 - EM 00271/2016 - MCTIC
53000.027954/2010-14 - EM 00237/2016 - MCTIC
53000.060071/2011-99 - EM 01080/2017 - MCTIC
53000.059254/2013-23 - EM 00156/2017 - MCTIC
53830.000784/2000-78 - EM 00154/2017 - MCTIC
53000.074700/2013-20 Exposição de Motivos 161 2017 MCTIC (0214387)
53000.051583/2012-45 Exposição de Motivos 282 2017 MCTIC (0247186)
53000.027859/2012-74 Exposição de Motivos 1035 2017 MCTIC (0359944)
53790.000368/2000-93 Exposição de Motivos 441 2018 MCTIC (0794170)
53000.031941/2012-01 Exposição de Motivos 94 2017 MCTIC (0179902)
53000.059476/2011-84 Exposição de Motivos 179 2017 MCTIC (0219948)
53900.063451/2015-65 Exposição de Motivos 1094 2017 MCTIC (0383657)
53000.000369/2006-82 Exposição de Motivos EXM MCTIC 193 2016 (0058228)
53000.064006/2007-56 Exposição de Motivos 150 2017 MCTIC (0213972)
53000.058471/2011-34 - EM nº 417/2017 MCTIC

53900.010501/2014-21 - EM nº 378/2018 MCTIC

53000.057831/2011-81 - Exposição de Motivos 1052 2017 MCTIC (0382094)

53000.009001/2012-28 – Exposição de Motivos 1067 2017 MCTIC (0382266)

53000.067611/2011-65 - Exposição de Motivos 971 2017 MCTIC (0357555)

53900.021361/2014-16 - Exposição de Motivos 650 2017 MCTIC (0308588)

01250.072621/2017-62 - Exposição de Motivos 425 2018 MCTIC (0808682)

53000.047461/2011-73 - Exposição de Motivos 594 2017 MCTIC (0302018)

53000.058151/2011-84 - Exposição de Motivos 597 2017 MCTIC (0302009)

53900.029941/2015-32 - Exposição de Motivos 665 2017 MCTIC (0309687)

53000.070171/2013-95 - Exposição de Motivos 696 2017 MCTIC (0311929)

53900.003001/2014-32 - Exposição de Motivos 727 2017 MCTIC (0320630)

53900.047381/2015-06 - Exposição de Motivos 718 2017 MCTIC (0319399)

53900.018561/2014-91 - Exposição de Motivos 385 2018 MCTIC (0785184)

53000.010271/2012-81 - Exposição de Motivos 420 2018 MCTIC (0796194)

53900.025631/2014-68 - Exposição de Motivos 422 2018 MCTIC (0808446)

53900.026731/2014-10 - Exposição de Motivos 348 2018 MCTIC (0733503)

53900.031471/2014-96 - Exposição de Motivos 290 2018 MCTIC (0701495)

53000.007901/2014-01 - Exposição de Motivos 313 2018 MCTIC (0702758)

53900.048911/2015-25 - Exposição de Motivos 328 2018 MCTIC (0732602)

53900.016981/2014-33 - Exposição de Motivos 277 2018 MCTIC (0703036)

53900.047341/2015-56 - Exposição de Motivos 311 2018 MCTIC (0703008)

53900.050321/2015-62 - Exposição de Motivos 291 2018 MCTIC (0702244)

53000.066111/2013-78 - Exposição de Motivos 253 2018 MCTIC (0676949)

53000.007961/2012-53 - Exposição de Motivos 165 2018 MCTIC (0587696)

53900.018141/2014-13 - Exposição de Motivos 167 2018 MCTIC (0586159)

53000.054981/2012-13 - Exposição de Motivos 163 2018 MCTIC (0583602)

53000.006951/2013-81 - Exposição de Motivos 70 2018 MCTIC (0521365)

53900.017301/2015-80 - Exposição de Motivos 153 2018 MCTIC (0583770)

53900.050611/2015-14 - Exposição de Motivos 122 2018 MCTIC (0554598)

53900.007781/2015-71 - Exposição de Motivos 136 2018 MCTIC (0569460)

53000.056641/2011-46 - Exposição de Motivos 86 2018 MCTIC (0527776)

53000.056241/2011-31 - Exposição de Motivos 103 2018 MCTIC (0527496)

53900.049331/2015-55 - Exposição de Motivos 90 2018 MCTIC (0523348)

53000.069421/2013-44 - Exposição de Motivos 68 2018 MCTIC (0521538)

53000.056221/2011-60 - Exposição de Motivos 275 2017 MCTIC (0261599)

53000.059721/2011-53 - Exposição de Motivos MCTIC 255 2016 (0122403)

53650.000551/2001-74 - Exposição de Motivos 165 - MCTIC - 2016 (0061447)

53000.051661/2012-10 - Exposição de Motivos 429 2017 MCTIC (0262554)

53000.059431/2011-18 - Exposição de Motivos 1053 2017 MCTIC (0382119)

53900.017561/2015-55 - Exposição de Motivos 961 2017 MCTIC (0373870)

53000.057231/2011-12 - Exposição de Motivos 923 2017 MCTIC (0372276)

53000.007691/2012-81 - Exposição de Motivos 1039 2017 MCTIC (0360413)

53000.055761/2011-26 - Exposição de Motivos 895 2017 MCTIC (0332569)

53900.005861/2014-19 - Exposição de Motivos 906 2017 MCTIC (0332040)

53900.046841/2015-71 - Exposição de Motivos 854 2017 MCTIC (0330995)

53000.007031/2013-81 - Exposição de Motivos 823 2017 MCTIC (0328646)

53900.034331/2015-51 - Exposição de Motivos 787 2017 MCTIC (0327209)

53500.002411/2000-73 - Exposição de Motivos 284 2016 MCTIC (0141979)

53000.068251/2013-81 - Exposição de Motivos 715 2017 MCTIC (0323332)

53000.057301/2012-13 - Exposição de Motivos 610 2017 MCTIC (0323438)

53000.050951/2012-38 - Exposição de Motivos 587 2017 MCTIC (0322786)

53900.003161/2014-81 - Exposição de Motivos 745 2017 MCTIC (0322442)
 53000.051671/2011-66 - Exposição de Motivos 207 2017 MCTIC (0228528)
 53000.038631/2013-91 - Exposição de Motivos 199 2017 MCTIC (0228389)
 53900.017191/2015-56 - Exposição de Motivos 115 2017 MCTIC (0231021)
 53000.061151/2013-23 - Exposição de Motivos 113 2017 MCTIC (0230960)
 53000.033271/2013-31 - Exposição de Motivos 386 2017 MCTIC (0278204)
 53000.056621/2011-75 - Exposição de Motivos 506 2017 MCTIC (0278737)
 53000.057441/2011-19 - Exposição de Motivos 504 2017 MCTIC (0278772)
 53000.058111/2011-32 - Exposição de Motivos 554 2017 MCTIC (0279751)
 53000.058131/2011-11 - Exposição de Motivos 352 2017 MCTIC (0280527)
 53900.021931/2015-59 - Exposição de Motivos 409 2017 MCTIC (0268108)
 53000.056441/2013-55 - Exposição de Motivos 313 2017 MCTIC (0266582)
 53000.040721/2013-41 - Exposição de Motivos 537 2017 MCTIC (0272680)
 53900.017291/2015-82 - Exposição de Motivos 517 2017 MCTIC (0272745)
 53900.016191/2015-39 - Exposição de Motivos 503 2017 MCTIC (0274259)
 53000.023661/2010-50 - Exposição de Motivos 479 2017 MCTIC (0276002)
 53000.041601/2013-61 - Exposição de Motivos 496 2017 MCTIC (0276184)
 53000.015611/2013-41 - Exposição de Motivos 470 2017 MCTIC (0276540)
 53000.055771/2011-61 - Exposição de Motivos 540 2017 MCTIC (0277291)
 53900.017321/2015-51 - Exposição de Motivos 387 2017 MCTIC (0278024)
 53000.029031/2013-31 - Exposição de Motivos 565 2017 MCTIC (0288150)
 53000.044171/2012-59 - Exposição de Motivos 384 2017 MCTIC (0282163)
 53000.056211/2011-24 - Exposição de Motivos 618 2017 MCTIC (0303087)
 53000.040711/2013-14 - Exposição de Motivos 583 2017 MCTIC (0301742)
 53900.049701/2015-54 - Exposição de Motivos 656 2017 MCTIC (0308870)
 53900.041581/2015-47 - Exposição de Motivos 655 2017 MCTIC (0308861)
 53900.041521/2015-24 - Exposição de Motivos 677 2017 MCTIC (0311053)
 53000.050661/2013-75 - Exposição de Motivos 217 2018 MCTIC (0677133)
 53900.018431/2015-30 - Exposição de Motivos 251 2018 MCTIC (0672650)
 53000.006761/2012-83 - Exposição de Motivos 1038 2017 MCTIC (0360154)
 53900.034771/2015-16 - Exposição de Motivos 949 2017 MCTIC (0357237)
 53000.098411/2006-97 - Exposição de Motivos 968 2017 MCTIC (0357699)
 53000.048971/2012-49 - Exposição de Motivos 954 2017 MCTIC (0357860)
 53900.015291/2015-48 - Exposição de Motivos 849 2017 MCTIC (0346610)
 53000.052601/2012-14 - Exposição de Motivos 762 2017 MCTIC (0343918)
 53000.040771/2013-29 - Exposição de Motivos 756 2017 MCTIC (0343776)
 53900.018901/2014-84 - Exposição de Motivos 913 2017 MCTIC (0332467)
 01250.021028/2018-39 - Exposição de Motivos 508 2018 MCTIC (0922759)
 53900.014648/2014-90 - Exposição de Motivos 519 2018 MCTIC (0920809)
 53000.042808/2012-72 - Exposição de Motivos 464 2018 MCTIC (0845154)
 01250.034988/2018-69 - Exposição de Motivos 533 2018 MCTIC (0924025)
 53000.057858/2013-35 - Exposição de Motivos 480 2018 MCTIC (0845387)
 53900.011448/2014-85 - Exposição de Motivos 531 2018 MCTIC (0924141)
 53000.020988/2012-31 - Exposição de Motivos 503 2018 MCTIC (0929282)
 53900.016488/2015-02 - Exposição de Motivos 506 2018 MCTIC (0929478)
 53000.039908/2003-21 - Exposição de Motivos 507 2018 MCTIC (0929514)
 53000.071588/2013-75 - Exposição de Motivos 537 2018 MCTIC (0918433)
 53900.016778/2016-29 - Exposição de Motivos 29 2018 MCTIC (0943062)
 53000.058098/2011-11 - Exposição de Motivos 411 2017 MCTIC (0270006)
 53000.061548/2013-15 - Exposição de Motivos 405 2017 MCTIC (0267989)
 53000.059608/2012-59 - Exposição de Motivos 255 2017 MCTIC (0245792)

53000.012258/2003-76 - Exposição de Motivos 496 2018 MCTIC (0876649)
53900.038308/2016-16 - Exposição de Motivos 495 2018 MCTIC (0876407)
53000.042278/2013-43 - Exposição de Motivos 627 2017 MCTIC (0302610)
53900.006048/2014-58 - Exposição de Motivos 631 2017 MCTIC (0302587)
53900.049248/2015-86 - Exposição de Motivos 459 2018 MCTIC (0837157)
53900.037808/2016-31 - Exposição de Motivos 454 2018 MCTIC (0836972)
53900.023938/2016-96 - Exposição de Motivos 387 2018 MCTIC (0836653)
53000.057408/2011-81 - Exposição de Motivos 1075 2017 MCTIC (0382252)
53900.017138/2015-55 - Exposição de Motivos 408 2018 MCTIC (0795415)
53900.016138/2015-38 - Exposição de Motivos 397 2018 MCTIC (0785262)
53900.050638/2016-80 - Exposição de Motivos 362 2018 MCTIC (0764802)
53900.010498/2016-15 - Exposição de Motivos 204 2018 MCTIC (0673853)
53000.069398/2013-98 - Exposição de Motivos 325 2018 MCTIC (0734230)
53900.043838/2015-03 - Exposição de Motivos 288 2018 MCTIC (0732741)
53900.046898/2015-70 - Exposição de Motivos 200 2018 MCTIC (0677019)
53900.029908/2015-11 - Exposição de Motivos 225 2018 MCTIC (0676282)
53900.043928/2015-96 - Exposição de Motivos 213 2018 MCTIC (0676623)
53900.008608/2014-17 - Exposição de Motivos 233 2018 MCTIC (0676089)
53000.007048/2013-38 - Exposição de Motivos 270 2018 MCTIC (0673320)
53900.029648/2014-94 Exposição de Motivos 224 2018 MCTIC (0672724)
53900.006988/2015-28 Exposição de Motivos 197 2018 MCTIC (0653074)
53000.056628/2011-97 Exposição de Motivos 186 2018 MCTIC (0652808)
53900.048808/2016-66 Exposição de Motivos 192 2018 MCTIC (0653446)
53710.000978/2000-30 Exposição de Motivos 52 2018 MCTIC (0481082)
53900.047678/2015-63 Exposição de Motivos 174 2018 MCTIC (0587591)
53000.007678/2014-93 Exposição de Motivos 179 2018 MCTIC (0587220)
53900.001298/2016-63 Exposição de Motivos 150 2018 MCTIC (0585225)
53900.062018/2015-11 Exposição de Motivos 134 2018 MCTIC (0567520)
53000.058118/2011-54 Exposição de Motivos 118 2018 MCTIC (0556231)
53000.017948/2012-11 Exposição de Motivos 140 2018 MCTIC (0569600)
53900.025768/2014-12 Exposição de Motivos 121 2018 MCTIC (0554488)
53000.059288/2011-56 Exposição de Motivos 83 2018 MCTIC (0527803)
53900.024778/2014-31 Exposição de Motivos 99 2018 MCTIC (0523321)
53000.049958/2012-15 Exposição de Motivos 95 2018 MCTIC (0523211)
53900.049658/2015-27 Exposição de Motivos 93 2018 MCTIC (0523509)
53000.062558/2013-78 Exposição de Motivos 66 2018 MCTIC (0521690)
53900.000808/2016-85 Exposição de Motivos 24 2018 MCTIC (0484197)
53900.046788/2015-16 Exposição de Motivos 15 2018 MCTIC (0482045)
53000.058078/2011-41 Exposição de Motivos 16 2018 MCTIC (0482075)
53900.041788/2015-11 Exposição de Motivos 14 2018 MCTIC (0481587)
53000.034808/2013-80 Exposição de Motivos 426 2017 MCTIC (0262636)
53900.019318/2016-52 Exposição de Motivos 1079 2017 MCTIC (0382966)
53000.051378/2012-80 Exposição de Motivos 963 2017 MCTIC (0373940)
53000.048668/2012-46 Exposição de Motivos 168 2017 MCTIC (0359104)
53000.008188/2012-42 Exposição de Motivos 990 2017 MCTIC (0358445)
53000.047008/2013-29 Exposição de Motivos 884 2017 MCTIC (0346667)
53000.020688/2013-33 Exposição de Motivos 944 2017 MCTIC (0356934)
53900.000468/2014-21 Exposição de Motivos 852 2017 MCTIC (0346293)
53000.057298/2012-38 Exposição de Motivos 844 2017 MCTIC (0345855)
53000.057228/2011-07 Exposição de Motivos 876 2017 MCTIC (0345511)

53000.008588/2013-39 Exposição de Motivos 761 2017 MCTIC (0343847)
53000.007328/2014-27 Exposição de Motivos 907 2017 MCTIC (0332227)
53900.012938/2015-80 Exposição de Motivos 798 2017 MCTIC (0344437)
53900.041868/2015-77 Exposição de Motivos 865 2017 MCTIC (0332122)
53900.016418/2015-46 Exposição de Motivos 910 2017 MCTIC (0332162)
53000.069388/2013-52 Exposição de Motivos 888 2017 MCTIC (0331611)
53900.039548/2015-57 Exposição de Motivos 866 2017 MCTIC (0332306)
53900.029948/2015-54 Exposição de Motivos 843 2017 MCTIC (0329916)
53900.041608/2015-00 Exposição de Motivos 805 2017 MCTIC (0327282)
53900.041528/2015-46 Exposição de Motivos 786 2017 MCTIC (0327123)
53000.069238/2013-49 Exposição de Motivos 816 2017 MCTIC (0327393)
53900.002998/2014-11 Exposição de Motivos 811 2017 MCTIC (0327474)
53000.015608/2013-28 Exposição de Motivos 612 2017 MCTIC (0323581)
53900.008048/2014-92 Exposição de Motivos 744 2017 MCTIC (0322423)
53000.020718/2012-21 Exposição de Motivos 634 2017 MCTIC (0323320)
53000.057028/2013-16 Exposição de Motivos 380 2017 MCTIC (0278174)
53900.014048/2014-21 Exposição de Motivos 200 2017 MCTIC (0228459)
53000.031928/2012-44 Exposição de Motivos 763 2017 MCTIC (0323498)
53000.003928/2014-16 Exposição de Motivos 357 2017 mctic (0280401)
53000.057218/2011-63 Exposição de Motivos MCTIC EXM 415 2017 (0270183)
53000.057908/2011-12 Exposição de Motivos 401 2017 MCTIC (0267731)
53000.057358/2011-31 Exposição de Motivos 272 2017 MCTIC (0239681)
53000.068928/2007-32 Exposição de Motivos 73 2017 MCTIC (0230851)
53000.056648/2012-49 Exposição de Motivos 205 2017 MCTIC (0271055)
53000.060438/2013-36 Exposição de Motivos 436 2017 MCTIC (0272373)
53000.056618/2011-51 Exposição de Motivos 453 2017 MCTIC (0272476)
53000.067258/2013-85 Exposição de Motivos 434 2017 MCTIC (0272819)
53000.036058/2011-19 Exposição de Motivos 465 2017 MCTIC (0274083)
53000.071598/2013-19 Exposição de Motivos 472 2017 MCTIC (0274284)
53000.067718/2013-75 Exposição de Motivos 467 2017 MCTIC (0274414)
53900.039538/2015-11 Exposição de Motivos 523 2017 MCTIC (0274942)
53000.075808/2013-30 Exposição de Motivos 525 2017 MCTIC (0274983)
53000.026978/2013-91 Exposição de Motivos 499 2017 MCTIC (0276744)
53000.065118/2013-72 Exposição de Motivos 497 2017 MCTIC (0276285)
53900.008958/2014-75 Exposição de Motivos 487 2017 MCTIC (0277632)
53000.003848/2010-37 Exposição de Motivos MCTIC - 210 2016 (0085938)
53000.056208/2011-19 Exposição de Motivos 821 2017 MCTIC (0293427)
53000.053961/2012-25 EM nº 0780/2017

53000.053969/2012-91 EM nº 1009/2017

53000.026230/2012-15 EM nº 0132/2018

00001.004845/2018-00 Ofício 047/2018-MS-CD

53000.030007/2005-35 EM nº 0456/2018

53000.054050/2012-15 EM nº 0549/2018

53000.027244/2009-42 EM nº 0557/2018

53000.030397/2012-72	EM nº 0553/2018
53000.009024/2012-32	EM nº 0555/2018
53900.009151/2015-31	EM nº 0550/2018
53000.064009/2013-38	EM nº 0551/2018
53900.000271/2014-91	EM nº 0038/2018
53900.016778/2016-29	EM nº 0029/2018
53000.049242/2012-18	EM nº 0323/2017
53000.052684/2013-14	EM nº 0568/2017
53000.054982/2012-68	EM nº 0445/2017
53000.057297/2012-93	EM nº 0420/2017
53000.030840/2012-13	EM nº 0446/2017
53000.015829/2013-04	EM nº 0443/2017
53000.053176/2013-53	EM nº 0314/2017
53000.065155/2013-81	EM nº 0441/2017
53000.007050/2013-15	EM nº 0195/2017
53000.056214/2011-68	EM nº 0285/2017
53000.007687/2014-84	EM nº 0194/2017
53900.017162/2015-94	EM nº 0338/2017
53000.006481/2010-11	EM nº 0545/2018
53000.055599/2007-60	EM nº 0484/2017
53000.052021/2011-38	EM nº 0360/2017
53000.056217/2011-00	EM nº 0274/2017
00001.004765/2018-46	Ofício 0327/2018-GCH-CD
53000.039908/2003-21	EM nº 0507/2018
53900.047853/2016-01	EM nº 0504/2018

53900.016488/2015-02	EM nº 0506/2018
53000.022925/2012-10	EM nº 0501/2018
53000.042414/2013-03	EM nº 0546/2018
53000.020988/2012-31	EM nº 0503/2018
53000.043010/2012-48	EM nº 0502/2018
53670.001341/2001-65	EM nº 0505/2018
53900.011448/2014-85	EM nº 0531/2018
01250.034988/2018-69	EM nº 0533/2018
01250.048763/2017-17	EM nº 0542/2018
53900.024997/2014-10	EM nº 0517/2018
53900.034082/2015-01	EM nº 0516/2018
53900.037331/2014-21	EM nº 0515/2018
53900.034520/2015-23	EM nº 0525/2018
53900.044560/2015-83	EM nº 0526/2018
53900.041939/2015-31	EM nº 0514/2018
53900.024692/2014-16	EM nº 0530/2018
53900.001273/2016-60	EM nº 0541/2018
53900.017145/2015-57	EM nº 0521/2018
53900.013241/2015-26	EM nº 0532/2018
53900.009333/2014-21	EM nº 0512/2018
53000.016596/2013-59	EM nº 0518/2018
53900.014648/2014-90	EM nº 0519/2018
53900.017091/2015-20	EM nº 0520/2018
53900.043270/2015-12	EM nº 0513/2018
53900.050381/2015-85	EM nº 0528/2018

53900.027712/2014-01	EM nº 0524/2018
53900.048226/2015-07	EM nº 0527/2018
53000.007913/2014-27	EM nº 0529/2018
53900.022443/2014-88	EM nº 0485/2018
53000.009433/2013-10	EM nº 0499/2018
53900.038863/2014-86	EM nº 0722/2017
53900.042143/2015-04	EM nº 0724/2017
53000.007973/20012-88	EM nº 1054/2017
53900.007823/2014-92	EM nº 0413/2018
53900.073493/2015-12	EM nº 0389/2018
53900.011113/2014-67	Exposição de Motivos 0399/2018 MCTIC
01250.059013/2017-62	Exposição de Motivos 0396/2018 MCTIC
53000.001683/2014-92	Exposição de Motivos 0388/2018 MCTIC
53900.017343/2015-11	Exposição de Motivos 0260/2018 MCTIC
53000.013433/2010-71	Exposição de Motivos 0361/2018 MCTIC
53900.013163/2015-60	Exposição de Motivos 0421/2018 MCTIC
53900.017133/2015-22	Exposição de Motivos 0331/2018 MCTIC
53000.065773/2013-21	Exposição de Motivos 0322/2018 MCTIC
53900.008953/2015-23	Exposição de Motivos 0332/2018 MCTIC
53000.015613/2013-31	Exposição de Motivos 0327/2018 MCTIC
53900.047623/2015-53	Exposição de Motivos 0345/2018 MCTIC
53900.016403/2015-88	Exposição de Motivos 0286/2018 MCTIC
53900.026403/2015-96	Exposição de Motivos 0280/2018 MCTIC
53900.042013/2015-63	Exposição de Motivos 0309/2018 MCTIC
53900.029943/2015-21	Exposição de Motivos 0304/2018 MCTIC

53900.046473/2015-61	Exposição de Motivos 0276/2018 MCTIC
53000.061863/2006-13	Exposição de Motivos 0201/2018 MCTIC
53900.016433/2015-94	Exposição de Motivos 0226/2018 MCTIC
53000.007663/2014-25	Exposição de Motivos 0254/2018 MCTIC
53000.043803/2012-67	Exposição de Motivos 1011/2017 MCTIC
53000.006763/2012-72	Exposição de Motivos 0974/2017 MCTIC
53900.028013/2014-70	Exposição de Motivos 0176/2018 MCTIC
53000.007683/2014-04	Exposição de Motivos 0175/2018 MCTIC
53900.014053/2014-34	Exposição de Motivos 0173/2018 MCTIC
53900.016483/2016-52	Exposição de Motivos 0180/2018 MCTIC
53000.007963/2012-42	Exposição de Motivos 0172/2018 MCTIC
53900.050703/2015-96	Exposição de Motivos 0154/2018 MCTIC
53000.066813/2013-51	Exposição de Motivos 0138/2018 MCTIC
53900.046743/2015-33	Exposição de Motivos 0115/2018 MCTIC
00001.001003/2018-98	Exposição de Motivos 0106/2018 MCTIC
53000.001033/2012-85	Exposição de Motivos 0112/2018 MCTIC
53000.071343/2013-48	Exposição de Motivos 0075/2018 MCTIC
53000.043713/2013-57	Exposição de Motivos 0040/2018 MCTIC
53000.055773/2011-51	Exposição de Motivos 0044/2018 MCTIC
53900.009743/2014-71	Exposição de Motivos 0009/2018 MCTIC
53000.055803/2012-18	Exposição de Motivos 0430/2017 MCTIC
53000.061913/2013-91	Exposição de Motivos 0423/2017 MCTIC
53000.007503/2006-76	Exposição de Motivos 0424/2017 MCTIC
53000.043193/2011-11	Exposição de Motivos 1005/2017 MCTIC
53900.020193/2016-11	Exposição de Motivos 1084/2017 MCTIC

53000.006483/2012-64	Exposição de Motivos 1041/2017 MCTIC
53000.055153/2010-31	Exposição de Motivos 0995/2017 MCTIC
53900.017153/2015-01	Exposição de Motivos 0980/2017 MCTIC
53000.056613/2011-29	Exposição de Motivos 0936/2017 MCTIC
53000.004483/2010-68	Exposição de Motivos 1024/2017 MCTIC
53000.056113/2011-97	Exposição de Motivos 1032/2017 MCTIC
53000.054723/2012-37	Exposição de Motivos 1036 2017 MCTIC (0360002)
53900.002813/2016-22	Exposição de Motivos 930 2017 MCTIC (0356756)
53000.059283/2011-23	Exposição de Motivos 951 2017 MCTIC (0357346)
53900.061443/2015-84	Exposição de Motivos 929 2017 MCTIC (0356600)
53000.060033/2013-06	Exposição de Motivos 928 2017 MCTIC (0356495)
53900.042113/2015-90	Exposição de Motivos 842 2017 MCTIC (0345640)
53000.055723/2011-73	Exposição de Motivos 759 2017 MCTIC (0343798)
53000.059473/2011-41	Exposição de Motivos 869 2017 MCTIC (0332543)
53900.038993/2015-08	Exposição de Motivos 903 2017 MCTIC (0332220)
53000.056613/2013-91	Exposição de Motivos 922 2017 MCTIC (0331715)
53900.041793/2015-24	Exposição de Motivos 839 2017 MCTIC (0329895)
53000.058113/2011-21	Exposição de Motivos 826 2017 MCTIC (0328704)
53900.046763/2015-12	Exposição de Motivos 804 2017 MCTIC (0327211)
53900.005543/2014-40	Exposição de Motivos 792 2017 MCTIC (0327459)
53000.036553/2012-17	Exposição de Motivos 813 2017 MCTIC (0327472)
53000.003653/2013-30	Exposição de Motivos 660 2017 MCTIC (0323876)
53000.058083/2011-53	Exposição de Motivos 611 2017 MCTIC (0323512)
53000.056213/2011-13	Exposição de Motivos 579 2017 MCTIC (0322699)

53000.065763/2013-95	Exposição de Motivos 573 2017 MCTIC (0322566)
53900.006983/2014-14	Exposição de Motivos 734 2017 MCTIC (0321816)
53569.000463/2014-16	Exposição de Motivos 527 2017 MCTIC (0286647)
53000.051423/2012-04	Exposição de Motivos 535 2017 MCTIC (0279692)
53000.010093/2013-70	Exposição de Motivos 542 2017 MCTIC (0279756)
53000.058133/2011-01	Exposição de Motivos 367 2017 MCTIC (0280573)
53000.028473/2013-61	Exposição de Motivos 507 2017 MCTIC (0281135)
53000.049063/2007-13	Exposição de Motivos 234 2016 MCTIC (0257579)
53000.015823/2013-29	Exposição de Motivos 449 2017 MCTIC (0263620)
53000.070013/2013-35	Exposição de Motivos 508 2017 MCTIC (0274059)
53000.070233/2013-69	Exposição de Motivos 469 2017 MCTIC (0274412)
3900.005813/2014-12	Exposição de Motivos 498 2017 MCTIC (0276506)
53000.054603/2012-30	Exposição de Motivos 477 2017 MCTIC (0276396)
53000.055673/2012-13	Exposição de Motivos 397 2017 MCTIC (0282643)
53000.047873/2012-94	Exposição de Motivos 637 2017 MCTIC (0303419)
53000.021323/2012-45	Exposição de Motivos 622 2017 MCTIC (0303270)
53000.055763/2011-15	Exposição de Motivos 581 2017 MCTIC (0301991)
53000.058143/2011-38	Exposição de Motivos 639 2017 MCTIC (0303455)
53900.020573/2014-86	Exposição de Motivos 651 2017 MCTIC (0308618)
53000.056993/2012-82	Exposição de Motivos 688 2017 MCTIC (0311657)
53900.029293/2014-33	Exposição de Motivos 712 2017 MCTIC (0312222)
53000.065857/2011-01	Exposição de Motivos 486 2018 MCTIC (0875820)
53900.024997/2014-10	Exposição de Motivos 517 2018 MCTIC (0923704)

53000.030007/2005-35	Exposição de Motivos 456 2018 MCTIC (0838610)
53000.056217/2011-00	Exposição de Motivos 274 2017 MCTIC (0239697)
53000.007687/2014-84	Exposição de Motivos 194 2017 MCTIC (0263330)
53000.057297/2012-93	Exposição de Motivos 420 2017 MCTIC (0270041)
53000.030397/2012-72	Exposição de Motivos 553 2018 MCTIC (0944218)
53900.022527/2014-11	Exposição de Motivos 522 2018 MCTIC (0920398)
53000.059717/2011-95	Exposição de Motivos 342 2018 MCTIC (0732840)
53900.023727/2014-91	Exposição de Motivos 536 2018 MCTIC (0918334)
53900.034197/2015-98	Exposição de Motivos 401 2018 MCTIC (0795077)
53000.040197/2013-13	Exposição de Motivos 390 2018 MCTIC (0808583)
53000.062227/2013-38	Exposição de Motivos 490 2018 MCTIC (0875688)
53900.047647/2015-11	Exposição de Motivos 349 2018 MCTIC (0732038)
53900.029947/2015-18	Exposição de Motivos 457 2017 MCTIC (0274169)
53000.058097/2011-77	Exposição de Motivos 638 2017 MCTIC (0303498)
53900.006047/2014-11	Exposição de Motivos 719 2017 MCTIC (0319454)
53000.039597/2011-18	Exposição de Motivos 404 2018 MCTIC (0795120)
53790.000407/2000-52	Exposição de Motivos 452 2018 MCTIC (0838598)
53000.058347/2013-31	Exposição de Motivos 450 2018 MCTIC (0838276)
53000.011767/2014-34	Exposição de Motivos 429 2018 MCTIC (0808649)
53900.015077/2015-91	Exposição de Motivos 427 2018 MCTIC (0808466)
53900.050577/2016-51	Exposição de Motivos 439 2018 MCTIC (0808419)
53000.007037/2013-58	Exposição de Motivos 393 2018 MCTIC (0765824)
53000.004357/2012-75	Exposição de Motivos 941 2017 MCTIC (0356473)
53900.045907/2016-96	Exposição de Motivos 407 2018 MCTIC (0794915)

53000.071797/2013-19	Exposição de Motivos 406 2018 MCTIC (0795022)
53900.045557/2016-68	Exposição de Motivos 363 2018 MCTIC (0764991)
53900.017337/2015-63	Exposição de Motivos 330 2018 MCTIC (0733897)
53900.017347/2015-07	Exposição de Motivos 337 2018 MCTIC (0733857)
53900.034487/2015-31	Exposição de Motivos 347 2018 MCTIC (0734130)
53000.057937/2012-65	Exposição de Motivos 323 2018 MCTIC (0733458)
53900.047647/2015-11	Exposição de Motivos 349 2018 MCTIC (0732038)
53000.041397/2012-06	Exposição de Motivos 249 2018 MCTIC (0677069)
53000.058147/2011-16	Exposição de Motivos 214 2018 MCTIC (0677135)
53900.035797/2015-73	Exposição de Motivos 259 2018 MCTIC (0677214)
53900.050617/2015-83	Exposição de Motivos 212 2018 MCTIC (0676844)
53900.045447/2015-15	Exposição de Motivos 199 2018 MCTIC (0676838)
53900.050637/2015-54	Exposição de Motivos 269 2018 MCTIC (0676695)
53900.008677/2015-01	Exposição de Motivos 222 2018 MCTIC (0676649)
53000.003257/2014-93	Exposição de Motivos 143 2018 MCTIC (0676161)
53900.026027/2014-59	Exposição de Motivos 256 2018 MCTIC (0676143)
53900.017937/2015-21	Exposição de Motivos 230 2018 MCTIC (0675867)
53000.069977/2013-31	Exposição de Motivos 209 2018 MCTIC (0674122)
53000.007107/2013-78	Exposição de Motivos 264 2018 MCTIC (0673390)
53900.039587/2015-54	Exposição de Motivos 211 2018 MCTIC (0672293)
53900.004157/2014-31	Exposição de Motivos 187 2018 MCTIC (0653050)
53000.018567/2013-21	Exposição de Motivos 235 2017 MCTIC (0246289)
53000.045037/2013-56	Exposição de Motivos 217 2017 MCTIC (0245352)
53900.007957/2014-11	Exposição de Motivos 55 2018 MCTIC (0481563)

53900.047997/2015-79	Exposição de Motivos 158 2018 MCTIC (0583656)
53900.008967/2014-66	Exposição de Motivos 156 2018 MCTIC (0583858)
53900.048797/2015-33	Exposição de Motivos 155 2018 MCTIC (0583982)
53900.049257/2015-77	Exposição de Motivos 135 2018 MCTIC (0569323)
53900.009307/2014-01	Exposição de Motivos 108 2017 MCTIC (0556471)
53900.055547/2015-50	Exposição de Motivos 109 2018 MCTIC (0555947)
53000.050217/2012-79	Exposição de Motivos 88 2018 MCTIC (0527854)
53000.065557/2013-85	Exposição de Motivos 77 2018 MCTIC (0522537)
53000.068677/2013-34	Exposição de Motivos 87 2017 MCTIC (0523265)
53900.000757/2014-21	Exposição de Motivos 97 2018 MCTIC (0523287)
53000.015797/2013-39	Exposição de Motivos 94 2018 MCTIC (0523244)
53000.031927/2012-08	Exposição de Motivos 82 2018 MCTIC (0523176)
53000.034057/2003-20	Exposição de Motivos 32 2018 MCTIC (0483430)
53000.056247/2011-16	Exposição de Motivos 20 2018 MCTIC (0482565)
53000.005567/2013-61	Exposição de Motivos 18 2018 MCTIC (0482269)
53000.021797/2014-59	Exposição de Motivos 7 2018 MCTIC (0481398)
53000.015837/2013-42	Exposição de Motivos 10 2018 MCTIC (0481335)
53000.003387/2012-64	Exposição de Motivos 291 2017 MCTIC (0252697)
53000.043077/2012-82	Exposição de Motivos 428 2017 MCTIC (0262429)
53000.041617/2013-74	Exposição de Motivos 211 2017 MCTIC (0262479)
53000.058587/2011-73	Exposição de Motivos 1077 2017 MCTIC (0383253)
53000.006767/2012-51	Exposição de Motivos 1059 2017 MCTIC (0382276)
53000.057527/2011-33	Exposição de Motivos 1006 2017 MCTIC (0374429)

53000.039997/2012-04	Exposição de Motivos 943 2017 MCTIC (0373787)
53900.003577/2014-16	Exposição de Motivos 919 2017 MCTIC (0372278)
53900.001487/2014-74	Exposição de Motivos 925 2017 MCTIC (0372243)
53000.014127/2010-52	Exposição de Motivos 916 2017 MCTIC (0372106)
53000.071367/2013-05	Exposição de Motivos 188 2017 MCTIC (0358936)
53000.055757/2011-68	Exposição de Motivos 133 2017 MCTIC (0201350)
53000.052857/2011-32	Exposição de Motivos 1008 2017 MCTIC (0358660)
53900.040337/2016-48	Exposição de Motivos 945 2017 MCTIC (0356860)
53000.013347/2011-40	Exposição de Motivos 964 2017 MCTIC (0357829)
53900.002457/2015-66	Exposição de Motivos 797 2017 MCTIC (0344460)
53900.017327/2015-28	Exposição de Motivos 801 2017 MCTIC (0344417)
53000.055767/2011-01	Exposição de Motivos 908 2017 MCTIC (0332366)
53000.071647/2013-13	Exposição de Motivos 911 2017 MCTIC (0332505)
53000.020077/2012-12	Exposição de Motivos 893 2017 MCTIC (0332089)
53900.046737/2015-86	Exposição de Motivos 864 2017 MCTIC (0332091)
53000.058117/2011-18	Exposição de Motivos 902 2017 MCTIC (0332010)
53900.041797/2015-11	Exposição de Motivos 880 2017 MCTIC (0332240)
53900.047727/2015-68	Exposição de Motivos 838 2017 MCTIC (0329880)
53900.049087/2015-21	Exposição de Motivos 829 2017 MCTIC (0328769)
53900.047617/2015-04	Exposição de Motivos 831 2017 MCTIC (0328853)
53900.050647/2015-90	Exposição de Motivos 822 2017 MCTIC (0328628)
53000.061897/2013-37	Exposição de Motivos 791 2017 MCTIC (0327494)
53000.052747/2012-51	Exposição de Motivos 799 2017 MCTIC (0327504)
53000.056227/2011-37	Exposição de Motivos 800 2017 MCTIC (0327615)

53900.017267/2015-43	Exposição de Motivos 775 2017 MCTIC (0324162)
53000.020797/2013-51	Exposição de Motivos 777 2017 MCTIC (0324186)
53900.017067/2015-91	Exposição de Motivos 774 2017 MCTIC (0324130)
53000.007057/2013-29	Exposição de Motivos 755 2017 MCTIC (0323794)
53900.042147/2015-84	Exposição de Motivos 758 2017 MCTIC (0323380)
53000.058137/2011-81	Exposição de Motivos 760 2017 MCTIC (0323420)
53000.049727/2012-01	Exposição de Motivos 742 2017 MCTIC (0322403)
53900.021997/2014-68	Exposição de Motivos 733 2017 MCTIC (0321722)
53900.008337/2014-91	Exposição de Motivos 546 2017 MCTIC (0278146)
53000.017857/2013-58	Exposição de Motivos 224 2017 MCTIC (0267126)
53000.049117/2012-08	Exposição de Motivos 312 2017 MCTIC (0266425)
53000.006807/2013-45	Exposição de Motivos 448 2017 MCTIC (0263586)
53000.017967/2013-10	Exposição de Motivos 301 2017 MCTIC (0271086)
53900.009247/2014-18	Exposição de Motivos 528 2017 MCTIC (0273202)
53000.070507/2013-10	Exposição de Motivos 435 2017 MCTIC (0272809)
53000.029227/2012-45	Exposição de Motivos 463 2017 MCTIC (0274003)
53000.041817/2011-65	Exposição de Motivos 532 2017 MCTIC (0275286)
53000.000127/2013-18	Exposição de Motivos 485 2017 MCTIC (0276693)
53000.019647/2013-02	Exposição de Motivos 563 2017 MCTIC (0288048)
53900.017747/2014-23	Exposição de Motivos 383 2017 MCTIC (0282371)
53000.068877/2013-97	Exposição de Motivos 615 2017 MCTIC (0302563)
53000.000307/2014-81	Exposição de Motivos 604 2017 MCTIC (0302080)
53000.061497/2013-21	Exposição de Motivos 593 2017 MCTIC (0302315)
53000.062557/2013-23	Exposição de Motivos 605 2017 MCTIC (0302364)

53000.005447/2010-11	Exposição de Motivos 223 2016 MCTIC (0083781)
53900.003257/2014-41	Exposição de Motivos 653 2017 MCTIC (0308852)
53900.042127/2015-11	Exposição de Motivos 694 2017 MCTIC (0311518)
53900.041857/2015-97	Exposição de Motivos 691 2017 MCTIC (0311463)
53000.051427/2012-84	Exposição de Motivos 720 2017 MCTIC (0319461)
53900.049367/2015-39	Exposição de Motivos 668 2017 MCTIC (0309842)
53000.047027/2012-74	Exposição de Motivos 657 2017 MCTIC (0309680)
53000.055907/2013-03	Exposição de Motivos 661 2017 MCTIC (0309633)
53900.039719/2015-48	Exposição de Motivos 524 2017 MCTIC (0275247)
53000.028019/2012-29	Exposição de Motivos 466 2017 MCTIC (0276041)
53000.048669/2012-91	Exposição de Motivos 483 2017 MCTIC (0276629)
53900.006389/2014-23	Exposição de Motivos 534 2017 MCTIC (0287128)
53000.036049/2012-17	Exposição de Motivos 608 2017 MCTIC (0302499)
53000.007039/2013-47	Exposição de Motivos 586 2017 MCTIC (0302279)
53000.014269/2012-81	Exposição de Motivos 595 2017 MCTIC (0301695)
53000.009819/2014-11	Exposição de Motivos 585 2017 MCTIC (0301909)
53900.041679/2015-02	Exposição de Motivos 643 2017 MCTIC (0304114)
53000.056639/2012-58	Exposição de Motivos 644 2017 MCTIC (0304144)
53900.039649/2015-28	Exposição de Motivos 646 2017 MCTIC (0308464)
53000.015779/2013-57	Exposição de Motivos 654 2017 MCTIC (0308944)
53900.048239/2015-78	Exposição de Motivos 667 2017 MCTIC (0309927)
53000.070169/2013-16	Exposição de Motivos 663 2017 MCTIC (0309655)
53900.017339/2015-52	Exposição de Motivos 697 2017 MCTIC (0311949)
53000.059219/2013-12	- Exposição de Motivos 467 2018 MCTIC (0875494)
53000.057439/2011-31	- Exposição de Motivos 867 2017 MCTIC (0346288)

53900.041939/2015-31 - Exposição de Motivos 514 2018 MCTIC (0923928)
53000.015829/2013-04 - Exposição de Motivos 443 2017 MCTIC (0272211)
53000.064009/2013-38 - Exposição de Motivos 551 2018 MCTIC (0943983)
53000.053969/2012-91 - Exposição de Motivos 1009 2017 MCTIC (0374481)
53900.027759/2016-28 - Exposição de Motivos 540 2018 MCTIC (0918404)
53000.059289/2011-09 - Exposição de Motivos 248 2017 MCTIC (0246474)
53000.041679/2013-86 - Exposição de Motivos 474 2018 MCTIC (0845648)
53000.046089/2012-69 - Exposição de Motivos 419 2018 MCTIC (0796181)
53710.000749/2000-15 - Exposição de Motivos 453 2018 MCTIC (0845059)
53000.028449/2009-45 - Exposição de Motivos 468 2018 MCTIC (0837880)
53900.045489/2015-56 - Exposição de Motivos 442 2018 MCTIC (0837144)
53900.003029/2016-31 - Exposição de Motivos 445 2018 MCTIC (0836698)
53900.020099/2014-92 - Exposição de Motivos 424 2018 MCTIC (0808381)
53900.062019/2015-57 - Exposição de Motivos 430 2018 MCTIC (0808327)
53000.023809/2013-07 - Exposição de Motivos 432 2018 MCTIC (0808302)
53900.046879/2015-43 - Exposição de Motivos 386 2018 MCTIC (0785111)
53900.049709/2015-11 - Exposição de Motivos 394 2018 MCTIC (0785064)
53900.011959/2016-69 - Exposição de Motivos 375 2018 MCTIC (0765035)
53900.019629/2014-50 - Exposição de Motivos 370 2018 MCTIC (0764590)
53000.070099/2013-04 - Exposição de Motivos 369 2018 MCTIC (0764449)
53900.016399/2015-58 - Exposição de Motivos 324 2018 MCTIC (0733553)
53900.012339/2016-47 - Exposição de Motivos 346 2018 MCTIC (0732695)
53000.015799/2013-28 - Exposição de Motivos 281 2018 MCTIC (0703199)
53900.049739/2015-27 - Exposição de Motivos 296 2018 MCTIC (0702519)
53000.075619/2013-67 - Exposição de Motivos 306 2018 MCTIC (0702569)
53900.005039/2014-41 - Exposição de Motivos 273 2018 MCTIC (0703141)
53900.041859/2015-86 - Exposição de Motivos 308 2018 MCTIC (0702917)
53000.060089/2011-91 - Exposição de Motivos 307 2018 MCTIC (0702680)
53900.029509/2014-61 - Exposição de Motivos 262 2018 MCTIC (0682072)
53000.057909/2011-67 - Exposição de Motivos 206 2018 MCTIC (0677211)
53900.031989/2014-20 - Exposição de Motivos 207 2018 MCTIC (0676319)
53900.016239/2014-28 - Exposição de Motivos 223 2018 MCTIC (0674392)
53900.011529/2016-47 - Exposição de Motivos 164 2018 MCTIC (0583699)
53000.050129/2012-77 - Exposição de Motivos 198 2018 MCTIC (0652447)
53900.018279/2014-12 - Exposição de Motivos 216 2018 MCTIC (0672536)
53900.017279/2015-78 - Exposição de Motivos 120 2018 MCTIC (0556709)
53000.041399/2012-97 - Exposição de Motivos 1019 2017 MCTIC (0361470)
53680.000099/1998-36 - Exposição de Motivos 50 2018 MCTIC (0481209)
53900.017059/2015-44 - Exposição de Motivos 114 2018 MCTIC (0556651)
53000.050829/2011-81 - Exposição de Motivos 65 2018 MCTIC (0527570)
53900.050709/2015-63 - Exposição de Motivos 13 2018 MCTIC (0481473)
53000.071349/2013-15 - Exposição de Motivos 23 2018 MCTIC (0483124)
53000.070749/2013-11 - Exposição de Motivos 85 2018 MCTIC (0523217)
53000.063589/2012-65 - Exposição de Motivos 3 2018 MCTIC (0481509)
53000.065289/2012-11 - Exposição de Motivos 425 2017 MCTIC (0262571)
53000.059079/2011-11 - Exposição de Motivos 1042 2017 MCTIC (0382071)
53000.006409/2009-42 - Exposição de Motivos 243 2017 MCTIC (0261344)
53000.050949/2012-69 - Exposição de Motivos 986 2017 MCTIC (0374381)
53000.067009/2011-28 - Exposição de Motivos 1078 2017 MCTIC (0383287)
53900.038549/2014-01 - Exposição de Motivos 1025 2017 MCTIC (0361193)
53000.001359/2014-74 - Exposição de Motivos 292 2018 MCTIC (0701572)
53900.011859/2016-32 - Exposição de Motivos 1068 2017 MCTIC (0382395)

53900.046499/2015-17 - Exposição de Motivos 983 2017 MCTIC (0374418)
53900.009349/2014-33 - Exposição de Motivos 921 2017 MCTIC (0372284)
53900.007769/2015-66 - Exposição de Motivos 975 2017 MCTIC (0374053)
53000.059679/2011-71 - Exposição de Motivos 1065 2017 MCTIC (0382287)
53000.003089/2010-11 - Exposição de Motivos 240 2016 EXM MCTIC (0131371)
53000.044199/2011-13 - Exposição de Motivos 891 2017 MCTIC (0347578)
53000.066549/2011-94 - Exposição de Motivos 997 2017 MCTIC (0358493)
53000.001639/2012-11 - Exposição de Motivos 1013 2017 MCTIC (0358719)
53000.032529/2011-10 - Exposição de Motivos 966 2017 MCTIC (0357821)
53000.055769/2011-92 - Exposição de Motivos 952 2017 MCTIC (0357553)
53000.043819/2013-51 - Exposição de Motivos 773 2017 MCTIC (0344082)
53000.056619/2011-04 - Exposição de Motivos 795 2017 MCTIC (0345308)
53900.048779/2015-51 - Exposição de Motivos 862 2017 MCTIC (0332033)
53900.017409/2014-91 - Exposição de Motivos 781 2017 MCTIC (0344557)
53900.039579/2015-16 - Exposição de Motivos 806 2017 MCTIC (0327249)
53900.020989/2014-02 - Exposição de Motivos 959 2017 MCTIC (0334513)
53900.009909/2015-31 - Exposição de Motivos 885 2017 MCTIC (0332256)
53900.050619/2015-72 - Exposição de Motivos 861 2017 MCTIC (0332323)
53000.051419/2012-38 - Exposição de Motivos 924 2017 MCTIC (0332301)
53900.048009/2015-17 - Exposição de Motivos 837 2017 MCTIC (0329854)
53000.007329/2014-71 - Exposição de Motivos 789 2017 MCTIC (0327355)
53000.006879/2013-92 - Exposição de Motivos 782 2017 MCTIC (0326984)
53000.058099/2011-66 - Exposição de Motivos 707 2017 MCTIC (0324561)
53000.058119/2011-07 - Exposição de Motivos 708 2017 MCTIC (0324468)
53000.009899/2013-15 - Exposição de Motivos 686 2017 MCTIC (0323969)
53000.071599/2013-55 - Exposição de Motivos 598 2017 MCTIC (0323094)
53900.016739/2015-41 - Exposição de Motivos 730 2017 MCTIC (0321686)
53900.046389/2015-47 - Exposição de Motivos 732 2017 MCTIC (0321643)
53000.073739/2012-14 - Exposição de Motivos 197 2017 MCTIC (0228291)
53900.041776/2015-97 - Exposição de Motivos 738 2017 MCTIC (0321984)
53000.034243/2010-98 - Exposição de Motivos 374 2018 MCTIC (0959907)
53000.019200/2010-82 - Exposição de Motivos 65 2017 MCTIC (0140598)
53900.023990/2016-42 - Exposição de Motivos 1064 2017 MCTIC (0382367)
53000.073920/2013-36 - Exposição de Motivos 992 2017 MCTIC (0375706)
53900.012810/2014-35 - Exposição de Motivos 970 2017 MCTIC (0373991)
53900.008480/2014-83 - Exposição de Motivos 938 2017 MCTIC (0373602)
53000.028900/2013-19 - Exposição de Motivos 933 2017 MCTIC (0373148)
53900.050050/2016-26 - Exposição de Motivos 946 2017 MCTIC (0356836)
53000.036560/2012-19 - Exposição de Motivos 947 2017 MCTIC (0357082)
53000.057910/2011-91 - Exposição de Motivos 955 2017 MCTIC (0357847)
53000.033060/2013-06 - Exposição de Motivos 950 2017 MCTIC (0357843)
53900.041780/2015-55 - Exposição de Motivos 899 2017 MCTIC (0332372)
53900.041490/2015-10 - Exposição de Motivos 793 2017 MCTIC (0344522)
53000.059620/2012-63 - Exposição de Motivos 796 2017 MCTIC (0344568)
53000.058130/2011-69 - Exposição de Motivos 772 2017 MCTIC (0344120)
53000.070500/2013-06 - Exposição de Motivos 766 2017 MCTIC (0343966)
53900.047620/2015-10 - Exposição de Motivos 879 2017 MCTIC (0332013)
53900.009190/2014-57 - Exposição de Motivos 905 2017 MCTIC (0332156)
53900.008250/2015-03 - Exposição de Motivos 850 2017 MCTIC (0329788)
53000.059330/2011-39 - Exposição de Motivos 828 2017 MCTIC (0328856)
53900.047630/2015-55 - Exposição de Motivos 802 2017 MCTIC (0327331)
53000.065280/2012-18 - Exposição de Motivos 812 2017 MCTIC (0327513)

53000.006880/2013-17 - Exposição de Motivos 682 2017 MCTIC (0323626)
53000.019020/2014-24 - Exposição de Motivos 664 2017 MCTIC (0323238)
53000.012480/2013-41 - Exposição de Motivos 767 2017 MCTIC (0323552)
53000.059290/2011-25 - Exposição de Motivos 590 2017 MCTIC (0322937)
53000.058080/2011-10 - Exposição de Motivos 591 2017 MCTIC (0322862)
53900.011550/2014-81 - Exposição de Motivos 746 2017 MCTIC (0322446)
53000.012760/2013-59 - Exposição de Motivos 120 2017 MCTIC (0231085)
53000.043110/2011-93 - Exposição de Motivos 510 2017 MCTIC (0278667)
53000.031930/2012-13 - Exposição de Motivos 389 2017 MCTIC (0280870)
53000.056150/2012-86 - Exposição de Motivos 412 2017 MCTIC (0270064)
53000.002360/2012-54 - Exposição de Motivos 407 2017 MCTIC (0268087)
53000.021870/2013-10 - Exposição de Motivos 447 2017 MCTIC (0272000)
53900.036160/2014-13 - Exposição de Motivos 433 2017 MCTIC (0272868)
53000.071350/2013-40 - Exposição de Motivos 431 2017 MCTIC (0272899)
53000.045180/2012-67 - Exposição de Motivos 459 2017 MCTIC (0274263)
53000.041590/2013-10 - Exposição de Motivos 475 2017 MCTIC (0274379)
53000.059200/2013-68 - Exposição de Motivos 526 2017 MCTIC (0275265)
53000.056640/2013-63 - Exposição de Motivos 474 2017 MCTIC (0276132)
53000.008640/2012-76 - Exposição de Motivos 562 2017 MCTIC (0288057)
53900.037910/2015-55 - Exposição de Motivos 620 2017 MCTIC (0302533)
53900.007240/2014-61 - Exposição de Motivos 617 2017 MCTIC (0302554)
53000.049480/2012-15 - Exposição de Motivos 616 2017 MCTIC (0302681)
53000.040750/2013-11 - Exposição de Motivos 640 2017 MCTIC (0303524)
53000.056380/2012-45 - Exposição de Motivos 695 2017 MCTIC (0311678)
53900.034780/2015-07 - Exposição de Motivos 673 2017 MCTIC (0310160)
53000.031940/2012-59 - Exposição de Motivos 699 2017 MCTIC (0312090)
53900.042150/2015-06 - Exposição de Motivos 725 2017 MCTIC (0319898)
53000.055770/2011-17 - Exposição de Motivos 721 2017 MCTIC (0319434)
53000.036340/2012-87 - Exposição de Motivos 395 2018 MCTIC (0784729)
53900.017950/2015-81 - Exposição de Motivos 359 2018 MCTIC (0764728)
53900.005510/2016-61 - Exposição de Motivos 368 2018 MCTIC (0744467)
53000.027470/2009-23 - Exposição de Motivos 341 2018 MCTIC (0732925)
53000.041580/2010-31 - Exposição de Motivos 354 2018 MCTIC (0732169)
53900.007550/2014-86 - Exposição de Motivos 289 2018 MCTIC (0732215)
53900.016180/2015-59 - Exposição de Motivos 274 2018 MCTIC (0703266)
53900.048000/2015-06 - Exposição de Motivos 299 2018 MCTIC (0702472)
53000.043380/2012-85 - Exposição de Motivos 257 2018 MCTIC (0676938)
53900.038370/2016-16 - Exposição de Motivos 243 2018 MCTIC (0676745)
53000.067110/2011-89 - Exposição de Motivos 244 2018 MCTIC (0676275)
53900.023980/2014-45 - Exposição de Motivos 268 2018 MCTIC (0676085)
53900.017320/2015-14 - Exposição de Motivos 227 2018 MCTIC (0675707)
53900.009880/2014-14 - Exposição de Motivos 272 2018 MCTIC (0673749)
53900.005950/2016-19 - Exposição de Motivos 266 2018 MCTIC (0673809)
53900.013950/2014-21 - Exposição de Motivos 195 2018 MCTIC (0653239)
53900.049220/2015-49 - Exposição de Motivos 185 2018 MCTIC (0653293)
53900.041650/2015-12 - Exposição de Motivos 181 2018 MCTIC (0587806)
53900.020670/2014-79 - Exposição de Motivos 161 2018 MCTIC (0585794)
53900.006330/2014-35 - Exposição de Motivos 157 2018 MCTIC (0583737)
53000.014020/2013-57 - Exposição de Motivos 149 2018 MCTIC (0583950)
53900.009140/2014-70 - Exposição de Motivos 137 2018 MCTIC (0569540)
53000.058120/2011-23 - Exposição de Motivos 80 2018 MCTIC (0527614)
53900.016430/2015-51 - Exposição de Motivos 102 2018 MCTIC (0523399)

53900.017160/2015-03 - Exposição de Motivos 89 2018 MCTIC (0523391)
53000.027270/2013-57 - Exposição de Motivos 71 2018 MCTIC (0521468)
53000.071620/2013-12 - Exposição de Motivos 22 2018 MCTIC (0483046)
53900.000200/2016-51 - Exposição de Motivos 30 2018 MCTIC (0483417)
53000.005800/2014-97 - Exposição de Motivos 17 2018 MCTIC (0482103)
53000.070120/2013-63 - Exposição de Motivos 8 2018 MCTIC (0481245)
53900.048226/2015-07 - Exposição de Motivos 527 2018 MCTIC (0920430)
53000.016596/2013-59 - Exposição de Motivos 518 2018 MCTIC (0922120)
53000.026836/2011-61 - Exposição de Motivos 477 2018 MCTIC (0845202)
53000.053176/2013-53 - Exposição de Motivos 314 2017 MCTIC (0271104)
53900.007246/2014-39 - Exposição de Motivos 410 2017 MCTIC (0268151)
53900.003786/2014-43 - Exposição de Motivos 494 2018 MCTIC (0876622)
53000.037836/2011-97 - Exposição de Motivos 493 2018 MCTIC (0876581)
53900.017326/2015-83 - Exposição de Motivos 726 2017 MCTIC (0319958)
53000.065326/2013-71 - Exposição de Motivos 482 2018 MCTIC (0845690)
53900.024846/2015-42 - Exposição de Motivos 415 2018 MCTIC (0795336)
53000.063406/2011-21 - Exposição de Motivos 998 2017 MCTIC (0358757)
53000.004676/2014-42 - Exposição de Motivos 463 2018 MCTIC (0837220)
53000.000416/2009-31 - Exposição de Motivos 466 2918 MCTIC (0837237)
53000.049916/2013-57 - Exposição de Motivos 448 2018 MCTIC (0836774)
53000.070826/2013-25 - Exposição de Motivos 443 2018 MCTIC (0836864)
53000.042696/2011-79 - Exposição de Motivos 445 2018 MCTIC (0836908)
53900.055346/2015-52 - Exposição de Motivos 458 2018 MCTIC (0837006)
53000.011766/2014-90 - Exposição de Motivos 428 2018 MCTIC (0808654)
53000.007916/2014-61 - Exposição de Motivos 417 2018 MCTIC (0796217)
53000.006816/2013-36 - Exposição de Motivos 416 2018 MCTIC (0795674)
53900.002856/2015-27 - Exposição de Motivos 409 2018 MCTIC (0794322)
53900.017286/2015-70 - Exposição de Motivos 384 2018 MCTIC (0785304)
53000.070736/2013-34 - Exposição de Motivos 380 2018 MCTIC (0784961)
53900.048776/2015-18 - Exposição de Motivos 367 2018 MCTIC (0765409)
53900.045626/2016-33 - Exposição de Motivos 366 2018 MCTIC (0765005)
53900.020036/2015-17 - Exposição de Motivos 334 2018 MCTIC (0733960)
53900.022496/2015-80 - Exposição de Motivos 333 2018 MCTIC (0734102)
53900.011676/2014-55 - Exposição de Motivos 278 2018 MCTIC (0703082)
53900.042136/2015-02 - Exposição de Motivos 297 2018 MCTIC (0702417)
53000.047896/2013-80 - Exposição de Motivos 305 2018 MCTIC (0702638)
53900.048786/2015-53 - Exposição de Motivos 228 2018 MCTIC (0676467)
53900.017866/2015-67 - Exposição de Motivos 221 2018 MCTIC (0675815)
53000.003536/2013-76 - Exposição de Motivos 202 2018 MCTIC (0672189)
53900.053766/2016-85 - Exposição de Motivos 194/2018 MCTIC (0652416)
53000.068096/2013-01 - Exposição de Motivos 223 2017 MCTIC (0246081)
53900.000576/2014-11 - Exposição de Motivos 270 2017 MCTIC (0246007)
53900.050256/2015-75 - Exposição de Motivos 178 2018 MCTIC (0587455)
53000.066606/2013-05 - Exposição de Motivos 177 2018 MCTIC (0588040)
53900.017136/2015-66 - Exposição de Motivos 133 2018 MCTIC (0569180)
53000.058466/2011-21 - Exposição de Motivos 131 2018 MCTIC (0569167)
53900.034256/2015-28 - Exposição de Motivos 105 2018 MCTIC (0555741)
53900.017156/2015-37 - Exposição de Motivos 123 2018 MCTIC (0556620)
53000.058106/2011-20 - Exposição de Motivos 110 2018 MCTIC (0556566)
53900.007846/2015-88 - Exposição de Motivos 60 2018 MCTIC (0556136)
53900.049346/2015-13 - Exposição de Motivos 100 2018 MCTIC (0523525)
53000.056216/2011-57 - Exposição de Motivos 98 2018 MCTIC (0523585)

53000.067636/2013-21 - Exposição de Motivos 73 2018 MCTIC (0521350)
53000.062556/2013-89 - Exposição de Motivos 72 2018 MCTIC (0521613)
53000.059736/2013-83 - Exposição de Motivos 45 2018 MCTIC (0484303)
53000.050216/2012-24 - Exposição de Motivos 46 2018 MCTIC (0484161)
53000.050186/2011-75 - Exposição de Motivos 39 2018 MCTIC (0483089)
53000.029836/2013-85 - Exposição de Motivos 35 2018 MCTIC (0483254)
53900.078146/2015-78 - Exposição de Motivos 28 2018 MCTIC (0483329)
53000.057226/2011-18 - Exposição de Motivos 21 2018 MCTIC (0482777)
53000.052326/2012-21 - Exposição de Motivos 4 2018 MCTIC (0481625)
53900.049266/2015-68 - Exposição de Motivos 12 2018 MCTIC (0481490)
53000.004356/2012-21 - Exposição de Motivos 1082 2017 MCTIC (0383414)
53900.000766/2016-82 - Exposição de Motivos 1086 2017 MCTIC (0383045)
53900.042116/2015-23 - Exposição de Motivos 976 2017 MCTIC (0374072)
53900.046836/2015-68 - Exposição de Motivos 981 2017 MCTIC (0374366)
53000.070526/2013-46 - Exposição de Motivos 962 2017 MCTIC (0373906)
53000.055766/2011-59 - Exposição de Motivos 934 2017 MCTIC (0373371)
53000.005496/2008-30 - Exposição de Motivos 1027 2017 MCTIC (0361295)
53000.025416/2013-20 - Exposição de Motivos 1026 2017 MCTIC (0361697)
53000.065796/2013-35 - Exposição de Motivos 070 2017 MCTIC (0358870)
53000.001866/2009-41 - Exposição de Motivos 892 2017 MCTIC (0347634)
53000.039926/2013-84 - Exposição de Motivos 870 2017 MCTIC (0346418)
53000.058116/2011-65 - Exposição de Motivos 846 2017 MCTIC (0346053)
53900.005056/2014-87 - Exposição de Motivos 840 2017 MCTIC (0345633)
53000.055726/2012-98 - Exposição de Motivos 785 2017 MCTIC (0344751)
53000.020796/2013-14 - Exposição de Motivos 765 2017 MCTIC (0343702)
53000.054986/2012-46 - Exposição de Motivos 901 2017 MCTIC (0332492)
53000.057916/2011-69 - Exposição de Motivos 909 2017 MCTIC (0332549)
53900.046846/2015-01 - Exposição de Motivos 855 2017 MCTIC (0332233)
53900.034546/2015-71 - Exposição de Motivos 841 2017 MCTIC (0329901)
53900.046496/2015-75 - Exposição de Motivos 833 2017 MCTIC (0328812)
53900.017336/2015-19 - Exposição de Motivos 808 2017 MCTIC (0327021)
53900.020946/2014-19 - Exposição de Motivos 809 2017 MCTIC (0327443)
53900.029926/2015-94 - Exposição de Motivos 807 2017 MCTIC (0326946)
53000.061976/2013-48 - Exposição de Motivos 713 2017 MCTIC (0324391)
53900.015016/2015-24 - Exposição de Motivos 599 2017 MCTIC (0322985)
53000.070516/2013-19 - Exposição de Motivos 716 2017 MCTIC (0322954)
53000.031936/2012-91 - Exposição de Motivos 749 2017 MCTIC (0322465)
53000.006656/2013-25 - Exposição de Motivos 681 2017 MCTIC (0321697)
53900.061306/2015-40 - Exposição de Motivos 121 2017 MCTIC (0231043)
53900.017866/2014-86 - Exposição de Motivos 509 2017 MCTIC (0278359)
53000.058076/2011-51 - Exposição de Motivos 382 2017 MCTIC (0280136)
53000.054476/2012-79 - Exposição de Motivos 398 2017 MCTIC (0280326)
53000.011716/2013-21 - Exposição de Motivos 549 2017 MCTIC (0281105)
53000.068456/2013-66 - Exposição de Motivos 202 2017 MCTIC (0270312)
53000.024276/2012-91 - Exposição de Motivos 252 2017 MCTIC (0266637)
53900.034526/2015-09 - Exposição de Motivos 337 2017 MCTIC (0263378)
53000.052576/2012-61 - Exposição de Motivos 455 2017 MCTIC (0272317)
53000.057706/2012-51 - Exposição de Motivos 451 2017 MCTIC (0274001)
53900.001546/2014-12 - Exposição de Motivos 550 2017 MCTIC (0275059)
53000.046516/2011-28 - Exposição de Motivos 471 2017 MCTIC (0276250)
53000.047886/2011-82 - Exposição de Motivos 489 2017 MCTIC (0276467)
53000.065566/2013-76 - Exposição de Motivos 494 2017 MCTIC (0276464)

53900.006386/2014-90 - Exposição de Motivos 490 2017 MCTIC (0277800)
53000.007056/2013-84 - Exposição de Motivos 561 2017 MCTIC (0288082)
53000.015816/2013-27 - Exposição de Motivos 687 2017 MCTIC (0311291)
53000.063176/2012-81 - Exposição de Motivos 674 2017 MCTIC (0310173)
53000.075026/2013-09 - Exposição de Motivos 658 2017 MCTIC (0309598)
53000.043084/2012-84 - Exposição de Motivos 529 2017 MCTIC (0287146)
53000.026544/2011-29 - Exposição de Motivos 332 2017 MCTIC (0285817)
53000.064284/2010-17 - Exposição de Motivos 369 2017 MCTIC (0281344)
53000.024854/2013-71 - Exposição de Motivos 633 2017 MCTIC (0303388)
53000.058104/2011-31 - Exposição de Motivos 628 2017 MCTIC (0303107)
53000.041034/2013-43 - Exposição de Motivos 629 2017 MCTIC (0303205)
53000.029374/2013-04 - Exposição de Motivos 621 2017 MCTIC (0303217)
53900.001804/2014-52 - Exposição de Motivos 601 2017 MCTIC (0302096)
53000.057044/2013-09 - Exposição de Motivos 600 2017 MCTIC (0302345)
53000.017204/2013-79 - Exposição de Motivos 606 2017 MCTIC (0302407)
53000.003434/2014-31 - Exposição de Motivos 582 2017 MCTIC (0301851)
53900.036274/2015-44 - Exposição de Motivos 647 2017 MCTIC (0308500)
53900.003524/2015-60 - Exposição de Motivos 648 2017 MCTIC (0308543)
53900.006344/2014-59 - Exposição de Motivos 652 2017 MCTIC (0308650)
53900.039554/2015-12 - Exposição de Motivos 679 2017 MCTIC (0311456)
53000.056624/2011-17 - Exposição de Motivos 659 2017 MCTIC (0309608)
53000.000634/2013-51 - Exposição de Motivos 703 2017 MCTIC (0312137)
53000.057704/2012-62 - Exposição de Motivos 76 2018 MCTIC (0527529)
53000.016594/2013-60 - Exposição de Motivos 84 2018 MCTIC (0527683)
53900.017294/2015-16 - Exposição de Motivos 464 2017 MCTIC (0274123)
53000.056644/2011-80 - Exposição de Motivos 462 2017 MCTIC (0274523)
53000.047754/2013-12 - Exposição de Motivos 473 2017 MCTIC (0274544)
53900.007754/2014-17 - Exposição de Motivos 551 2017 MCTIC (0275107)
53000.049664/2012-85 - Exposição de Motivos 530 2017 MCTIC (0275268)
53000.065174/2012-26 - Exposição de Motivos 488 2017 MCTIC (0276350)
53000.058124/2011-10 - Exposição de Motivos 495 2017 MCTIC (0276793)
53000.031924/2012-66 - Exposição de Motivos 564 2017 MCTIC (0288218)
53000.014914/2013-47 - Exposição de Motivos 559 2017 MCTIC (0287358)
53000.021334/2013-14 - Exposição de Motivos 558 2017 MCTIC (0287196)
53900.002094/2014-88 - Exposição de Motivos 739 2017 MCTIC (0322005)
53900.003474/2014-31 - Exposição de Motivos 736 2017 MCTIC (0321857)
53000.056194/2013-97 - Exposição de Motivos 203 2017 MCTIC (0228364)
53000.058734/2012-96 - Exposição de Motivos 543 2017 MCTIC (0278264)
53000.057904/2011-34 - Exposição de Motivos 553 2017 MCTIC (0279688)
53000.070514/2013-11 - Exposição de Motivos 547 2017 MCTIC (0279720)
53000.039604/2007-97 - Exposição de Motivos 368 2017 MCTIC (0280177)
53000.057914/2011-70 - Exposição de Motivos 349 2017 MCTIC (0280450)
53000.069974/2013-05 - Exposição de Motivos 548 2017 MCTIC (0281204)
53000.003804/2013-50 - Exposição de Motivos 432 2017 MCTIC (0272628)
53900.003004/2014-76 - Exposição de Motivos 836 2017 MCTIC (0328793)
53900.048244/2015-81 - Exposição de Motivos 830 2017 MCTIC (0328813)
53000.025604/2012-77 - Exposição de Motivos 783 2017 MCTIC (0327039)
53000.062554/2013-90 - Exposição de Motivos 788 2017 MCTIC (0327259)
53000.017094/2013-45 - Exposição de Motivos 769 2017 MCTIC (0324607)
53000.007034/2013-14 - Exposição de Motivos 684 2017 MCTIC (0324031)
53000.007674/2014-13 - Exposição de Motivos 676 2017 MCTIC (0323272)
53000.007104/2013-34 - Exposição de Motivos 596 2017 MCTIC (0322906)

53000.059764/2010-58 - Exposição de Motivos 580 2017 MCTIC (0322770)
 53000.056954/2012-85 - Exposição de Motivos 741 2017 MCTIC (0322174)
 53900.039644/2015-03 - Exposição de Motivos 803 2017 MCTIC (0345516)
 53000.031934/2012-00 - Exposição de Motivos 794 2017 MCTIC (0345294)
 53000.046474/2012-14 - Exposição de Motivos 912 2017 MCTIC (0332009)
 53900.014134/2015-15 - Exposição de Motivos 872 2017 MCTIC (0332146)
 53900.034554/2015-18 - Exposição de Motivos 856 2017 MCTIC (0332205)
 53000.057214/2011-85 - Exposição de Motivos 894 2017 MCTIC (0331931)
 53000.067714/2013-97 - Exposição de Motivos 915 2017 MCTIC (0331705)
 53000.062334/2013-66 - Exposição de Motivos 847 2017 MCTIC (0329940)
 53900.025954/2015-32 - Exposição de Motivos 845 2017 MCTIC (0329839)
 53000.059284/2011-78 - Exposição de Motivos 825 2017 MCTIC (0328678)
 53000.073494/2013-31 - Exposição de Motivos 1062 2017 MCTIC (0382352)
 53000.005244/2012-97 - Exposição de Motivos 1040 2017 MCTIC (0381897)
 53000.042814/2013-19 - Exposição de Motivos 979 2017 MCTIC (0374191)
 53000.056644/2012-61 - Exposição de Motivos 978 2017 MCTIC (0374168)
 53000.069884/2013-14 - Exposição de Motivos 932 2017 MCTIC (0373154)
 53000.027624/2012-82 - Exposição de Motivos 926 2017 MCTIC (0372163)
 53000.008174/2012-29 - Exposição de Motivos 1023 2017 MCTIC (0360829)
 53000.058924/2012-11 - Exposição de Motivos 886 2017 MCTIC (0346677)
 53000.064084/2012-18 - Exposição de Motivos 871 2017 MCTIC (0346564)
 53000.067904/2013-12 - Exposição de Motivos 881 2017 MCTIC (0346643)
 53900.049094/2015-22 - Exposição de Motivos 117 2018 MCTIC (0554330)
 53000.016594/2013-60 - Exposição de Motivos 84 2018 MCTIC (0527683)
 53000.013444/2010-51 - Exposição de Motivos 918 2017 MCTIC (0372147)
 53000.045554/2013-25 - Exposição de Motivos 81 2018 MCTIC (0523079)
 53900.048224/2015-18 - Exposição de Motivos 92 2018 MCTIC (0523434)
 53000.039184/2013-97 - Exposição de Motivos 96 2018 MCTIC (0523590)
 53000.018934/2013-97 - Exposição de Motivos 64 2018 MCTIC (0521368)
 53900.011474/2014-11 - Exposição de Motivos 56 2018 MCTIC (0481150)
 53000.001524/2001-73 - Exposição de Motivos 153/2016 (0037790)
 53000.008854/2012-42 - Exposição de Motivos 1095 2017 MCTIC (0383607)
 53000.061475/2011-08 - Exposição de Motivos 483 2018 MCTIC (0845098)
 53000.037545/2012-80 - Exposição de Motivos 451 2018 MCTIC (0837119)
 53900.016795/2015-85 - Exposição de Motivos 339 2018 MCTIC (0733769)
 53000.022735/2012-01 - Exposição de Motivos 344 2018 MCTIC (0732889)
 53900.043275/2015-45 - Exposição de Motivos 336 2018 MCTIC (0732952)
 53900.046475/2015-50 - Exposição de Motivos 350 2018 MCTIC (0732843)
 53900.046725/2015-51 - Exposição de Motivos 351 2018 MCTIC (0732784)
 53900.047355/2015-70 - Exposição de Motivos 275 2018 MCTIC (0703173)
 53900.016805/2015-82 - Exposição de Motivos 294 2018 MCTIC (0702222)
 53000.022715/2012-21 - Exposição de Motivos 242 2018 MCTIC (0677098)
 53000.048845/2013-75 - Exposição de Motivos 265 2018 MCTIC (0677186)
 53000.041395/2012-17 - Exposição de Motivos 252 2018 MCTIC (0677222)
 53900.046555/2015-13 - Exposição de Motivos 210 2018 MCTIC (0676692)

 53000.052465/2011-73 - Exposição de Motivos 250 2018 MCTIC (0676561)
 53900.038365/2016-03 - Exposição de Motivos 239 2018 MCTIC (0676488)
 53000.007685/2014-95 - Exposição de Motivos 208 2018 MCTIC (0673503)
 53900.047995/2015-80 - Exposição de Motivos 219 2018 MCTIC (0672423)
 53770.000815/2002-12 - Exposição de Motivos 129 2018 MCTIC (0569306)
 53000.038735/2007-57 - Exposição de Motivos 897 2017 MCTIC (0347655)
 53830.001345/1997-80 - Exposição de Motivos 49 2018 MCTIC (0481248)
 53900.029945/2015-11 - Exposição de Motivos 152 2018 MCTIC (0585829)

53000.051425/2012-95 - Exposição de Motivos 162 2018 MCTIC (0583804)
 53000.058135/2011-91 - Exposição de Motivos 79 2018 MCTIC (0527723)
 53000.056215/2011-11 - Exposição de Motivos 78 2018 MCTIC (0527689)
 53000.045645/2013-61 - Exposição de Motivos 69 2018 MCTIC (0521418)
 53000.052005/2013-15 - Exposição de Motivos 67 2018 MCTIC (0521819)
 53000.021295/2013-47 - Exposição de Motivos 74 2018 MCTIC (0521936)
 53900.029902/2015-35 --- Exposição de Motivos 360 2018 MCTIC (0765180)
 53900.016132/2016-41--- Exposição de Motivos 373 2018 MCTIC (0764577)
 53900.038342/2016-91--- Exposição de Motivos 321 2018 MCTIC (0733707)
 53900.046422/2015-39---Exposição de Motivos 335 2018 MCTIC (0732876)
 53900.048812/2015-43---Exposição de Motivos 279 2018 MCTIC (0703215)
 53000.020902/2012-71--- Exposição de Motivos 312 2018 MCTIC (0702864)
 53900.049962/2015-74---Exposição de Motivos 293 2018 MCTIC (0702170)
 53900.002972/2015-46---Exposição de Motivos 263 2018 MCTIC (0676991)
 53000.067112/2011-78--- Exposição de Motivos 171 2018 MCTIC (0676181)
 53900.016392/2015-36--- Exposição de Motivos 261 2018 MCTIC (0674459)
 53000.005022/2011-93---Exposição de Motivos 267 2018 MCTIC (0673261)
 53000.015432/2013-12-- Exposição de Motivos 159 2018 MCTIC (0584416)
 53000.054912/2010-48--- Exposição de Motivos 128 2018 MCTIC (0568453)
 53900.047532/2016-07--- Exposição de Motivos 104 2018 MCTIC (0553386)
 53000.006952/2013-26 --- Exposição de Motivos 91 2018 MCTIC (0523452)
 53900.029912/2015-71--- Exposição de Motivos 101 2018 MCTIC (0523442)
 53000.044722/2011-01 --- Exposição de Motivos 34 2018 MCTIC (0483504)
 53000.057872/2010-96 --- Exposição de Motivos 43 2018 MCTIC (0483044)
 53000.014702/2012-89-- Exposição de Motivos 19 2018 MCTIC (0482374)
 53000.008922/2012-73 --- Exposição de Motivos 11 2018 MCTIC (0482015)
 53900.000192/2016-42 --- Exposição de Motivos 1089 2017 MCTIC (0383189)
 53900.023982/2016-04--- Exposição de Motivos 1083 2017 MCTIC (0382822)
 53900.000562/2016-41--- Exposição de Motivos 1070 2017 MCTIC (0382537)
 53900.041642/2015-76--- Exposição de Motivos 977 2017 MCTIC (0374116)
 53000.015612/2013-96--Exposição de Motivos 942 2017 MCTIC (0373644)
 53900.021042/2014-19-- Exposição de Motivos 927 2017 MCTIC (0372132)
 53000.060442/2012-13-- Exposição de Motivos 751 2017 MCTIC (0322432)
 53000.011502/2010-11---Exposição de Motivos 1033 2017 MCTIC (0360901)
 53000.051422/2012-51--- Exposição de Motivos 940 2017 MCTIC (0357320)
 53000.029232/2008-71--- Exposição de Motivos 953 2017 MCTIC (0357667)
 53000.006812/2013-58--- Exposição de Motivos 868 2017 MCTIC (0346340)
 53000.023322/2012-35 --- Exposição de Motivos 896 2017 MCTIC (0332521)
 53000.056642/2012-71 --- Exposição de Motivos 889 2017 MCTIC (0332520)
 53000.056242/2011-85 --- Exposição de Motivos 920 2017 MCTIC (0332584)
 53900.048912/2015-70--- Exposição de Motivos 863 2017 MCTIC (0332177)
 53900.017272/2015-56--- Exposição de Motivos 857 2017 MCTIC (0332254)
 53000.060392/2012-74--- Exposição de Motivos 917 2017 MCTIC (0332282)
 53900.016742/2015-64 ---Exposição de Motivos 900 2017 MCTIC (0332352)
 53000.056222/2011-12 --- Exposição de Motivos 827 2017 MCTIC (0328735)
 53900.021662/2014-40 --- Exposição de Motivos 814 2017 MCTIC (0328021)
 53000.017052/2013-12 --- Exposição de Motivos 790 2017 MCTIC (0327424)
 53000.048422/2012-74 --- Exposição de Motivos 748 2017 MCTIC (0322342)
 53900.011242/2014-55--- Exposição de Motivos 776 2017 MCTIC (0324174)
 53000.070982/2013-96--- Exposição de Motivos 764 2017 MCTIC (0323771)
 53000.040872/2012-19 --- Exposição de Motivos 603 2017 MCTIC (0323236)
 53000.031922/2012-77 --- Exposição de Motivos 588 2017 MCTIC (0322848)
 53000.051842/2012-38 --- Exposição de Motivos 752 2017 MCTIC (0322408)
 53000.022892/2010-46 --- Exposição de Motivos 206 2017 MCTIC (0228433)
 53000.018882/2009-72--- Exposição de Motivos 118 2017 MCTIC (0231073)
 53900.006082/2014-22 --- Exposição de Motivos 536 2017 MCTIC (0278162)
 53900.041862/2015-08 --- Exposição de Motivos 544 2017 MCTIC (0278209)
 53000.036682/2009-00 --- Exposição de Motivos 402 2017 MCTIC (0267749)

53900.014792/2015-15 --- Exposição de Motivos 335 2017 MCTIC (0263492)
 53000.037302/2011-61 --- Exposição de Motivos 162 2017 MCTIC (0271003)
 53900.053112/2015-71 --- Exposição de Motivos 545 2017 MCTIC (0272216)
 53000.045952/2013-41--- Exposição de Motivos 522 2017 MCTIC (0272270)
 53000.066832/2013-88--- Exposição de Motivos 442 2017 MCTIC (0272322)
 53000.063555/2012-71 - Exposição de Motivos 54 2018 MCTIC (0481638)
 53000.046795/2012-19 - Exposição de Motivos 190 2017 MCTIC (0261645)
 53000.058765/2011-66 - Exposição de Motivos 1057 2017 MCTIC (0382267)
 53900.008065/2014-20 - Exposição de Motivos 937 2017 (0375377)
 53900.039625/2015-79 - Exposição de Motivos 985 2017 MCTIC (0374398)
 53900.020155/2014-99 - Exposição de Motivos 948 2017 MCTIC (0357187)
 53000.012365/2011-12 - Exposição de Motivos 967 2017 MCTIC (0357812)
 53000.007145/2014-10 - Exposição de Motivos 956 2017 MCTIC (0357836)
 53900.010415/2014-18 - Exposição de Motivos 851 2017 MCTIC (0346015)
 53900.039805/2015-51 - Exposição de Motivos 848 2017 MCTIC (0345696)
 53000.045475/2012-33 - Exposição de Motivos 779 2017 MCTIC (0344590)
 53000.039925/2013-30 - Exposição de Motivos 778 2017 MCTIC (0344502)
 53000.051845/2012-71 - Exposição de Motivos 771 2017 MCTIC (0344002)
 53000.057995/2011-16 - Exposição de Motivos 757 2017 MCTIC (0343747)
 53900.022295/2014-00 - Exposição de Motivos 874 2017 MCTIC (0332417)
 53900.020495/2014-10 - Exposição de Motivos 875 2017 MCTIC (0332519)
 53900.047605/2015-71 - Exposição de Motivos 878 2017 MCTIC (0332063)
 53900.039875/2015-17 - Exposição de Motivos 883 2017 MCTIC (0332121)
 53900.015655/2015-90 - Exposição de Motivos 858 2017 MCTIC (0332268)
 53000.055775/2011-40 - Exposição de Motivos 935 2017 MCTIC (0373424)
 53000.055825/2012-70 - Exposição de Motivos 860 2017 MCTIC (0332278)
 53900.022015/2014-55 - Exposição de Motivos 835 2017 MCTIC (0328817)
 53000.064515/2012-46 - Exposição de Motivos 834 2017 MCTIC (0328847)
 53000.070695/2013-86 - Exposição de Motivos 815 2017 MCTIC (0327243)
 53000.055765/2011-12 - Exposição de Motivos 702 2017 MCTIC (0324652)
 53000.057355/2011-06 - Exposição de Motivos 705 2017 MCTIC (0324368)
 53000.048725/2012-97 - Exposição de Motivos 753 2017 MCTIC (0323955)
 53000.015825/2013-18 - Exposição de Motivos 589 2017 MCTIC (0322898)
 53000.059475/2011-30 - Exposição de Motivos 731 2017 MCTIC (0321623)
 53000.064145/2012-47 - Exposição de Motivos 740 2017 MCTIC (0322061)
 53900.009135/2014-67 - Exposição de Motivos 112 2017 MCTIC (0230996)
 53900.015755/2015-16 - Exposição de Motivos 400 2017 MCTIC (0280641)
 53000.050945/2013-61 - Exposição de Motivos 419 2017 MCTIC (0270317)
 53000.053915/2012-26 - Exposição de Motivos 501 2017 MCTIC (0272379)
 53900.003595/2014-81 - Exposição de Motivos 519 2017 MCTIC (0272693)
 53900.017335/2015-74 - Exposição de Motivos 516 2017 MCTIC (0273391)
 53900.000545/2014-42 - Exposição de Motivos 552 2017 MCTIC (0275044)
 53000.070495/2013-23 - Exposição de Motivos 632 2017 MCTIC (0303371)
 53000.054475/2012-24 - Exposição de Motivos 619 2017 MCTIC (0303142)
 53000.058115/2011-11 - Exposição de Motivos 602 2017 MCTIC (0302035)

 53000.051605/2012-77 - Exposição de Motivos 574 2017 MCTIC (0301664)
 53900.004565/2015-73 - Exposição de Motivos 672 2017 MCTIC (0310140)
 53900.009305/2015-94 - Exposição de Motivos 709 2017 MCTIC (0312245)
 53900.041855/2015-06 - Exposição de Motivos 698 2017 MCTIC (0312028)
 53900.017158/2015-26 - Exposição de Motivos 728 2017 MCTIC (0320616)
 53000.052558/2013-60 - Exposição de Motivos 700 2017 MCTIC (0312114)
 53900.022938/2014-15 - Exposição de Motivos 710 2017 MCTIC (0312092)
 53000.051498/2012-87 - Exposição de Motivos 701 2017 MCTIC (0312010)
 53900.046568/2015-84 - Exposição de Motivos 690 2017 MCTIC (0311614)
 53900.017348/2015-43 - Exposição de Motivos 685 2017 MCTIC (0311402)
 53900.034358/2015-43 - Exposição de Motivos 680 2017 MCTIC (0311569)
 53900.021498/2014-71 - Exposição de Motivos 649 2017 MCTIC (0308562)

53000.015818/2013-16 - Exposição de Motivos 635 2017 MCTIC (0303453)
 53000.028888/2013-34 - Exposição de Motivos 626 2017 MCTIC (0302470)
 53900.006868/2014-40 - Exposição de Motivos 531 2017 MCTIC (0287103)
 53000.056228/2011-81 - Exposição de Motivos 351 2017 MCTIC (0282457)
 53000.045558/2013-11 - Exposição de Motivos 344 2017 MCTIC (0281816)
 53900.034498/2015-11 - Exposição de Motivos 614 2017 MCTIC (0302510)
 53000.021788/2012-04 - Exposição de Motivos 625 2017 MCTIC (0303306)
 53000.007888/2014-81 - Exposição de Motivos 607 2017 MCTIC (0302122)
 53900.017538/2015-61 - Exposição de Motivos 613 2017 MCTIC (0302147)
 53000.019859/2008-14 - Exposição de Motivos 693 2017 MCTIC (0323820)
 53900.012819/2015-27 - Exposição de Motivos 768 2017 MCTIC (0323907)
 53000.069249/2013-29 - Exposição de Motivos 575 2017 MCTIC (0322572)
 53000.016939/2012-02 - Exposição de Motivos 692 2017 MCTIC (0323885)
 53000.027549/2013-31 - Exposição de Motivos 743 2017 MCTIC (0322220)
 53000.073739/2012-14 - Exposição de Motivos 197 2017 MCTIC (0228291)
 53000.058095/2011-88 - Exposição de Motivos 931 2017 MCTIC (0372086)
 53000.006805/2014-37 - Exposição de Motivos 914 2017 MCTIC (0372036)
 53900.020685/2014-37 - Exposição de Motivos 340 2017 MCTIC (0263432)
 53900.039515/2015-15 - Exposição de Motivos 784 2017 MCTIC (0327057)
 53000.026025/2011-61 - Exposição de Motivos 636 2017 MCTIC (0324062)
 53000.048665/2012-11 - Exposição de Motivos 399 2017 MCTIC (0281062)
 53000.062335/2013-19 - Exposição de Motivos 578 2017 MCTIC (0322838)
 53900.017345/2015-18 - Exposição de Motivos 747 2017 MCTIC (0322580)
 53000.022892/2010-46--Exposição de Motivos 206 2017 MCTIC (0228433)
 53900.041642/2015-76--Exposição de Motivos 977 2017 MCTIC (0374116)
 53000.008922/2012-73-- Exposição de Motivos 11 2018 MCTIC (0482015)
 53900.018692/2014-79---Exposição de Motivos 439 2017 MCTIC (0272696)
 53900.012702/2014-62---Exposição de Motivos 518 2017 MCTIC (0272813)
 53000.055772/2011-14---Exposição de Motivos 456 2017 MCTIC (0274060)
 53000.057442/2011-55---Exposição de Motivos 514 2017 MCTIC (0274332)
 53000.057442/2011-55--- Exposição de Motivos 514 2017 MCTIC (0274332)
 53000.050492/2011-10 --- Exposição de Motivos 354 2017 MCTIC (0286002)
 53000.031942/2012-48--- Exposição de Motivos 505 2017 MCTIC (0281319)
 53000.006882/2013-14--- Exposição de Motivos 359 2017 MCTIC (0281002)
 53000.059292/2011-14--- Exposição de Motivos 641 2017 MCTIC (0303329)
 53000.046522/2013-47--- Exposição de Motivos 584 2017 MCTIC (0302242)
 53000.057352/2011-64---Exposição de Motivos 592 2017 MCTIC (0302001)
 53900.017332/2015-31---Exposição de Motivos 683 2017 MCTIC (0311579)
 53000.047332/2013-47---Exposição de Motivos 556 2017 MCTIC (0273358)
 53000.025272/2013-10--- Exposição de Motivos 493 2017 MCTIC (0276074)
 53900.016802/2015-49--- Exposição de Motivos 486 2017 MCTIC (0276232)
 53000.045172/2012-11--- Exposição de Motivos 482 2017 MCTIC (0276766)
 53000.056212/2011-79---Exposição de Motivos 645 2017 MCTIC (0304134)
 53000.015822/2013-84---Exposição de Motivos 642 2017 MCTIC (0304152)
 53900.050622/2015-96---Exposição de Motivos 669 2017 MCTIC (0309897)
 53900.047842/2015-32---Exposição de Motivos 666 2017 MCTIC (0309708)
 53900.022882/2014-91--- Exposição de Motivos 706 2017 MCTIC (0312058)
 53000.053259/2013-42---Exposição de Motivos 458 2017 MCTIC (0273937)
 53000.053259/2013-42--- Exposição de Motivos 458 2017 MCTIC (0273937)
 53900.007299/2015-31--- Exposição de Motivos 511 2017 MCTIC (0273366)
 53000.031939/2012-24--- Exposição de Motivos 520 2017 MCTIC (0273156)
 53000.015189/2014-13--- Exposição de Motivos 452 2017 MCTIC (0272529)
 53900.039779/2015-61--- Exposição de Motivos 298 2017 MCTIC (0263419)
 53000.021819/2010-57--- Exposição de Motivos 343 2017 MCTIC (0280272)
 53000.048009/2013-91---Exposição de Motivos 395 2017 MCTIC (0280047)
 53900.006559/2014-70---Exposição de Motivos 117 2017 MCTIC (0231079)
 53000.008099/2010-34--- Exposição de Motivos 119 2017 MCTIC (0231064)
 53900.020685/2014-37--- Exposição de Motivos 340 2017 MCTIC (0263432)

Att,

Luciana Silveira Teixeira

Assessora

Subchefia para Assuntos Jurídicos

Casa Civil – Presidência da República

(61) 3411-3426

luciana.teixeira@presidencia.gov.br

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Coordenação de Processos de Rádio Comunitária

Divisão de Processos de Rádio Comunitária

Serviço de Análise de Renovação de Rádio Comunitária

DESPACHO

Processo nº: **53900.018279/2014-12.**

Entidade: **ASCOG - Associação Comunitária de Guapó**

Assunto: **Minuta de Exposição de Motivos.**

1. Considerando a devolução do processo pela Casa Civil da Presidência da República, para reavaliação da pertinência da medida proposta pelo novo Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, bem como a adequação às novas diretrizes governamentais, encaminho a minuta da Exposição de Motivos atualizada, para as providências cabíveis.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 03/07/2019, às 17:39 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcus Vinícius Paolucci, Diretor do Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização**, em 04/07/2019, às 17:06 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elifas Chaves Gurgel do Amaral, Secretário de Radiodifusão**, em 05/07/2019, às 18:49 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4324165** e o código CRC **3666190F**.

Minutas e Anexos

MINUTA

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53900.018279/2014-12, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade ASCOG - Associação Comunitária de Guapó, inscrita no CNPJ nº 03.676.522/0001-04, explore pelo prazo de dez anos a partir de 9 de novembro de 2014, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Guapó, estado de Goiás, em conformidade com o que dispõe o *caput* do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 20831/2017/SEI-MCTIC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.
3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MCTIC nº 5744, de 20 de dezembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 27 de fevereiro de 2018.
4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

MARCOS CESAR PONTES

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Referência: Processo nº 53900.018279/2014-12

SEI nº 4324165

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria-Executiva

Processos de Radiodifusão da Secretaria-Executiva

DESPACHO

Processo nº: 53900.018279/2014-12

Referência: Despacho SEARC (4324165)

Interessado: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE GUAPÓ

Assunto: Renovação de Outorga

Trata-se de minuta de exposição de motivos referente à renovação, pelo prazo de dez anos, a partir de 9 de novembro de 2014, a autorização outorgada à ASCOG - ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE GUAPÓ, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Guapó / GO.

Considerando as manifestações das áreas técnica e jurídica (parecer jurídico referencial) acostadas nos autos do presente processo, manifesto-me favorável ao prosseguimento do trâmite.

À consideração do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

JULIO FRANCISCO SEMEGHINI NETO

Secretário-Executivo



Documento assinado eletronicamente por **Julio Francisco Semeghini Neto, Secretário Executivo**, em 23/08/2019, às 18:21 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4483480** e o código CRC **80F56EBD**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53900.018279/2014-12

SEI nº 4483480

Brasília, 19 de Setembro de 2019

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53900.018279/2014-12, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade ASCOG - Associação Comunitária de Guapó, inscrita no CNPJ nº 03.676.522/0001-04, explore pelo prazo de dez anos a partir de 9 de novembro de 2014, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Guapó, estado de Goiás, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 20831/2017/SEI-MCTIC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.
3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MCTIC nº 5744, de 20 de dezembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 27 de fevereiro de 2018.
4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Marcos Cesar Pontes



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 37046/2019/CGGM/GM/MCTIC

Ao Senhor
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Renovação de outorga de radiodifusão, Processo nº 53900.018279/2014-12.

Senhor Subchefe,

Conforme disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe processo que trata de renovação de outorga de radiodifusão.

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro**, em 03/10/2019, às 17:42 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4699983** e o código CRC **81C2A0D7**.